

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CARLA ANDRÉIA ALVES DA SILVA

RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E PARENTESCO NO MUNICÍPIO DE
LONDRINA – PARANÁ.

CURITIBA

2015

CARLA ANDRÉIA ALVES DA SILVA

RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E PARENTESCO NO MUNICÍPIO DE
LONDRINA – PARANÁ.

Dissertação apresentada como requisito parcial para à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira.

CURITIBA
2015

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Carla Andréia Alves da
Relações de poder político e parentesco no município de Londrina -
Paraná / Carla Andréia Alves da Silva – Curitiba, 2015.
234 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

1. Poder (Ciência Política). 2. Nepotismo – Londrina (PR). 3. Corrupção
na Política – Londrina (PR). 4. Partidos Políticos – Parentesco. I. Título.

CDD 364.131



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **Carla Andréia Alves da Silva**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "RELAÇÕES DE PODER POLÍTICO E PARENTESCO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PARANÁ" é de parecer favorável àA.P.R.O.V.A.ÇÃ..... da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Cidadania e Estado" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 09 de abril de 2015.

Prof. Dr. Evaristo Emigdio Colmán Duarte .


Prof^a Dr^a Mônica Helena Harrich Goulart


Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Orientador e presidente da banca examinadora

Ao meu filho Guilherme,
pelo meu tempo e atenção negados a ele em prol da produção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, William, pelo apoio, compreensão e por ter assumido as funções de pai, mãe e a administração da nossa casa nos períodos de minha ausência para a elaboração desta dissertação. Amo-te.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira, pela inspiração dada com os seus trabalhos publicados, pela compreensão e confiança diante dos meus períodos distantes e pelas sábias orientações nos momentos de dúvidas e incertezas.

Aos meus familiares de Londrina: minha mãe, Maria, meus irmãos André e Junior, meus sobrinhos Guigo e Guga, minhas cunhadas Kelly e Joice, pela compreensão e paciência diante da minha ausência, dos finais de semana que deixei de telefonar, das mensagens que não respondi e dos passeios que não pudemos fazer.

Às minhas amigas do *Top Four*, Paula, Letícia e Juliana, pelas risadas e pelos choros dos nossos almoços diários que tornam meus dias mais leves.

Aos demais amigos e colegas do dia a dia que me apoiaram, me ouviram, me ajudaram, brigaram comigo, mas estiveram sempre presentes.

Muito Obrigado.

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução.

Pierre Bourdieu
Sobre O Espírito de Família, da obra Razões Práticas

RESUMO

O nepotismo é um fenômeno latente na política brasileira, ocorrendo desde as regiões mais antigas e tradicionais, até nos locais de colonização mais recente, como é o caso do município de Londrina, Estado do Paraná, no qual em apenas 80 anos de história já se formaram redes de poder político e parentesco. O objeto deste trabalho são as relações de poder político e parentesco formadas em Londrina, no intuito de verificar se estas relações ocorrem também em cidades mais novas, não pertencentes ao chamado “Paraná Tradicional”, ao que ficou demonstrado que o tempo, neste caso, não é um fator determinante para a formação das teias de nepotismo, mas sim a existência de capitais político e econômico e relações que garantam capital social para entrar, manter-se e reproduzir-se com os seus familiares na política brasileira. Ademais, a colocação de familiares em cargos estratégicos é uma forma de garantir longevidade no poder, já que desta forma pode-se ter o controle inclusive das instituições responsáveis pela fiscalização das atividades de estado e de governo. Em Londrina temos uma família mais expressiva, sendo o maior grupo que ainda mantém-se no poder local, espalhando-se por outros poderes e esferas de governo. Trata-se da família Belinati, iniciada na atividade política com Antonio Casemiro Belinati, um político *outsider* que ao longo de sua história transformou-se em *estabelecido*; o grupo Belinati já possui mais de quinze membros da família que, juntos, ocuparam mais de quarenta cargos públicos, sejam eles eletivos, comissionados ou concursados. Além desta família central, pudemos localizar outras dezesseis famílias de atuação política na cidade, muitas delas com projeção em âmbito estadual e federal. São elas: famílias Richa, Dias, Hosken de Novaes/Castaldi, Rocha Loures, Carvalho/Canizares, Corrêa, Janene/Jannani/Jenani, Del Ciel, Gabardo, Leite Chaves, Maculan, Cesáreo Pereira, Stamm, Scaff, Canziani e Caldarelli. Como método, utilizamo-nos da sociologia das biografias, analisando a trajetória destas famílias, verificando suas movimentações no espaço social, lançando mão das categorias de campo, *habitus* e capitais, de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: nepotismo, poder político, famílias, Londrina-Paraná.

ABSTRACT

Nepotism is latent phenomena in Brazilian politics, happening both in the older and more traditional regions and places where the colonization is recent, which is the case of the city of Londrina, Paraná state, wherein, in only 80 years of history, political power and kinship networks have already been established. The object of this work are the relations between political power and kinship created in Londrina, aiming to verify if these relations also happen in newer cities that don't belong to the so called "Traditional Paraná", in which it was shown that time, in this case, isn't a determinant factor to the creation of the nepotism network, but the existence of political and economical capital and also relations that guarantee social capital to begin a political career, to maintain and to propagate it, keeping their relatives in the Brazilian political scenario is. Besides, the placement of relatives in strategic posts is a way to guarantee that power has longevity, because this way there's control of the institutions that are responsible for tracking the actions of the state and the government. In Londrina we have an expressive family, being the biggest group that still has local power, even spreading to other powers and government levels. This is the Belinati family, that started its political activities with Antonio Casemiro Belinati, an *outsider* politician that over the course of his history became an *established* politician; the Belinati group has more than fifteen members of the family that together already have held more than forty public positions, elective, commissioned or permanent. Besides this central family, we also studied other sixteen families involved in the politics of the city, many of them with recognition both in this state and in the whole country. These are: Richa, Dias, Hosken de Novaes/Castaldi, Rocha Loures, Carvalho/Canizares, Corrêa, Janene/Jannani/Jenani, Del Ciel, Gabardo, Leite Chaves, Maculan, Cesáreo Pereira, Stamm, Scaff, Canziani and Caldarelli families. We used the biography sociology as the research method, analysing the trajectory of these families, verifying their actions in a social space, using the categories of field, *habitus* and capital, created by Pierre Bourdieu.

Keywords: nepotism, political power, families, Londrina-Paraná.

LISTA DE SIGLAS

ACIL	Associação Comercial e Industrial de Londrina
ACL	Associação Comercial de Londrina
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
AMA	Autarquia Municipal do Meio Ambiente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARL	Associação Rural de Londrina
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CODEL	Companhia de Desenvolvimento de Londrina
COHAB/LD	Companhia de Habitação de Londrina
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
COMEL	Coordenação da Região Metropolitana de Londrina
COMURB	Companhia Municipal de Urbanismo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COPIL	Conselho de Planejamento Industrial
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN-PR	Departamento de Trânsito do Paraná
EUA	Estados Unidos da América
FIEP	Federação das Indústrias do Paraná
FUNDEPAR	Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
JDC	Juventude Democrata Cristã
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MPRL	Movimento de Resistência Popular de Londrina

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PML	Partido Municipal de Londrina
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PR	Partido Republicano
PRP	Partido Republicano do Paraná
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal Nacional
PSP	Partido Social Progressista
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEDU	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SERCOMTEL	Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina
SRP	Sociedade Rural do Paraná
TCE-PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
TELEPAR	Companhia de Telecomunicações do Paraná
TRE-PR	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina

UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
1.1 ELITES DO PODER E CLASSES DOMINANTES	22
1.2 FAMÍLIAS, PODER E RIQUEZA	35
1.3 SOCIOLOGIA DAS BIOGRAFIAS.....	38
2 O ELDORADO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	44
2.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO NORTE DO PARANÁ	44
2.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA	60
2.3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO IMAGINÁRIO DO ELDORADO	71
2.4 FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	79
2.4.1 Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL e Sociedade Rural do Paraná – SRP	97
3 PODER POLÍTICO E FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA	100
3.1 FAMILISMO NO PERÍODO DE COLONIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	100
3.2 FAMÍLIA BELINATI	101
3.3 OUTRAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA LONDRINENSE	132
3.3.1 Família Richa	132
3.3.2 Família Dias	148
3.3.3 Famílias Hosken de Novaes/Castaldi.....	154
3.3.4 Família Rocha Loures	157
3.3.5 Família Carvalho/Canizares	165
3.3.6 Família Corrêa/Correia.....	169
3.3.7 Família Janene/Jannani/Jenani.....	175
3.3.8 Família Del Ciel	187
3.3.9 Família Gabardo.....	190
3.3.10 Família Leite Chaves.....	194
3.3.11 Família Maculan	199

3.3.12 Família Cesáreo Pereira.....	203
3.3.13 Família Stamm	208
3.3.14 Família Scaff	211
3.3.15 Família Canziani.....	216
3.3.16 Família Caldarelli.....	219
CONCLUSÃO	222
REFERÊNCIAS.....	228

INTRODUÇÃO

Londrina, localizada no Norte do Estado do Paraná, é uma cidade jovem, se comparada às cidades do “Paraná Tradicional”. O Município de Londrina foi criado através do Decreto-Lei nº 2519, de 03 de dezembro de 1934 e foi instalado uma semana depois, quando o primeiro prefeito tomou posse. O nome “Londrina” foi uma homenagem à cidade de Londres (Inglaterra), onde estava localizada a Paraná Plantation Ltd., empresa da qual a companhia colonizadora da cidade era subsidiária. Londrina seria então a “Pequena Londres”.

Completando 81 anos neste ano de 2015, Londrina já soma, conforme o Censo IBGE 2010, 497.333 habitantes, com projeção para pouco mais de 506.000 em 2014. A taxa de urbanização local é de 97,40%, o que implica dizer que a população hoje é predominantemente urbana, diferentemente do período áureo do café na região. Isto não quer dizer que a atividade rural, o *agrobusiness* como é conhecido hoje, não seja ainda uma das principais atividades locais. A produção agropecuária, só no ano de 2014, movimentou R\$ 612.436.793,91, dentre os 3.145 estabelecimentos agropecuários (fazendas) existentes, conforme informa o “Caderno dos Municípios 2015”, do Instituto de Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

A aproximação com o tema deste trabalho, o nepotismo e as relações de poder político e parentesco, iniciou-se durante a Especialização em Sociologia Política, cursada na Universidade Federal do Paraná - UFPR, quando tivemos o primeiro contato com a obra “O Silêncio dos Vencedores: Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná”, de autoria do orientador deste estudo, Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira. Ao lermos a obra e darmos-nos conta de quão arraigada é a relação entre as famílias e o Estado, pensamos: em uma cidade nova, como Londrina, será que houve tempo suficiente para esta construção de relações de parentesco e poder político?

Muitos são descrentes de que haja relações de poder político e parentesco numa cidade de colonização mais recente, ainda mais se considerarmos o contexto histórico e político da formação do município de Londrina. Tal descrença pode ser ilustrada com a afirmação de Ana Cleide Cesário, socióloga londrinense, em sua tese de doutoramento escrita em 1986:

A colonização recente do denominado “Norte Novo do Paraná” não gerou, pelo menos em Londrina, a política do “coronelismo” ou do “mandonismo”. [...] Há fortes indícios de que em Londrina, surgiram grupos partidários atuantes, em substituição à “política de clientela com base em famílias”. [...] Com isto, não queremos simplesmente inferir que pelo fato de inexistirem o “coronelismo” e o “mandonismo” em Londrina, nesse município se tenha instaurado um tipo de poder local democrático. Queremos ressaltar, apenas, que o poder político nesse município não deve ser focalizado através da ação de clãs familiares mas das relações entre a política local, de um lado, e a estadual e nacional de outro, mediadas pelo sistema partidário. (CESÁRIO, 1986, p. 15-16)

É necessário fazer as ressalvas do período em que foi produzida a referida tese, tendo como recorte o período entre 1934 e 1979, e que a autora perpassou apenas pela primeira eleição de Antonio Casemiro Belinati, membro da família londrinense que mais se proliferou no poder político na cidade e no Estado do Paraná. Porém, foram eleitos nesse período quase todos os homens que dariam origem às famílias que até os dias atuais estão no poder em Londrina e no Paraná. No período estudado pela autora, ela foca a análise dos seus resultados nos homens que estiveram nas elites dirigentes ou nas classes politicamente dominantes até então, todos “homens do sul”, paulistas ou mineiros, profissionais liberais, grandes e médios produtores agrícolas, que fizeram a cena política local.

Mas será que estes não-londrinenses que participaram da formação política de Londrina, após estarem no poder, não fizeram do Estado o espaço de organização de uma teia de poder e parentesco, com o objetivo de manterem-se no poder? Será que não espalharam seus familiares pelos órgãos públicos, em cargos estratégicos? E os que vieram depois, em tempos mais recentes, também não se tornaram estabelecidos com suas famílias na cidade?

Assim nasce este estudo, na vontade de responder a essas questões e de, como hipótese, ratificar a afirmativa de Oliveira (2012, p. 13): “Família ainda importa”, demonstrando que de fato as estruturas de poder e parentesco são parte da política brasileira, mesmo no século XXI, tanto que se manifestam mesmo em locais de colonização recente, como é o caso de Londrina. A presença da família no aparelho do Estado é uma forma de reproduzir-se, manter-se e prolongar-se no poder. Nesse sentido, Bourdieu, ao falar do espírito das famílias, reafirma a importância do papel delas na transmissão e reprodução de capitais, dentre eles o social, o econômico e o político:

De fato, a família tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações: ela resguarda sua unidade pela transmissão e para a transmissão, para poder transmitir e porque ela pode transmitir. Ela é o “sujeito” principal das estratégias de reprodução. (BOURDIEU, 2011, p. 131)

Além de transmitir capitais e de ser uma forma de reprodução social, o mesmo autor afirma que as famílias também se unem pela solidariedade de interesses, tanto “pelo capital, quanto para o capital” (p. 133). É nessa convergência de interesses que, segundo Ricardo Costa Oliveira, nascem as grandes teias de nepotismo:

[...] o nepotismo é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos no aparelho do Estado. [...] e o que define sociologicamente o fenômeno do nepotismo é a relação entre as estruturas de poder político e estruturas de parentesco. (Oliveira, 2012, p. 73)

É a formação, ou não, dessas redes de entrelaçamento entre poder político e parentesco que averiguamos no município de Londrina. Considerando os apenas 81 anos de existência da cidade, definimos por investigar se houve ou se ainda há relações de poder político e parentesco desde o surgimento da cidade, em 1934, até os dias atuais, já que neste momento, as principais famílias de origem política londrinense encontram-se ocupando cargos estratégicos, tais como Beto Richa, atual Governador do Estado do Paraná, Marcelo Belinati, deputado federal, ou José Janene, já falecido, personagem central da operação “Lavo Jato” da Polícia Federal.

Inicialmente, pensávamos em estudar todo o Norte do Paraná, o que se mostrou inviável, já que se expandirmos o estudo para um raio de 50 quilômetros no entorno de Londrina, encontraríamos famílias como os Ribeirette e Maggi em Ibiporã, Haully e Amaral em Cambé, dentre muitos outros, o que tornaria esta pesquisa inviável do ponto de vista prático com um número muito grande de famílias a serem investigadas. Assim, delimitamos o estudo apenas ao município de Londrina.

Para a realização desta pesquisa dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro, faremos a revisão da literatura e delimitaremos os marcos conceituais que serão utilizados como base para as análises sociológicas. Analisaremos os

conceitos de elites, perpassando por Mosca, Pareto e Michels, adentrando nos estudos sobre o poder de Poulantzas, pautado nas teses marxistas. Porém, se apenas pensarmos em elites dirigentes sem pensarmos em famílias, no caso do nosso objeto, não chegaríamos a uma boa condição de análise, já que estamos pressupondo a família como elemento de reprodução dos membros dessas elites. Assim, na sequência realizaremos uma explanação sobre famílias, poder e riqueza, com breve apresentação da formação do capitalismo no Brasil e da relação entre a posse das terras e a formação dos clãs familiares de poder político no Brasil, perpassando pelo conceito de família patriarcal de Gylberto Freire. Ainda, encerrando esse capítulo, apresentaremos o marco metodológico, trazendo o paradigma da sociologia das biografias e do estudo das trajetórias, utilizando como referência Bourdieu e suas categorias de campo, *habitus*, capital e espírito de família.

No segundo capítulo, abordaremos a história do município de Londrina, do ponto de vista da sua colonização, da formação econômica, social e política, além de apresentarmos brevemente as duas principais instituições “formadoras de políticos”, de articulação política e de reprodução das famílias na cidade: a Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL e a Sociedade Rural do Paraná – SRP. Entender a história do município de Londrina é fundamental para entender como as famílias no poder da cidade chegaram até lá e se estabeleceram econômica e politicamente no local.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentaremos as famílias londrinenses no poder, analisando suas biografias e trajetórias, na tentativa de buscar quais foram os capitais que essas famílias detinham ou que adquiriram para chegar e manter-se no poder. Importante ressaltar que numa cidade com menos de um século de existência, nenhuma família é genuinamente londrinense, sendo que os primeiros membros dessas famílias nascidos em Londrina e que ocuparam cargos eletivos ou públicos começaram a despontar apenas nos anos de 1990, sendo os precursores das famílias estudadas quase todos de outros Estados, especialmente Minas Gerais e São Paulo. Assim, consideramos como famílias londrinenses aqueles que deram o *start* na carreira política no município de Londrina.

Subdividimos o terceiro capítulo em três partes, sendo a primeira uma apresentação da constatação de como o familismo vigente no “Paraná Tradicional” influenciou a nomeação dos primeiros prefeitos de Londrina, a concessão do

primeiro cartório e a organização social local. Na sequência, a mais importante das partes deste capítulo dará foco integral na família Belinati, já que é a mais numerosa em quantidade de membros e, principalmente, aquela que não deslocou o seu foco do município de Londrina, por nenhum momento. Ou seja, apesar de galgar cargos nas esferas estadual e federal, a família continua residindo em Londrina, elegendo membros para o poder legislativo local e tentando reconquistar o executivo municipal. Em outras palavras, mesmo concorrendo a cargos do legislativo estadual e federal, a base eleitoral dos Belinatis segue sendo Londrina e por isso demos o foco principal a eles. Na outra parte deste capítulo apresentaremos outras dezesseis famílias, as quais ou possuem menor expressão, ou já não fazem mais de Londrina o seu principal foco político ou, ainda, reproduziram-se por algum tempo e deixaram a política com todos os seus membros. Observando a análise de trajetórias, durante a apresentação das biografias e deslocamentos de cada família no espaço social, faremos as análises de cada uma já no próprio tópico que coube a elas.

Além das pesquisas bibliográficas que compuseram todos os capítulos, o segundo capítulo contou também com pesquisa documental, em especial de documentos oficiais e jornais disponíveis no Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Para o terceiro capítulo, a base da composição das biografias foi também a pesquisa documental, em especial os registros de candidaturas disponíveis nos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e no sítio eletrônico “DivulgaCand”, portal do Tribunal Superior Eleitoral que passou a funcionar desde as eleições de 2010, contendo todos os dados de registro dos candidatos, bem como estatísticas e resultados eleitorais.

Outra importante fonte foram os documentos do Centro de Documentação da Câmara de Vereadores de Londrina, onde pudemos encontrar os registros dos vereadores, arquivos de documentos dos gabinetes, proposições legislativas, além de outros. Mais uma importante fonte foram os registros de recursos humanos da Prefeitura e Câmara Municipal de Londrina e Assembleia Legislativa do Paraná, nos quais se puderam obter dados valiosos de filiação, nascimento e formação dos ocupantes de cargos públicos, além dos jornais impressos e digitais, que se constituíram em fontes essenciais de pesquisa, noticiando os feitos e os deslocamentos de cada família no espaço social. Os blogs de comentários políticos, apesar de muitas vezes questionados do ponto de vista do rigor científico, são

importantes fontes de informações negligenciadas e pouco divulgadas pela imprensa, mas quase sempre vindas de fontes seguras e verificáveis.

Como é de conhecimento público, desde o final da década de 1990 Londrina vem sendo citada em uma série de escândalos envolvendo corrupção, contravenções, desvios de recursos, fraudes em licitações, etc., sejam naquelas ocorridas em âmbito municipal, como em outras que tiveram alcance até mesmo nacional. Muitas famílias averiguadas neste estudo possuem membros noticiados em tais situações. Assim, como era de se esperar, a obtenção de informações sobre essas famílias foi de extrema dificuldade em todos os órgãos e locais procurados para pesquisa. Algumas vezes, as tramitações formais para acesso a documentos perpassaram por sendas e meandros fora do comum, chegando, a exemplo, a sermos chamados no gabinete do então presidente da Câmara Municipal de Londrina para darmos explicações acerca da nossa pesquisa. Em todos os gabinetes fomos recebidos com receio e desconfiança. Nos corredores da Câmara a autora deste trabalho já era apontada como “a moça do nepotismo”, demonstrando visível incômodo à nossa presença ali.

Frustramo-nos por não termos tido sucesso em entrevistas, já que os membros das famílias envolvidas recusaram-se a falar quando percebiam que não se tratava de um trabalho “chapa branca”, destinado a contar de forma ilusória a biografia de “homens bons” ou de *self made man* que ascenderam politicamente por atributos próprios, como muitas vezes se quer fazer parecer. Para os que não são membros das famílias, mas possuem histórias delas para contar, a política do “ninguém sabe, ninguém viu” também vigora, ainda que insistentemente tenhamos deixado claro aos nossos interlocutores que não era foco da nossa pesquisa os casos de corrupção nos quais algumas dessas famílias supostamente se envolveram. Acabamos utilizando muitas entrevistas dadas por membros dessas famílias a outros pesquisadores, todas elas antigas, concedidas em outro contexto social e político, mas que para traçar a origem social das famílias foram de grande valia.

Apesar das dificuldades, nosso objetivo foi alcançado, qual seja: demonstrar que podem sim ser construídas relações de poder político e parentesco em uma cidade nova, de colonização recente e que, para a construção dessas ligações, dessa teia, a relação com o tempo não é o fator primordial, mas sim, como afirma Oliveira (2012), basta que haja capitais político e econômico e relações que

garantam capital social para entrar, manter-se e reproduzir-se com os seus na política brasileira.

1 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 ELITES DO PODER E CLASSES DOMINANTES

Ao falarmos de “elites do poder” ou de “elite política” ou de “classe politicamente dominante” é necessário partirmos do pressuposto de que, independente da linha teórica ou conceituação que aqui se utilize, reconhecemos a existência de uma elite ou classe que se sobrepõe à ou às outras politicamente.

Partindo de tal pressuposto é necessário que nos localizemos dentro das teses e conceitos mais correntes sobre este tema. Ao verificarmos a literatura disponível, podemos encontrar duas grandes linhas: a primeira, que trabalha com a chamada Teoria das Elites, e a segunda, de vertente marxista, que trabalha com a idéia de Classe Politicamente Dominante.

Ambas as vertentes reconhecem que existem pelo menos dois grandes grupos no cenário político das sociedades, sendo que um sempre estará em condição de domínio político sobre o outro, ou conforme explana Gaetano Mosca, reconhecer que há uma classe dirigente requer reconhecer que outra classe ou grupo é dirigido:

Em todas as sociedades – desde as parcamente desenvolvidas, que mal atingiram os primórdios da civilização, até as mais avançadas e poderosas – aparecem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e outra que é dirigida. (MOSCA, 1966, p. 51).

Outro fator de convergência entre essas vertentes é o de que mesmo nas sociedades ditas democráticas, com sufrágio universal, haverá sempre os mesmos grupos revezando-se no poder político. A vertente que trabalha com a idéia da existência de uma elite do poder tem como precursores, segundo Grynszpan (1996), os europeus Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels.

Gaetano Mosca (1966) trabalha com a idéia da existência de basicamente duas classes: uma que é dirigida e outra que dirige, chamada por ele de classe dirigente. Essa classe dirigente é sempre menos numerosa que a classe dirigida e esse seria um dos fatores que favorecem essa classe: por ser menos numerosa a classe dirigente consegue atingir um melhor nível de organização. Como é organizada e tem uma coordenação, esta classe teria condições de domínios sobre

a outra. A classe dirigente, ou classe política como o autor também a chama, governa e dirige outras classes, mas não sem o apoio destas. O autor reconhece que essa classe dirigente, para manter-se no poder, necessita ceder, ou melhor, atender a alguns anseios da classe dirigida: “[...] as pressões precedentes do descontentamento das massas governadas ou das paixões pelas quais são dominadas exercem certa influência na política da classe dirigente, da classe política”. (MOSCA, 1966, p. 52).

Para ele, os membros da classe dirigente ocupam postos nessa classe, ou melhor, fazem parte dela porque possuem qualidades ou atributos que lhes conferem superioridade material, intelectual ou moral, ou ainda, herdaram tais atributos de indivíduos que tiveram tais qualidades. Isso demonstra, a nosso ver, que o autor não coloca grande ênfase na questão econômica, ou seja, não a coloca como o principal requisito para fazer parte da classe dirigente. Portanto, da classe dirigente podem participar indivíduos que façam parte de uma elite econômica, de uma elite de intelectuais, etc. Segundo Grynszpan (1996), Mosca dava grande importância ao fator da hereditariedade como uma das portas de ingresso na elite dirigente:

Haveria de se notar, contudo, que todas as classes dirigentes, mesmo as ditas democráticas, tendiam a tornar-se hereditárias e isto porque a própria proximidade e a familiaridade com suas funções conferiam a seus descendentes maior competência, maior aptidão para exercê-las. (GRYNSZPAN, 1996, p.37)

É nesse ponto que o autor entra na questão da alternância ou da renovação da elite dirigente, uma vez que esta hereditariedade conduz à estabilidade e, por consequência, à permanência da classe dirigente. Assim, Mosca, em nossa interpretação, percebe um movimento de renovação interna (de membros e grupos) dessa classe, com o ingresso de novos indivíduos que vão demonstrando/desenvolvendo atributos de “superioridade” ou que ingressam por critérios de hereditariedade. Porém, o autor deixa claro que são poucas as chances de uma “grande virada” em relação à classe dirigente, ou seja, são poucas as possibilidades da classe dirigida assumir o poder político, assumir a função de classe dirigente. Sobre as condições em que essa “virada” pode ocorrer, o autor explana:

[...] pode acontecer que na história de uma nação o comércio com povos estranhos, as migrações forçadas, os descobrimentos, as guerras, criem nova pobreza e nova riqueza, disseminem conhecimento de coisas anteriormente desconhecidas ou causem infiltrações de novas correntes morais, intelectuais ou religiosas. (MOSCA, 1966, p. 68).

Mosca, assim como Pareto, que veremos adiante, coloca em xeque a democracia praticada através da escolha dos representantes populares pelo advento do sufrágio universal. Para o autor, os eleitores não escolhem livremente os seus representantes, mas somente legitimam um ou outro grupo já pré-selecionado anteriormente, oriundo das minorias organizadas. Entretanto, a democracia seria necessária, pois através dela se evitaria a “ossificação” e a exaustão da classe dirigente: através dos processos democráticos seria possível renovar e oxigenar, ainda que minimamente, a elite dirigente.

Explanando sobre o segundo autor citado anteriormente, Vilfredo Pareto, Ribeiro (2008) observa que é na obra deste autor que encontramos pela primeira vez o uso do termo ELITE para denominar a minoria governante. Pareto, de forma similar a Mosca, crê que um dos fatores que possibilitam a uma minoria compor esta elite e ser detentora do poder é a questão da organização, ou melhor, da homogeneidade, como denomina o autor. A minoria, por ter menos gente, é mais homogênea e consegue aproximar os seus valores, crenças e, principalmente, interesses. Já a maioria dos indivíduos (que não faz parte desse grupo de Elite Política) forma um ou vários grupos heterogêneos: por ser maioria, há uma gama muito grande de interesses, crenças e valores diferentes, dificultando assim a organização deste grupo.

Para o autor, a elite não existe somente na política, pois avalia que em todas as esferas da vida existem indivíduos que se destacam por suas aptidões e qualidades pessoais. Assim, em todas as áreas existe uma elite, composta pelos melhores naquilo que fazem. Ao delinear quem são os membros da elite, ressalta a questão da diversidade, ou melhor, da heterogeneidade da sociedade: “[...] o fato é que a sociedade humana não é homogênea, que os indivíduos são física, moral e intelectualmente diferentes.” (PARETO, 1966, p. 70)

Ademais, o autor explica que os indivíduos se dispõem em vários níveis que vão do superior ao inferior. Nesse sentido, afirma: “Reunamos, pois, em uma classe as pessoas que possuem os mais altos índices em seus ramos de atividade e

chamemos essa classe de elite.” (PARETO, 1966, p. 72). Em outras palavras, estão no topo dessa escala aqueles que “tiraram as melhores notas” no jogo social.

Ainda estudando o mesmo autor, podemos observar que a elite poderia ser dividida em duas: a elite governante e a elite não governante. Na primeira, estariam todas as pessoas que “direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo” e na segunda os demais membros da elite. Isso significa dizer que nem todos os indivíduos que tiraram as melhores notas no jogo social ocuparão funções dentro da cena política ou farão parte da elite governante. Desse modo, o autor enfim divide a sociedade em dois estratos: um inferior, a não-elite e outro superior, a elite, dividida em dois: a elite governante e elite não-governante.

Além dos fatores trabalhados acima, Pareto nos dá ainda, tal como Mosca, os fatores de hereditariedade, riqueza e influência social como possibilidades ou meios de ingresso na elite.

Riqueza, família ou contatos sociais também ajudam em muitas outras ocasiões a conseguir o rótulo de elite em geral, ou da elite governante em particular, para pessoas que de outra maneira não poderiam ter acesso sobre eles. (PARETO, 1966, p. 74)

Quanto à questão da alternância do grupo no poder, Pareto em vários pontos de sua literatura se mostra descrente da possibilidade da não-elite se organizar, pois além de interesses diferentes possuem, na maioria das vezes, interesses contraditórios. Logo, em nossa interpretação, se as chances da maioria se organizar são tão pequenas, pequenas também seriam as chances, para Pareto, dessa maioria se homogeneizar e assumir o posto de elite governante.

Porém, podemos encontrar na literatura de Pareto a possibilidade de circulação de membros entre a elite e não-elite ou entre as próprias elites (que segundo o autor seria a grande parte das situações), isto é, tal como Mosca, ele crê ser possível um processo de renovação interna na própria elite. Pareto compara essa renovação da elite ao fluxo sanguíneo humano, ou seja, é a circulação do sangue que mantém o homem vivo, assim como a renovação da elite garante a sua sobrevivência. Dessa maneira, “em virtude da circulação de classes, a elite governante está sempre num estado de lenta e contínua transformação”. (PARETO, 1966, p. 78)

O ingresso de membros da não-elite na elite pode gerar tensões, uma vez que um novo membro sempre virá imbuído de suas concepções e valores. Por outro lado, o autor vê boas possibilidades com o ingresso de novos membros vindos das classes dirigidas, visto que esses novos membros podem trazer consigo novo vigor, ideias novas e assim auxiliar na manutenção da elite no poder.

A classe dominante é revigorada não só em número, mas – e é isso o mais importante – em qualidade, por famílias saídas das classes inferiores e que trazem consigo o vigor e a proporção de resíduos necessários para se manterem no poder. É também revigorada pela perda dos seus membros mais degenerados. (PARETO, 1966, p. 78)

Na passagem acima o autor está referindo-se também à renovação das aristocracias que fazem parte da elite. Pareto expõe que nem sempre todos os membros da aristocracia possuem a capacidade ou requisitos exigidos para fazer parte da elite. Com essa circulação de membros e famílias na elite é possível fortalecer o grupo e eliminar os membros que não atendem aos requisitos para se manterem na elite governante.

Pareto, conforme analisa Grynszpan (1996), coloca em questão a própria democracia quando discute as elites. Uma vez que a elite é composta por um grupo de pessoas que se identificam em princípios, interesses, etc., é difícil que esse grupo se constitua como representante das não elites, afirmando que não há a possibilidade de existirem governos de massas, pois sempre será um pequeno grupo que estará ocupando o poder:

Não poderia desse modo, haver um governo das massas, um governo em que fosse soberana a vontade popular. Todo governo seria de uma minoria e nem mesmo a imposição do sufrágio universal seria capaz de alterar esse quadro. A tese democrática, por conseguinte, não teria base real. (GRYNSZPAN, 1996, p. 36)

Por fim, dentro da escola da Teoria das Elites, temos ainda Robert Michels. O autor estudou as elites no contexto dos partidos políticos, tendo como sua principal obra, aquela escrita em 1910, “A Sociologia dos Partidos Políticos”. Michels constatou que nos partidos de massa existiam grupos de poder, os quais denominou de oligarquias. É de Michels¹ a famosa “*Lei de Ferro da Oligarquia*”, segundo a qual

¹ Michels, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, UnB, 1982.

“a organização é a mãe do predomínio dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os delegantes. Quem diz organização diz oligarquia” (1982, citado por Grynszpan, 1996, p. 38).

Michels partiu do princípio de que as massas não teriam capacidade para, por si mesmas, tomar decisões importantes, necessitando de chefes, de líderes a quem delegar tais funções. Tal fato estaria demonstrado pela apatia e desinteresse da massa pelas questões políticas; essas características das massas tornariam impossível a sua organização política. Assim, Michels concluiu que a representação das massas por meio de organizações e delegados seria uma tendência da qual não teria como fugir. Dessa forma, indo ao encontro a Mosca e Pareto, Michels também acredita no fato de que exista uma classe política ou dirigente ou ainda, se quisermos utilizar o termo de Pareto, uma elite governante que age sobre a massa.

Ribeiro (2008), explanando sobre Michels, entende que grande parte dos líderes partidários e ocupantes de uma posição na elite dirigente são indivíduos que se destacaram da massa porque seus desejos, impulsos e atributos pessoais os tiraram dela e os elevaram à posição de líder, posição esta que dificilmente se conformará em deixá-la e retornar à massa. Uma vez líder, este indivíduo passa a raciocinar de forma diferente, pois tem uma visão diferenciada da realidade, a partir de um outro prisma da “lente”: o do poder. Portanto, para Michels, o líder partidário age com certo grau de autoritarismo, pois acredita ser melhor conhecedor da realidade do que aqueles que estão sob seu comando. Esses líderes fazem dos seus interesses os interesses dos partidos. As lideranças partidárias decidem em nome da massa que representam e essa massa, não se considerando apta para tomar tais decisões, legitima aquelas tomadas pelas lideranças, reconhecendo a supremacia de alguns em relação a muitos.

Quanto à questão da alternância de lideranças ou classes no poder, tal e qual os outros autores já apresentados, Michels também entende que possa haver um “trânsito” entre os membros pertencentes aos grupos dominantes e uma alternância entre grupos organizados pertencentes também à elite. Sobre o assunto, o autor dialoga com Pareto, colocando ressalvas à tese anteriormente apresentada de circulação das elites: “[...] na maioria dos casos não é a simples substituição de um grupo de elites por outro que se observa, mas um contínuo processo de intercomposição, em que os antigos elementos vêm incessantemente atrair, absorver e assimilar os novos.” (MICHELS, 1966, p. 90)

Dentre os três principais autores da chamada Teoria das Elites, é em Michels que podemos encontrar uma discussão maior sobre a questão das elites e da democracia. O autor entra em debate tanto com as teses socialistas, quanto com as teses conservadoras sobre democracia, uma vez que ele “desmonta” o que há muito se acreditava: que a democracia seria a realização da vontade do povo por meio de seu representante legítimo e principalmente, não só Michels, mas toda a escola da Teoria das Elites desmonta a ideia de que os REPRESENTANTES são aqueles indivíduos saídos do povo e por eles escolhido. O povo pode escolher seus representantes com o sufrágio universal, mas as “opções” de indivíduos ou grupos para escolha fazem parte dessas elites que se revezam no poder. Ingressar nessa elite também não é tarefa fácil, pois fica evidente que, para fazer parte da elite ou da classe dirigente é necessário que o indivíduo possua atributos – sejam eles materiais, intelectuais, morais, etc. – que o faça ser superior ao restante dos indivíduos das massas governadas.

De acordo com Grynszpan (1996), as teses elitistas surgiram em um momento no qual a democracia estava se fortalecendo e ganhando espaço, assim como os ideários socialistas. Nesse sentido, o autor afirma que muitos autores criticaram Mosca, Pareto e Michels, entendendo que eles estavam na via oposta do processo político vigente. Grynszpan utiliza como exemplo de um dos críticos o historiador Arno Mayer: “Os autores elitistas, portanto, segundo a avaliação do historiador, estavam na contramão da democracia e dos movimentos sociais, negando-os através da crítica à ideia de igualdade”. (GRYNSZPAN, 1996, p. 41)

A Teoria das Elites, conforme afirmamos anteriormente, teve seu início na Europa, mas nos Estados Unidos ela também ganhou *status* e se disseminou dentro das Ciências Sociais. De acordo com o mesmo autor, os principais autores americanos a trabalhar a temática das elites do poder foram James Burnham e Wright Mills.

Burnham (1986) fazia uma leitura otimista e positiva das teses elaboradas por Pareto, Mosca e Michels, entendendo que eles não eram pessimistas, sim realistas, pois relativizavam as teses democráticas. Em seus estudos, Burnham concluiu que as elites não são compostas por aqueles que detêm os meios de produção, mas sim por aqueles que os controlam, os chamados “*managers*”. O mesmo autor, concordando com os “clássicos elitistas”, afirmava que em todos os

grupos sociais havia pessoas que se destacavam dentre as outras por atributos como propriedade de bens, poder, riqueza, etc. Para ele o capitalismo estava em constante processo de modificação; estaria em curso uma revolução de nível mundial, pós Segunda Grande Guerra. Essa revolução traria alterações no funcionamento das instituições sociais, políticas e econômicas e corroboraria para a formação de uma nova classe dirigente. A burguesia já não controlava mais os meios de produção como antes, deixando o controle destes a cargo dos *managers*, que por sua vez eram especialistas em administração e gerenciamento. Para o autor, a burguesia iria se retirar das atividades produtivas e financeiras para dedicar seu tempo agora ao lazer.

Conforme citado anteriormente, outro americano que se destacou na discussão das elites foi Charles Wright Mills. Sua principal obra foi publicada em 1956, com título *A Elite do Poder*, na qual realizou estudos sobre a distribuição do poder nos Estados Unidos, concluindo que em seu país apenas uma classe unificada detinha o poder, sendo que as suas decisões se expandiam para o restante da sociedade. A essa classe denominou elite. Grynszpan (1996), afirma que:

Essa elite, segundo Mills, postada no topo das principais hierarquias e instituições da sociedade americana, tomava por si mesma, livremente, as grandes decisões, as decisões que afetavam a nação como um todo. Seu poder, assim como sua celebridade e sua riqueza, resultava, de fato, de sua posição à frente daquelas hierarquias e instituições, ou, mais especificamente, do Estado, das empresas e das Forças Armadas. (GRYNSZPAN, 1996, p. 49)

Para estarem à frente destas instituições, esses homens precisavam ter personalidades compatíveis, ter afinidades, origem e histórias de vida semelhantes, conhecer os outros do grupo e estar juntos tanto nos negócios quanto na vida social. Para Mills, ao fazer estudos das elites do poder, o mais importante a se investigar seriam seus valores e seus perfis, em detrimento à origem social, além de estudar a estrutura e forma como os principais grupos estão organizados e são controlados.

Além de Burnham e Mills, citados como os mais importantes autores dentre os americanos que estudaram as elites, Grynszpan (1996) adiciona a esse grupo um terceiro autor: Floyd Hunter. Hunter dedicou-se a realizar estudos de investigação sobre relações de poder em níveis regionais. O poder, para ele, era tratado como uma função social necessária, uma vez que o poder envolvia tomadas de decisões

que influenciam diretamente no desenvolvimento de políticas. Assim como os outros autores citados até então, Hunter acreditava que os homens que estão no poder estão ali porque possuem atributos que os distinguem dos outros ditos “homens comuns”. Outra afinidade com os autores citados é que ele também era dotado de uma descrença na democracia como meio de os homens comuns exercerem o poder através de seus representantes.

Vale aqui ressaltar que nem todos os autores elitistas foram pessimistas quanto à democracia. Houve nos Estados Unidos e na Europa uma gama de autores que discutiam as elites como um ponto integrante da democracia, tentando mostrar a compatibilização entre governos das elites e governos democráticos. Esses autores faziam parte de uma corrente que Grynszpan (1996) denomina como Elitismo Democrático e Pluralismo. Essa corrente apegava-se ao fato de que, mesmo em um governo democrático, seria impossível ter uma base ampla de apoio das massas, pois estas estavam suscetíveis a demagogos ou movimentos de controle/persuasão que poderiam levar a própria massa a se tornar uma ameaça à democracia. Dessa forma, Grynszpan afirma que para os elitistas democráticos as minorias dirigentes seriam justamente o que mantém a democracia viva e livre das pressões:

O verdadeiro esteio desta (da democracia), portanto, seriam as minorias dirigentes. Dessa forma, não haveria, dentro desta perspectiva, incompatibilidade entre a existência de elites e o sistema democrático. (...) As Elites na democracia, seriam abertas, isto é, o seu recrutamento e seleção não estariam confinados a um grupo apenas. (GRYNSZPAN, 1996, p. 51)

Assim, apesar de reconhecer que há sim uma elite dirigente, os elitistas democráticos e pluralistas acreditavam que a elite dirigente fazia parte dos processos da democracia, uma vez que os membros dessa elite eram recrutados das massas e renovados constantemente. O autor citado acima nomina como principais autores americanos das teses elitistas democráticas: Joseph Shumpeter, Walter Lipmann, David Truman, Willian Kornhauser, Seymour Lipset, Suzane Keller, e Robert Dahl. Dentre os europeus estão: Ortega y Gasset, Karl Mannheim, Raymond Aron, Ralf Dahrendorf, Maurice Duverger e Giovanni Sartori.

No Brasil, podemos destacar o trabalho de Grynszpan (1996 e 1999), amplamente citado e utilizado como fonte neste trabalho. O autor dedicou uma obra inteira para fazer a mais completa genealogia que localizamos em português sobre a Teoria da Elites, trazendo um desenho cronológico dos principais autores das correntes clássica, elitista democrática e neo-elitista, citando os principais autores e suas ideias na obra “Ciência, política e trajetórias sociais: Uma sociologia histórica das teorias das elites”.

Encerrando essa etapa que nos cabia explicar brevemente sobre a Teoria das Elites e seus principais autores, cabe-nos ressaltar que nessa vertente, de forma igual a que apresentaremos a seguir, os autores reconhecem a existência de um grupo que se sobrepõe a outro no exercício do poder político. Porém, na teoria das elites, as explicações para a composição do grupo dirigente (quem faz parte) perpassam por questões mais subjetivas que conferem aos membros da elite uma superioridade em relação aos demais. Ou seja, como já afirmamos, pertencem à elite aqueles “que obtiveram os melhores resultados” no jogo social. É esse o principal ponto, a nosso ver, que diferencia a teoria das elites da vertente que apresentaremos a seguir.

Apresentando um outro olhar que tenta explicar a formação e a atuação do grupo que exerce o poder político, abordaremos o autor Nicos Poulantzas e suas obras “Poder Político e Classes Sociais” e “O Estado, o Poder e o Socialismo”. Trabalhar essa vertente significa reconhecer a existência de CLASSES SOCIAIS antagônicas que compõem grupos com mais ou menos poder de influência e outros com pouco ou nenhum. Poulantzas (1977), utilizando-se das teses marxistas elabora suas ideias sobre o funcionamento do Estado capitalista. Em grande parte de seus estudos, o autor analisa o Estado capitalista a partir da sua relação com a classe dominante².

Antes de prosseguirmos, faz-se necessário delimitar aqui o termo PODER DE ESTADO, o qual será muito utilizado a seguir. Para Poulantzas, o Estado ou qualquer outra instituição social não possui poder em si, vez que o poder dessas instituições está nas classes ou frações de classes que detêm o poder político. Conforme veremos adiante, o Estado é a instância de organização e exercício do poder político das classes dominantes: “Este poder das classes sociais está

² Ressalte-se que, uma vez utilizando conceitos marxistas, Poulantzas (1977) está referindo-se à classe dominante como sendo aquela composta pelos detentores dos meios de produção.

organizado, no seu exercício, em instituições específicas, em centros de poder, sendo o Estado, neste contexto, o centro do exercício do poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 111)

O autor delimita ainda que a classe politicamente dominante é composta pela classe economicamente dominante, ou ainda, que o Estado é o âmbito de representação dos interesses políticos das classes economicamente dominantes. E aqui está, a nosso ver, o limiar entre as duas vertentes aqui apresentadas: o grupo ou grupos politicamente dominantes o são não por capacidades subjetivas ou atributos que lhes designem certa superioridade, mas o são (fazem parte das classes dominantes) pelo lugar que ocupam dentro do processo de produção do modo capitalista.

Para Poulantzas (1977) não podemos incorrer no erro de uma análise sobre o Estado capitalista numa perspectiva “dualista” (de que existem apenas duas classes: dominantes x dominados), bem como, não podemos afirmar que haja uma relação entre o Estado e uma única classe dominante:

[...] a linha de demarcação política de dominação-subordinação não pode ser traçada, como o desejaria uma concepção instrumentalista e historicista do Estado, segundo a perspectiva de uma luta “dualista” das classes – dominantes/dominada [...]. Sabemos que uma formação social é constituída por uma superposição de vários modos de produção, implicando assim a coexistência, no campo da luta de classe, de várias classes e frações de classe, portanto, eventualmente, de várias classes e frações dominantes.” (POULANTZAS, 1977, p. 224)

Assim, o autor reconhece que no modo de produção capitalista podemos encontrar várias frações - comercial, industrial, financeira, etc., todas elas são parte dessa classe ou classes dominantes. Dessa maneira, para explicar a ocupação ou a detenção do poder político por esses grupos dominantes Poulantzas lança mão do conceito de BLOCO NO PODER:

Este conceito de bloco no poder, que não é utilizado expressamente por Marx ou Engels, *indica assim a unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente dominantes na sua relação com uma forma particular do Estado capitalista.* [grifos do autor] (POULANTZAS, 1977, p. 229).

Nesse prisma, as classes dominantes ocupam ou exercem o poder político em forma de bloco no poder, que seria então essa unidade na qual se conglomeram

as frações ou classes dominantes. Porém, dentro desse bloco também há conflito, pois algumas frações dominantes possuem maior influência ou possibilidade de exercício do poder do que outra. Poderíamos dizer que dentro das classes dominantes haveria frações que exercem domínio sobre as outras.

O autor afirma então que dentre as frações dominantes há uma delas que polariza politicamente os interesses, em especial os econômicos, de todas as outras frações, fazendo do Estado unidade política e instância de organização desta fração hegemônica. Ou seja, é na sua relação com o Estado (ocupando o poder de Estado) que essa classe hegemônica atende aos seus interesses e polariza o interesse das demais frações que fazem parte do bloco no poder. Logo, o próprio Estado passa a estar “a serviço” dos interesses políticos das classes dominantes ou, conforme cita a célebre frase pautada nas teses marxistas sobre o Estado: “o Estado se transforma no comitê executivo da burguesia”. Sobre esse ponto o autor explica:

A classe ou fração hegemônica polariza os interesses contraditórios específicos das diversas classes ou frações do bloco no poder, constituindo os seus interesses econômicos em interesses políticos, representando o interesse geral comum das classes ou frações do bloco no poder: interesse geral que consiste na exploração econômica e na dominação política. (POULANTZAS, 1977, p. 234)

Poulantzas faz questão de definir que o bloco no poder é uma unidade contraditória formada pelas frações dominantes e não uma FUSÃO entre as classes dominantes. Entender como fusão far-nos-ia incorrer no erro de crer que todas as frações dominantes se uniriam formando uma classe única, com interesses iguais, para o exercício do poder. Reconhecer esse fato, segundo Poulantzas, significa considerar que no bloco no poder “a luta de classes, a rivalidade dos interesses entre essas forças sociais, encontra-se nele constantemente presente, conservando esses interesses a sua especificidade antagônica [...]” (POULANTZAS, 1977, 234)

O autor frisa em sua obra que o bloco no poder também não deve ser entendido como uma ALIANÇA política, já que em seu entendimento as alianças não seriam duradouras. Ou seja, nas alianças os grupos se unem em prol de fins específicos e não necessariamente por um interesse genuíno/comum de classe dentro do contexto da luta de classes. Exemplo de tal fato dado pelo autor é o de que numa aliança dois grupos podem unir-se em prol de um interesse político, mas ter interesses econômicos antagônicos.

Até aqui explicitamos, por meio das teses de Poulantzas, a composição, se é que assim podemos chamar, do bloco no poder, do grupo que exerce o poder político através do Estado. Não podemos isentar-nos de tratar também da relação desse bloco no poder com as classes dominadas. O autor constata que a hegemonia no bloco no poder e a hegemonia sobre as classes dominadas estão concentradas na mesma classe ou fração. Isto é, a mesma fração que polariza o bloco no poder é a que também age com domínio sobre as classes dominadas.

Ainda que o poder sobre as outras frações dominantes e sobre as classes dominadas esteja nas mãos da mesma fração (fração hegemônica), Poulantzas faz questão de ressaltar que a constituição dessa hegemonia tem naturezas diferentes. Ainda que dentre as frações dominantes haja interesses contraditórios, todas elas ocupam, em relação às classes dominadas, uma posição de exploração dentro do modo de produção capitalista e este fato difere substancialmente a hegemonia sobre as classes dominantes e sobre as dominadas:

O processo de constituição de uma hegemonia de uma classe ou fração difere, consoante essa hegemonia se exerce sobre as outras classes e frações dominantes (...) ou sobre as classes dominadas. Esta diferença intercepta a linha de demarcação dos lugares de dominação e de subordinação que ocupam as classes sociais em uma formação. O interesse geral, que a fração hegemônica representa em relação às classes dominantes, repousa, em última análise, no lugar de exploração que elas detêm no processo de produção. (POULANTZAS, 1977, p. 234)

Apesar da fração hegemônica que ocupa o poder de Estado lá estar para defender o interesse das outras frações dominantes, faz parte também de seu papel atender a alguns interesses de frações das classes dominadas, pois, lembra Poulantzas (1977), nas democracias modernas as frações dominantes não podem perder de vista a ideologia vigente de que o grupo que ocupa o poder do Estado seria o representante legítimo do interesse geral do povo. Para tal, como forma de um “jogo político”, estrategicamente, a fração hegemônica do bloco no poder atende aos interesses, em especial econômicos, de algumas frações dominadas, criando assim um conflito no interior da classe dominada que visa a desorganizá-la enquanto classe.

[...] a luta de classes nas formações capitalistas implica em que essa garantia, por parte do Estado, de interesses econômicos de certas classes dominadas está inscrita como possibilidade, nos próprios limites que ele impõe à luta com direção hegemônica de classe. Essa garantia visa

precisamente a desorganização política das classes dominadas, e é o meio por vezes indispensável para a hegemonia das classes dominantes [...]. (POULANTZAS:1977, p. 185)

Assim, podemos aludir que para Poulantzas, dentro do contexto das duas obras aqui estudadas, as possibilidades, dentro do modo capitalista de produção, das classes dominadas chegarem a ocupar/exercer o poder de Estado são mínimas, uma vez que o bloco no poder age em torno dos interesses das classes dominantes, mas não deixa de criar “políticas compensatórias” para atender às demandas das classes dominadas. Para Poulantzas (1977), caso as frações dominantes não criem “políticas sociais” para atender às demandas e pressões das classes dominadas, poderiam colocar em risco a sua própria hegemonia no poder de Estado. Diante disso, podemos depreender que para a tese de Poulantzas, pautada no marxismo, dominação e poder político estão diretamente atrelados à dominação e ao poder econômico.

1.2 FAMÍLIAS, PODER E RIQUEZA

Para estudar as classes politicamente dominantes no Brasil e, por consequência, no Estado do Paraná, é necessário estudar também as famílias, pois conforme afirma Oliveira (2013, não paginado) “a pobreza e a riqueza são, em boa parte, hereditárias. Os capitais sociais, rendas e patrimônios seguem a mesma lógica.”

A formação econômica do Brasil, segundo Furtado (2005), é marcada por um grande atraso do desenvolvimento capitalista, estando a centralidade da economia durante o período colonial e imperial na posse de terras, na mão de obra dos escravos, na exportação e na dependência da economia externa, perpassando pelos ciclos da exploração de minérios e da produção da cana-de-açúcar. Mais tarde, já no período republicano, temos a cultura do café, até chegarmos a um processo bem tardio de industrialização.

Oliveira (2001), afirma que esta centralidade da economia na posse da terra é a estrutura inicial para se entender a classe dominante brasileira, com especial

atenção à concessão das sesmarias³ pela Coroa Portuguesa. Para se ter acesso a uma sesmaria, era necessário ter escravos e posições sociais. Desse modo, conforme afirma Osório Silva⁴ (1996 citado por Oliveira, 2001, p. 37), o sesmarialismo com a formação de um senhoriato rural possui características fundamentais na construção de relações de prestígio e poder. Ricardo Costa Oliveira (2001), segue analisando que o grupo social que recebeu as sesmarias formou as estruturas elementares de poder político local. As sesmarias também eram redutos familiares, como podemos observar:

A posse da terra e de sesmarias sempre teria sido um empreendimento familiar quando não clânico. Quase não se encontravam pioneiros isolados nas regiões de fronteira, mas a presença de patriarcas com os seus grupos parentais, seus agregados e recursos nas duras condições iniciais de colonização e implantação colonial. A posse da terra era a mais segura reserva de riqueza no Brasil Colônia e a melhor garantia de permanência na classe dominante por parte das principais famílias.

Assim se construiu a classe dominante brasileira e, em especial a paranaense, por meio do crescimento de uma classe constituída no comércio de escravos, na produção agrícola e na exportação desses produtos. Ao analisar a formação da fração dominante detentora do poder de Estado no século XIX e início do século XX, o mesmo autor relata que essa fração era composta em parte por grupos que deixavam de ser apenas proprietários rurais para ocupar funções no aparelho estatal, somados a uma nova elite emergente de técnicos qualificados que surgiram a partir do processo de modernização burocrática do Brasil. Dentre esses grupos estavam famílias que além de controlar os meios de produção passaram a controlar também “os meios burocráticos dos diferentes ramos do aparelho de Estado”. (p. 107)

Ao falar da constituição do Estado Brasileiro e, se considerarmos que esta constituição perpassa pela família, não podemos deixar de considerar a obra de Gilberto Freyre (2002), *Casa Grande e Senzala*, na qual explana sobre a família patriarcal do período colonial brasileiro, família essa chefiada por um patriarca que, além de poder sobre os seus filhos e esposa, teria poder extenso também sobre os

³ As sesmarias eram lotes de terras que foram dados para os chamados “sesmeiros” que tinham como obrigação cultivar a terra e torná-la produtiva, pagando os impostos à coroa portuguesa.

⁴ SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Unicamp, 1996.

demais parentes, agregados e escravos. Freyre afirma que a família é o centro da vida e da dominação da política:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se em aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 2002, p. 46-47)

Seguindo sobre a família patriarcal e sua importância na organização social e política da família brasileira, o mesmo FREYRE (2002, p. 50) afirma:

Vivo e sorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo, que aqui madrugou.

O mando do patriarca exercido no âmbito da família, consanguínea e extensa, será transportado também para o campo político, gerando culturas de mando, autoritarismos, reproduzindo a vida na casa grande. Itaboraí (2005, p. 175) complementa:

O “gosto de mando” exercido já nas relações privadas estende-se ao domínio público, com as características de capricho privado que já possuía. O sadismo do senhor e o masoquismo dos escravos e das mulheres ampliam-se para o campo mais largo de nossa vida social e política, constituindo o mandonismo que até então (1933) sentiríamos presente em nossa ordem social. São, portanto, nas relações familiares que encontraremos, segundo Freyre, as bases de nossa cultura política até hoje descrita como de cunho familista.

Guardadas as proporções da época em que foi escrito, do período que foi objeto de estudo de Freyre e as devidas críticas à sua obra, temos que aqui assumir a postura de reconhecer que em grande parte a sua percepção de família como mandatária do Estado perduraria até os dias atuais, tanto nas formações sociais mais tradicionais, quanto em localidade de colonização recente, como veremos nos capítulos 2 e 3 desta dissertação. Oliveira (2013, não paginado), afirma que para entender o cerne das desigualdades sociais em nosso país é necessário conhecer as genealogias do poder e compreender o nepotismo existente nas instituições, “da

distribuição das sesmarias até a distribuição dos cartórios e tribunais de contas, da arrematação de contratos tributários até a conquista de vagas de desembargadores.”

Assim, as grandes teias que sustentam o poder político e acirram até hoje as desigualdades sociais vêm também das famílias das classes dominantes que possuem capitais sociais, sejam eles econômicos, políticos ou culturais, e transformam esses capitais em mais capitais, ou seja, o capital político se transforma em capital econômico, o econômico em político, o cultural em político e assim por diante. Espalhando os parentes pelas várias instituições as famílias conseguem manter-se por longos períodos no poder, já que dominam todos os setores, inclusive aqueles que deveriam lhes controlar e fiscalizar. Isto posto, é preciso reconhecer que o estudo das classes dominantes, daqueles que detêm riqueza e poder, deve perpassar pelo estudo das famílias e das relações de poder e parentesco:

Família ainda importa. As estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira no século XXI. Redes familiares controlam partidos políticos, controlam o centro do poder executivo e formam redes atravessando o poder legislativo com parlamentares hereditários, sempre renovando pelas gerações. O poder judiciário também sente as redes de cumplicidades e reproduções de algumas famílias e seus protegidos. O Tribunal de Contas em boa parte é um tribunal de parentes também. Ainda hoje os cartórios representam antigas redes familiares. A mídia, a intelectualidade, os jornalistas também já formaram grandes redes de parentesco e domínio familiar, agora em processo de modernização e profissionalização. (OLIVEIRA, 2012, p. 13)

Com efeito, para estudarmos a política londrinense, será necessário estudar primeiramente as relações de poder político e parentesco, foco deste trabalho. Há quem diga que numa cidade de formação recente ainda não tenha dado tempo de se formarem os grupos familiares nas esferas de poder. É o que desconstruiremos neste trabalho, demonstrando que o familismo e o mandonismo estão arraigados à cultura política brasileira, até nas ditas “cidades modernas”.

1.3 SOCIOLOGIA DAS BIOGRAFIAS

Para tratarmos de relações de poder político e parentesco, lançaremos mão do método biográfico. Segundo Mills⁵ (1969 citado por Montagner, 2007, p. 240), podemos considerar as biografias como um dos problemas a serem estudados pelas ciências sociais: “A ciência social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três – biografia, história e sociedade – pontos coordenados do estudo adequado do homem”. Estamos entendendo aqui biografia como a história de vida de uma pessoa, ou no nosso caso, de uma família. Mas não apenas uma história de vida contada, relatada, mas uma história de vida que foque a análise pautada nos sujeitos em detrimento ao espaço que ocupam, aos grupos aos quais pertencem e suas práticas. Segundo Bourdieu:

Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história. (BOURDIEU, 2011, p. 74).

Montagner (2007, p. 246), ao debater as teorias das ciências sociais no que tange às possibilidades e à validade das biografias, aproxima esta da discussão de Pierre Bourdieu sobre a teoria da práxis, na qual o autor lança mão das categorias analíticas de campo, *habitus* e espaço social, afirmando que as biografias guardam “grandes semelhanças com a ideia de uma teoria sistematicamente construída através de pesquisas empíricas parciais, voltadas a domínios específicos do mundo social, definidos por Bourdieu como *campos*.” Mais adiante, o mesmo autor afirma que é parte do método biográfico fazer uma análise das questões psicológicas embasada histórica e sociologicamente, aproximando essa análise do conceito de *habitus*, que é nada que mais que um conjunto de valores interiorizados por um grupo, traduzido por ele como *ethos* de classe.

A partir dessas categorias, podemos afirmar então que a ideia aqui é mais do que falar das histórias de vida, é falar das trajetórias das famílias pesquisadas, analisando os capitais social, simbólico, econômico e político delas e os fatores que as levaram a chegar ao poder em Londrina e no Estado do Paraná e a manter esse poder ou não. Essas trajetórias, se nos pautarmos em Bourdieu (2011), podem ser

⁵ MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

definidas como as alocações e deslocamentos dos indivíduos no espaço social. Para o autor, todas as sociedades são espaços sociais:

[...] todas as sociedades se apresentam como espaços sociais, isto é, estruturas de diferenças que não podemos compreender verdadeiramente a não ser construindo o princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade. Princípio que é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado – [...]. (BOURDIEU, 2011, p. 50)

Complementando a noção de trajetórias, Montagner (2007, p.254), inspirado em Bourdieu, afirma que “uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo.” Dessa forma, pensar em trajetória, significaria pensar nas posições de poder ocupadas pelos sujeitos (famílias) em diferentes momentos e estados do campo, reconhecendo assim que o campo está sempre em permanente mudança. Ou seja, o sujeito e o campo estão em constante movimento.

[...] toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus* e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos. (BOURDIEU⁶, 1996 citado por Montagner, 2007, p. 255)

Nesse aspecto, ainda analisa Montagner (2007), além de considerar que agente e campo estão em movimento, devemos também levar em conta que a história de vida não depende apenas do indivíduo, pois ela é influenciada pelo campo de forças, ou melhor, pela operação do indivíduo no campo de forças e pela operação das forças do campo no indivíduo.

As trajetórias normalmente são compostas pela análise de vastos materiais de cunho biográfico, documentos históricos, relatos de vida e o desafio maior, segundo Bertaux (1999), está na análise desse material, a qual deve ser feita ao longo de toda a investigação. Esse mesmo autor, defensor das biografias como método de pesquisa nas ciências sociais, também afirma que a investigação a partir das histórias de vida se assemelha à antropologia:

⁶ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

[...] se emparenta mucho más con el de los antropólogos de campo que con el de los sociólogos que realizan encuestas mediante cuestionarios. El “análisis” continúa a lo largo de toda la investigación y consiste en construir progresivamente una representación del objeto sociológico. (BERTAUX, 1999, p. 12)

Ainda sobre as biografias, Oliveira (2012, p. 79), assevera que o “estudo dos ricos e poderosos deve ser qualificado cientificamente com investigações sobre biografias individuais e coletivas, com operacionalização do método prosopográfico e genealógico”. A prosopografia é o termo utilizado pelos historiadores para delimitar um tipo de estudo no qual são investigadas as características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas (STONE, 2011).

Ao analisar as histórias de vida de nossos pesquisados, tendo o enfoque em suas trajetórias, não pretendemos fazê-lo abrangendo toda a vida e todos os fatos envolvendo as famílias. Tampouco as biografias serão traçadas em ordem cronológica, progressiva e linear, mas sim elegendo etapas específicas que foram essenciais à história política de cada um, focando na origem e nos fatos que os levaram a ocupar e manterem-se no poder local, expandindo suas atuações para as esferas estadual e nacional.

Londrina, como veremos no próximo capítulo, é uma cidade jovem, instalada na década de 1930, em razão disso, encontramos poucos trabalhos que retratam a política local. Por esse motivo, decidimos desenvolver uma pesquisa de caráter exploratório no intuito de conhecer e registrar quem são e de onde vêm os indivíduos que ocuparam e ocupam cargos eletivos e o secretariado da Prefeitura Municipal de Londrina.

Para Carlos Gil, as pesquisas exploratórias,

[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis” (GIL, 1999, p. 43)

Como já citamos aqui, interessa-nos estudar as trajetórias e saber quais são as razões que fazem desses indivíduos membros das classes dirigentes ou da fração politicamente dominante, utilizando as teses apresentadas no item 1.1 deste

capítulo para realizar as análises das informações pesquisadas. Estaríamos então aqui ingressando na pesquisa explicativa.

Gil (1999) observa que a pesquisa explicativa quase sempre será precedida de uma pesquisa exploratória ou descritiva, uma vez que estas nos oferecem elementos para o desenvolvimento de outras pesquisas mais aprofundadas. Por meio da pesquisa explicativa pretendemos tentar nos aproximar dos fatores que contribuem ou determinam a composição do “bloco no poder” do município de Londrina.

Há que ressaltarmos aqui que em Ciências Sociais fazer uma pesquisa explicativa não é algo fácil, bem como não se pode exigir demasiado rigor científico dado a natureza e as características dos mais variados objetos estudados nas Ciências Sociais. Isso porque esses objetos não são possíveis de ser experimentados sob condições controladas, dificilmente podem ser quantificados, não ocorrem em uma ordem perfeita, assim como, conforme explica Gil (1999), devemos levar em consideração que são seres humanos – possuidores de crenças, valores e idéias – que estão pesquisando fatos e comportamentos de outros seres humanos ou grupos destes.

Para realizarmos esse trabalho faremos uso de pesquisa bibliográfica. Considerando que grande parte desse estudo busca delinear a história política do Município de Londrina na interface com as classes dominantes locais, a pesquisa nos materiais já elaborados sobre o assunto é fundamental. Outrossim, para a elaboração de qualquer trabalho científico é necessário delimitar as referências teóricas e, para tal, as bibliografias são essenciais.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários. (GIL: 1999, p. 65)

Uma vez que nosso objeto de estudo, as relações entre poder político e parentesco em Londrina, é também um objeto histórico, ou melhor, para traçar a formação da classe politicamente dominante é imprescindível lançar mão de dados históricos, faremos uso da pesquisa documental. Para tal, utilizaremos como fontes documentos oficiais (atas, registros, contratos, leis e decretos), jornais locais, relatórios, atas de eleições, processos de registros de candidatura, dados

estatísticos, materiais fonográficos e audiovisuais e, principalmente, documentação da área de recursos humanos dos órgãos públicos, dos quais se pode depreender dados biográficos precisos, tais como filiação, profissão, naturalidade, etc.; tais documentos nos oferecem dados históricos elaborados no período em que os fatos ocorreram. Para Gil (1999), a vantagem da utilização das fontes documentais é que, por não terem sido tratadas, as informações podem ser analisadas “de acordo com os objetivos da pesquisa”. Outra vantagem, para o mesmo autor, é:

As fontes de “papel” muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível a investigação social a partir de documentos. (GIL, 1999, p. 160)

Por fim, sentimos não ter podido lançar mão neste trabalho da metodologia de entrevista, em específico, a técnica de História de Vida ou História Oral. De acordo com Minayo (2000), a entrevista é um dos componentes fundamentais de um trabalho de campo. Para a autora, o termo entrevista seria um termo genérico para designar as técnicas de pesquisa que utilizam a fala dos indivíduos para coletar informações. Explicamos: o município de Londrina, além de novo, possui uma história política muito peculiar, envolvendo cassações, prisões, escândalos, corrupção e contravenções. Ademais, grande parte dos atores envolvidos em nossa pesquisa ainda estão vivos, inclusive a maior parte dos “patriarcas”. Somando-se esses dois fatores, a entrevista acabou se demonstrando inviável, já que grande parte dos convidados se negou a falar, outros falaram na condição de jamais serem identificados e, aqueles que se dispuseram a conversar conosco, não trouxeram conteúdos que fossem interessantes para analisar as trajetórias de vida das famílias estudadas. Respostas maledicentes e desrespeitosas e o boicote ao acesso de documentos históricos também foram comuns durante a jornada desta pesquisa.

2 O ELDORADO: FORMAÇÃO HISTÓRICA E POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA⁷

2.1. FORMAÇÃO HISTÓRICA DO NORTE DO PARANÁ

O Município de Londrina, foco deste trabalho, está localizado na região Norte do Estado do Paraná. Por isso, não podemos deixar de explanar sobre a história dessa região. Vários autores, como Wachowicz (1995) e Ferreira (2000), afirmam que o Norte do Paraná não pode ser tratado como uma mesorregião única, pois foi colonizado em tempos diferentes, circunstâncias diferentes e possui porções com histórias peculiares. De acordo com os mesmos autores, a região Norte do Estado do Paraná pode ser dividida entre Norte Velho ou Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, sendo:

Norte Velho: A área que compreende a região do Rio Itararé até à margem direita do Rio Tibagi.

Norte Novo: A área desta região vai até as barrancas do Rio Ivaí e tem como limite, a oeste a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa.

Norte Novíssimo: Região que se desdobra da linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa, até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o Rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Rio Piquiri. (FERREIRA, 2000, p. 75)

De acordo com Tomazi (1997), no Norte Velho estão os municípios de Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Cornélio Procópio, etc., datando a colonização dessa região de meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX. No Norte Novo estão os municípios de Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari, etc.; a colonização dessa região, ou (re)ocupação, como cita o autor, data das décadas de 1930 e 1940. Já o Norte Novíssimo compreenderia os Municípios de Maringá, Paranavaí, Cianorte, Umuarama, etc. e, com formação entre o final das décadas de 1940 e 1950.

⁷ A referência ao “ELDORADO” no título deste capítulo advém de uma outra história que permeia a história do Norte do Paraná: o café. É impossível localizar uma referência bibliográfica sobre a história dessa região que não fale do período áureo do café; bem ou mal, todos os estudiosos desse tema citam o café como personagem principal da história do Norte do Paraná, em específico, da história de Londrina.

Tomazi (1999) afirma que o processo de colonização da Região Norte do Paraná não foi necessariamente a primeira ocupação daquela área. O autor enfatiza que o local não era um “vazio demográfico”, ou seja, uma região de mata absolutamente desabitada. A região era habitada por povos indígenas e, posteriormente, por pequenos produtores rurais, que na grande maioria das vezes sequer são citados nos registros históricos da região em questão. Assim, para o autor, todo o processo de colonização que explicitaremos a seguir seria na verdade um processo de “(re)ocupação do Norte do Paraná” (p. 52).

A ocupação do Norte do Paraná, iniciada na região conhecida como Norte Velho, data da década de 1840. Foram duas as motivações que levaram ao início da colonização da referida região: “1 - a necessidade estratégica de ligar o litoral brasileiro à longínqua Província do Mato Grosso [...]; 2 – a passagem dos tropeiros e/ou latifundiários mineiros pelo registro do Itararé [...]” (WACHOWICZ 1995, p. 241)

De acordo com o autor citado acima, a motivação elencada no item 1 tem relação direta com o latifundiário João da Silva Machado, conhecido como Barão de Antonina. Naquele período (década de 1840), não havia caminho que ligasse o Rio de Janeiro (capital do país na época) ao Estado do Mato Grosso, o que dificultava as relações políticas entre a Capital do País e a região da Bacia do Prata. O Barão de Antonina, por possuir grandes investimentos no campo da agropecuária nos Estados de São Paulo e Mato Grosso, possuía especial interesse em resolver o problema, pois por este caminho poderia “escoar” o seu gado e a sua produção agrícola. Já o item 2 da citação supra faz alusão ao fato de que, ao passarem pela região onde hoje se situa o Norte Velho, os tropeiros puderam saber da existência de terras férteis naquela região, despertando o interesse de muitos latifundiários em se apossarem delas.

A região do Norte Velho teve sua colonização alavancada pela formação da Colônia Militar do Jataí⁸. A versão oficial da formação dessa colônia é questionada por Tomazi (1997), o qual afirma que a (re)ocupação da região em questão deu-se por iniciativa particular do Barão de Antonina, que possuía interesse em apossar-se dos campos de Paiquerê. Porém, de acordo com o mesmo autor, havia muitos índios naquela região e para apropriar-se daquelas terras, seria necessário pacificá-los:

⁸ A Colônia Militar do Jataí foi criada através do Decreto Imperial n.º 751, de 02 de janeiro de 1851 e instalada em 10 de agosto de 1855. (Tomazi, 1997; Wachowicz, 1995 e Ferreira, 1999)

Para tanto, o Barão de Antonina conseguiu, junto ao imperador, a criação da Colônia Militar do Jataí. O pretexto era de que seria um posto militar estratégico avançado que poderia ser uma rota de ligação para o Mato Grosso (Tomazi, 1997, p. 135)

A Colônia Militar de Jataí não prosperou da forma prevista. Para tanto, contribuíram vários fatores: falta de qualificação e condições para o trabalho das pessoas que para lá se deslocaram, localização (de difícil acesso, em meio à mata), insalubridade do local e surtos de doenças como a malária. Wachowicz (1995) apresenta, ainda, mais um importante fator para a não prosperidade da Colônia Militar do Jataí: na década de 1860, o Estado de São Paulo passava a apresentar já as características de um grande centro econômico e político do Império; com isso, deu-se a necessidade, ou melhor, o interesse de criação de uma rota de ligação entre a Capital do Império (Rio de Janeiro) ao Mato Grosso que perpassasse por São Paulo (Caminho Santos – Rio Tietê), tendo assim a rota pela Província do Paraná ficado em segundo plano.

A Colônia Militar do Jataí é atualmente o município de Jataizinho, localizado a aproximadamente vinte e cinco quilômetros da cidade de Londrina. Embora estratégica no final do século XIX e início do século XX, a antiga Colônia Militar do Jataí, hoje Jataizinho, já não possui mais participação significativa na política e na economia da Região do Norte do Estado do Paraná.

Retomando a questão da colonização do Norte Velho, vale ressaltar que enquanto os grandes latifundiários, como o Barão de Antonina, voltavam os olhos para essa região, segundo Tomazi (1997), outros fazendeiros, sendo os primeiros a chegar os de Minas Gerais e posteriormente os de São Paulo, já iniciavam a (re)ocupação da região localizada nas margens do Rio Itararé, ali se alocando, vivendo da agricultura e da pecuária:

A notícia que corria em Minas Gerais, era de que a Região do rio Itararé [...] era fertilíssima e muito própria para o plantio de café. Os fazendeiros conseguiam terras mediante concessão do governo Imperial ou se apossavam como era de costume. (TOMAZZI, 1997, p. 138)

No entanto, conta-nos o mesmo autor, que a chegada desses fazendeiros não foi tão pacífica, uma vez que aquelas terras, conforme citamos antes, eram habitadas por índios que lutaram bravamente pela manutenção do território.

Wachowicz (1995) relata que os fazendeiros enfrentaram a resistência dos índios e ali, nas imediações do chamado “Valuto”⁹, formaram pequenos núcleos urbanos que hoje são conhecidos pelos municípios de São José da Boa Vista (1853), Siqueira Campos (1862), Tomazina (1865), Ribeirão Claro (1865) e Wenceslau Braz (1867).

Nos últimos anos do século XIX, os paulistas dominavam o processo de colonização da região do Norte Velho do Paraná. Tomazi (1997) afirma que eles tinham extensas ligações com bancos paulistas que concediam financiamento para a compra de terras. Assim, impulsionados pela procura por terras férteis para a cafeicultura, os colonizadores paulistas implantaram outros núcleos urbanos, culminando na formação dos municípios atualmente conhecidos como Jacarezinho (1888), Santo Antonio da Platina (1890), Carlópolis (1900), Cambará (1904), Ibaiti (1909), Quatiguá (1909) e Joaquim Távora (1915).

A última etapa da colonização do chamado Norte Velho do Estado do Paraná foi marcada pela chegada de estrangeiros à região, em especial os japoneses. Segundo Wachowicz (1995), em 1920 um paulista de nome Antonio Barbosa Ferraz obteve a concessão por 70 anos da exploração da ferrovia que ligava Sorocaba à Ourinhos, ambas Estado de São Paulo, com a condição de construção de uma conexão que a levasse até o Estado do Paraná, mais especificamente, até a fronteira com o Paraguai, na margem esquerda do Rio Paraná. Os paulistas levaram a estrada de ferro até as proximidades do município de Cambará e, conhecedores da precariedade financeira de que se encontravam naquele momento, atraíram um grupo de ingleses para o negócio. Desse modo, no ano de 1928 os ingleses assumiram o controle da ferrovia que já era chamada de “São Paulo-Paraná”, perpassando seus trilhos pelas cidades de Andirá, Bandeirantes e Santa Mariana. Nesse mesmo período, a companhia de nome Paiva & Moreira loteava e vendia terras nas proximidades do município de Bandeirantes, nas imediações do KM 125 da Ferrovia São Paulo-Paraná. Nesse local os ingleses construíram uma estação ferroviária, o que propiciou a formação de um núcleo urbano, transformado mais tarde, no ano de 1938, no município de Cornélio Procópio.

De acordo com Wachowicz (1995), neste mesmo período (décadas de 1920 e 1930), os países que haviam aderido ao regime fascista de governo buscavam

⁹ VALUTO era o nome dado pelos sertanejos de São Paulo às terras localizadas na margem esquerda do Rio Paranapanema. (Wachowicz, 1995).

fundar colônias em outros países, em especial naqueles que tivessem terras férteis e potenciais mercados para a comercialização de produtos industrializados, além do objetivo de expansão de suas culturas. Nesse contexto, em 1922, uma missão japonesa adquiriu terras do Sr. Barbosa Ferraz em parte do que era a chamada Fazenda Congonhas. Em 1936, através da Cia Nambei, os japoneses iniciaram a colonização da área, dando origem ao município de Uraí. Após a aquisição da Fazenda Três Barras os japoneses fundaram o município de Assaí, a maior colônia nipônica do Estado do Paraná até os dias de hoje.

Na década de 1930, a ferrovia São Paulo-Paraná ultrapassou as margens do Rio Tibagi, iniciando-se uma nova etapa da história colonização do Norte do Estado do Paraná. De acordo com Arias Neto (1998), na década de 1920, durante o governo de Affonso Alves de Camargo¹⁰, a ocupação do Estado do Paraná foi dinamizada através da concessão de terras a particulares para a realização de empreendimentos que visassem à fixação de pequenos produtores rurais em algumas regiões do Estado. É nesse contexto que se inicia a colonização ou a (re)ocupação do chamado Norte Novo do Estado do Paraná, no qual se localiza o município de Londrina, foco deste estudo.

Conforme explica Cesário (1986), no ano de 1924 o Brasil recebeu a denominada Missão Montagu, formada por políticos e empresários ingleses, a convite do presidente do país, Arthur Bernardes, que objetivava atrair capitais estrangeiros e assim revigorar o sistema financeiro brasileiro. Os motivos da vinda da Missão Montagu ao Brasil são um tema polêmico; ainda que Cesário (1986), Arias Neto (1998), Wachowicz (1995) e Boni (2004) concordem que a missão dos ingleses tenha vindo ao Brasil a convite do governo brasileiro com o fim de aqui expandir seus negócios e acelerar a economia brasileira, Tomazi (1997) expõe que a Missão Montagu foi imposta ao Brasil e não convidada pelo governo brasileiro, como os autores citados anteriormente contam. A Missão Inglesa ou Missão Montagu

[...] veio ao Brasil tendo em vista um pedido de empréstimo de 25 milhões de libras, solicitado por Arthur Bernardes à Casa Rothschild. Esta casa bancária condicionou o empréstimo à presença e às recomendações de uma missão que ela enviaria ao Brasil. Esta missão, portanto teria por

¹⁰ Affonso Camargo (1873 – 1958), foi Presidente do Estado do Paraná (título dado à época ao Chefe do Executivo Estadual) no período de 1916 a 1920 e, posteriormente, retornou ao Governo do Estado durante o período de 1928 a 1930.

objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação de políticas monetária e fiscal que dessem garantias de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa [...] vasculhou toda a estrutura econômica e financeira do Brasil, como verdadeiros auditores externos [...]. (TOMAZI, 1997, p. 182)

A Missão Montagu desembarcou no Brasil em 30 de dezembro de 1923 e deixou o país em 04 de março de 1924, deixando um relatório ao governo brasileiro com conselhos e orientações para a prosperidade da economia, sugerindo o aumento da carga tributária, privatizações de propriedades públicas, aumento da exportação e maior abertura ao capital estrangeiro. Tomazi (1997, p. 182) conta que “apesar de tudo isso, o financiamento não foi concedido, pois o governo inglês havia embargado o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres.”

O que mais nos interessa em relação à Missão Montagu, é que dela fazia parte Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat, um dos principais personagens da história da colonização do Norte Novo do Paraná. Wachowicz (1995) explana que apesar de Lord Lovat fazer parte da missão inglesa, sua vinda ao Brasil era permeada por um objetivo pessoal: estudar a produção de algodão no Brasil. Tomazi (1997) esclarece que Lord Lovat participava de um grupo chamado Sudan Cotton Plantations Syndicate (instalado no Sudão). Esse grupo passava por dificuldades e Lovat estudava outras regiões para iniciar o plantio do algodão para suprir a indústria inglesa da tecelagem.

Boni (2004) conta que, a convite dos fazendeiros que estavam construindo a estrada de ferro entre Ourinhos e Cambará, Lord Lovat visitou o Norte do Paraná e ficou impressionado com a fertilidade das terras daquela região. Quem o atraiu até o lugar foi Barboza Ferraz, fazendeiro paulista citado anteriormente. O objetivo de Ferraz e seus sócios era de que os ingleses se interessassem em investir na Companhia Ferroviária, que não possuía recursos financeiros para seguir com a obra da ferrovia. Lovat tentou na ocasião comprar as terras de Barbosa Ferraz, sem sucesso. Porém, o engenheiro da Cia Ferroviária, percebendo o nítido interesse de Lovat em plantar algodão na região, apresentou-lhe o projeto da ferrovia e junto dele um mapa que demonstrava a existência de terras férteis próximas.

Encantando com tais terras e com a possibilidade de expandir a cotonicultura na região, Lovat contatou um de seus sócios, o gerente da empresa no Sudão, Sr. Arthur Hugh Miller Thomas, conhecido apenas como Arthur Thomas. Boni (2004) conta que os dois se encontraram em Londres e que, após algumas

discussões, decidiram investir no Brasil, fundando a Brazil Plantation Syndicate, subsidiária da Sudan Cotton Plantations Syndicate. O objetivo da Brazil Plantation Syndicate era adquirir terras no Estado de São Paulo e na faixa de terra roxa do Norte do Paraná. De acordo com Arias Neto (1998), entre os anos de 1925 e 1927, a Brazil Plantations Syndicate adquiriu uma área de 515 mil alqueires de terras no Norte do Paraná e em 1928 adquiriu as ações da Cia Ferroviária, conforme objetivava Barbosa Ferraz e seus sócios.

A decisão de investir na região Norte do Paraná, segundo Boni (2004), não estava pautada somente na possibilidade de plantio nas terras férteis da região, mas também na possibilidade que os ingleses viram de colonizar a região, investindo em negócios imobiliários (aquisição de terras para posterior comercialização). Tomazi (1997) justifica que o comércio não estava propício para o algodão, visto que os preços do mercado internacional não estavam favoráveis e a qualidade das sementes brasileiras não era satisfatória. Esses fatores fizeram com que os negócios algodoeiros não prosperassem como o esperado e por isso o interesse dos ingleses em ingressar no mercado imobiliário. A partir desse interesse, em 1925, Lord Lovat e Arthur Thomas fundam em Londres a Paraná Plantations Ltd.

Em 1925, para que pudessem comprar e vender terras no Brasil, visando a atender à legislação local, os ingleses fundam em São Paulo a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), com alguns sócios brasileiros e com a presença de brasileiros na sua administração:

[...] em 1925, no dia 24 de setembro, foi fundada em São Paulo a Companhia de Terras do Norte do Paraná [...] com 99,86% do capital social subscrito pela Paraná Plantation Ltd. É evidente que havia interesses e sócios brasileiros envolvidos no empreendimento. [...] Assim, estrategicamente, o Sr. Antonio Moraes de Barros assumiu a presidência e o Sr. Arthur Thomas a gerência administrativa.” (BONI, 2004, p. 32)

Arias Neto (1998), complementa que a incapacidade inicial da Companhia em captar um segundo capital após ter gasto o primeiro na aquisição de terras e nos negócios com o Estado, com fim de abrir as matas e formar uma *plantation* de algodão, foi superada com a venda dos lotes, acumulando capital para remeter aos acionistas ingleses e para investir na industrialização.

Parte das terras das quais a CTNP possuía interesse pertencia oficialmente ao Governo do Estado do Paraná e encontravam-se também ocupadas por

posseiros e grileiros. De acordo com Tomazi (1997), para que pudesse adquirir as terras, a CTNP contou com a orientação dos advogados João Sampaio e Antonio Moraes de Barros, os quais eram especialistas em negócios de terras em São Paulo e no Paraná. A CTNP contou ainda com o auxílio de um grande fazendeiro de Jacarezinho, que já havia sido Prefeito daquela cidade e Deputado durante três legislaturas. Esse fazendeiro era um filho de ingleses, de nome Willie Brabazon Davis, que veio posteriormente a ser prefeito do município de Londrina. Willie Davis, devido a sua proximidade com a política paranaense, acabou sendo o elo de contato entre a CTNP e o Governo do Estado do Paraná.

Cesário (1986) conta-nos que as negociações entre a CTNP e o Governo do Estado do Paraná se iniciaram em 1925, quando um dos diretores da Companhia junto do advogado João Sampaio se dirigiram a Curitiba para pedir o apoio do então Governador Caetano Munhoz da Rocha. De acordo com Boni (2004), o Governo do Estado do Paraná vendeu terras à CTNP por preços razoavelmente baixos, pois havia grande interesse na ocupação e desenvolvimento da região Norte do Estado do Paraná, “para tanto, era necessário desmatar áreas nativas, transformando-as em produtivas, para, com isso, atrair investimentos e desbravadores dispostos a fincar raízes em áreas ainda inóspitas.” (BONI, 2004, p. 32)

O mesmo autor afirma, ainda, que além do interesse na colonização do Norte do Paraná, outro fator decisivo para que a CTNP recebesse o apoio do Governo do Estado foi o compromisso da Companhia em concluir a ferrovia São Paulo – Paraná, concluindo o projeto primeiro, que era levá-la até Guairá.

Cesário (1986, p. 118) afirma que além do Governador Caetano Munhoz da Rocha, o Governador Affonso Camargo, que reassumiu o Governo do Estado do Paraná em 1928, também apoiou a ação da CTNP; “ambos sabiam das dificuldades em empreender a colonização do Norte do Paraná a partir do sul, tanto pela falta de capitais públicos [...], quanto pelas dificuldades de vias de comunicação.” Tomazi (1997) assevera que além dos fatores expostos acima, existia também uma preocupação do Governo do Estado do Paraná com a formação de “grilos” no interior. A colonização pela CTNP viria a findar com os “grilos” já existentes na região Norte do Estado e evitar que outros mais viessem a surgir.

Apesar do relato de vários autores de que a Companhia pagou preços muito baixos pelas terras adquiridas do Governo do Estado do Paraná, Wachowicz (1995) e Arias Neto (1998) afirmam que o processo de compra das terras do Norte do

Paraná gerou um gasto bastante alto à CTNP, uma vez que a Companhia pagou, em muitos casos, até três vezes pelas mesmas terras: “ao Estado, ao posseiro e aos que possuíam títulos verdadeiros e/ou duvidosos. Faziam questão absoluta de que suas escrituras fossem incontestáveis.” (WACHOWICZ, 1995, p. 256)

Quanto à Companhia Ferroviária, havia grande interesse por parte do Governo do Estado na conclusão da estrada de ferro, visando a facilitar a comunicação com os Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Ademais, havia também grande interesse da CTNP nessa ferrovia, uma vez que ela viria, mais tarde, a “cortar” grande parte das cidades ‘construídas’ pela companhia, propiciando assim o transporte da produção agrícola da região. Segundo Bonni (2004), a CTNP traçou um plano de colonização e expansão da região Norte do Paraná, o qual previa a construção de quatro cidades pólos com distância entre si de cem quilômetros, todas perpassadas pela ferrovia, que mais tarde, após a sua conclusão, chegou até a cidade de Guaíra, na divisa com o Mato Grosso do Sul.

Wachowicz (1995) explana que, em 1929, o primeiro escritório da CTNP foi fundado nas imediações do antigo Patrimônio Três Bocas, localizado a aproximadamente vinte e dois quilômetros da antiga Colônia Militar do Jataí. No entorno desse primeiro escritório, ou melhor, “acampamento”, como chama o autor, criou-se o primeiro núcleo urbano projetado pela Companhia. Esse núcleo veio mais tarde a se transformar no município de Londrina, local da pesquisa deste estudo, o qual abordaremos com maiores detalhes no item posterior.

Paralela à questão da colonização das terras, seguia a construção da ferrovia São Paulo – Paraná, a qual segundo Tomazi (1997), era o maior foco de interesse dos ingleses. O mesmo autor afirma que os ingleses não tinham por tradição investir em negócios imobiliários, mas foi por meio deles que se iniciaram estreitas relações com o Governo do Estado do Paraná. Essas relações levaram a outros tipos de negociações, conforme explana Hoff:

É valioso o outro fato mencionado pelos jornais que ajudam a entender os negócios da Paraná Plantations. Em maio de 1926, o governo do Paraná conseguiu um empréstimo de bancos ingleses no valor de 7.200.000 dólares para resgate da dívida do Estado e para a construção do porto de Paranaguá. Em abril de 1928, o Presidente Affonso Camargo, que havia assumido pela segunda vez a presidência do estado, vende 2 mil apólices do porto de Paranaguá. (HOFF¹¹, 1991 citado por TOMAZZI, 1997, p.190)

¹¹ HOFF, Sandino. **A ocupação do Norte**. In: PAZ, Francisco Moraes, (org.) Cenários de economia e política: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

A partir da década de 1930, a Paraná Plantations/CTNP passou a se estruturar na região do Norte Novo do Paraná e empreendeu seus esforços na venda de terras. Em item posterior deste capítulo abordaremos o assunto do “Discurso Norte do Paraná”, que foi a principal estratégia de colonização da região. De acordo com Tomazi (1997), Lord Lovat, o mesmo que estava presente na já citada Missão Montagu, foi o primeiro a atuar como vendedor da CTNP, divulgando o empreendimento da companhia dentro e fora do Brasil. Lovat visitou vários países europeus com tal objetivo, visando a atrair imigrantes para a região. De um dos contatos com fins publicitários feitos por Lord Lovat surgiu a missão alemã, em 1932, chamada de “Sociedade para Estudos Econômicos de Além-Mar”, que resultou na vinda dos primeiros grupos de alemães à região Norte do Estado do Paraná que se instalou em terras que deram origem posteriormente ao município de Rolândia.

Essa publicidade feita inicialmente por Lord Lovat, segundo Arias Neto (1998, p. 38), atraiu uma vasta clientela à CTNP, em especial europeus que queriam fugir das agruras das crises política e social instaladas com a “consolidação da União Soviética, pela ascensão do fascismo e do nazismo, pela guerra civil espanhola, e também camponeses expropriados pelo processo de desenvolvimento do capitalismo europeu”. Muitos brasileiros também vieram para a região, em sua maioria paulistas e mineiros.

Essa fase da história local, liderada pelos ingleses que estavam à frente da CTNP, ficou conhecida como “fase inglesa” da colonização do Norte do Estado do Paraná. Durante tal fase a companhia fundou cinco núcleos urbanos, além de Londrina: Cambé – que teve como primeiro nome Nova Dantzig (1930), Rolândia (1932), Arapongas (1935), Mandaguari (1937) e Apucarana (1938).

Paralelo ao projeto de colonização da CTNP, outras áreas do Norte do Paraná foram sendo colonizadas, graças à passagem da Ferrovia São Paulo – Paraná. Conforme já citamos, em 1931 e 1936, respectivamente, foram fundados os núcleos urbanos de Assaí e Uraí, frutos da atuação de duas companhias de colonização japonesas¹². Na região Noroeste do Estado, em áreas menos valorizadas que a da região onde hoje está Londrina, surgiram, entre outros, os municípios de Santa Mariana (1934) e Santa Amélia (1938). Ao leste do núcleo

¹² BRATAC – Brazil Tokushoku Kaisha e Nambei Tochikubushiri.

urbano de Londrina surgiram os povoados de Ibiporã (1934), Bela Vista do Paraíso (1939), Porecatu (1941), Sertaneja (1945), entre outros.

O êxito das companhias colonizadoras incentivou o Governo do Estado a lotear sozinho algumas poucas terras que ainda restavam no patrimônio oficial. Dentre os municípios de colonização oficial encontramos: Jaguapitã (1943), Centenário (1944) e Paranaíba (1942), esta a maior e mais próspera de todas.

A CTNP prosperou tanto em seus primeiros anos de atuação que em apenas um ano vendeu sessenta mil alqueires. Porém, em 1944, encerra-se o período inglês de colonização do Norte do Paraná, com a venda da CTNP, que foi atribuída às dificuldades ocasionadas em razão da Segunda Guerra Mundial. Em razão da guerra que ocorria na Europa, os ingleses foram obrigados a repatriar o seu capital para que o governo inglês pudesse custear os gastos com armamentos bélicos.

Tomazi (1997) atribui a venda da Paraná Plantations/CTNP não somente à questão da Segunda Guerra Mundial, mas também à política nacionalista de governo do então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas, “que vetava a propriedade de terras a estrangeiros e onerava, com impostos, capitais estrangeiros aplicados no Brasil” (p. 218). O mesmo autor segue afirmando que outro ponto crucial para o fim da CTNP foi a promulgação de um decreto que determinava o fim da concessão da Ferrovia São Paulo - Paraná para os ingleses:

A hipótese que defendemos é que o decreto da encampação da ferrovia foi o sinal para os ingleses começarem a se desfazer de todo o projeto imobiliário/comercial que havia montado, pois afinal, a ferrovia era o grande “filão de ouro” que poderia continuar rendendo por muitos anos e interessava aos ingleses em termos de uma política mais geral para a América do Sul.” (TOMAZZI, 1997, p. 219)

A estrada de ferro foi primeiramente incorporada à Rede de Viação Paraná – Santa Catarina e mais tarde à Rede Ferroviária Federal. Esse processo gradativo de tomada pela União da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná é explicado por Arias Neto da seguinte maneira:

Essa assimilação da EFSPP, no entanto, não ocorreu de imediato, tendo se efetivado somente em 1944, quando da nacionalização da CTNP. Se isto ocorresse de imediato, e se o governo alterasse o traçado da estrada, provavelmente o empreendimento imobiliário seria comprometido, uma vez que a ferrovia era fator fundamental de valorização das terras. Sem dúvida, o fato de que a transferência da ferrovia tenha ocorrido algum tempo após o que se estabelecia o decreto demonstra que, de certo modo, os defensores

da CTNP dentro do aparelho do Estado obtiveram algum sucesso [...].” (ARIAS NETO, 1998, p. 95)

Assim, mesmo estando ao final de sua trajetória no Brasil, a CTNP ainda mantinha boas relações com o Estado, ainda que muitos autores insistam na distância entre a ação da Companhia e o apoio estatal. Além da questão da ferrovia, o mesmo autor coloca outro ponto que, segundo seu entendimento, foi fundamental para o declínio da Companhia inglesa: a queda da venda de terras. Ele atribui essa baixa na venda de terras à crise mundial de 1929 e ao início da Segunda Grande Guerra Mundial, que refrearam a economia em geral.

Cesário (1986) afirma que ao final da Segunda Guerra Mundial – 1944, a CTNP foi comprada pelos paulistas Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal. Além das terras, foram entregues aos paulistas as usinas hidrelétricas construídas na região do Norte Novo do Estado do Paraná. Em 1951, a Companhia de Terras do Norte do Paraná passou a chamar-se Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná – CMNP.

Além dos compradores citados acima, Cesário (1986) relata que outros grupos econômicos participaram em diferentes momentos da sociedade da Cia Melhoramentos, dentre eles descendentes de homens que foram diretores durante a fase inglesa da CTNP, como Hermann Moraes de Barros, filho de Antonio Moraes de Barros. De acordo com a autora, a Cia Melhoramentos estabeleceu seu escritório no Município de Maringá:

A transferência dos principais negócios da Companhia para Maringá se deu não apenas em função da ocupação progressiva da área formada pelos 515 mil alqueires inicialmente adquiridos, mas também pela aquisição de mais 30 mil alqueires de terras situadas a oeste da gleba principal que deu origem ao hoje chamado “Norte Novíssimo do Paraná” com as cidades de Cianorte, Umuarama, Cruzeiro D’Oeste, Xambrê, Terra Boa e outras, todas fundadas nos anos cinqüenta.” (CESÁRIO, 1986, p. 120)

A colonização da região onde hoje está o município de Maringá não está ligada somente à Cia Melhoramentos, mas remonta ainda ao período da CTNP. Tomazi (1997) afirma que em 1938 um padre alemão, chamado Michael Emil Clement Scherer, iniciou a construção de uma igreja nas proximidades de onde seria Maringá. Esse padre era, junto de outros alemães que migraram na época para o Norte do Paraná, fugitivo do nazismo alemão. Padre Michael teria trocado material ferroviário trazido da Alemanha por terras pertencentes à CTNP, mostrando assim

que mesmo antes da fundação de um núcleo urbano planejado na região do Norte Novíssimo, a Companhia já comercializava terras na região, implantando mais tarde o primeiro núcleo urbano, conhecido como Maringá Velho.

Outro fato importante no processo de colonização ou (re)ocupação do Norte Novíssimo do Estado do Paraná foi a chamada “Marcha para o Oeste”. A Marcha para o Oeste foi um movimento simbólico, ocorrido em 10 de novembro de 1942, que tinha como representação uma marcha rumo às novas terras a serem “civilizadas”. Cesário (1986), conta que a Marcha para Oeste saiu de Londrina em direção ao local que mais tarde viria a se tornar o município de Maringá. A marcha foi promovida pelo então Prefeito de Londrina, Major Miguel Blasi e pelo diretor da CTNP, Arthur Thomas. Muitos moradores da região participaram da marcha, deslocando-se de carro e ônibus por aproximadamente 127 quilômetros, até chegar ao povoado de Maringá Velho, onde foi inaugurado na ocasião um hotel.

A CTNP e posteriormente a Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná foram, em tese, as grandes responsáveis pela colonização do Norte Novíssimo do Paraná. Apesar de seguir com o mesmo plano de colonização já pensado pela CTNP, a Cia Melhoramentos expandiu seus negócios para as áreas da agricultura, pecuária e desenvolvimento industrial. Enquanto Londrina foi o grande marco da atuação da CTNP, Maringá é a grande marca da atuação da Cia Melhoramentos. Cesário (1986), complementa:

Se a “cidade londrina” está ligada em sua origem à fase em que a Companhia foi de propriedade dos ingleses, o surgimento de Maringá se dá já na segunda fase, quando os proprietários paulistas assumem definitivamente o controle da grande empresa. (CESÁRIO, 1986, p. 120)

Maringá foi fundada em 1947, como fruto de grandes estudos sobre o seu traçado, sendo o principal e maior núcleo urbano da região do Norte Novíssimo do Paraná e polo de negócios da Cia Melhoramentos. Wachowicz (1995) e Cesário (1986) concordam que a CMNP não criou nada novo e nem fez grandes empreendimentos, somente seguiu, na essência, as diretrizes do plano colonizador traçado pelos ingleses: lotes pequenos, privilegiando os pequenos produtores; lotes rurais estreitos, localizados a beira de um rio, favorecendo assim o desenvolvimento agropecuário; as cidades foram projetadas com distância máxima de quinze quilômetros umas das outras, para que os produtores rurais não ficassem isolados

em relação aos núcleos urbanos, com quatro grandes centros instalados em locais estratégicos:

As cidades destinadas a se tornarem núcleos de maior importância foram localizadas de cem em cem quilômetros aproximadamente: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Entre essas, de 10 a 15 quilômetros foram fundados outros centros urbanos e comerciais de menor importância. Em volta das áreas urbanas maiores foram criados cinturões verdes, ou chácaras [...]. Todas estas cidades foram planejadas antecipadamente, possuindo aspecto de cidades modernas, bem traçadas geometricamente e de aparência agradável.” (WACHOWICZ, 1995, p. 259)

A questão da divisão das terras a serem comercializadas – as quais foram divididas para venda em lotes pequenos – era questão não consensuada entre os administradores das Companhias (CTNP e CMNP). Apesar de a CTNP ter interesse em vender as terras em grandes lotes, visando a dar prosseguimento às grandes plantações cafeeiras iniciadas no Estado São Paulo, isso não beneficiaria a Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, conforme explica Tomazi, utilizando o depoimento do pioneiro Nixford, que participou do processo de decisão da divisão dos lotes:

[...] consegui uma completa alteração da política de vendas da CTNP. Até agora ela era destinada a vender grandes áreas para fazendeiros, o que naturalmente seria bem mais fácil do que vendas em pequenas partes. Aleguei que, se fossem as terras da CTNP cobertas com fazendas, a EFSP (Estrada de Ferro São Paulo – Paraná) nunca daria lucro, teria só carga para São Paulo para escoar as colheitas, porém não carga de volta porque o trabalhador das fazendas nunca teria necessidades. Mas com a venda de lotes pequenos criavam-se povoados com negócios, escolas, hospitais, etc., em outras palavras surgiram mercados e assim muita carga para a EFSP de São Paulo para cá e também passageiros. (TOMAZI, 1999, p. 79)

Dessa forma, podemos perceber que houve razões nítidas ligadas à pretensão da CTNP de lucrar não só com a venda de lotes, mas também com a ferrovia. Gonçalves (1999) afirma que durante muitos anos explicou-se – através de relatos de diretores da Companhia - a opção da CTNP pela venda das terras em pequenos lotes a partir de uma premissa assistencialista que a CTNP supostamente tinha, tentando aparentar uma preocupação da Companhia inglesa em assegurar o direito à propriedade e ao lucro para populações que viviam do trabalho para grandes latifundiários. Percebe-se através do depoimento do pioneiro alemão Nixford, citado acima, que, nitidamente, assistencialismo não era exatamente o que pretendia a CTNP.

Outra prova de que a CTNP tinha nítidos interesses comerciais e de lucro muito bem planejados, é que tão logo entrou em declínio, na década de 40, conforme já afirmamos aqui, a Companhia sofreu uma grande queda nas vendas de terras na região Norte do Paraná. Tão logo isso ocorreu, a CTNP mudou suas estratégias de vendas, consoante nos conta Nadir Cancian:

[...] houve uma reorientação considerável no que diz respeito à divisão das terras em lotes, aumentando-se o seu tamanho em várias glebas, ao mesmo tempo que houve maior dinamização nas operações de vendas. Ao lado de grandes lotes, foram mantidos muito pequenos, na velha tradição paulista de preocupar-se com a mão-de-obra para as fazendas, o que não existia anteriormente. (CANCIAN¹³, 1981 citada por ARIAS NETO, 1998, p. 99)

Assim, podemos considerar que a região Norte do Paraná, em especial o Norte Novo e Novíssimo, são frutos de uma ocupação induzida e planejada para um objetivo claro. Todas as cidades possuíam um traçado e uma estrutura parecidos, obedecendo a uma rigorosa ordem e a um rigoroso planejamento urbano. As terras eram em demasia férteis, conforme veremos em item posterior sobre a economia local. Tamanho planejamento e racionalidade na instalação das cidades do Norte do Paraná, concebidas através dos projetos das grandes companhias colonizadoras e do Governo do Estado, chamaram a atenção do antropólogo e filósofo belga Claude Lévi-Strauss, que em sua célebre obra intitulada “Tristes Tópicos”, de 1955, relatou suas impressões sobre a região:

Nesses quadriláteros de maneira arbitrária cavados no coração da floresta, as ruas em ângulo reto são, de início todas parecidas: traçados geométricos, privados de qualidade própria. Entretanto, umas são centrais, outras, periféricas; algumas são paralelas e outras perpendiculares à via férrea ou à estrada; assim as primeiras estão no sentido do tráfego, as segundas o cortam e o interrompem. O comércio e os negócios escolherão as primeiras, necessariamente com grande freguesia; e, por motivo inverso, as residências particulares e certos serviços públicos preferirão as segundas, ou a elas serão relegados. Por sua combinação, essas duas oposições entre, de um lado, central e periférica de outro, paralela e perpendicular, determinam quatro modos diferentes de vida urbana que moldarão os futuros habitantes, favorecendo uns e desestimulando outros, gerando sucessos ou fracassos. E não é só: esses habitantes são de dois tipos, os gregários, para quem uma zona será mais tanto mais atraente quanto a implantação estiver mais avançada, e os solitários, preocupados com a liberdade; e se organizará um novo contraponto, complicando o primeiro. [...] Por ora, os emigrantes só pensavam nas árduas alegrias da abundância; famílias pomerânicas ou ucranianas – que ainda não haviam tido tempo de construir uma casa, dividindo com seus animais um abrigo de

¹³ CANCIAN, Nadir. **Cafecultura paranaense 1900/1970**. Curitiba: Grafipar, 1981.

tábuas à beira do riacho – cantavam essa gleba milagrosa cuja impetuosidade precisaram inicialmente domar, qual a de um cavalo selvagem, para que o milho e o algodão frutificassem em vez de se perder numa vegetação luxuriante. Um lavrador alemão chorava de alegria ao nos mostrar o pequeno bosque de limoeiros nascido de uns poucos caroços. Pois esses homens do norte não estavam apenas perplexos com a fertilidade, mas talvez, mais ainda com a estranheza das culturas conhecidas somente pelos contos de fadas. Como a região fica no limite das zonas tropical e temperada, alguns metros de desnível correspondem a diferenças climáticas sensíveis: podia-se cultivar lado a lado as plantas da terra natal e as da América de modo que, encantados com esses divertimentos agrícolas, eles justapunham o trigo à cana-de-açúcar, o linho ao café...” (CLAUDE LEVÍ-STRAUSS¹⁴, 1957 citado por ARIAS NETO, 1998, p. 40-41)

Segundo a historiadora Sônia Adum (1991), esse projeto imobiliário que culminou na colonização ou (re)ocupação do Norte Novo e Novíssimo do Estado do Paraná, como já afirmamos anteriormente, não se deu sem nenhuma fundamentação. Arias Neto (1998), interpretando as impressões da autora, afirma que esse projeto faz parte de um projeto societário maior que representa os interesses do modo capitalista de produção, visando a organizar as cidades de forma a favorecer a implantação da ordem burguesa, dispondo pessoas de uma forma lógica dentro da paisagem local, objetivando moldar essas pessoas para atender às futuras exigências políticas, sociais e econômicas do capital.

O Estado teve um papel fundamental nesse processo de colonização da região Norte do Paraná, favorecendo os interesses do capital. Essa discussão sobre a dimensão da participação do Governo do Estado na colonização do Norte do Paraná é ponto polêmico na literatura sobre a história da região em questão. Ainda que grande parte dos autores coloquem o Estado como omissos nesse processo ou que a CTNP tenha sido o único e grande agente colonizador, Ana Yara Lopes esclarece:

O Governo do Paraná não esteve nada omissos neste processo. Foi fundamental o papel do Estado como dirigente a um fim determinado: nas concessões, nas companhias colonizadoras, nos particulares, na colonização que o próprio governo empreendeu. O Estado não criou a propriedade privada; mas da mesma forma que é difícil de se imaginar o desenvolvimento ‘espontâneo’ do capitalismo, poderíamos dizer que o Estado, se não quase a criou, deu as condições básicas para que ela ocorresse.”(LOPES, 1982, p. 173)

¹⁴ LEVÍ-STRAUSS, Claude. *Tristes Tópicos*. Trad. Wilson Martins. São Paulo: Anhembi, 1957.

A participação do Governo do Estado do Paraná na colonização, favorecendo os interesses privados, também fica nítida nas afirmações de Tomazi:

A CTNP e seus acólitos, esqueceram-se de dizer que o governo também foi um colonizador, além de não escreverem sobre todos os acertos que a CTNP fez com o governo paranaense na compra de terras, bem como na concessão da ferrovia. Estes fatos por si só demonstram a presença dos poderes públicos nesta empreitada. Além disso, o governo paranaense esteve sempre presente na formulação de uma legislação que beneficiou as empresas/concessionárias e principalmente a CTNP. Além da legislação, que poderia ficar letra morta, procurou agilizar o processo das concessões/vendas para que a região em foco, pudesse ser (re)ocupada o mais rapidamente possível. (TOMAZI, 1997, p. 209)

Essa colonização ou (re)ocupação do Norte do Paraná que serviu integralmente ao interesse dos capitalistas ingleses e posteriormente aos brasileiros, vai influenciar drasticamente a política e a configuração do poder local nos anos iniciais das principais cidades da região, em especial em Londrina, foco deste trabalho. Essa influência, ou melhor, essa quase “ajuda” do Estado no processo de ocupação planejada irá trazer para Londrina os primeiros casos de familismo, com a nomeação de parentes dos governantes da capital e do sul para os primeiros cargos públicos em Londrina.

2.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Como já demonstrado no item anterior, a história do Município de Londrina está intrinsecamente ligada à Companhia de Terras do Norte do Paraná. A primeira caravana de homens enviada a Londrina, chamada de “Caravana dos Desbravadores”, foi enviada pela CTNP em 1929. Segundo Bonni (2004), essa caravana partiu de Ourinhos, Estado de São Paulo, em 20 de agosto de 1929 e contava com os seguintes membros: George Craig Smith (funcionário de confiança da CTNP), Alexandre Razgulaeff (engenheiro agrimensor de origem russa), Spartaco Príncipe Bambi (agrimensor auxiliar, descendente de italianos), Alberto Loureiro (português, empreiteiro, responsável por abrir as primeiras clareiras nas matas), Joaquim B. Barbosa (brasileiro, sócio de Alberto Loureiro), Erwin Frohlich (brasileiro, cozinheiro) e Geraldo Pereira Maria (brasileiro, serviços gerais). Os dois agrimensores tinham como função principal fazer a medição das terras compradas pela CTNP e demarcar os lotes para venda.

O mesmo autor conta-nos que esta caravana seguiu até Cambará e ali Alberto Loureiro contratou trabalhadores braçais para seguir até o local onde hoje está Londrina. A caravana, junto desses trabalhadores, seguiu até o local onde atualmente está Jataizinho, que era o último povoado com alguma estrutura e também onde ficava o final da estrada, “dali para frente, só mata.” (BONNI, 2004, p. 46). Ali (em Jataí), os homens da caravana montaram o seu primeiro acampamento e decidiram seguir viagem montados em mulas e burros:

Em Jataizinho, o chefe da caravana comprou mulas e burros de sela. Aquelas para carregar os alimentos e ferramentas. Estes para servir de montaria, pois, a partir de Jataizinho, não havia mais estradas. A viagem seria, segundo depoimento de George Craig Smith, “através de um picadão escuro e barrento no meio da mata virgem”. Smith também se viu obrigado a contratar um índio que conhecesse a região e soubesse cuidar dos animais, para servir de tropeiro. (BONNI, 2004, p.46)

É importante observar que as palavras de Bonni (2004) citadas acima reafirmam o que Tomazi (1997) já demonstrava: as terras onde hoje está Londrina não eram virgens e nem desabitadas, pois se índios auxiliaram Smith e sua caravana a desbravar as terras e já as conheciam a ponto de servirem como guias, é porque ali já habitavam bem antes da chegada dos “desbravadores”, reforçando assim a tese da (re)ocupação do Norte do Paraná.

Ao chegar ao local das terras da CTNP, o empreiteiro Alberto Loureiro e seus homens abriram as primeiras clareiras, construindo dois ranchos de palmito que, segundo registros, foram as duas primeiras habitações do que viria a ser mais tarde o município de Londrina¹⁵. Bonni (2004) afirma que essas duas casas são o que hoje se considera o “Marco Zero” de Londrina, localizado próximo a Estação Rodoviária José Garcia Villar. Os casebres de palmito já não existem mais. O que há no local é apenas uma pedra com uma placa comemorativa em meio à mata nativa¹⁶.

Muitas outras caravanas de trabalhadores foram trazidas ao local pela CTNP. A mata nativa muito fechada e a ausência de tecnologias que facilitassem a abertura das clareiras fizeram com o que o trabalho demorasse mais do que se esperava. Com isso, as primeiras famílias que chegaram ao local depois das

¹⁵ Informações disponíveis nos acervos do Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

¹⁶ O monumento conhecido como “Marco Zero” foi inaugurado em 1984, quando o município de Londrina comemorava meio século de existência.

caravanas de “desbravadores” foram as famílias dos trabalhadores que ali estavam. Bonni (2004) relata que somente em dezembro de 1929 chegaram as primeiras caravanas que traziam homens interessados na compra de terras.

De acordo com Wachowicz (1995), a CTNP fundou o seu primeiro escritório onde atualmente está Londrina, no ano de 1929. Cesário (1986) afirma que os primeiros diretores da CTNP no local foram os advogados João Sampaio e Antonio de Moraes de Barros e o inglês Arthur Hugh Muller Thomas. Thomas residiu em Londrina durante todo o período em que o escritório da empresa esteve sediado naquela cidade.

Os primeiros compradores de terras de Londrina foram quatro japoneses, membros da caravana que visitou o local em dezembro de 1929. De acordo com BONNI (2004, p. 62), “a qualidade da madeira, a abundância da água e a fertilidade do solo foram mais que suficientes para convencer alguns dos japoneses”. Assim, Toshio Tan, Mitsugi Ohara, Massahito Tomita e Massaharu Ohara foram os primeiros compradores de lotes da CTNP. Apesar de terem sido os primeiros a comprar lotes, os japoneses não foram os primeiros a se estabelecer no local. Os japoneses chegaram a Londrina somente em 1933, enquanto os alemães lá já estavam desde o início de 1931.

De acordo com relatórios da CTNP disponíveis no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, os lotes da CTNP foram vendidos para brasileiros (paulistas e mineiros e alguns nordestinos) e para estrangeiros, em sua maioria provenientes do leste da Europa. Vale ressaltar que grande parte dos europeus que se estabeleceram no local já estavam no Brasil; em sua maioria eram funcionários de grandes fazendeiros de café do Estado de São Paulo que com suas economias compraram lotes de terras na região, vendo nas terras férteis do Norte do Paraná a possibilidade de serem prósperos proprietários de terras e não mais empregados. Ou seja, a venda dos primeiros lotes da região não está ligada aos grandes fazendeiros, mas sim a pequenos produtores em busca de independência. Cesário confirma tal informação:

A estratégia de loteamento utilizada pela CTNP propiciou o afluxo não apenas de grandes investidores mas principalmente de moradores dos Estados de São Paulo e Minas Gerais que, apesar de a maior parte não possuir grandes somas de capitais, encontraram os planos de aquisição oferecidos pela Companhia que facilitaram a compra de lotes rurais. Ademais, esses colonos, na maioria sitiantes ou parceiros nos Estados de

origem, levaram para a frente a experiência que tinham com a agricultura. (CESÁRIO, 1986, p. 124)

Esses pequenos proprietários e os profissionais liberais, dos quais falaremos mais adiante, formarão a primeira burguesia local, a primeira classe dominante de Londrina.

O Patrimônio Três Bocas, primeiro nome dado ao local que posteriormente se transformou na cidade de Londrina, nasceu em meio a muitas incertezas no cenário econômico e político mundial. A quebra da bolsa de Nova York, em 1929, afetou a economia do mundo inteiro com a redução das exportações e importações, o que afetou drasticamente a economia cafeeira do Brasil. Ainda, o final da Primeira Grande Guerra Mundial havia avassalado muitos países europeus: as populações européias, vulneráveis com todo o ocorrido, tornaram-se susceptíveis às promessas de políticos como Mussolini, Salazar e Hitler, na Itália, Portugal e Alemanha, respectivamente. Além desses problemas de ordem mundial, o Brasil passava por uma crise política que culminou posteriormente na “Revolução de 30”:

É nesse cenário de problemas econômicos mundiais, agravado por problemas políticos nacionais, que nasce no norte do Paraná, em 1929, um pequeno povoado chamado inicialmente de Patrimônio Três Bocas. Em 1932, o patrimônio passou a ser chamado de Londrina e, em 1934, foi transformado em município e confirmado oficialmente o nome de Londrina.” (BONNI, 2004, p. 56)

Entre o final da década de 1920 e início dos anos de 1930, a CTNP, preocupada com a forma que iria receber seus ilustres clientes (interessados em adquirir terras e investir na região), passou a criar condições mínimas de infraestrutura. O primeiro hotel, de propriedade da CTNP (Hotel Campestre), foi fundado em janeiro de 1930 e teve como seu primeiro hóspede o próprio George Craig Smith, chefe da caravana de colonização do local. Em 1931, foi inaugurada a primeira pensão/hotel particular do Patrimônio Três Bocas, de propriedade de Eugênio Brugin.

Essa descrição da história da cidade em estudo é em demasia importante para este trabalho, uma vez que muitos dos nomes e famílias de “pioneiros” aqui colocados estarão mais tarde fazendo parte da política londrinense, a exemplo de David Dequêch que, junto com Alberto Koch e Otto Schultheiss (este de origem alemã), foram os primeiros a construir casas de madeira no Patrimônio Três Bocas.

Esses três homens foram também os pioneiros do comércio na região. Segundo Bonni (2004), suas casas destinaram-se, na parte dos fundos, à moradia de suas respectivas famílias e, na parte da frente, ao comércio. Dequêch e Koch possuíam armazéns de secos e molhados (Casa Comercial e Casa Central, respectivamente) e Schultheiss montou uma padaria, conhecida como Padaria Otto.

Após a abertura dos primeiros comércios, registra-se o início da atividade industrial em Londrina, em meados da década de 1930, com a instalação de serrarias para beneficiamento de madeira para a construção de casas e estabelecimentos comerciais. A primeira escola do Patrimônio Três Bocas foi construída no local onde hoje está a Colônia Alemã, no patrimônio londrinense de nome Heimital. Essa colônia surgiu, consoante Bonni (2004), porque os estrangeiros tinham dificuldade com a língua local e acabaram por aglomerar-se em um único espaço para manter os costumes religiosos, culturais e gastronômicos. Essa primeira escola foi construída em terreno doado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná, tendo à frente do projeto de construção o pioneiro Carlos João Strass e como primeiro professor o alemão Richard Blumberg. O ensino nessa escola era realizado em alemão. Carlos João Strass viria a protagonizar outras cenas importantes da história de Londrina: foi o primeiro a se casar com alguém residente no Patrimônio Três Bocas, ou seja, protagonizou o primeiro casamento entre residentes do novo povoado.

O pioneirismo de Carlos João Strass não se destaca somente com a escola e o casamento: seu primeiro filho, Carlos Strass, foi um dos primeiros bebês nascidos no local. Carlito, como ficou conhecido Carlos Strass, nasceu no primeiro hospital local, de propriedade da CTNP, que foi inaugurado em 1933. Esse hospital possuía 14 leitos e era conhecido como “Hospitalzinho”. Com a chegada do hospital, vieram também as primeiras farmácias, aumentando assim as atividades comerciais locais. Em 1937 foi fundada a primeira clínica médica particular, de propriedade do médico Jonas de Faria Castro. Em 1939, foi inaugurada a primeira casa de saúde oficial de Londrina, chamada de Posto de Higiene de Londrina, presidido pelo médico Gabriel Martins. Mais tarde, em terreno doado pela CTNP, foi fundado o hospital da Irmandade Santa Casa de Londrina (07 de setembro de 1944).

Em 1932, em meio ao isolamento vivido pelo Patrimônio Três Bocas¹⁷, chega ao povoado a primeira linha telefônica. A primeira usina de energia elétrica foi instalada um ano depois, criada pela CTNP, no local onde hoje está o Parque Arthur Thomas. Essa usina foi fundada no Ribeirão Cambé e funcionava por meio de um gerador a óleo; a energia gerada era suficiente apenas para manter o escritório da Companhia e as casas dos seus funcionários e diretores. A iluminação pública chegou somente em 1938, através da Empresa Elétrica de Londrina Sociedade Anônima (EELSA), de propriedade de Gastão de Mesquita Filho (que mais tarde, conforme aqui já citado, adquiriu parte da Cia Melhoramentos) e Rolando Davis, que obtiveram a concessão por parte da recém-fundada Prefeitura Municipal de Londrina. Um dado importante a ser observado é que Rolando Davis era irmão de Willie Davis, um dos primeiros prefeitos de Londrina, dando aqui mais um indício de que o uso da máquina pública para beneficiamento de famílias também é um fenômeno que ocorre nas cidades emergentes.

Segundo Bonni (2004), em 1933, o primeiro sistema de abastecimento de água de Londrina foi construído pela CTNP. A água era captada na nascente do Córrego Água Fresca e levada até um reservatório no centro do Patrimônio Três Bocas/Londrina através de canaletas de madeira; desse reservatório, a água era distribuída para 288 das 400 casas existentes naquela época. Após a instalação do município de Londrina, a captação e a distribuição da água para consumo passaram a ser responsabilidade da Prefeitura Municipal.

Até o final de 1933, o Patrimônio Três Bocas/Londrina já contava com mais de 1000 habitantes, distribuídos em aproximadamente 400 habitações. Com tantas pessoas, começou a surgir a necessidade de criar espaços de convívio coletivo, conforme explica Bonni:

Além do estrutural, também se tornou fundamental pensar em formas de organização social, pois pessoas e famílias já não viviam mais enclausuradas em suas casas. Queriam vida social, freqüentar igrejas, clubes, festas e bailes; queriam se conhecer, fazer novos amigos, namorar, casar, constituir famílias. (BONNI, 2004, p. 74)

¹⁷ Bonni (2004), afirma que o Patrimônio Três Bocas ficou “ilhado” em razão da Revolução Constitucionalista. O tráfego na estrada de ferro que chegava até Jataizinho e que era a única forma de chegada ao patrimônio em questão foi interrompido. Isso dificultou tanto a chegada de pessoas quanto a chegada de mercadorias, em especial alimentos, ao local.

Conta-nos o autor citado que em junho de 1933 foi criada a Associação de Japoneses, que oferecia atividades gastronômicas, esportivas, culturais, recreativas e religiosas. Essa associação criou em julho do mesmo ano a segunda escola local, a Escola Japonesa. Outro ponto da vida social londrinense era a chamada “República”: localizada no centro da cidade (imediatamente atrás do local onde hoje está a Catedral de Londrina), o casebre de madeira serviu de moradia a alguns bem sucedidos e solteiros funcionários da CTNP, dentre eles: George Craig Smith (que era o chefe do escritório da Companhia), Luiz Estrella (contador), Dino Schneider (secretário) e Eungênio Vítor Larinoff (tesoureiro). A “República” ou a “Casa” tornou-se lugar muito conhecido na região devido às grandes festas, de traje a rigor, promovidas no local.

A movimentação cultural começa também em 1933, quando a primeira sala de cinema entra em funcionamento em Londrina, chamada Cine Teatro Nacional. Os proprietários desse cinema eram, conforme explana Bonni (2004), Misael de Almeida, Antônio Iglesias e Dionísio Gonçalves. Em 1934 o Sr. Augusto Caminhoto fundou o segundo cinema do local, nominado primeiramente de Cine Avenida. O mesmo Augusto Caminhoto fundou também, na década de 1940, o Cine Municipal, que tinha como especificidade a exibição de filmes japoneses. Em 1938, o terceiro cinema local foi inaugurado, com equipamentos mais modernos e reproduções cinematográficas mais profissionais que as duas salas já existentes na cidade.

Um outro ponto da vida “social” do Patrimônio Três Bocas era a “Zona do Meretrício”. Sabe-se de sua existência, mas muitos ainda insistem em dizer que seria apenas uma casa de jogos ou um local para reunião política de homens importantes do local. Bonni (2004) relata que não há qualquer registro de datas ou outros documentos que comprovem a existência do lugar, mas ela está presente nos relatos dos pioneiros da cidade:

Dizem as más línguas que muitas moradoras eram amantes exclusivas de figuras importantes da cidade, de diretores da Cia de Terras a latifundiários; de autoridades públicas a “coronéis”. [...] imagine se a zona do meretrício – a casa dos mundanos prazeres carnavais, que todos sabiam onde ficava, a maioria dos homens freqüentava, mas que, em nome da religiosidade, da decência, da moral e dos bons costumes, todos faziam vistas grossas e a condenavam – seria motivo de registros de documentação para a posteridade. [...] Para todos os efeitos, ela existia, mas só era frequentada pelos “outros”. (BONNI, 2004, p. 226)

Quanto à comunicação, além das poucas linhas telefônicas existentes na cidade, os moradores do Patrimônio Três Bocas/Londrina contavam ainda com a possibilidade de receber e enviar cartas. Porém, até 1932, essas cartas tardavam bastante a chegar no local porque as correspondências eram trazidas de trem até Cornélio Procópio e de lá seguiam primeiro de balsa e depois transportadas por burros até Londrina. Entre 1932 e 1934 as cartas chegavam de trem até Jataizinho e chegavam a Londrina via transporte rodoviário. Somente a partir de 1935, com a chegada da estrada de ferro, as cartas chegavam direto em Londrina. Até 1934 não havia sistema de distribuição das correspondências, sendo que elas ou eram deixadas em uma caixa de papelão na estação rodoviária pertencente à CTNP ou eram deixadas em alguma casa comercial indicada na carta para que seu dono posteriormente a recolhesse. A primeira agência dos Correios foi instalada na cidade em estudo em 5 de julho de 1934, organizando assim o serviço de envio, recebimento e entrega das correspondências.

O primeiro veículo de imprensa de Londrina surgiu às vésperas da emancipação do Município, em outubro de 1934. Como já seria de se imaginar, a CTNP teve um papel fundamental na fundação do Jornal Paraná Norte, que tinha circulação semanal. Bonni (2004) analisa que o objetivo da CTNP ao criar o Paraná Norte era de que ele servisse de veículo de propaganda das terras férteis do local; para tal, encaminhava exemplares aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, propagando a idéia do “Eldorado” existente no Norte do Paraná. Além disso, mais adiante observaremos que o Jornal Paraná Norte teve também papel fundamental na articulação e porque não, na manipulação, da política londrinense, na época da sua emancipação e instalação do município. Os motivos que levavam a CTNP a utilizar-se do jornal para influenciar as decisões políticas da população local podem assim ser explicados: “como a cidade estava, sabidamente, prestes a se emancipar politicamente, ela não queria, por exemplo, um prefeito que lhe revogasse privilégios e, muito menos, cobrasse-lhe impostos.” (BONNI, 2004, p. 233)

Segundo o autor citado, foi Carlos Almeida, o primeiro “inspetor de quarteirão” do local, que fez a grande investida para a abertura do Jornal Paraná Norte. Ele e outros funcionários da CTNP convenceram o recém-chegado jornalista Humberto Puigari Coutinho a fundar o referido jornal. Carlos Almeida assinava o periódico como “Diretor”. O primeiro número data de 09 de outubro de 1934, mas por um atraso na gráfica somente circulou no dia 12 de outubro do mesmo ano. Após a

instalação do município de Londrina, o Jornal Paraná Norte passou a contar com o auxílio de recursos públicos da Prefeitura Municipal, pois, sendo o único jornal da cidade, era o responsável por todas as publicações oficiais. Ademais, era função também do jornal elogiar a atuação dos gestores estaduais e nacional, até então responsáveis por nomear os prefeitos da cidade. O Paraná Norte esteve sobre o comando de Puigari Coutinho até a década de 1940, quando foi vendido ao fazendeiro e corretor de imóveis Dario Ferreira, que em 1944 vendeu-o para João Alves e Josino Rocha Loures, que até 1953, quando o jornal deixou de circular, utilizaram-no como veículo com finalidade deliberadamente política, como veremos no último capítulo deste trabalho.

O transporte também era uma grande preocupação da CTNP. Como o objeto dos negócios da CTNP eram os empreendimentos imobiliários, vender as suas terras era o principal objetivo. Para tanto, seria necessário dar condições aos potenciais compradores chegarem até o local para visitar as terras e se empolgar com elas:

Era preciso atraí-los para uma visita à região, que poderia se transformar em negócio. Portanto, era preciso recebê-los, acomodá-los e impressioná-los da melhor forma possível. Para recebê-los e acomodá-los, era preciso criar infraestrutura e, para tanto, precisava de mão-de-obra. Impressioná-los ficaria por conta da qualidade das matas (madeira), da fertilidade do solo e da generosidade do clima, com estações de chuvas e sol propícias para as lavouras. Assim, o transporte do trecho Jataizinho – Londrina – Jataizinho dados seus interesses e necessidades, era uma “cortesia” com segundas intenções; uma espécie de estratégia de venda. (BONNI, 2004, p. 87)

O citado transporte tratava-se de dois caminhões que buscavam os passageiros em Jataizinho e os traziam até Londrina. Segundo o mesmo autor, não foram raras as vezes em que os próprios passageiros tiveram que empurrar os veículos, dado a precariedade dos caminhões e da estrada que ligava as cidades. A primeira rodoviária de Londrina foi fundada em 1934¹⁸ e era de propriedade da Cia Ferroviária São Paulo – Paraná. Essa primeira rodoviária dividia o prédio com o almoxarifado da CTNP. Em 1934, a CTNP ofereceu a concessão da linha Jataizinho – Londrina a um mecânico alemão, dando-lhe também a concessão do uso dos dois caminhões que já vinham realizando o transporte de passageiros. Esse alemão era

¹⁸ Informações disponíveis no site oficial do Terminal Rodoviário José Garcia Villar. Disponível em <<http://www.trl.com.br/terminal/historico.htm>>. Acesso em 12 ago.2013.

Matias Heim. Vale ressaltar que Matias Heim foi o escolhido para explorar esta concessão porque desde 1932 já cuidava do setor de transportes da CTNP.

Mathias Heim, para poder tocar seu negócio buscou um sócio. Acabou por encontrar um caminhoneiro de origem espanhola, Celso Garcia Cid, que havia chegado a Londrina em 1933. Assim, em 1934, foi fundada a Companhia Rodoviária Heim & Garcia. A companhia possuía apenas uma linha (Londrina – Jataizinho) e apenas um veículo, que ficou carinhosamente conhecido como “Catita”¹⁹. O trajeto entre Londrina e Jataizinho não passava de 30 quilômetros, no entanto, a “Catita” demorava um dia inteiro para fazer o percurso. Mesmo que a empresa tenha prosperado, em 1936 Mathias Heim comunicou sua intenção de deixar a sociedade. Em 1938, vendeu a sua parte da empresa para o espanhol José Garcia Villar, sendo fundada assim, em fevereiro de 1938, a Companhia Rodoviária Garcia & Garcia. No mesmo ano, a Companhia Rodoviária fundou a segunda estação rodoviária de Londrina, localizada imediatamente em frente do escritório da CTNP. Ainda em 1938, a estação rodoviária mudou de localização, sendo instalada em frente à agência dos Correios. Em 1955, a Companhia Rodoviária passou a chamar-se Viação Garcia Ltda, sendo até os dias atuais uma das maiores empresas genuinamente londrinense²⁰, que durante décadas foi a grande potência do Norte do Paraná na área de transporte rodoviário de cargas e passageiros.

Quanto às questões de segurança pública, o Patrimônio Três Bocas/Londrina possuía problemas como qualquer outro lugar. Bonni (2004) afirma que os principais problemas de segurança do local estavam relacionados à posse de terras, discussões políticas e ideológicas ou religiosas que poderiam culminar em brigas e até mesmo em mortes, uma vez que era costume dos homens do campo portar armas brancas ou de fogo. De acordo com o mesmo autor, não existem registros claros sobre a história da polícia em Londrina. Registra-se a existência, entre 1930 e 1932, de um inspetor de quartirão de nome João Wanderley, que era também funcionário da CTNP. Sabe-se também que Carlos Almeida, que mais tarde será peça fundamental da política londrinense, ocupava, em 1934, o papel de uma

¹⁹ A “Catita” era uma jardineira que foi construída a partir de um caminhão Ford, ano 1932, adaptado para transportar passageiros. Tornou-se um dos símbolos da história do Município de Londrina.

²⁰ Ressalta-se que a empresa existe até os dias atuais, mas a família Garcia já não é mais a sócia majoritária da empresa.

espécie de vigia, indicado pela CTNP, mais tarde foi elevado ao *status* de delegado²¹.

Existem também registros da existência de um outro delegado de nome Aquiles Ferreira Pimpão, personagem bastante mítico na cidade até os dias atuais, conhecido pelos métodos truculentos que utilizou durante o seu período no suposto cargo de delegado. Pimpão fazia parte dos chamados “homens do sul” vindos de Curitiba para assumir funções públicas na cidade. Em 1934, o primeiro crime de grande repercussão na cidade teve o envolvimento do primeiro médico do local, citado anteriormente, Sr. Kurt Peter Muller, que ao flagrar sua esposa com outro homem, matou-a. O médico não foi punido porque fugiu da cidade. Não havendo autoridades formalmente constituídas, não houve busca ao foragido e nem qualquer tentativa de sua apreensão.

Quanto às autoridades judiciárias, Londrina passou a ter o status de Comarca somente em 18 de janeiro de 1938, através do Decreto nº 2613/1938, assinado pelo então Governador do Estado do Paraná, Manoel Ribas. Até então Londrina estava subordinada no que tange ao Poder Judiciário à Comarca de Jataizinho. Após 1934, o Governador do Estado do Paraná, Manoel Ribas, instalou na cidade o Distrito Judiciário de Londrina, o qual funcionava em um prédio anexo à primeira sede da Prefeitura Municipal de Londrina. Esse Distrito teve como seu primeiro Juiz de Paz o Senhor João Wanderley e como primeiro serventuário de justiça o senhor Guilherme Braga de Abreu Pires. Porém, somente os registros civis eram lavrados em Londrina, os casos complicados ainda eram dirigidos à Comarca de Jataizinho. O primeiro Juiz de Direito de Londrina, empossado em 1938, quando da instalação da Comarca, foi Augusto Faria Rocha e o primeiro promotor público foi o Darcy Pereira Alves.

Os primeiros cartórios de Londrina, segundo Bonni (2004), foram fundados também em 1938, sendo eles: Cartório de Tabelião e Notas, Oficial de Protestos de Títulos e Escrivão do Cível e Comércio, tendo como tabelião o Sr. José de Oliveira Rocha; Cartório de Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Escrivão de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, tendo como tabelião Claudino Ferreira dos Santos.

²¹ Bonni (2004) conta ainda que existem registros, através de jornais, de que, entre os anos de 1935 a 1938, um senhor de nome Severiano José de Souza ocupou o cargo de delegado, mas não existem registros oficiais que comprovem tal informação.

A primeira universidade veio tardiamente, fundada somente em 1956, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina foi reconhecida só em 1960 tendo o professor Lauro Gomes da Veiga como seu primeiro diretor. Em 1970 foi elevada à universidade e consagrou-se, como veremos no próximo capítulo, como um dos principais locais de recrutamento de jovens políticos que se transformaram em famílias no poder em Londrina.

2.3 FORMAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO IMAGINÁRIO DO “ELDORADO”

Pensar em economia em Londrina requer resgatar alguns pontos já tratados nos itens anteriores, em especial relacionados à Companhia de Terras do Norte do Paraná e à ação dos ingleses. A CTNP foi a grande agente da colonização do município de Londrina, com apoio e muitas facilidades ofertadas pelo Governo do Estado do Paraná. É também da Companhia o mérito de trazer as condições mínimas para a vida na cidade: transporte, luz elétrica, água, telecomunicações, etc., abrindo assim os caminhos para o progresso da economia local. A própria identidade local, construída a partir do imaginário dos imigrantes e pautada na promessa de fertilidade das terras, também tem, em grande parte, as “mãos” da CTNP.

Além da CTNP, um outro ator, se é que assim podemos chamá-lo, foi fundamental para a economia e para a sociedade londrinense: o CAFÉ, ou o “El Dorado”, como ficou registrado na mente dos primeiros londrinenses, numa clara significação do café como o ouro que vem da terra. A importância do café na economia local é amplamente discutida e polemizada pelos vários autores que analisam a história de Londrina e do Norte do Paraná. Muitos deles, como Wachowicz (1995), afirmam que o café foi fundamental para o desenvolvimento da região em estudo, mas reconhece que esse não foi o único produto agrícola produzido na região, afirmando a existência de plantações de soja, milho, arroz, cana-de-açúcar, mamona, rami, etc., mas com grande predominância da cafeicultura. Gonçalves, concordando com Wachowicz (1995), afirma:

Embora a área jamais tenha se tornado monocultura, abrigando vários outros cultivos [...] a presença dominante do café até finais da década de 1960, fazia com que todas as demais atividades agrícolas e boa parte da economia urbana ficasse na dependência de seus ciclos internos e de suas possibilidades de crescimento extensivo. (GONÇALVES, 1999, p. 103)

Cesário (1986) também rebate os autores que afirmam a existência da monocultura do café. A autora vai além, afirmando que o auge do café somente ocorreu graças às práticas anteriores de diversidades de culturas agrícolas que proporcionaram suporte econômico até que os cafezais começassem a produzir e gerar lucro aos agricultores. Segundo ela, os produtos cultivados na região não serviam somente para a subsistência das famílias ali localizadas, mas geravam também um excedente que era comercializado com intermediários, tornando-se também fonte de renda para os produtores.

Apesar do quase consenso quanto à existência de diversidades de culturas agrícolas na região de Londrina, é inegável que o café e a publicidade feita sobre ele pela CTNP foram a mistura fundamental para a formação da economia londrinense nos primeiros anos de existência do município. Tal influência, do café e da CTNP, na formação da economia e da sociedade londrinense está explícita nos trabalhos de Cesário, conforme exemplo citado abaixo, no qual a autora faz uma análise da expansão da cafeicultura no Norte do Paraná:

Através de uma perspectiva de história econômica no norte do Paraná, o que se assistiu foi à continuação do desenvolvimento de um núcleo capitalista da economia nacional, a cafeicultura, desenvolvimento este que na região explorada pela Companhia de Terras tomou ainda um maior vigor e dinamismo, o que possibilitou, inclusive, uma diversificação das atividades econômicas e da sociedade. Este núcleo da economia nacional, na área considerada, além de ter sido comandado pelo capital, permitiu uma diferenciação das atividades – o café nunca se constituiu em monocultura no norte do Paraná. Com ele se implantou um moderno sistema de transportes e um crescimento urbano notável acompanhado de um moderno setor bancário e de serviços” (CESÁRIO, 1986, p. 129)

Como já afirmamos anteriormente, a fertilidade das terras do Norte do Paraná e o café foram fundamentais na construção da identidade da sociedade norte paranaense, em especial dos londrinenses ou daqueles que para lá migraram. Essa espécie de identidade criada a partir do café e das terras criou o que Tomazi (1997 e 1999) chamou de “Discurso Norte do Paraná”:

[...] o discurso “Norte do Paraná” traz consigo um conjunto de idéias e imagens, quase que formando um bloco fundido e refundido onde a sua simples enunciação faz com que se faça uma identificação com algumas idéias basilares: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, pequena propriedade, terra onde se trabalha, pioneirismo, terra roxa, enfim, todo um conjunto de idéias e imagens construído através de vários anos, mas estruturado, principalmente entre os anos 30 e 50, procurando assim criar uma versão, do ponto de vista de quem domina, para o processo de (re)ocupação desta região.”(TOMAZI, 1997, p. 12)

Ligadas a esse discurso estão expressões célebres como o “Novo El Dorado”, “Nova Canaã”, “Terra da Promissão”. Muitas destas expressões começaram a ser utilizadas a partir de propagandas promovidas pela CTNP, que enalteciam a fertilidade das terras roxas do Norte do Paraná e a possibilidade de prosperidade e felicidade no local. Um folheto distribuído pela CTNP em 1935 dá o *start* a esse processo de construção do imaginário da terra prometida. Tal folheto traz como título: “O melhor rumo, o melhor futuro, é colocar-se no Norte do Paraná, adquirindo uma área por menor que seja, da CTNP”. Outro panfleto propagandístico, disponível no Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss, traz como título “Sinta a Alegria de Viver e Prospere no Norte do Paraná”. No mesmo panfleto, a CTNP enumera as vantagens de adquirir terras da Companhia no Norte do Estado do Paraná: 1) Títulos de domínio absolutamente seguros; 2) Fertilidade e Salubridade; 3) Estrada de Ferro e Boas Estradas de Rodagem; e, 4) Água de uma Pureza Invulgar. Este folheto circulou, na década de 1940 por todo o Brasil e até mesmo pelo exterior. Arias Neto (1998) questiona tal estratégia de divulgação com a seguinte indagação, afirmando o quão vazias eram essas propagandas que, ao mesmo tempo, serviram para construir esse lugar ideal:

O que é o Norte do Paraná? É uma região imprecisa, definida pela imaginação daqueles que, lêem um cartaz da Companhia que os convida para o melhor futuro e ouvem falar de um lugar em abertura, para o qual não se sabe muito bem por onde vai, mas no qual a terra, em se plantando, tudo dá. Um paraíso incrustado na floresta virgem e misteriosa que aguarda ansiosamente os novos conquistadores, os novos homens, oriundos de todos os lugares, que embarcarão rumo ao desconhecido para, mais uma vez, tentar “fazer a América”, um estranho continente de contorno incerto, num mapa de imaginação.” (ARIAS NETO, 1998, p. 32)

Arias Neto (1998) afirma que essa estratégia de propaganda da CTNP fazia parte de um projeto maior do Governo Federal, com Getúlio Vargas a sua frente, de expansão da fronteira para o oeste em todo o país. Esse movimento foi chamado de

“Marcha para o Oeste” e foi plagiado pelos paranaenses quando da colonização da região de Maringá, conforme já relatado. O mesmo autor segue afirmando que, como o objetivo da Companhia era a venda de lotes, independente de ser na área urbana ou rural de Londrina, as propagandas trataram de fazer uma fusão das imagens do campo e da cidade. Falava-se da fertilidade e da prosperidade do campo e, conseqüentemente, do progresso e modernização trazidos para a cidade pela riqueza produzida no campo, exaltando o planejamento urbano de Londrina e o acesso aos serviços.

Tomazi (1999) opina que a construção desse discurso ufanista sobre o Norte do Paraná fazia parte de uma estratégia da CTNP de construir uma imagem da Companhia como o grande agente colonizador e promotor do progresso na região em estudo. Cesário (1986) concorda com Arias Neto (1998) e Tomazi (1999), fazendo a análise a partir da ótica do avanço das fronteiras como parte do projeto de expansão do capitalismo no Brasil. Segundo a mesma autora, o avanço da fronteira foi propiciado pela debilidade da burguesia paranaense que permitiu a entrada da burguesia paulista e inglesa com o respaldo dos Governos Federal e Estadual. Esse avanço da fronteira pela burguesia externa propiciou a criação de significados míticos, como: 1) valores cosmopolitas atribuídos aos ingleses; 2) ideia de um novo bandeirantismo paulista; e, 3) expansão de uma ilha econômica livre da soberania do Estado.

A partir desta perspectiva, a autora citada acima afirma que a identidade do Norte do Paraná se criou a partir de uma leitura dos envolvidos no processo de colonização, leitura essa que não deu conta de captar as nuances de um processo que nada mais era do que a consolidação de um projeto capitalista na região. Esse discurso e essa identidade foram construídos através da transformação do capital econômico em capital social, cultural e político, atribuindo aos mineiros, paulistas e ingleses títulos quase heróicos. Ainda, esse discurso gerou um campo simbólico reproduzido até os dias atuais na região em estudo através das publicações oficiais, das escolas, etc.

Essa identidade formada a partir da ideia de que a região de Londrina assemelhava-se à terra prometida, contribuiu para um processo que Tomazi (1999) chama de “clivagem norte/sul”, ou seja, para um processo de separação e disputa de territórios de poder que, segundo o autor, nunca ocorreu de fato, mas sim no campo dos discursos dos “paranaenses do norte” e dos “paranaenses do sul”, como

se referiam às pessoas da capital (que fica ao leste do Paraná) e das regiões tradicionais do Estado do Paraná. Alguns setores levaram essa clivagem a sério, propondo inclusive a criação do Estado do Paraná do Norte:

Essa construção discursiva tem um desdobramento que se consubstanciou nas várias propostas de se criar um estado à parte na região norte-paranaense. Essas tentativas aparecem desde a Constituinte de 1934, mas internamente em 1939 quando houve a aprovação de uma moção pela Associação Comercial de Londrina, encaminhada ao presidente da República, solicitando a criação do Estado do Paraná do Norte. Na década seguinte, em 1949, e depois em 1956, apareceram outras propostas, quando um grupo de cafeicultores e de prefeitos procurou agilizar a separação e conseqüentemente a criação de um novo estado. Em 1979, novamente vem à tona a mesma proposta, tendo como arauto Dalton Paranaguá, ex-prefeito de Londrina e ex-secretário de Saúde do estado do Paraná. Enfim, a fundamentação sempre foi a mesma: o governo instalado na capital, Curitiba, não dedicava a devida atenção ao “norte”. Por isso, era necessário um estado só do “norte”, pois assim o território teria “donos” da própria região. (TOMAZI, 1999, p. 61)²²

Porém, essa identidade construída a partir da fertilidade da terra e da riqueza produzida por meio da cafeicultura trouxe problemas aos londrinenses nos dias atuais, que sofrem com um “não um lugar” em termos de identidade regional. Com a derrocada do café e a agricultura perdendo a condição de grande produtora da riqueza regional, os moradores da região tendem a buscar a identidade numa espécie de “bairrismo” que cultua o passado, como relata Tomazi:

Como não há mais elementos que a diferencia das outras regiões circunvizinhas, procura-se fazê-lo através de um discurso que olha para trás, evidenciando uma espécie de culto do passado. (TOMAZI, 1999, p. 65)

Já que o café foi um elemento fundante na construção da identidade da região em estudo e, em especial, foi elemento chave na economia local, cabe-nos aqui apresentar um pouco sobre ele. Conforme Ferreira (1999), a produção cafeeira entrou no Estado Paraná pelo Norte Velho, ou Norte Pioneiro, na região conhecida

²² Além das tentativas aqui mencionadas, vale relatar que o imaginário do Norte do Paraná como Eldorado vige até os dias atuais. Na década de 1990, o vereador Carlos Kita, de Londrina, contrariado pelo “descaso” do Governo do Estado do Paraná com a região de Londrina, propôs novamente a criação do Estado do Norte do Paraná, mas não conseguiu grande adesão com outros políticos da região. Os argumentos utilizados nessas proposições sempre foram o fato quase mítico de que o Norte do Paraná produzia a riqueza que era consumida pelo “paranaenses do sul”. Não é difícil escutar de pessoas mais antigas da cidade de Londrina falas como: “enquanto as formigas trabalhavam, as cigarras cantavam”, sendo os norte-paranaenses representados pelas formigas trabalhadeiras e os paranaenses do sul representados pelas cigarras.

como Vale do Itararé. Devido à grande presença de paulistas nesses núcleos, a economia local estava sob o domínio da economia paulista a qual já tinha o café como seu maior produto agrícola.

Wachowicz (1995) afirma que o Norte do Paraná se consolidou na produção cafeeira a partir da década de 1940. Até então, respondia por aproximadamente 3% da produção total do café nacional. A produção iniciou-se na região de Jacarezinho, a qual nos últimos anos do século XIX já produzia café em quantidades suficientes para a exportação. Até a década de 1920 a produção do café no Estado do Paraná vinha sendo freada pela ação dos Estados concorrentes, como o Estado de São Paulo. Como já citado anteriormente, muitos dos compradores das terras da CTNP e CMNP eram pequenos produtores rurais vindos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, em grande parte ex-funcionários dos grandes fazendeiros de café daqueles estados. Esses pequenos produtores iniciaram a produção do café na região de Londrina, o que causou grande preocupação aos fazendeiros de São Paulo, em especial²³. Exemplo disso, é o que nos conta Wachowicz:

Na década de 1920, o governo federal, influenciado por São Paulo, criou o imposto de 1\$000 rs. por cafeeiro novo plantado. Isto representava um sério golpe na jovem cafeicultura paranaense.” (WACHOWICZ, 1995, p. 260)

Segundo o mesmo autor, esse imposto visava não somente frear a cafeicultura paranaense, mas também, coibir a migração de paulistas e mineiros para o Estado do Paraná. Foi em razão desse imposto que os londrinenses travaram a primeira grande “briga” política com o Governo Federal, saindo vencedores dela, uma vez que a partir do movimento paranaense a lei foi modificada, onerando com o referido imposto apenas os estados que já possuíam mais de 50 milhões de pés de cafés plantados. Ferreira (1999) opina que a alteração dessa lei favoreceu sobremaneira o Estado do Paraná. Os Estados de Minas Gerais e São Paulo estavam sendo onerados com o imposto, o que levou os produtores daquela região a buscarem possibilidades de produção de café em estados que estavam excluídos desse ônus.

Outro fator que prejudicou a arrancada da economia cafeeira do Estado do Paraná foi a dificuldade em escoar o produto para a exportação. Havia dificuldade

²³ A supremacia do Estado de São Paulo sobre o Estado do Paraná no que concerne à cafeicultura é demonstrada pelos números: na década de 1920 o Paraná possuía 17 milhões de pés de café plantados, contra 800 milhões de pés plantados no Estado de São Paulo. (Wachowicz: 1995)

no transporte do café até o Porto de Paranaguá. A Estrada de Ferro São Paulo – Paraná acabava por favorecer o escoamento das cargas para o Porto de Santos e com isso o Estado do Paraná perdia muito economicamente. Segundo Wachowicz (1995), para cada saca de café exportada através do Porto de Santos, o Estado do Paraná perdia 8\$000 rs. Conta-nos o mesmo autor que as dificuldades na exportação do café se davam pelos seguintes motivos: ausência de firmas no Norte do Paraná para compra e beneficiamento do café; laços de amizade entre os donos das firmas existentes no Estado com comerciantes e exportadoras paulistas; e, tarifas ferroviárias mais baratas nas ferrovias paulistas. Para reverter tal situação o Paraná passou a incentivar a criação de firmas particulares de beneficiamento do café para concorrer com as firmas paulistas e diminuiu as taxas de exportação no Porto de Paranaguá.

Nesse período, a erva-mate era ainda o produto agrícola mais tradicional do Estado do Paraná, com grande representação na economia estadual. Porém, com os incentivos acima citados, já na década de 1935 o café quase se igualou a erva-mate. Nesse ano, segundo Wachowicz (1995), a erva-mate correspondeu a 15% da receita do Estado enquanto o café chegou à marca de 14,4%. Nas décadas de 1940 e 1950 o café assumiu o papel de principal produto da economia paranaense, tornando-se o maior produtor brasileiro, representando 60% da produção nacional de café. A partir da década de 1940, consoante o mesmo autor, o centro produtor de café deslocou-se do Norte Pioneiro para a região de Londrina. Segundo Arias Neto (1998), grandes fazendeiros instalaram-se na região em questão aproveitando da mudança na política de vendas de lotes promovida pela CTNP na fase final de sua atuação, conforme já explicitado neste trabalho.

Nesse período, visando a favorecer o escoamento da produção de café do Norte Novo para o Porto de Paranaguá, o interventor do Paraná, Manoel Ribas, construiu uma estrada rodoviária, hoje conhecida como Estrada do Cerne, ligando Paranaguá – Piraí do Sul – Jataizinho. No entanto, o problema do escoamento do café norte paranaense só se resolveria efetivamente na década de 1960, quando foi inaugurada a Rodovia do Café (que liga a capital do Estado Paraná ao Norte do Estado do Paraná) e da Ferrovia Ponta Grossa – Apucarana.

Junto da expansão da cafeicultura na região de Londrina, viu-se também, conforme afirma Ferreira (1999), o crescimento populacional da região. Além dos paulistas e mineiros que vieram para o Norte do Paraná, sejam os grandes

fazendeiros paulistas que se instalaram no Norte Velho ou os pequenos produtores instalados no Norte Novo, grandes frentes de trabalho se abriram com a cafeicultura, o que propiciou a migração de muitos trabalhadores vindo de todo o Brasil, em especial da região Nordeste do país, em busca de trabalho. Em 45 anos, a densidade demográfica da região em estudo saltou de 8,9% para 75,9%. Gonçalves (1999) concorda com Ferreira (1999), atribuindo à cafeicultura o grande *boom* populacional da região Norte do Paraná, colocando como inegável a relação direta entre a expansão cafeeira e o crescimento populacional da região de Londrina.

Barroso relata esse crescimento demográfico a partir de uma visão de quem a vivenciou:

De fato, até 1947, o progresso do norte foi seguindo seu caminho normal e sem agitação. Mas, aberta a porteira... a boiada estourou. Uma verdadeira avalanche humana, saindo de todos os recantos do Brasil e até do estrangeiro, precipitou-se sobre este norte, na faina de adquirir terras e se enriquecer de um dia para o outro, que tal estouro da boiada não será contido por nenhuma força humana, nenhuma medida governamental. (BARROSO²⁴, 1956 citado por ARIAS NETO, 1998, p. 143)

O declínio do café começou ao final da década de 1960, motivado pelas geadas de 1963, 1964 e 1966, pela política de redução da produção nacional do café e pelo crescimento da produção da soja. Após as geadas, os agricultores preferiram não arriscar na produção cafeeira, por medo de perder novamente toda ela. Segundo Tomazi (1997) a derrocada final do café deu-se com a geada de 1975, a qual ele nomina como a “pá de cal” na cafeicultura paranaense. Para o autor, a década de 1975 marca o início de uma nova etapa econômica para região de Londrina, selando assim a diversificação de culturas agrícolas e da industrialização da região. Concordando com Tomazi, Ferreira afirma: “A cafeicultura ainda sobrevive, pesando ponderavelmente nas finanças. Mas o ciclo se foi. É a vez da soja, com a indústria, aos poucos conquistando posições.” (FERREIRA, 1999, p. 78)

Junto com a derrocada da economia cafeeira, caíram drasticamente as taxas populacionais de Londrina e seu entorno. A partir do momento em que o café já não ocupava mais o mesmo espaço na economia paranaense e nacional, os trabalhadores que vieram em busca das grandes frentes de trabalho migraram dali,

²⁴ BARROSO, Vicente. **O famoso norte do Paraná**: a terra onde se anda sobre o dinheiro. Caxias do Sul: São Miguel, 1956.

buscado em outros Estados a mesma promessa da região Norte do Paraná²⁵. Tomazi (1999) assevera que esse movimento é parte de um processo comandado pela própria lógica do capital: atrai pessoas para depois as expulsar quando já não podem mais produzir lucro. O destino desses trabalhadores rurais e/ou pequenos produtores norte-paranaenses foram muitos: alguns foram para outros Estados, como o Mato Grosso; alguns se deslocaram para a área urbana, inchando os centros urbanos, vivendo à margem do mercado de trabalho; e a maioria se obrigou a trabalhar como boias-frias. Esse cenário de derrocada do café após a “geada negra” de 1975 iria mudar também os rumos da política londrinense, como veremos no item sobre a família Belinati, no próximo capítulo.

2.4 FORMAÇÃO POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS EM LONDRINA

Londrina tem uma história política bastante peculiar, ladeada por políticos ligados, principalmente, à história econômica da cidade, em especial à agropecuária. Vários autores, como Cesário (1986), concordam que Londrina poderia ser considerada uma “cidade de oposição”, pois esteve quase sempre se posicionando politicamente de forma oposta aos governos estadual e federal. A história dos partidos políticos no município confunde-se também com a história do antigo MDB, hoje PMDB, no Estado do Paraná, visto que os políticos de maior expressão local e com forte atuação na atual elite política estadual estavam, em sua grande parte, vinculados a esse partido, conforme veremos no capítulo posterior. Quase todos os emedebistas londrinenses estabeleceram relações de poder e parentesco.

Essa peculiaridade da política londrinense pode ser vinculada a um fator essencial para a formação dos partidos políticos e das lideranças políticas locais: Londrina nasceu no período político nacional do governo provisório que precedeu ao denominado Estado Novo, no qual a centralização política era um fator latente. Esta

²⁵ Tal movimento, de crescimento exacerbado e de declínio do crescimento populacional na região Norte do Paraná, é comprovado pelo autor através do uso de dados dos censos demográficos realizados pelo IBGE. A tabela apresenta a evolução do crescimento populacional e a estagnação do mesmo em números absolutos de habitantes da região Norte do Paraná: 1940: 104.278; 1950: 517.595; 1960: 1.039.189; 1970: 1.466.858; e, 1980: 1.400.847. Como se pode perceber com os números censitários, da década de 1940 para 1950 vê-se um *boom* populacional, sendo da mesma forma na passagem de 1950 para 1960. Já nas décadas de 1960, 1970 e 1980 vê-se uma grande queda de crescimento populacional em relação as décadas anteriores.

centralização propiciou uma articulação lenta dos partidos na localidade. Após o fim do Estado Novo, no período de redemocratização (Constituinte de 1946), Londrina ainda era uma cidade jovem, com poucas relações políticas com as elites tradicionais do chamado “Paraná do Sul” e grande vinculação com pequenos, médios e alguns poucos grandes produtores cafeeiros do Estado de São Paulo, sem grandes tradições políticas nas suas localidades de origem. Esses fatores conjugados contribuíram para que a política local se estruturasse de forma independente das oligarquias tradicionais do restante das regiões do Estado Paraná.

Londrina foi fundada em um período de estabilidade política no Estado do Paraná, uma vez que o interventor do Estado na época, Manoel Ribas, gozava de grande prestígio e confiança do então Presidente do Brasil, Getúlio Vargas. Segundo Cesário (1986) tal prestígio do Interventor Manoel Ribas provinha do fato de o apoio do Estado do Paraná ter sido fundamental para o sucesso da Revolução de 1930²⁶. A aproximação do norte com as elites estaduais foi dificultada pelas obstruções de comunicação entre a região e a capital do Estado do Paraná no início da colonização ou (re)ocupação da região em estudo. Conforme já relatado, vimos que do início da década de 1930 até a instalação do município de Londrina, a cidade estava integralmente subordinada à Jataizinho (Colônia do Jataí). Os ditos pioneiros não estavam naquele momento tão preocupados com a movimentação política, mas sim com o desenvolvimento da economia – da agricultura cafeeira, conforme relata o pioneiro Álvaro Godoy em entrevista concedida no ano de 1980:

Ninguém cuidava de política, ninguém cuidava de mais nada, e só sabiam que estavam no Estado do Paraná. Mas ninguém conhecia o governador, ninguém conhecia o Interventor. Nós apenas trabalhávamos. Quando conhecemos o governo, soubemos que tinha governo porque foi feita uma ‘cadeia’ e uma Exatoria [...]. De modo que nós sabíamos que existia um governo por causa disso: a Exatoria para cobrar impostos e nos taxar sobre todos os motivos. Basta dizer que o senhor Manoel Ribas, o Interventor do Estado do Paraná, na primeira vez que veio à Londrina, foi quando chegou a estrada de ferro. Ele soube que as porcasdas que nós vendíamos tinha passado de 500 réis o quilo para 1000 réis o quilo. Então, ele chegou em

²⁶ Segundo a autora (Cesário, 1986), o Paraná criou uma Comissão Executiva da Aliança Liberal, nas regiões da capital e dos campos gerais do Estado, tendo como seu fundador Ottoni Ferreira Maciel. Esta Aliança Liberal auxiliou na entrada dos revolucionários do sul do país no Estado do Paraná por meio das fazendas do pai de Ottoni Maciel, localizadas na região de Mallet e Rio Azul. Os revolucionários liderados por Getúlio Vargas fizeram em Ponta Grossa-PR uma espécie de “QG” estratégico para o avanço da revolução para a região central do Brasil. Os militares do Paraná, capitaneados por Plínio Tourinho, também apoiaram a revolução, garantindo que não houvesse resistência ao movimento no Estado. O irmão de Plínio Tourinho, Mário Tourinho, foi o primeiro Interventor do Estado do Paraná nomeado por Getúlio Vargas, seguido por Manoel Ribas.

Curitiba e pôs um imposto sobre o porco, porque achou que nós já estávamos ganhando muito dinheiro. (CESÁRIO, 1986, p.172)

O relato acima demonstra, primeiramente, a desvinculação dos pioneiros de Londrina com a política estadual, bem como um distanciamento dos agricultores e pecuaristas da região com o Governo do Estado do Paraná, demonstrando inclusive uma imagem negativa em relação ao Governo Estadual. Porém, vale ressaltar que, apesar desse distanciamento dos primeiros moradores de região de Londrina com o Governo Estadual, a CTNP mantinha um vínculo forte com o Governo por meio da figura de um de seus diretores, Willie Davis, o qual mantinha estreitas relações políticas com o Interventor. Davis era a ponte entre Manoel Ribas e a Cia de Terras.

Esse fato veio a culminar mais tarde na nomeação de Davis para a prefeitura do recém-criado município de Londrina. Manoel Ribas era partidário do PSD, mesmo partido apoiado pelos diretores da CTNP. Junto do Jornal Paraná Norte, a Companhia iniciou, em 1934, uma campanha para que Londrina ganhasse o *status* de município, deixando de depender política e administrativamente de Jataizinho. Solicitação esta atendida pelo Interventor Manoel Ribas em dezembro de 1934.

O primeiro registro que se pode encontrar da existência de um diretório de partido político em Londrina pode ser localizado na edição do dia 16 de dezembro de 1934, seis dias após a instalação do município, na primeira página do Jornal Paraná Norte. Trata-se do Partido Municipal de Londrina. Faziam parte do partido vários membros da diretoria da CTNP, além de profissionais liberais e cafeicultores, conforme relação dos membros mais atuantes: João Wanderley (fundador do diretório, comerciante local e primeiro diretor do partido), Antonio Camargo Corrêa (advogado), Carlos Almeida (inspetor de segurança da CTNP), Puigari Coutinho (jornalista, diretor do Jornal Paraná Norte e secretário do partido), Celso Garcia Cid (proprietário da pequena empresa de transportes, Garcia & Heim, que já citamos), entre outros. Cesário (1986) afirma que a fundação desse partido agradou sobremaneira o Interventor Manoel Ribas, uma vez que o diretório serviria dali em diante como ente mediador do Governo do Estado do Paraná com a sociedade civil londrinense:

[...] a criação de um partido para mediar a ação governamental do Interventor com a sociedade civil em formação no município de Londrina era de interesse e do agrado do principal mandatário do Estado que, inclusive, pretendia ver o seu nome homologado como Governador pela Assembleia

Constituinte do Estado em eleição que se aproximava. (CESÁRIO, 1986, p. 182)

Esse interesse de Manoel Ribas na manutenção de boas relações com a sociedade civil londrinense tinha como pano de fundo o interesse dele em se eleger Governador do Estado nas eleições indiretas que ocorreriam em 1935. Com o intuito de angariar o apoio dos londrinenses, o Jornal Paraná Norte e o diretório do PML fizeram uma campanha local para convencer os moradores de Londrina a fazer o alistamento eleitoral, montando inclusive um posto para este alistamento, anexo à sede do jornal em questão. A participação da CTNP nessa campanha foi fundamental. Embora os membros da CTNP, em uma análise rasa, pareciam não ter vinculações com interesses em poder político, o que nos parece é que a manutenção de uma aliança política com o Interventor do Estado do Paraná seria um bom canal para obtenção de vantagens que beneficiariam o desenvolvimento econômico local, traduzindo assim poder político em poder econômico. Ademais, as boas relações ficam mais que provadas em razão de o Jornal Paraná Norte, de propriedade da CTNP, destinar-se a duas funções: fazer propaganda do “Eldorado” e do governo estadual.

O segundo registro de partido que localizamos em Londrina é o da criação de um diretório do Partido Integralista²⁷. Esse diretório teria sido criado por pessoas que, apesar de não conjugarem com as ideias do movimento integralista, estavam insatisfeitas também com os dirigentes do PML, filiados ao PSD:

As poucas informações a respeito do aparecimento dessa chapa indicava que tratava-se de um grupo que fazia oposição aos que dominavam o PSD local e que, por não conseguirem espaço dentro do próprio PSD, filiaram-se ao Integralismo.”(CESÁRIO, 1986, p. 195)

É possível encontrar registros desse diretório do Integralismo local apenas no site da Câmara de Vereadores de Londrina, quando da narrativa das eleições de 1935, e na obra de Ana Cleide Cesário. O diretório londrinense do Partido Integralista lançou a candidatura à vereança de seus seis membros, não elegendo nenhum deles nas eleições de 1935. Observou-se nas eleições municipais de 1935

²⁷ A Ação Integralista Brasileira – AIB, nome dado ao Partido Integralista no Brasil, foi fundado pelo jornalista e escritor Plínio Salgado, em outubro de 1932. Esse partido compartilhava dos ideais fascistas modernos, fazendo oposição aos partidos ditos de esquerda, em especial, à Aliança Nacional Libertadora, liderada pelos membros do Partido Comunista Brasileiro. O Partido Integralista foi extinto quando da instituição do Estado Novo, em 1937. (FABER, 2010)

um domínio total do PSD, partido do então Interventor do Estado, uma vez que o prefeito eleito, Willie Davis, assim como os vereadores, eram todos do PML, ligados ao PSD.

Antes de entrarmos na primeira eleição de Londrina, é importante delinear o contexto em que foram nomeados os dois primeiros prefeitos, ambos do PSD, partido de Manoel Ribas. Após dezembro de 1934, quando se iniciou o processo de estruturação da administração municipal de Londrina, viu-se uma grande influência da Interventoria do Paraná na política local, tendo influenciado diretamente na formação dos primeiros grupos políticos de Londrina, ficando evidente nas escolhas dos prefeitos a serem nomeados o *compliance* entre a CTNP e o Governo Estadual. Essa aliança existia não só pela conveniência para as duas partes, como também por estrita necessidade, uma vez que até a instalação do município a CTNP era a responsável pela manutenção dos serviços básicos de infraestrutura da cidade: fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e do lixo urbano, asfaltamento, etc. O PSD local (materializado no PML), conforme afirmado, foi criado por um grupo de cidadãos “notáveis” da cidade que tinham interesses em manter relações com a Interventoria.

Apesar do atrelamento político de um grupo de londrinenses ao Governo Estadual (aqueles que atuavam na CTNP), o primeiro prefeito nomeado foi Joaquim Vicente de Castro, paranaense da cidade de Ponta Grossa. Castro possuía estreitas ligações com a Interventoria, sendo ávido militante do PSD, defensor do Governo Vargas no Paraná e uma pessoa da estrita confiança de Manoel Ribas.

A nomeação de Joaquim Vicente de Castro desagradou sobremaneira às pessoas que já haviam fixado residência em Londrina, uma vez que estas não aceitavam a nomeação de uma pessoa que não havia sido partícipe da história da construção da cidade. De acordo com Puigari Coutinho (1959), que foi proprietário do Jornal Paraná Norte, a nomeação de Castro desagradou porque Carlos Almeida, que desempenhava a função de inspetor de quartirão, contratado pela CTNP, homem de confiança do diretor da companhia, Willie Davis, era o nome da preferência dos moradores locais. Castro, como era de se esperar, trouxe consigo vários técnicos vindos da capital e dos campos gerais, começando o que Cesário (1986) chamou de período dos “homens do sul”. Essa gestão ficou marcada pela estruturação do sistema de arrecadação de impostos. A equipe ocupou boa parte de seu tempo fixando tabelas de impostos sobre a compra e venda de imóveis urbanos

e rurais e sobre atividades comerciais e industriais. Cesário (1986) relata que os impostos fixados por Castro eram excessivamente maiores dos que os cobrados até então pelo Município de Jataí, ao qual pertencia Londrina antes da obtenção do *status* de município, o que desagradou a CTNP e desencadeou uma crise local, pois naquele momento havia um conflito de interesses entre duas frações da classe dominante.

Poulantzas (1977), afirma que o Estado é o âmbito de representação dos interesses políticos das classes economicamente dominantes. Assim, mesmo quando a classe economicamente dominante não ocupa um cargo na administração direta ou no Poder Legislativo, ela ainda assim tem o poder de influenciar nas decisões políticas. Podemos comparar o ocorrido em Londrina na ocasião da exoneração de Joaquim Vicente de Castro com a afirmação do autor supracitado, uma vez que o ex-prefeito não permaneceu no cargo por ter ferido os interesses da classe economicamente dominante local.

Nos arquivos do Jornal Paraná Norte existentes no Museu Histórico de Londrina, é possível encontrar, na edição de 19 de maio de 1935, uma notícia que informava aos moradores que o diretório do PSD local havia encaminhado um telegrama ao Interventor Manoel Ribas dando conta da insatisfação dos londrinenses com o governo de Joaquim Vicente de Castro. Na mesma notícia, obtém-se a informação de que o Interventor havia respondido ao telegrama, comunicando que providências seriam tomadas para minimizar a situação. Nesse contexto foi nomeado prefeito Rosalino Fernandes, também ligado ao PSD estadual, que veio a Londrina tendo como principais incumbências o reenquadramento dos impostos nas tabelas do município, a adequação desses impostos ao que determinavam os preceitos constitucionais e a revisão dos impostos prediais lançados pelo prefeito anterior.

Após essas nomeações inaugura-se uma nova fase na política londrinense, na qual o grupo que ocupa o poder político confunde-se com o grupo que detém o poder econômico na região. Chegamos então ao período no qual a própria CTNP, por meio de seus membros, passa a ser de fato a mandatária da política local. Esse período inaugura-se com a nomeação de Willie da Fonseca Brabazon Davis, do PSD, para o cargo de prefeito e, posteriormente, como já citamos, com a eleição dele para o mesmo cargo. Importa-nos ressaltar aqui que o tempo entre dezembro de 1934 e dezembro de 1935 é um período que a história política local vem omitindo

constantemente. Em muitos documentos oficiais sequer se assume que Joaquim Vicente de Castro e Rosalino Fernandes foram prefeitos nomeados. O próprio sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Londrina não os insere na sua Galeria Oficial de Prefeitos²⁸, citando apenas a figura de Joaquim Vicente de Castro, colocando-o na condição de “prefeito provisório”.

De acordo com Cesário (1986), os diretores da CTNP, Arthur Thomas e Willie Davis, distinguiram-se do restante dos “notáveis” da cidade porque eram vistos como orientadores pela população local, já que auxiliavam a todos nas questões referentes à compra de terras, plantio, questões administrativas, etc., assumindo um papel de conselheiros dos imigrantes que ali chegavam em busca de terras. Esses fatores conferiam a ambos legitimidade perante os moradores locais; legitimidade para o exercício do poder que, a princípio, era econômico, mas que se transformou rapidamente em poder político. A mesma autora analisa que a identificação da população local com os diretores da Companhia advinha do fato de que o projeto econômico da CTNP, personalizada em seus diretores, convergia com o projeto econômico individual dos moradores de Londrina da época.

A realização das eleições nas quais Davis saiu vencedor foi fruto da Constituição de 1934, que previa determinada autonomia aos municípios para elegerem os seus representantes na prefeitura. As eleições municipais ocorreram em setembro de 1935, vencidas por Willie Davis no cargo de prefeito²⁹, mas a posse dos eleitos ocorreria somente em janeiro de 1936. Dessa forma, visando a atender aos interesses do bom relacionamento entre a CTNP e a Interventoria do Estado, Manoel Ribas nomeia Willie Davis, em substituição a Rosalino Fernandes, para exercer suas funções antes mesmo da posse oficial. Fato semelhante ocorreu com Davis no ano de 1937, quando a Carta Constitucional estabelece o regime do Estado Novo, no qual a nomeação dos prefeitos era de livre escolha do Governador

²⁸ A Galeria Oficial dos Prefeitos de Londrina pode ser visualizada através do site www.londrina.pr.gov.br/

²⁹ Fato que vale ser ressaltado, relatado por Cesário (1986), é que para as eleições de 1935 o diretório local do PSD havia escolhido como seu candidato à chefia do Poder Executivo local Carlos Almeida, citado anteriormente, sendo que Davis seria apenas candidato a vereador. Porém, vinte dias antes da eleição, Almeida renuncia de sua candidatura alegando motivos de ordem pessoal, que segundo a autora, jamais foram conhecidos. Nesse período, Carlos Almeida já não ocupava mais o cargo de inspetor de quartelão; trabalhava agora como autônomo no beneficiamento de madeiras, mantendo ainda bons relacionamentos com a Companhia. Diante dessa situação, o PSD local indica o nome de Willie Davis como candidato a prefeito.

do Estado. A força do *compliance* entre o poder econômico local (CTNP) e a Interventoria do Estado continuava muito eminente, culminando na nomeação de Davis para prefeito em 1937, seguindo com seu mandato durante o Estado Novo, mantendo estreitas relações com Manoel Ribas. Assim, Davis governou: uma vez nomeado, na sequência eleito e novamente nomeado. Cesário, analisando as eleições de 1935, considera:

A chegada desse grupo aos centros decisórios do poder local representou a institucionalização na esfera do político de um *compliance* já anterior que existia entre o governo do Estado e a Companhia de Terras do Norte do Paraná, desde a época do final da primeira República, quando governo do Paraná transferiu para uma grande empresa privada a tarefa econômica de colonizar uma vasta região do Paraná da qual Londrina passou a ser o núcleo irradiador desse processo. (CESÁRIO, 1986, p. 197)

Apesar de ter ganhado a confiança e a cumplicidade dos moradores de Londrina, Davis e seu *staff* não conseguiram resolver as questões dos impostos cobrados da população local, fato que deixou a sua popularidade afetada. Na primeira semana de abril de 1940, o Jornal Paraná Norte publica denúncias contra o governo de Willie Davis acusando-o de irregularidades na administração do dinheiro arrecadado pela Prefeitura Municipal de Londrina. Apesar de publicar o conteúdo do processo aberto contra Davis, o referido jornal defendeu a figura do político. As denúncias geraram uma crise que levou à saída de Davis do cargo de prefeito em maio de 1940.

A partir da década de 1940, com a saída de Willie Davis da prefeitura, assume o comando político local um homem da confiança de Manoel Ribas, Capitão Custódio Raposo Neto. Com isso, o que poderíamos chamar de um “acordo de cavalheiros” entre o poder local, representando pelo prefeito e diretor da CTNP, e o Governo Estadual dá lugar a um processo de comando total do Governo do Estado sobre o município de Londrina. Assim, segundo Cesário (1986), inicia-se um momento no qual o Governo do Estado do Paraná representava o poder político local e a CTNP representava o poder econômico, nesse caso, declaradamente em lados opostos. Os impostos seguiam altos, o descontentamento dos moradores da região também, mas os espaços políticos de manobra eram escassos.

A mesma autora segue afirmando que o isolamento político imposto à Londrina pela Interventoria do Estado, “boicotando” a participação dos moradores locais do exercício do poder político, fez com que a imagem do Governo do Estado e do Interventor Manoel Ribas ficasse bastante desgastada na região. Londrina vinha crescendo economicamente em grande monta, sendo possível a população local já prever a riqueza e a importância que o café teria dali para frente na economia estadual. Esse poder econômico em relação ao restante do Estado do Paraná tornou a população local mais reivindicativa, tomando posições, muitas vezes, de enfrentamento a posicionamentos tomados pela Interventoria.

No contexto nacional, desde 1937, já se podia observar uma frente de oposição ao PSD e aos getulistas. Essa frente oposicionista nasceu no apoio ao candidato Armando Salles de Oliveira ao pleito do cargo de Presidente do Brasil nas eleições que antecederam ao Golpe de Estado de 1937. Tal frente veio mais adiante, na década de 1940, a se transformar no maior partido político de oposição existente até então, conhecido como União Democrática Nacional – UDN. Assim, durante o período do Estado Novo, o que se viu foi a bipolarização no Brasil: de um lado o partido da situação – PSD – apoiado pelo PTB, e de outro, a UDN, de caráter oposicionista e anti-getulista (Schilling, 2008).

A partir de 1945, quando o Estado Novo já se encaminhava para o seu final, viu-se a criação de um movimento de oposição ao PSD e aos políticos que representavam esse partido nos Governos Federal, Estadual e Municipal (de Londrina). Esse movimento, segundo Cesário (1986), ficou conhecido como Coligação das Oposições e ganhou rapidamente as ruas da cidade em manifestações contrárias ao Estado Novo e ao modo de governar do Interventor Manoel Ribas.

Nesse mesmo período, meados da década de 1940, o Jornal Paraná Norte foi vendido para um grupo de profissionais liberais, liderados por Hosken de Novaes, Josino Rocha Loures, Milton Menezes, dentre outros. Esse grupo de profissionais era manifestadamente contrário ao “varguismo” e às políticas impostas nos Estados e Municípios a partir dos ideários do Estado Novo. O Paraná Norte teve um papel fundamental nesse movimento de oposição e no processo de construção do cenário político londrinense que viria na sequência, no período da redemocratização do Brasil pós Estado Novo.

Nas eleições de janeiro de 1947, um fato curioso aconteceu em relação aos partidos políticos em Londrina: nessas eleições disputaram o Governo do Estado do Paraná Moysés Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto. Lupion obteve êxito no pleito; o candidato foi amplamente apoiado pelo ex-interventor Manoel Ribas e disputou o cargo com o apoio de uma coligação entre o PSD – PTB – UDN – Partido Comunista. Bento Munhoz, que já havia sido da UDN, disputou pela sigla do PR. O fato interessante é que, apesar de a UDN, no nível estadual, coligar-se com o partido da situação – o PSD, em Londrina, segundo Cesário (1986), os udenistas apoiaram irrestritamente a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto, não acompanhando o diretório estadual do partido, que determinava o apoio à Lupion. Em âmbito municipal, os profissionais liberais recém-chegados de São Paulo e de Minas Gerais dividiram-se entre UDN e PR, mas para enfrentar a hegemonia do PSD, em âmbito local, a UDN, liderada por Hosken de Novaes e o PR, liderado por Josino Rocha Loures, unem-se em prol de Bento Munhoz. Após eleito Lupion, esse grupo dedicou-se a fazer a oposição à gestão estadual.

O marco inicial da posição tomada pelos políticos londrinenses deu-se ainda em 1945, com um movimento local que ficou conhecido como Frente Única das Oposições. Esse movimento teve início com uma declaração pública assinada por um grupo de moradores de Londrina, dentre eles advogados, professores, cartorários e comerciantes. Segundo Cesário (1986), essa declaração trazia em seu bojo a revolta de um grupo político londrinense com o fato de a Interventoria do Estado olhar somente com “olhos de ganância” para o Norte do Paraná, com vistas a apropriar-se da riqueza que ali vinha sendo produzida, sem dar, todavia, espaço político no cenário estadual para o “povo do norte”. A declaração manifestava ainda o repúdio do grupo à centralização política vigente até então, defendendo ferrenhamente o processo de redemocratização. Os signatários desse manifesto foram também os organizadores da UDN em Londrina, bem como foram aqueles que fizeram frente ao diretório udenista estadual que apoiou Moysés Lupion nas eleições de janeiro de 1947.

Conforme Cesário (1986), o movimento da Frente Única das Oposições foi ganhando ao longo do caminho outros adeptos. Essas adesões culminaram em uma segunda declaração pública, nominada “Manifesto ao Povo do Norte do Paraná”. Tal manifesto foi atribuído a um grupo denominado “Movimento Pró-Democratização Nacional de Londrina”.

Para fazer frente à UDN e ao PR local (do Norte do Paraná), a gestão estadual nomeia um novo prefeito para Londrina, aliado ao PSD, José Munhoz de Melo. Munhoz de Melo havia sido quem, durante toda a década de 1940, articulou as ações do PSD e seus aliados em Londrina. Além de Munhoz de Melo, eram líderes também do PSD local Aquilles Pimpão, Ulysses Xavier da Silva e Eusébio Barbosa de Menezes. Nesse mesmo período surge também em Londrina o diretório do PTB, tendo como líderes Fulgêncio Ferreira Neves e Darcirio Egger, ambos também vinculados à Interventoria do Estado do Paraná e, conseqüentemente, aliados aos PSD. Em 1945 surge em Londrina o diretório de mais um partido político: o Partido Comunista, o único alinhado ideologicamente à esquerda, já que UDN/PR e PSD/PTB agregavam frações da classe dominante local, composta pelos profissionais liberais, intelectuais e proprietários rurais. Essas duas frações se diferiam apenas pelo seu posicionamento em relação ao governo estadual e federal.

A UDN assumiu a frente de oposição, mas nunca obteve em Londrina grande expressão nas urnas. Segundo a autora citada acima, o fracasso da UDN nas eleições deve-se ao fato da não identificação das camadas populares e dos trabalhadores com o partido. A sua diretoria era composta, como já afirmamos, por advogados, médicos, cartorários, etc. A classe trabalhadora não se identificava com a UDN porque era o partido dos “doutores”, da elite local. Para tentar combater tal ideia, os udenistas publicavam listagens no Jornal Paraná Norte contendo as filiações de trabalhadores ao partido e de ações de udenistas em prol da classe trabalhadora, sem sucesso, pois a imagem marcou para toda a história a UDN à elite econômica e aos intelectuais londrinenses.

Ainda durante a década de 1940, o PSD, que ocupava a ala da situação no Governo Municipal de Londrina, funda também o seu jornal, O Correio do Paraná, que teve suas primeiras instalações anexas à Prefeitura Municipal. Esse fato – da sede do jornal estar praticamente dentro da prefeitura – causou grande debate político da cidade, sendo que o Jornal Paraná Norte denunciou em suas páginas o uso da máquina pública para fins privados, gerando grande debate no município. Assim, após a queda de Getúlio Vargas, na iminência das eleições presidenciais, o Jornal Paraná Norte e os udenistas, seus proprietários, enalteciam a figura do candidato Brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto O Correio do Paraná, apoiador do PSD, enaltecia e pedia votos para o candidato Eurico Gaspar Dutra. Para deputado

federal a UDN apoiou o fazendeiro londrinense Hugo Cabral, enquanto o PSD apoiou o ex-prefeito de Londrina, Munhoz de Melo.

Em 1946, a UDN sofre grande derrota nas urnas, o que faz com que o partido perca força política em todas as esferas de governo. Em Londrina, o PR acaba se estabelecendo como força política de oposição, assumindo inclusive a direção do Jornal Paraná Norte, com o médico Josino da Rocha Loures.

Nas eleições municipais de 1947, alguns novos partidos vêm à tona, ganhando a adesão de dissidentes dos partidos dominantes em Londrina (PSD e UDN), que não concordavam com os nomes lançados por seus diretórios. Nesse contexto, nas eleições de 1947, o PCB não lança candidato próprio e faz coalizão com o PTB, apoiando o candidato Darcirio Egger. Outro partido que se uniu ao PTB foi o Partido Comunista local. Essas coalizões entre o PTB, o PCB e o Partido Comunista geraram muito descontentamento entre os filiados do PTB, sendo que uma ala dissidente do partido fundou na ocasião o PSP local, lançando candidato próprio para as eleições majoritárias municipais que se aproximavam. No bojo dessa disputa, surge também em Londrina o diretório local do PRP.

Na senda desse jogo de coalizões e surgimento de novos diretórios de partidos em Londrina, um grupo de homens já influentes na política londrinense deixa seus partidos para militar em prol do Movimento de Resistência Popular de Londrina – MPRL. Segundo Cesário (1986), lideravam esse movimento Hugo Cabral (ex-UDN), Vivi Xavier e Alípio Leite (ex-PSD), Josino da Rocha Loures e Walter Pereira (ex-PR). Esse movimento nasceu sob o apoio da sigla do PL, que iniciava sua atuação política na região Norte do Paraná. O movimento político ganha tamanha força que elege um de seus membros, Hugo Cabral, prefeito de Londrina em 1947. A vitória de Hugo Cabral e do MPRL – PL mostrou mais uma vez o caráter oposicionista da política local e o descontentamento dos londrinenses com as ações do Governo do Estado do Paraná:

“(…) a aliança feita entre as correntes opositoras ao governo estadual mais a ala dissidente dentro do próprio partido do Governador conseguiu carrear os votos dos situacionistas descontentes aos dos eleitores verdadeiramente identificados com a proposta “anti-governista” do PR e de parte da UDN.” (CESÁRIO, 1986, p. 349)

Hugo Cabral teve grande apoio da população nas eleições, uma vez que de todos os candidatos concorrentes, era o único londrinense³⁰. Cabral tinha ligação direta com a Sociedade Rural do Paraná, da qual falaremos mais adiante. A eleição de Cabral marca uma nova fase da política londrinense, marcada pelo café enquanto motor da economia local e pela movimentação política dos homens ligados ao café e à agropecuária em geral. A movimentação financeira gerada pelo café aumentou também as atividades urbanas, crescendo assim a participação de comerciantes nas atividades políticas. Dessa maneira, a partir do início da década de 1950, a elite política local era composta por profissionais liberais, proprietários rurais, intelectuais, bacharéis e comerciantes.

Nesse mesmo pleito em que Hugo Cabral saiu vitorioso, na Câmara de Vereadores de Londrina o MPRL também saiu vencedor, elegendo a maior parte dos vereadores que compunham o movimento; nenhum vereador do PSD foi eleito. Essa gestão do legislativo marca, assim como o executivo local, a presença forte da classe economicamente dominante, ligada à cafeicultura e à pecuária, muitos deles ocupando cargos na SRP.

Nas eleições majoritárias de 1951, mesmo feito se repetiu, saindo vencedor o udenista, vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, Milton Ribeiro de Menezes, um dos sócios do Jornal Paraná Norte, que durante muitos anos foi o meio de comunicação responsável pela formação de opinião da política local. Era também professor do curso de direito da faculdade local. Os vereadores eleitos no pleito de 1951 confirmam o início de uma hegemonia da UDN e da oposição aos governos estadual e federal; apenas dois vereadores do PSD foram eleitos.

No pleito de 1955, a UDN não sai vencedora, sendo eleito para Chefe do Poder Executivo de Londrina Antonio Fernandes Sobrinho, do PSD. Isso não significa que o PSD tenha retomado o poder local, mas sim que houve um rearranjo das lideranças locais que disputaram posição dentro do mesmo partido. Sobrinho militou pela UDN até às vésperas da campanha de 1955, mudando-se para o PSD somente quando seu nome não foi aceito pelo diretório udenista local. Tanto é que

³⁰ É importante ressaltar que neste período, face ao fato de Londrina ser uma cidade nova, "londrinense" era o título que recebiam aqueles cidadãos que residiam em Londrina e não somente aqueles que nasciam na cidade. (CESÁRIO, 1986)

Sobrinho não representava os ideários do PSD, que nomeou Hosken de Novaes e a esposa dele, Adelina Castaldi, como secretários de seu governo. Lembramos que Hosken de Novaes era uma das maiores lideranças udenistas de Londrina. Da mesma forma que nas eleições anteriores, a maior parte dos vereadores eleitos eram da UDN, todos profissionais liberais, comerciantes e agropecuaristas.

A liderança udenista, de oposição aos governos estadual e federal seguirá por mais duas eleições: 1959 e 1963, com as vitórias de Milton Ribeiro de Menezes, eleito pela segunda vez, e José Hosken de Novaes. Ambos faziam parte de uma elite vinda de Minas de Gerais, jovens bacharéis que vieram à Londrina em busca de trabalho diante da expansão econômica e da disputa pela terra, o que gerava conflito e a necessidade de advogados para atuar em defesa das partes.

Nesse período, começamos a ver uma sobreposição de políticos ligados às atividades econômicas urbanas sobre aqueles que exerciam atividades predominantemente rurais, ainda que seja possível perceber alguns membros da elite agrária local, como o próprio prefeito Milton Menezes. Pode-se perceber também o ingresso de funcionários públicos ligados às instituições estratégicas locais: a Coletoria Estadual e ao IBC. Esse último órgão era responsável pela regulamentação e regulação do plantio e escoamento das safras de café. Foi neste período, início dos anos de 1960, que chegam em Londrina também as primeiras lideranças estudantis, “importadas” da capital, vinculados à Juventude do PDC: João Olivir Gabardo e José Richa, dos quais falaremos no próximo capítulo. Segundo Cesário (1986), a JDC possuía significativa influência e trânsito dentre os universitários de Londrina e da capital do Estado.

Encerrando a fase udenista da política londrinense, usamos as palavras de Cesário:

Foram, inegavelmente, as medidas tomadas por Hosken de Novaes e as anteriores tomadas por Milton de Menezes que conferiram credibilidade às administrações da fase udenista, ao mesmo tempo em que se criou um sentimento, na população local, de auto-suficiência na condução dos serviços de infraestrutura do município. Essa situação, certamente, influenciou o comportamento político e eleitoral dos londrinenses que, em vários momentos, denotaram “independência” em relação à política dominante no Paraná.” (CESÁRIO, 1986, p. 406)

A mesma autora também assevera que, em seu entendimento, o distanciamento da política estadual e federal também fez parte da busca por uma

identidade política e social local, já que os paranaenses “do sul” já tinham uma longa história vivida desde a fase colonial e uma identidade regional bem delineada. Assim, segundo a autora, houve um “imperativo de construção dessa identidade e, se possível, de transformação do capital econômico conquistado em capital social, cultural e político” (p. 130).

Após a “Redentora de 1964”, com a tomada do poder pelos militares, houve a extinção de todos os partidos políticos, instituindo o bipartidarismo, sendo que todos os políticos foram obrigados a assumir as fileiras do MDB ou da ARENA. É possível perceber que, em 1965, quase todos os políticos que detinham mandato eletivo em Londrina filiaram-se à ARENA, inclusive o prefeito Hosken de Novaes. O único vereador a filiar-se ao MDB local foi Olivir Gabardo, ao qual coube a organização local do diretório do partido. Todo o diretório da UDN local migrou também para a ARENA. Porém, ainda que o grupo da UDN, tido como opositorista até então, tenha se filiado à ARENA, será daqui para frente o grupo do MDB que irá assumir o poder local nos próximos anos em Londrina, com a função de fazer a oposição aos governos estadual e federal. Esse fato reafirma o caráter de “cidade de oposição” conferido à Londrina.

Sebastiani (1992), afirma que a vitória mais importante para a consolidação do MDB no Paraná no início do bipartidarismo foi a de Dalton Paranaguá, médico, nordestino do Estado do Piauí, eleito prefeito de Londrina. Interessante observar que antes de ser prefeito, Paranaguá exerceu o cargo de Secretário de Estado da Saúde no governo de Paulo Pimentel. Paranaguá na verdade militava pela ARENA, mas às vésperas da eleição de 1968 decidiu migrar para o MDB, uma vez que a ARENA não lhe deu espaço no diretório local como candidato a prefeito. O sucesso da administração de Paranaguá trazendo desenvolvimento urbano e melhorias de infraestrutura no município fez com que o MDB passasse a ser o partido da preferência geral dos munícipes. Dalton Paranaguá ficou conhecido como “o prefeito que acabou com as favelas” de Londrina, já que construiu uma série de núcleos habitacionais, acelerando assim as atividades da COHAB/LD. Outra marca da gestão de Paranaguá foi a negociação junto ao Governo do Estado do Paraná para a elevação das faculdades de Londrina ao *status* de universidade, contribuindo com a criação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Apesar da vitória para o executivo municipal, MDB e ARENA dividiram igualmente as cadeiras da Câmara de Vereadores: 11 emedebistas e 11 arenistas. Importante destacar que nessa gestão

temos um primeiro recrutamento pelo MDB de novas lideranças vindas do rádio e do movimento estudantil, elegendo-se vereadores Antonio Belinati, Álvaro Dias, Del Ciel e Otássio Pereira.

O MDB e a sua oposição aos governos estadual e nacional dominará as próximas duas eleições, nas quais saíram vitoriosos José Richa e Antonio Belinati, dos quais falaremos no próximo capítulo. O legislativo municipal segue a mesma lógica do pleito de 1968: divisão equilibrada entre ARENA e MDB, com novas lideranças no MDB e os já estabelecidos, antigos membros da UDN, saindo vitoriosos pela ARENA. Aqui vale observar que José Richa, apesar de emedebista, mantinha boas relações com administração estadual e federal.

Já a eleição de Belinati para prefeito acompanha um contexto específico de declínio do café e migração dos habitantes de Londrina da zona rural para a área urbana, abrindo aí uma nova “janela política” por meio da qual novas lideranças puderam ingressar na elite dirigente. Vale observar que, apesar de serem do MDB, os políticos até então eleitos vinham de grupos de estabelecidos locais, já vinculados às elites constituídas na cidade. Belinati será o primeiro *outsider*, mudando o curso da história da cidade até os dias atuais. Apesar de novato, Belinati nesta e nas posteriores gestões, governará com e para a classe dominante local, apesar de seus feitos que também agradaram os grupos menos favorecidos.

Ao final do bipartidarismo temos mais uma vitória do grupo do MDB, agora aglutinado em partes no PMDB local, com a eleição de Wilson Rodrigues Moreira, ex-secretário de obras no município na gestão de José Richa. Em 1983, Wilson Moreira tinha como vice de sua chapa o jornalista e radialista Délio Nunes César, fator que conferiu uma quantidade de votos à Moreira face à popularidade de seu vice. Aqui também temos encerrado o período de mais de quatro décadas de oposição ao governo estadual, pois Moreira era afilhado político de José Richa, eleito pelo mesmo partido Governador do Estado do Paraná. Na Câmara de Vereadores, o PMDB também saiu vencedor: 15 cadeiras contra e 7 do PDS, demonstrando que apesar de encerrado o bipartidarismo, essa eleição ainda ficou polarizada entre PMDB, com os antigos emedebistas e o PDS, dos antigos arenistas. Nenhum dos novos partidos surgidos após o bipartidarismo obteve sucesso nesse pleito.

A partir de então se inicia um ciclo que foi encerrado somente nas últimas eleições, em 2012. A polarização PDT e PT no município, PDT aqui transfigurado

na figura do maior líder político local, Antonio Belinati, do qual falaremos no próximo capítulo. Eleito em 1988 pela sigla do PDT, Antonio Belinati consegue agora o seu segundo mandato. Já no legislativo, as vitórias foram pulverizadas: duas cadeiras para o PTB, sete para o PDT, onze para o PMDB e, pela primeira vez, uma cadeira para o PT. Essa gestão na Câmara de vereadores, mais do que partidos, marcou a força da mídia e de seus membros como elite política, já que nessa legislatura ao menos quatro vereadores, além do próprio Belinati, eram apresentadores de rádio ou televisão.

Seguindo a lógica de alternância, nas eleições subsequentes, em 1992, elegeu-se Luiz Eduardo Cheida, do PT. Apesar de publicamente ter sido “vendido” como uma nova liderança de esquerda, Cheida e o PT na verdade estavam com a retaguarda do grupo do PDT de Belinati, que indicou Assad Jannani para o cargo de vice-prefeito. Seguindo a lógica estadual, na qual muitos peemedebistas, insatisfeitos com a condução do partido, deixam o PMDB para fundar o PSDB, em Londrina algumas lideranças também fazem essa migração, sendo que nessa gestão o PSDB já consegue eleger três vereadores; o PFL e suas ex-lideranças arenistas também conseguem eleger dois vereadores; os demais ficaram ainda sob a liderança do PMDB e PDT, além do PT que garante a continuidade da sua única cadeira na Câmara de Londrina. Nesse período, vemos também uma pequena renovação na política local, com entrada de lideranças de movimentos sociais, professores universitários e de cursinhos populares da cidade.

Na mesma ordem, em 1996 vimos eleger-se pela terceira vez prefeito de Londrina Antonio Casemiro Belinati, pelo PDT, tendo como vice-prefeito Alex Canziani, do PSDB. Já na Câmara de Vereadores há uma total e completa pulverização partidária, com cadeiras ocupadas por PL, PFL, PT, PPB, PTB, PMDB, PC do B, PDT, PDS e até mesmo do nanico PMN. Esse período foi um dos mais conturbados da política londrinense, iniciando uma sequência de escândalos e cassações na política local, sendo Belinati quem abriu essa série, afastado e cassado em 2000.

A cassação de Belinati não impediu a continuidade da alternância PDT – PT, tendo sido eleito em 2000 Nedson Micheletti, do PT. Apesar da cassação de Belinati, a política local não teve nenhuma reviravolta, seguindo na Câmara a mesma pulverização de partidos, com alguma renovação dentre o grupo de vereadores. A nova janela política abriu-se nas eleições de 2008, quando Belinati vence, mas não

pode assumir o cargo, levando as eleições para um terceiro turno, do qual saiu vitorioso o também radialista e apresentador de televisão, Homero Barbosa Neto, do PDT, que foi cassado no ano de 2012, envolvido em uma série de escândalos.

Com essa saída, abre-se outra janela política a qual, por muito pouco, não trouxe de volta um membro da família Belinati para a prefeitura. O atual prefeito de Londrina, embora pareça representar uma renovação da elite política local, não o é. Alexandre Kireff, do PSD, é agropecuarista, representante do *agrobusiness* do Norte do Paraná, recrutado da diretoria da Sociedade Rural do Paraná, com forte atuação junto à classe economicamente dominante local.

Quanto às relações com o governo estadual e federal, à exceção de Belinati que tinha sua ex-esposa como vice-governadora do Paraná e de Nedson que tinha uma vinculação com o grupo petista que ocupa até hoje o governo federal, os demais períodos foram marcados por uma suposta indiferença do governo municipal com os governos federal e estadual, não havendo nem o nítido apoio nem tampouco a ferrenha oposição havida outrora.

Ainda que não seja objeto deste estudo, vale a pena citar a questão da pulverização partidária em Londrina no legislativo após o final do regime militar. Se observarmos todas as legislaturas, encontramos por cinco ou seis vezes o mesmo vereador, a cada legislatura por uma legenda diferente, não havendo conexão ideológico-partidária, não nos permitindo dizer que em determinado período o partido “x” ou “y” se consolidou e dominou a cidade ou fez uma frente de apoio ou de oposição a alguém.

Lepre (2000), na sua obra “Caos Partidário Paranaense”, ao analisar as migrações na Câmara dos Deputados, afirma que essas frequentes migrações são uma peculiaridade da democracia brasileira:

[...] algumas peculiaridades da democracia brasileira tornam difícil a consolidação dos partidos no país, dentre as quais destaco as trocas de legenda. Essas mudanças frequentes são uma evidência da dificuldade de institucionalização do sistema partidário brasileiro, além de serem responsáveis pelo aumento da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados. [...] as trocas de legenda existem em todas as democracias, porém, o que existe de singular na experiência brasileira [...] é a intensidade e a permanência das mudanças.

Não faremos aqui análises aprofundadas sobre quem detém o poder em Londrina, já que, principalmente no período pós abertura política, a elite local girou

quase que em torno de uma única família, o que será assunto do próximo capítulo. A seguir, trataremos brevemente os históricos de duas instituições londrinenses que influenciaram e influenciam ainda a política local, perpassando também como espaço social de organização das classes dominantes e das famílias no poder em Londrina. São elas: ACIL e SRP.

2.4.1 Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL e Sociedade Rural do Paraná - SRP

A ACIL iniciou suas atividades em Londrina no ano de 1937, sob o nome de Associação Comercial de Londrina, já que ainda não havia industrialização local logo após a instalação da cidade. Sob a presidência de David Dequêch, proprietário de armazém de secos e molhados (Máquina de Arroz de Londrina), a entidade surgiu no intuito de defender e organizar os interesses dos comerciantes emergentes de Londrina.

Logo nos primeiros anos da cidade, nos quais havia a hegemonia política do grupo vinculado ao Interventor do Estado, a ACIL exerceu papel fundamental de espaço de organização dos comerciantes insatisfeitos com a política de impostos e arrecadação ditada pelos prefeitos nomeados pelo Interventor Manoel Ribas. A população da região sentia-se lesada com a carga de tributos impostas. Assim, a ACL criou uma comissão executiva que foi até a capital do Estado do Paraná para negociar junto à Secretaria de Fazenda as tarifas e impostos cobrados, sem sucesso. A partir de 1944, com o deslocamento dos interesses da CTNP para a região onde hoje está a cidade de Maringá, os profissionais liberais, os agricultores/cafeicultores e os comerciantes viram-se sem representação política, o que fez com que a associação tenha se tornado uma espécie de comitê de defesa dos interesses da burguesia local. Tal posição ocupada pela ACL estava tão demarcada que, na edição do Jornal Paraná Norte da data de 08 de agosto de 1943, o jornal conclamava a ACL a tomar atitudes quanto à cobrança excessiva de impostos: “(...) há presentemente um problema que muito preocupa os comerciantes e que está a exigir da Associação o juízo de sua palavra autorizada e sempre ouvida

com respeito e acatamento pelos dirigentes do país.” (JORNAL PARANÁ NORTE, 1943, p. 1)

A história da ACIL é perpassada também por uma história de família, confirmando o que diz Oliveira (2013), de que estudar a história das instituições é estudar também a história das famílias. A ACIL foi fundada pela família Dequêch, na pessoa do imigrante libanês David Dequêch, um dos primeiros comerciantes da cidade:

Quando o libanês David Dequêch aceitou o convite feito por dois amigos para liderar a criação da Associação Comercial de Londrina, em 1937, não imaginava que estaria iniciando também uma história de família. Ele presidira a entidade por dezoito anos. Seu filho, Nilo, comandou a Associação por outros quatro anos e o neto, David Dequêch Neto, por mais dois anos. Juntos, somaram 24 anos à frente da ACIL, numa prova de que o vínculo e o compromisso com entidade atravessa gerações.

Enquanto comitê de organização da fração da classe dominante responsável pelas atividades econômicas urbanas, da presidência da ACIL fizeram parte membros das famílias mais abastadas de Londrina, tais como Jabur, Kouri, Medeiros, dentre outras, além dos Dequêch já citados. A história completa da ACIL e suas principais lideranças estão elencadas no livro “Setenta Anos de União e Luta”, publicado pela própria entidade.

Já a Sociedade Rural do Paraná – SRP, mais contemporânea que a ACIL, foi fundada em 1946, com o nome de Associação Rural de Londrina – ARL, visando a atender as demandas de uma classe dominante emergente, agrupando os pequenos, médios e grandes produtores rurais locais, em especial no período da expansão do café. Interessante observar que a ARL foi fundada dentro da ACIL, onde foram realizadas as suas primeiras reuniões, reforçando assim o papel dessas entidades enquanto espaço de organização da burguesia local.

Desde a sua fundação, a SRP consolidou-se com um celeiro de políticos que chegaram a ganhar projeção em âmbito estadual e até mesmo nacional. Congregou nas suas primeiras diretorias ex e futuros prefeitos, vereadores, deputados, todos vinculados ao agronegócio: Antonio Fernandes Sobrinho, Milton Ribeiro de Menezes, Jayme Cannet Junior, Rubens Pavan, Wilson Moreira, Samir Cury Eide e o mais contemporâneo deles, o atual prefeito de Londrina Alexandre Kireff. A SRP também é um reduto de famílias e algumas delas vêm se reproduzindo dentro da

sociedade e na política londrinense: Maculan, Cesário Pereira, Janene, Hosken de Novaes, das quais trataremos no próximo capítulo deste trabalho.

3 PODER POLÍTICO E FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Para trabalhar esta seção, elencamos as famílias que ocuparam ou ainda ocupam cargos eletivos ou de nomeação discricionária (cargos de confiança) nos Poderes Executivo e Legislativo do município de Londrina, ainda que mais tarde tenham se deslocado para outras cidades ou outros centros de poder. Como critério de corte, consideramos como família no poder aqueles grupos em que ao menos dois membros ocuparam posições estratégicas no município objeto deste trabalho. Muitas das famílias aqui apresentadas alçaram também cargos nos Poderes Executivo e Legislativo nas esferas estadual e federal, sendo esses cargos fruto de suas atuações locais e das redes estabelecidas no Norte do Estado do Paraná. Vale lembrar que a apresentação das famílias não segue uma ordem cronológica ou de importância/influência no âmbito municipal.

3.1 FAMILISMO NO PERÍODO DE COLONIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Antes de iniciarmos a análise das trajetórias das famílias que construíram ou que iniciaram as suas redes de poder político em Londrina, é importante pontuar que o familismo vigente no Paraná, com famílias que remontam há mais de trezentos anos de história, devidamente estudadas por Oliveira (2001 e 2012), foi trazido para Londrina quando da formação da cidade, com a nomeação dos primeiros prefeitos, concessões dos primeiros cartórios e até mesmo com a concessão da exploração de serviços públicos. Apenas apresentaremos aqui algumas pessoas que chegaram à Londrina por meio de relações de poder e parentesco.

Como já citamos no capítulo anterior, o primeiro prefeito eleito de Londrina, o inglês Willie Davis, concedeu a seu irmão, Roland Davis, a exploração do serviço público de iluminação. O primeiro tabelionato da cidade, existente até hoje (1º Ofício de Notas – Cartório Rocha), foi concedido, em 1938, ao sobrinho do então arcebispo

metropolitano de Curitiba, Dom Ático Euzébio da Rocha³¹. José de Oliveira Rocha, que mais tarde chegou a ser Secretário de Estado de Agricultura, vinha com a família do Estado da Bahia; o cartório pertence à família até hoje, estando como atual tabelião José Cezário Rocha Neto, neto de José de Oliveira Rocha.

O primeiro prefeito residente em Londrina, nomeado pela interventoria estadual, em 1945, foi José Munhoz de Melo, primo de Bento Munhoz da Rocha Neto. Munhoz de Melo já estava em Londrina desde o início dos anos 1940 porque havia sido nomeado juiz na recém-formada Comarca de Londrina.

Ulysses Xavier da Silva, prefeito nomeado em 1946, era parente de Francisco Xavier da Silva, advogado e juiz que tinha sido Governador do Estado do Paraná na década anterior; ambos eram provenientes de família da classe dominante tradicional de Castro, radicados em Jaguariaíva. Também de Jaguariaíva vinham os irmãos Ruy Cunha e Renato Cunha, de Santa Catarina, também radicados em Jaguariaíva, cujo avô havia sido deputado provincial. As famílias Xavier da Silva e Cunha eram opositoras na região do Norte Velho.

Ainda na década de 1940, o mineiro Milton Ribeiro de Menezes, quando ocupou a prefeitura, trouxe para Londrina seu irmão, Edgar Menezes, o qual atuou como assessor jurídico da UDN.

Desse modo, podemos aludir que a promessa da terra próspera e da riqueza vindoura levou famílias tradicionais do Paraná e até mesmo de outros Estados a tentar emplacar seus parentes como políticos no município de Londrina, sendo que o único que obteve o sucesso duradouro esperado foi o proprietário do tabelionato, o qual fixou residência e a família permanece até os dias de hoje na localidade. Todos os demais ou retornaram às suas terras de origem ou migraram para o centro do poder no Estado, Curitiba.

3.2 FAMÍLIA BELINATI

O ingresso da família Belinati no cenário político londrinense teve início na década de 1960, com Antonio Casemiro Belinati, ao qual nos referiremos doravante apenas como Belinati. Nascido em 1943, em Campo Grande, no Estado do Mato

³¹ Uma vida dedicada à família e ao próximo. 19 out. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/servicos/falecimentos/uma-vida-dedicada-a-familia-e-ao-proximo-99vstxtfcjghh4bf0e2m2r0u>>. Acesso em 23 mar. 2014.

Grosso do Sul, Belinati chegou ao Norte do Paraná aos cinco anos de idade, tendo morado em algumas cidades da região antes de chegar em definitivo a Londrina. Sua mãe era dona de casa e o pai ferroviário, funcionário da extinta Rede Ferroviária Federal, o qual foi transferido para Londrina a trabalho, levando consigo a família. Aos 18 anos, Belinati começou a trabalhar na Rádio Londrina, onde auxiliava a equipe da rádio em diversas atividades. Durante este período, conviveu com vários nomes do rádio, uma vez que a Rádio Londrina, segundo COSTA (2005), era uma das principais emissoras de rádio do interior do Estado do Paraná.

O mesmo COSTA (2005) relata que antes de Belinati emergir como radialista e político local, este trabalhou junto de Otássio Pereira, também radialista e vereador na cidade. Foi através de Otássio que Belinati conseguiu seu primeiro emprego na Rádio Londrina. Otássio Pereira era bastante popular e costumava atender pessoas diariamente na rádio. Consoante o autor supracitado, o pai de Belinati, José Belinati, dirigiu-se até a sede da Rádio Londrina para pedir emprego para o filho e teve seu pedido primeiramente negado. Após tanta insistência de José, Otássio acabou contratando Belinati para ajudante geral, sem salário, para que ele adquirisse experiência em algum trabalho.

Durante essa convivência, Belinati diz ter aprendido no cotidiano a ser radialista, até surgir uma oportunidade para que entrasse no ar, conforme relato do próprio em entrevista concedida ao jornalista Osmani Ferreira Costa:

O Otássio comandava o programa Ronda dos Municípios, transmitido ao vivo a cada domingo de uma cidade diferente da região. Naquela semana, o Otássio me convidou para ir junto com a equipe para Cornélio Procópio. Não sei por qual motivo, o locutor oficial dos reclames – as propagandas da época – não pôde viajar com a gente. Foi a minha primeira oportunidade. O Otássio pediu para eu narrar, nos intervalos, todas as mensagens publicitárias. Nervoso, cometi um grave erro: li Mortandela Diana, em vez de mortadela. Na segunda-feira, o gerente comercial da emissora chamou o Otássio e me proibiu de voltar ao ar, dizendo que eu tinha péssima voz, dicção horrível e lido errado o nome do principal patrocinador. Foi assim, de maneira desastrosa, a minha estreia no rádio. [entrevista gravada com Belinati, em 2001] (COSTA, 2005, p. 181-182)

O fato acima narrado ocorreu em 1961. Desde essa primeira e desajeitada inserção na rádio, Belinati deu continuidade à carreira de radialista, como narrador de comerciais e plantonista, normalmente cobrindo folgas de outros radialistas importantes da emissora. Segundo COSTA (2005), foi somente em 1967 que

Belinati teve seu primeiro programa na Rádio Londrina, com duração de apenas meia hora.

Popular, Belinati ingressou no mesmo partido do seu “padrinho” no rádio e na política, Otássio Pereira. Otássio, por sua vez, foi o primeiro radialista na história de Londrina a conquistar um cargo eletivo, no ano de 1959. A relação do rádio com a política, especificamente em Londrina, sempre foi muito estreita, com pessoas alçadas aos mais variados cargos, desde vereador, prefeito, deputados estaduais e federais, senadores. Analisando a trajetória dos radialistas londrinenses, o jornalista e sociólogo Osmani Ferreira Costa (2005, p. 139-140) afirma que “nesta luta em busca do êxito nas urnas, eles usaram e foram usados pelos partidos. O rádio e sua programação foram usados como palanques eletrônicos e cabos eleitorais por seus profissionais.” O rádio, desde o período estudado até os dias de hoje, tem influenciado sobremaneira a política londrinense, sendo que no processo histórico de Belinati ele foi fundamental, uma vez que foi pelo rádio que esse senhor entrou para a política. A jornalista Izabel Vieira, já em 1979, afirmava:

O rádio é um poderoso instrumento político que tanto pode servir à mudança como à manutenção de um Estado, das relações sociais, da própria liberdade individual e/ou coletiva. O mais eficaz veículo de informação torna-se um instrumento ideológico na medida em que seu controle e propriedade o transformam em arma. Arma que mobiliza, induz, liberta ou escraviza. (VEIRA, 1979, p. 58)

A partir desse primeiro programa na Rádio Londrina, em que pese estivesse no ar por apenas trinta minutos ao dia, Belinati ganhou popularidade e, em 1968, foi eleito vereador pela primeira vez, sendo o candidato mais votado para o Legislativo Municipal naquele pleito, com 2507 votos. Apenas dois anos depois, Belinati elegeu-se deputado estadual com muita facilidade, sendo o mais votado do MDB no Estado do Paraná naquele ano.

Nas eleições subsequentes, em 1972, Belinati candidatou-se ao cargo de prefeito, tendo sido derrotado por José Richa, também do MDB, pela diferença discreta de dois mil votos, num universo de 83.838 eleitores, em pleito disputado com mais quatro candidatos. Quanto a essa derrota, vale citar a análise feita por COSTA (2005), na qual o jornalista e sociólogo faz uma relação direta entre vitória nas urnas e programas campeões de audiência e derrota de candidatos que ocupavam postos de menor visibilidade dentro das rádios. O autor ainda segue

afirmando (p. 192-193) que “sem um programa diário fixo de sucesso para apresentar, eles não conseguem um público ouvinte cativo e fiel como é o dos apresentadores de grande audiência [...]”. A popularidade de Belinati, embora o tenha feito chegar bem perto, não foi suficiente para que conseguisse o cargo de prefeito nas eleições de 1972.

No caso de Londrina, ainda tendo como referência o autor acima, os programas radiofônicos de maior audiência eram de três tipos: musical sertanejo, policial e de variedades; como variedades, podemos classificar o programa que Belinati veio a apresentar mais tarde, de nome “A Voz do Povo”. Segundo COSTA (2005), os programas dessa natureza (variedades), normalmente possuem linguagem próxima e amigável dos ouvintes e severa e enérgica quando faz críticas a alguém; os radialistas desse gênero normalmente comentam fatos da vida cotidiana, envolvendo política, economia, segurança, etc. e adotam sempre uma postura que varia entre “sentimentalista pessoal”, “crítico social” e de “engajamento político-ideológico”, pairando também pelo assistencialismo.

Mas não se trata daquela imagem do super herói distante do cinema ou da televisão. É da imagem de alguém poderoso, onipresente, acima do mal, mas ao mesmo tempo amigável, próximo, quase familiar, que está na casa do ouvinte diariamente. (COSTA, 2005, p. 199)

Nesse contexto, junto com seu “padrinho” político, Otássio Pereira, e com outras lideranças locais, Belinati acabou corroborando para a consolidação e afirmação da hegemonia do MDB no cenário político londrinense no período do bipartidarismo. Com discurso contrário ao regime militar, mas de caráter populista, Belinati alinhou-se na época à centro-esquerda. Mais tarde, como veremos, aliou-se à extrema direita através de novas alianças.

Em que pese a derrota de Belinati, as eleições municipais de 1972 marcam a entrada do segundo membro da família Belinati na política, alçando um cargo eletivo na “carona” da popularidade de Antonio Belinati. Waldmir Belinati elegeu-se vereador em Londrina pelo MDB, sendo na ocasião o vereador que recebeu o maior número de votos: 2646 dos 67043 votos válidos.³² Waldmir Belinati é irmão de Antônio Belinati e à época em que foi eleito pela primeira vez era estudante de medicina na Universidade Estadual de Londrina e professor.

³² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Nascido em 1950 em Cornélio Procópio, Waldmir é o primeiro membro da família genuinamente paranaense a ingressar na política em Londrina. Waldmir prosseguiu na carreira política elegendo-se vereador pela segunda vez pelo MDB em 1976, com votação expressiva, totalizando 7555 votos contra 2464 do segundo colocado. Em 1978 Waldmir foi eleito Deputado Federal também pelo MDB, com 44613.³³

Além dos cargos eletivos alçados, Waldmir protagoniza o primeiro caso de nepotismo direto na família Belinati. Oliveira (2012, p. 73) esclarece que o nepotismo “é uma grande rede social de interesses, favores e cumplicidades organizados com os cargos políticos do aparelho do Estado”. Nesse sentido, Waldmir exerceu em Londrina, de janeiro de 1989 a dezembro de 1992³⁴, a função de Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social, cargo comissionado, nomeado por Belinati enquanto prefeito da cidade. Em mais um caso de nepotismo, Waldmir ocupou durante o governo de Jaime Lerner, no poder executivo estadual, no qual sua cunhada Emília Salles Belinati foi vice-governadora, o cargo de superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE³⁵, no período de janeiro de 1995 a outubro de 1996. Após essas incursões, Waldmir retornou à Londrina, onde exerce até os dias atuais a profissão de médico, não existindo mais registros de passagens suas por cargos políticos nomeados ou eletivos.

Após essa pausa, retomemos a trajetória de Antonio Belinati, o precursor e até hoje poderíamos dizer o “mentor” da família Belinati. Em 1974, Belinati obteve mais um êxito eleitoral, alçando vaga na Câmara Federal, sendo o segundo deputado mais votado do MDB do Paraná, com 150.698 votos, quase três vezes mais do que seu irmão que se elegeria no pleito seguinte, conforme citado acima, demonstrando que a força política e o carisma de Belinati levavam consigo a família toda a cargos eletivos. Desde o início de sua carreira política como vereador e até mesmo nos períodos em que esteve na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, Belinati nunca deixou seus programas de rádio de lado, pois na

³³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

³⁴ Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina/Secretaria Municipal de Governo/Livro 230/Decretos de 001 a 120 de 1989.

³⁵ Nomeado através do Decreto Estadual nº 4421/1995 e exonerado através do Decreto Estadual nº 4864/1996.

avaliação dele mesmo, em entrevista à socióloga Ana Cleide Cesário, o rádio é fundamental para a manutenção em cargos eletivos do Poder Legislativo:

Acho que se o político utilizar permanentemente o rádio, se fosse possível até a televisão, ele jamais seria derrotado para qualquer cargo legislativo. É evidente que isso pode não ajudar muito para um cargo de Executivo. (CESÁRIO, 1986, p. 488)

A consolidação da força de Belinati deu-se em 1976, quando se elegeu prefeito de Londrina com 36.198 votos do universo total de 120.992 eleitores no município, contabilizando quase 30% dos votos. Seu vice à época era o pecuarista e advogado José Antonio Del Ciel, membro conhecido da elite local formada por profissionais liberais, cafeeiros e pecuaristas, do qual trataremos mais adiante. Disputaram também esse pleito: Wilson Moreira (MDB), Manoel Garcia Cid (ARENA), Mário Stamm (ARENA) e Pedro de Vasconcelos Barros (ARENA)³⁶. Essa eleição não foi assim tão pacífica, pois Belinati não era o preferido dentre os candidatos de sua legenda, o MDB. Ou seja, o nome de Belinati não era uma unanimidade dentro do partido. Cervi (2002) analisa que a desconfiança das lideranças emedebistas vinha do fato de Belinati, em sua plataforma política, falar mal dos ditos “ricos” e da elite dirigente local, alegando que não estavam preocupados com as reais necessidades do povo londrinense. Belinati aproveitou-se do contexto de descrença da população londrinense naqueles que ocupavam o poder até então, focando no fato da então elite dirigente não ser capaz de captar e atender às demandas sociais emergentes vindas do processo de crise da cultura do café, que trouxe um sem fim de pessoas da área rural para a urbana, sem emprego e sem assistência do poder público.

Como dito, essas posições de Belinati geraram controvérsia no MDB local, acarretando numa cisão das duas principais lideranças do partido, lançando dois candidatos ao executivo municipal, sendo que no pleito de 1976, José Richa, então prefeito, apoiou o seu ex-secretário municipal Wilson Moreira. Já Dalton Paranaguá, ex-prefeito, apoiou Belinati, tendo o segundo bloco saído vitorioso. Outros fatores também influenciaram essa eleição, os quais relataremos no tópico sobre a família Richa.

³⁶ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

A suposta renovação com a eleição de Belinati foi algo tão mítico na política londrinense daquele período que na galeria oficial de prefeitos de Londrina, disponível na Prefeitura Municipal, podemos encontrar a seguinte menção a essa eleição: “Pela primeira vez os londrinenses vieram chegar à Prefeitura um político recrutado dos segmentos populares, de baixa escolaridade e que se ocupava do radialismo”, fazendo possivelmente menção aos anos anteriores no qual o domínio da Companhia de Terras do Norte do Paraná e depois da Sociedade Rural do Paraná e da Associação Comercial de Londrina era latente na política municipal, por meio da eleição de profissionais liberais e agropecuaristas. Podemos afirmar nesse contexto que temos aqui o surgimento do primeiro *outsider*³⁷ na política londrinense.

En Política el término Outsider hace referencia a una persona que se encuentra o vive fuera del sistema de representación política o que es externo a las normas y tradiciones de la cultura política, decide ingresar a un proceso electoral en particular. Se trata de alguien “nuevo” en política; aunque no todos los nuevos son outsiders, porque en algunos casos su discurso es similar al del sistema o, en otros casos, puede ser parte de la renovación del capital político de un partido. En general son personajes que han tenido éxito en una actividad que tiene importante presencia en el espacio público, sea en el mundo mediático o deportivo, como también del aprovechamiento de un momento de crisis, como puede ser un intento de golpe de estado o un manejo económico complejo. (MENA, 2012, não paginado)

No primeiro mandato como prefeito de Londrina, que durou de fevereiro de 1977 a abril de 1982, Belinati tornou-se muito popular e adotou uma postura considerada pelos seus oponentes e pelos estudiosos da sociologia política como “populista”. A marca dessa primeira gestão municipal foram as moradias populares e quiçá, essa seja até hoje a maior marca à qual o nome de Antonio Belinati está ligado. Isso se deve à quantidade de casas em conjuntos habitacionais construídos e entregues à população londrinense no período. Conforme dados da COHAB-LD, foram entregues nesse período cerca de 15 mil casas populares, grande parte delas no local que ainda hoje é conhecido como “Cinco Conjuntos”. Localizados no extremo da Zona Norte de Londrina, os “Cinco Conjuntos” ficavam a cerca de 11 quilômetros do centro da cidade, numa área que à época era isolada³⁸. Além dos

³⁷ Os termos *outsiders* e *estabelecidos* advêm da obra de Norbert Elias, que em sua pesquisa designa como estabelecidos os moradores tradicionais de uma comunidade, bem adaptados ao grupo e com cultura e valores bastante arraigados; os *outsiders* seriam os “forasteiros”, os recém-chegados que tentam adentrar nessa comunidade fechada.

³⁸ Atualmente, de acordo com dado do CENSO IBGE 2010, a região dos “Cinco Conjuntos” é composta por cerca de 23 conjuntos, jardins ou loteamentos e aglomera cerca de 43 mil moradores

“Cinco Conjuntos”, Belinati entregou ainda casas em outros 12 conjuntos habitacionais, retirando, em tese, pessoas das periferias locais, em condições precárias de habitação, da situação em que estavam. Porém, as pessoas apenas foram transferidas para as casas populares, sem outras condições locais de infraestrutura.

Ao final da década de 1970 e início dos anos 1980, via-se emergir no Brasil uma série de movimentos sociais. Em Londrina não foi diferente. Nesse contexto, Belinati tomou atitudes que foram fundamentais para sua carreira política: criou associações de moradores ligadas à COHAB-LD, vinculando politicamente lideranças locais ao poder público municipal. Segundo Silveira R.(1997), a criação da Federação das Associações de Moradores, em 1981, sob influência direta da COHAB/LD, também foi uma medida no sentido de subordinar politicamente as Associações de Moradores de Londrina. Essa vinculação política das lideranças comunitárias ao governo de Belinati garantiu grande influência deste nas periferias e conjuntos habitacionais, perdurando essa influência, segundo o mesmo autor, até o final da década de 1990, quando por motivos que elencaremos mais à frente, a imagem de Belinati ficou “manchada” perante seus eleitores.

Além dos conjuntos habitacionais, a primeira gestão de Belinati ficou marcada pela criação de algumas autarquias para prestação de serviços públicos, pela revitalização do centro da cidade através da construção do “calçadão” central e pela desapropriação da Vila Matos, conhecida vila que abrigava uma zona do meretrício muito frequentada por empresários e políticos locais³⁹, ficando assim vinculado também à imagem do prefeito “moralizador”. Porém, com duas grandes obras iniciadas na cidade – a transferência da via férrea do centro da cidade e o novo Terminal Rodoviário, Belinati deixou a prefeitura com uma grande dívida decorrente de empréstimos. Apesar de muito popular, como já afirmado, Belinati também teve sua imagem marcada por uma série de promessas de caráter populista e assistencialista não cumpridas durante a sua gestão, além de um revés dado em sua história política local devido à troca repentina de partido, de orientação política

de Londrina. Devido ao processo de ocupação urbana da cidade, os “Cinco Conjuntos” hoje estão integrados à cidade, não se caracterizando mais um local distante e isolado. Ressalte-se que apesar de os Cinco Conjuntos contarem com 43 mil habitantes, a Zona Norte de Londrina como um todo possui mais de 100 mil habitantes.

³⁹ A zona do meretrício da Vila Matos foi alvo de um estudo denominado: “O centro e as margens: prostituição e vida boêmia em Londrina, 1930-1960”, de autoria do professor da Universidade Estadual de Londrina, Antonio Paulo Benati.

oposta ao MDB, a qual trataremos mais à frente. Observe-se que quanto ao referido Terminal Rodoviário, este possui projeto moderno e arrojado, elaborado por Oscar Niemayer, já demonstrando aqui que apesar de *outsider*, Belinati já começava a apresentar *habitus* de classe da classe dominante até mesmo na escolha e estilo de suas realizações.

Ainda que Belinati tenha surgido como a figura do *outsider* e tenha se consolidado como um político populista, conseguiu facilmente transitar pela elite londrinense, “[...] isto porque as lideranças políticas dirigentes locais souberam incorporar o radialista/populista ao seu grupo [...]” (CERVI, 2002, p. 50). Se pensarmos pela linha dos teóricos elitistas, conforme vimos no primeiro capítulo, para ingressar na elite dirigente, pertencer a uma ou outra classe social não é o critério principal, mas possuir capacidades e atributos pessoais é fundamental. No caso de Belinati, o seu carisma perante a massa certamente era um atributo importante, o qual foi rapidamente incorporado à elite política local.

Como já citamos no capítulo dois deste trabalho, desde a saída definitiva da CTNP de Londrina, a hegemonia política encontrava-se nas mãos de uma elite que em quase sua totalidade pertencia de alguma forma à Sociedade Rural do Paraná ou à Associação Comercial de Londrina, sendo grande parte dos prefeitos eleitos nas décadas de 1940 até 1960 pecuaristas ou produtores de café, os quais também exerciam profissões liberais, como o direito, engenharia, medicina ou então comerciantes/empresários bem sucedidos na área urbana. Apesar da eleição de Belinati, um característico *outsider* em meio a uma elite tão nova quanto a cidade de Londrina, essa elite não se dissipou, tendo ele passado a dialogar e se relacionar com ela após sua inserção na vida política local, caracterizando assim uma baixa renovação na classe dirigente com a entrada de um membro *outsider*. Isso pode ser facilmente detectado, por exemplo, por meio da análise dos ocupantes do primeiro escalão municipal, como Léo de Judá Barbosa, Secretário de Planejamento, que era “badalado” arquiteto da região Norte do Paraná; Márcio José de Almeida, Secretário de Saúde e Promoção Social, médico e professor universitário; Romeu Damatte Junior, Secretário de Obras e Viação, empresário do ramo de informática e softwares; Lauro Pepiliasco, empresário, presidente da CODEL. Como percebemos, o perfil daqueles que governavam com Belinati era de profissionais liberais e empresários bem sucedidos, não destoando assim do perfil da elite dirigente local.

Embora o discurso fosse “tudo do povo e para o povo”, esse ‘povo’ não esteve presente nessa primeira gestão.

Quanto à inserção de familiares de Belinati ocupando cargos estratégicos nessa primeira gestão, podemos encontrar apenas a situação de sua esposa, Emília de Salles Belinati⁴⁰, a qual ocupou de 1977 a 1982 o cargo de presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI⁴¹, reforçando assim uma vez mais a lógica do “primeiro-damismo”, no qual se nomeia a esposa do chefe do Poder Executivo, chamada na nossa cultura de primeira-dama, para chefiar a área da assistência social ou da infância e juventude, com práticas assistencialistas, vinculando o casal à imagem de caridosos, benevolentes e cuidadores dos “pobres”.

[...] O assistencialismo é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este, é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor [...]. O "primeiro-damismo" é a institucionalização do assistencialismo na figura da mulher do governante[...]. (SPOSATI, 1994, não paginado)

Em 1982 Belinati migrou de partido, afastando-se do cargo de prefeito antes do término do mandato, no intuito de candidatar-se ao Governo do Estado. O político migrou de forma abrupta para o PDS, partido que, após o fim do bipartidarismo, aglutinou grande parte dos políticos da ARENA. A candidatura de Belinati ao executivo estadual foi inviabilizada dentro do partido e este concorreu então a uma vaga para deputado estadual, ficando apenas na suplência, tendo votação inferior a das eleições de 1970, quando havia sido eleito ao mesmo cargo. Na tentativa de explicar o ocorrido, Cervi afirma:

A queda na ‘popularidade’, apesar da manutenção do programa de rádio e do uso da máquina administrativa local, pode ser explicada pelo paradoxo da imagem do herói populista. Para se viabilizar eleitoralmente, esse tipo de liderança precisa moldar seu discurso com promessas de solução para todas as mazelas da população [...]. Como as crises sociais que atingem os eleitores são provocadas por motivações externas ao município, o novo líder não consegue cumprir suas promessas no exercício do mandato. Perde exemplaridade e, mesmo continuando a ser um radialista com altos índices de audiência, pode não conseguir repetir os desempenhos eleitorais anteriores. (CERVI, 2002, p. 58-59)

⁴⁰ Abordaremos a seguir com mais profundidade a trajetória de Emília Salles Belinati.

⁴¹ Embora as APMIs não sejam instituições governamentais, acabam funcionando atreladas diretamente aos governos ou vinculadas a instituições governamentais específicas.

Apesar na votação inexpressiva, Belinati permaneceu com suas atividades no rádio e acabou assumindo mais tarde a vaga na Assembleia Legislativa devido ao falecimento de um deputado. Ainda nas eleições gerais de 1982, a família Belinati emplaca mais um “descendente” político direto em cargo eletivo: o irmão de Belinati, Roberval Casemiro Belinati, foi o segundo vereador mais votado no Município de Londrina, pelo PDS, perdendo apenas para o radialista e apresentador de programa policial Luiz Carlos Alborguetti, popularmente conhecido como “Cadeia”. Apesar da votação expressiva dentro de sua legenda, o número de votos de Roberval (1660 votos) não foi tão significativo, uma vez que o total de eleitores naquele pleito foi de 132.843 e que grande parte dos vereadores eleitos eram do PMDB, todos com votos entre dois e três mil; essa eleição marcou o fim de uma sequência de três eleições consecutivas com algum Belinati na posição de maior recebedor de votos para a Câmara de Vereadores de Londrina.

Roberval seguiu o mesmo caminho do irmão, tendo sido radialista e repórter na Rádio Londrina e na Rádio Cruzeiro do Sul (entre 1972 e 1974). De 1973 a 1974 atuou no Novo Jornal e na Folha de Londrina, o jornal mais relevante da cidade até os dias atuais. Após esse período, permaneceu até o final da década de 1980 atuando como Assessor Parlamentar de deputados do PDS, inclusive do próprio irmão, em Brasília, no Distrito Federal. Formou-se em direito, tendo atuado na advocacia em Brasília e em Londrina, acumulando no início da década de 1980 a profissão de advogado com o cargo de Diretor Geral da Rádio Clube de Londrina. Após ter sido vereador, Roberval não incursionou mais na vida política londrinense, tendo sido aprovado em concurso para o cargo de Juiz Substituto no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, onde atuou no final da década de 1980. Em 1992, assumiu como Juiz Titular do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, onde desde o ano 2008 é Desembargador.

Já nas eleições municipais de 1988, Antonio Belinati, agora no PDT, disputou o pleito pelo cargo de prefeito, tendo como principal adversário José Tavares da Silva Neto, do PMDB, que atuava como Delegado de Polícia e antes havia sido Deputado Estadual. Por uma diferença bem estreita, 68951 contra 68163 votos válidos⁴², Belinati elegeu-se novamente prefeito, em “dobradinha” com um vice

⁴² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

com o mesmo perfil da elite política londrinense: profissional liberal e empresário bem sucedido⁴³, chamado Carlos Alberto Franchello.

Ainda nas eleições municipais de 1988, a família Belinati consegue ter eleito o seu quarto “filho”, José Belinati Filho, irmão de Antonio Belinati. Com 4290 votos, José Filho elegeu-se pelo PDT, sendo naquele pleito o terceiro mais votado, perdendo apenas para o radialista Antenor Ribeiro e para o médico, então petista, Luiz Eduardo Cheida.

Nessa segunda gestão como Prefeito de Londrina (1989-1992), Belinati focou a gestão na saúde pública. Segundo a galeria de Prefeitos de Londrina, Belinati criou nessa gestão o TEC – Transporte Emergencial Centralizado, responsável pelo transporte de paciente, inclusive da zona rural; a CENTROFARMA, serviço de distribuição e apoio administrativo no fornecimento de medicamentos na rede pública; construiu a Maternidade Municipal Lucilla Ballalai para atender mulheres em situação de parto e puerpério de risco habitual e intermediário, além de várias unidades básicas de saúde. Belinati construiu, ainda, o Centro Integrado de Vivência e Assistência à Criança – Cidade da Criança. Como se pode ver, a marca de Belinati a partir dessa gestão passa a ser também a construção de obras suntuosas, com nomes populares: a Maternidade Municipal foi apelidada de MÃE e o Centro Integrado recebeu o apelido de SUPER CRECHE, todas obras na área central da cidade, com mais de 3000m² cada uma⁴⁴. Essas obras sofreram e ainda sofrem críticas severas de especialistas quanto à localização, número de atendimentos, capacidade, infraestruturas e os valores gastos para suas construções diante do retorno ofertado à população.

Assim como na primeira gestão, Antonio Belinati também atuou na área de habitação através do PRONHASP – Programa Nacional de Habitação do Servidor Público, em parceria com o Governo Federal, entregando mais de 500 apartamentos populares. Criou também, no final de seu mandato, o plano de seguridade social do servidor público municipal, incorporando-o ao sistema de saúde do servidor, dando origem à CAAPSMML – Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina.

⁴³ Carlos Antonio Franchello, advogado paulista que veio para Londrina atuar na área de loteamentos imobiliários. Tornou-se popular na cidade como presidente do Londrina Esporte Clube de 1962 a 1978, quando o time obteve resultados expressivos nos campeonatos paranaense e brasileiro.

⁴⁴ Mais informações sobre estas instituições estão no trabalho de Dione Lólis: A pobreza em Londrina: ações do órgão municipal de assistência social. Londrina: UEL, 1993. Monografia (Especialização em Estado e Políticas Sociais). Universidade Estadual de Londrina, 1993.

Nessa gestão, vemos mais uma vez nenhuma renovação na elite dirigente local. Esse fato é natural, se pensarmos que já se passaram quase duas décadas da inserção de Belinati na política local, tempo suficiente para sua integração à elite e seu trânsito entre as classes dominantes. Essa aliança com a elite local, essa aproximação com as classes dominantes, fica evidenciada com a escolha da maioria de seus cargos nomeados para o primeiro escalão da administração municipal: Nilo Dequêch, Presidente do SERCOMTEL, empresário de família de origem libanesa, foi presidente da ACIL entre os anos de 1978/1979 e 1982/1983, seu pai e seus irmãos também compuseram a diretoria da ACIL; Ronaldo Gomes Neves, Procurador, tradicional advogado da área empresarial; Haroldo Marçal, secretário geral, professor universitário da UEL; Cleber Marino Toffolli, Secretário de Educação e Cultura, professor universitário, radialista e ex-presidente do Londrina Esporte Clube; Ismael Mologni, Secretário de Fazenda, economista e professor universitário da UEL; Eduardo Alonso de Oliveira, advogado e ex-sócio do deputado José Janene; Carlos Antonio Franchello, Vice-Prefeito que acumulou o cargo de Presidente da CODEL, loteador; Toshihiko Tan, Presidente da ACESF, cirurgião-dentista; Carlos Klamas, Presidente da AMETUR, servidor público da antiga Delegacia Regional do Trabalho; Luiz Carlos Bellinetti, presidente do SERCOMTEL, advogado. Como se vê, o perfil da elite política continua o mesmo: profissionais liberais e empresários/comerciantes bem sucedidos localmente.

Nessa gestão de Belinati, conforme citamos anteriormente, temos o primeiro caso de nepotismo direto com Waldmir Belinati ocupando o cargo de Secretário Municipal de Saúde e Promoção Social. Emília Belinati também ocupou a função de Presidente local do PROVOPAR, novamente voltada à área socioassistencial. Ou seja, dois parentes diretos ocupando cargos estratégicos e de visibilidade no município.

Nas eleições gerais de 1990, Emília Salles Belinati, esposa de Antonio Casemiro Belinati, é eleita para seu primeiro cargo, como Deputada Estadual pelo PDT, sendo a única mulher da 12ª Legislatura da ALEP (1991-1994), obtendo 17.393 votos. Emília era filha de agricultores e nasceu em Londrina no ano de 1945. Conforme conteúdo de entrevista de Emília Belinati concedida a Enéias Faria e Sylvio Sebastiani (1997), ela foi jogadora da seleção paranaense de basquetebol na década de 1960 e em 1974 formou-se no curso de Educação Física na então Faculdade de Educação Física e Desportos do Paraná. Emília e Antonio Belinati se

conheceram em 1965 de forma bastante peculiar: ao levar seu pai a um famoso neurologista de Londrina, Belinati encantou-se pela secretária do médico. Um ano depois, em 1966, casaram-se. Emília, enquanto casada com Belinati, sempre esteve muito presente na política londrinense, ocupando funções, conforme já citado, voltadas ao assistencialismo e à “atenção aos pobres”.

Em 1994, Emília, agora no PTB, foi convidada pelo ex-prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, do PDT, para compor a chapa com ele, concorrendo ao cargo de Vice-Governadora, unindo assim a força da família Belinati no Norte do Paraná à popularidade de Jaime Lerner na capital e Região Metropolitana. Jaime Lerner e Emília saíram vencedores do pleito já no primeiro turno, com 2.070.970 votos, totalizando 54,85% dos votos válidos⁴⁵. Em 1998, Emília novamente disputou ao Governo do Estado como vice de Jaime Lerner, agora no PFL, tendo sido eleitos novamente no primeiro turno com 2.031.241 votos, totalizando 52,21% dos votos válidos. Em ambos os pleitos, Jaime e Emília foram os mais votados para o Governo do Estado em Londrina, permitindo-nos assim apontar uma influência direta da força política e da popularidade da família Belinati nessas eleições, o que poderia ser objeto de um outro estudo. Emerson Cervi (2002b) analisou as duas vitórias de Jaime Lerner/Emília Belinati e concluiu que, apesar da vitória em Londrina nos dois pleitos, a região Norte do Estado como um todo não votou massivamente em Jaime Lerner, sendo que este obteve a vitória apenas nos municípios de grande e médio porte. Já em 1998, além da vitória em Londrina, Jaime e Emília venceram nos municípios de pequeno porte do Norte paranaense. Vale ressaltar que nas eleições de 1998 Jaime e Emília contaram com o apoio direto de Belinati que era prefeito de Londrina a época. Além do apoio e com a sua própria imagem a favor da campanha de Emília e Jaime, Belinati supostamente também teria ajudado, conforme trataremos mais adiante, com vultuosas quantias de recursos financeiros destinados à campanha.

Ainda sobre Emília Belinati, o fenômeno do nepotismo esteve presente durante sua passagem na vice-governadoria do Estado do Paraná, tendo nomeado para o cargo de presidente do antigo IPE o seu cunhado, Waldmir Belinati, ao qual já nos referimos anteriormente neste trabalho. Segundo informações da imprensa,

⁴⁵ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Emília e Antonio Belinati separaram-se no ano de 2006⁴⁶. Nas eleições gerais de 2006, Emília Belinati concorreu ao cargo de Deputada Federal pelo PFL, obtendo 29.352 votos, ficando apenas na suplência, não tendo oportunidade de assumir a vaga durante aquela legislatura federal. Após essa derrota, Emília aliou-se ao grupo de então prefeito de Curitiba, Beto Richa, sendo nomeada em abril de 2007 para um cargo de direção no Instituto Curitiba de Saúde – ICS, órgão municipal responsável pela assistência em saúde dos servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba, presidido por José Lupion Neto à época. Emília permaneceu no cargo até o ano de 2010, quando nas eleições gerais disputou o cargo de Deputada Estadual, pelo PSB. Os resultados dessa eleição mostram uma Emília já mais enfraquecida politicamente perante a população paranaense, em especial Londrina, seu reduto eleitoral. A votação total obtida foi de 13.961 votos, sendo apenas 5.996 em Londrina⁴⁷, ficando na suplência.

Em agosto do ano de 2013, conforme amplamente noticiado na imprensa paranaense, Emília Belinati foi eleita pelo Conselho Administrativo da SANEPAR para ocupar o cargo de Diretora Comercial⁴⁸, assumindo o lugar do seu filho Antonio Carlos, sobre o qual falaremos mais adiante. Essa nomeação de Emília é mais uma demonstração da proximidade da família Belinati com o grupo do atual Governador do Estado do Paraná, Beto Richa.

Retomando mais uma vez a história do protagonista da família Belinati, Antonio Casemiro, nas eleições municipais de 1992 não pleiteou nenhum cargo, pois estava encerrando o seu segundo mandato como prefeito e naquele período a reeleição ainda não era permitida no Brasil. Nesse pleito apenas o seu irmão, José Belinati Filho, candidatou-se a vereador pelo PDT e foi eleito, com 1129 votos. Nas eleições de 1994, Antonio Casemiro candidatou-se pelo PDT ao cargo de Deputado Estadual, obtendo êxito com 37.547 votos, assumindo uma cadeira na ALEP.

Nas eleições municipais de 1996, Belinati obtém o seu terceiro mandato como prefeito de Londrina, numa eleição bastante disputada contra o então Deputado Federal e ex-prefeito do município de Cambé (vizinho à Londrina), Luiz

⁴⁶ Resenha escrita por Mari Tortato, da Agência Folha de São Paulo em Curitiba, publicada em 11/07/2006. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=303582>. Acesso em 01 de out.2013.

⁴⁷ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

⁴⁸ Nomeação publicada no Diário Oficial da Indústria e Comércio do Paraná, Edição Digital n. 9017 de 08/08/2013, página 18.

Carlos Hauly, do PSDB. No primeiro turno, Belinati obteve 48,86% dos votos válidos, contra 36% de Hauly, levando a disputa ao segundo turno, vencido por Belinati com 105.988 votos, 52,73% dos votos válidos.

Apesar da vitória de Belinati para ocupar a chefia do Poder Executivo municipal, as eleições de 1994 não foram tão vantajosas para seus parentes no legislativo municipal. Sua filha, Cintya Salles Belinati, candidata ao cargo de vereadora pelo PST, obteve votação expressiva, de 2.469 votos, mas não o suficiente para eleger-se em sua legenda. Já o irmão de Belinati, José Belinati Filho, candidato pelo PDT, obteve 1.759 votos, ficando na suplência, assumindo a vaga durante o decorrer daquele mandato, em substituição a outro vereador.

Sobre Cintya Belinati, embora não tenha tido sucesso em cargos eletivos, teve sua oportunidade de ingresso em cargo público, ocupando cargo comissionado desde o ano de 2007 na Assembleia Legislativa do Paraná, atuando na coordenação do cerimonial da casa. Cintya foi demitida em 2013, por meio do Ato da Comissão Executiva nº 1556/2013, de 01 de agosto de 2013, o que ocorreu devido ao fato de que seu irmão, Antonio Carlos Salles Belinati, assumiu vaga na casa. Assim, visando a não ter problemas com a regulamentação antinepotismo, Cintya foi demitida de suas funções. A estada de Cyntia na ALEP foi conturbada, pois seu nome figurou na lista dos 72 servidores que a mesa diretora da Assembleia omitiu da lista oficial de funcionários, conforme amplamente divulgado pela imprensa através da série investigativa “Diários Secretos”, produzida pelo Grupo RPC – Jornal Gazeta do Povo.

Como já dissemos, em 1996, o patriarca da família Belinati, Antonio Casemiro, alçou o seu terceiro mandato como prefeito, possivelmente o pior e mais conturbado de todos os seus mandatos em cargos eletivos até então. Nos termos de informações disponíveis na galeria de prefeitos da Prefeitura Municipal de Londrina, os anos iniciais desse mandato foram marcados pela concessão de benefícios a empresas multinacionais para que estas se instalassem em Londrina, dentre as mais importantes estavam a fábrica de embalagens tetra-pack Dixie Toga (atual Bemis Latin America) e a de elevadores e escadas rolantes Atlas Villares. Implantou duas novas Secretarias vinculadas à área social: da Mulher e do Idoso. Dentre as obras suntuosas e caras, características da gestão de Belinati, tivemos o Pronto Atendimento Infantil, conhecido como PAI. Em 1998, sob forte comoção

popular em contrário, vendeu 45% das ações da maior empresa pública do município, a companhia de telefonia SERCOMTEL.

Esse terceiro mandato de Belinati, o qual terminou antes do seu tempo, como veremos mais adiante, consagra a aliança de Belinati com a classe dominante londrinense, incluindo além dos profissionais liberais bem sucedidos, os membros do empresariado local, conforme vemos na composição de alguns membros de seu primeiro escalão: Assad Jannani, Secretário de Serviços Públicos, proprietário de locadora de veículos e irmão do então Deputado Federal londrinense José Janene; Kakunen Kyosen, Secretário Geral, advogado conceituado, ex-vereador pela ARENA; Luis Cesar Auvray Guedes, Secretário de Fazenda, economista e agropecuarista; José Righi de Oliveira, Secretário de Obras, engenheiro e proprietário de construtora empreiteira de obras públicas; Angela Farah Marçal, Secretária de Cultura, professora da UEL; Cleber Toffoli, Secretário de Educação, radialista e professor da UEL; Moysés Leônidas de Oliveira, Secretário de Administração, advogado, Vereador em Londrina e Deputado Estadual; Cleide Madalena Cordeiro Camargo, Secretária da Mulher, professora da UEL; Mario Stamm Junior, presidente do IPPUL, engenheiro civil, professor da UEL, filho do líder político da antiga UDN, Mário Stamm; Oscar Tamoaki Nampo, Presidente da AMETUR, empresário e professor da UEL; Nelson Takeo Kohatsu, Diretor da AMA, titular de cartório; Alex Canziani da Silveira, Vice-Prefeito e Presidente da CODEL, ex-vereador em Londrina e oficial registrador de imóveis (cartório), deixou o cargo em 1999 para assumir o cargo de Deputado Federal; Agajan Der Bedrossian, Presidente da Autarquia Municipal de Saúde, médico endocrinologista; Samir Cury Eide, Secretário de Agricultura e Abastecimento, empresário da área imobiliária, agropecuarista, membro da Sociedade Rural do Paraná e da ACIL; José Dorival Perez, Secretário de Ação Social e, depois, de Educação, é educador, administrador e advogado, professor aposentado da UEL; Luiz Carlos Miguita, Secretário do Idoso, médico geriatra conceituado em Londrina; Regina Stella Spagnuolo, Secretária da Mulher, professora universitária; Marcos Rogério Lobo Colli, Presidente da ACESF, ex-vereador e advogado.

Nessa gestão encontramos dois casos de nepotismo direto: Antonio Carlos Salles Belinati ocupou o cargo de presidente da COMURB no início do terceiro mandato do pai como prefeito e Gino Azzolini Neto, casado com a sobrinha de Belinati, Geiza, foi Secretário Geral de Governo. Gino era advogado, ex-vereador no

Município de Cornélio Procópio, Secretário Estadual de Administração na gestão de Álvaro Dias e Diretor Administrativo da COPEL no primeiro mandato de Roberto Requião como Governador.

Nesse terceiro mandato, mais do que antes, Belinati está totalmente vinculado com a classe dominante local, dentre eles empresários de empreiteiras e empresas prestadoras de serviços, agropecuaristas, comerciantes, políticos bem estabelecidos da cidade (vereadores e deputados), cartorários, profissionais liberais respeitados e de sucesso na região, além da elite intelectual vinda da UEL. Todas essas relações certamente influenciaram os resultados das eleições de 1998.

No pleito de 1998, pela primeira vez, o filho de Antonio Casemiro e Emília Salles Belinati, Antonio Carlos Salles Belinati, pleiteia uma vaga de Deputado Estadual, pelo PSB, obtendo êxito com 87.437 votos. Nesse mesmo pleito, como já citamos, Jaime Lerner e Emília Belinati reelegeram-se para o Governo do Estado do Paraná, com 2.031.241 votos, sendo 52,21% dos votos válidos, já no primeiro turno. Ambos tiveram total apoio de Belinati, tendo a máquina do Estado e da Prefeitura Municipal de Londrina em favor da campanha.

Em fevereiro de 1999 foi iniciada uma série de investigações por parte do Ministério Público do Estado do Paraná na Prefeitura Municipal de Londrina. Os escândalos envolvendo a família Belinati em Londrina começaram com o caso que ficou intitulado como “AMA/COMURB”. Vale ressaltar aqui que apenas faremos um breve relato dos supostos casos de corrupção envolvendo a família, pois não é o foco deste trabalho abordar esse tema, mas não podemos nos eximir deles, pois mudarão os rumos da família na política londrinense. Sobre o tema temos uma série vasta de estudos, com várias abordagens, dentre elas os artigos e análises publicados pelo cientista social, advogado e professor universitário Mário Sérgio Lepre e, a obra que avaliamos como a mais completa, de abordagem jornalística, intitulada “A Primavera de Londrina”, na qual o jornalista Délio Nunes César traça a história da cassação de Belinati e da corrupção em Londrina, com foco no movimento social nascido no período, de nome “Movimento Pela Moralidade: Pés Vermelhos! Mãos Limpas”.

Há que se ter muito cuidado ao abordar o assunto, pois os mais de 30 processos que tramitam na justiça ainda estão sendo analisados e ninguém foi julgado culpado em nenhum deles. Ao contrário, conforme noticiado pelo jornal Gazeta do Povo em 26/04/2011, no artigo de Fábio Silveira, Antonio Casemiro

Belinati foi absolvido por decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná do principal processo envolvendo o caso AMA/COMURB.

O *blogueiro* político londrinense Rhay Sousa (2013) relata que o caso AMA/COMURB teve seu início em 1999, motivado por denúncias ao Ministério Público local de que um contrato de capina e roçagem havia sido superfaturado na AMA – Autarquia Municipal do Ambiente⁴⁹. Partindo dessa investigação, o Ministério Público chegou também à COMURB – Companhia Municipal de Urbanização, com supostos crimes envolvendo um grupo de pessoas vinculadas a Belinati. Somando as duas autarquias, foram encontrados 112 processos irregulares de licitações, totalizando R\$ 14,4 milhões em valores da época desviados. Esse valor é o apontado pelo Ministério Público, mas a imprensa chegou a veicular que os supostos desvios poderiam chegar a R\$ 200 milhões. Além do caso AMA/COMURB, Belinati e seus “homens de ferro” foram investigados pela Polícia Federal por suspeita de desvio do recurso advindo dos 45% das ações do SERCOMTEL vendidas em 1998, uma vez que segundo Cézar (2001), as ações foram vendidas pelo valor de R\$ 186 milhões e entraram nos cofres da Prefeitura Municipal de Londrina R\$ 97.256.137,00, dos quais R\$ 30 milhões foram direto para pagamento de dívidas acumuladas do município e outros R\$ 66 milhões foram supostamente aplicados, sem maiores informações por parte da gestão municipal.

Conforme amplamente noticiado pela imprensa, além de Antonio Casemiro Belinati, foram também indiciados o então Deputado Federal José Janene, Rubens Pavan – então Presidente do SERCOMTEL, Cassimiro Zavierucha (mais conhecido como Carlos Junior) – ex-Chefe de Gabinete de Belinati e tesoureiro de campanha, Ismael Mogni – ex-Secretário de Fazenda e Diretor Financeiro do SERCOMTEL, Wilson Mandelli – ex-Secretário de Administração, Mauro Maggi, ex-Diretor Presidente da AMA, Nelson Kohatsu, ex-Diretor Administrativo-Financeiro da AMA, dentre outros. Um dos indiciados que teve papel crucial em todo o processo foi Eduardo Alonso, então diretor financeiro da COMURB, o qual após pressionado, delatou ao Ministério Público todo o suposto esquema de corrupção no Poder Executivo municipal de Londrina. A imprensa e o Ministério Público apontam como “cabeça” de todo o esquema Gino Azzolini Neto. Gino Azzolini Neto, como já citamos, é sobrinho de Belinati (casado com a sobrinha de Belinati). Azzolini foi

⁴⁹ A AMA foi transformada em Secretária Municipal de Ambiente, designação que leva nos dias atuais.

apontado como um dos líderes do esquema todo, uma vez que através do Decreto Municipal nº 345 de 08/06/1998, Belinati delega a ele, então Secretário Geral de Governo, a função de assinar contratos, autorizar despesas e representar o município em qualquer relação jurídico-administrativa. Grande parte dos contratos investigados foram assinados por Azzolini. Segundo César (2001, p.70), “não se comprava um prego sem a autorização do secretário de governo”. Além dos citados acima, foram arrolados como réus em processos a então esposa de Belinati, Emília e seus três filhos: Antonio Carlos, Cyntia e Simone.

Silveira, F. (sem data), relata que o Ministério Público concluiu e indicou nos processos propostos contra Belinati e sua equipe que o destino de parte do dinheiro desviado teria sido o financiamento das campanhas eleitorais de seu filho, Antonio Carlos Salles Belinati, ao cargo de Deputado Estadual e para a campanha de sua esposa, Emília, ao cargo de Vice-Governadora, ambas em 1998 e que outra parte destinou-se ao enriquecimento pessoal do próprio prefeito e de seus familiares. Délio César (2001) relata em seu livro que o jornalista João Meassi, de Curitiba, checou junto ao TRE-PR quem foram os doadores de campanha do filho de Belinati e para a surpresa os nomes de ex-Presidentes e Diretores da AMA, como Mauro Maggi, Nelson Kohatsu e Julio Bittencourt aparecem, juntamente com Eduardo Alonso, ex-presidente da COMURB, Gino Azzolini Neto e Wilson Mandelli, ex-Secretários Municipais de Governo. Como contador geral da campanha aparece Kakunen Kyosen, também ex-Presidente da COMURB.

Vale ressaltar, mais uma vez, que os procedimentos investigativos feitos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal geraram mais de 30 processos judiciais, entre cíveis e criminais, contra Belinati e vários de “seus homens”, e que apenas um deles contra Belinati chegou ao final, com a absolvição dele em segunda instância, conforme afirmamos anteriormente. Alguns processos contra seus assessores e ex-secretários foram finalizados em primeira instância e agora tramitam no Tribunal de Justiça. Portanto, utilizando o jargão da área do direito: “todos são inocentes, até que se prove o contrário”.

Paralelo aos processos de investigação que ocorreram no Ministério Público e na Polícia Federal, em 1999 os vereadores de oposição começaram uma pressão na Câmara Municipal de Londrina para a abertura de CEIs – Comissões Especiais de Investigação para averiguação de fatos, mas Belinati possuía o apoio de grande parte dos vereadores, que por várias vezes venceram por maioria a negativa de

abertura das CEIs. Nesse ínterim, a Polícia Civil do Estado do Paraná entra no caso através da abertura de 14 inquéritos policiais visando a averiguação de irregularidades na gestão municipal. A partir disso, alguns grupos historicamente organizados, tais como Rotary e Lions Clube e a Maçonaria, começam a se organizar para cobrar encaminhamentos quanto às investigações e providências pela cassação de Belinati na Câmara Municipal. Tal movimentação começa, segundo Cézar (2001), pelo apelo dos promotores Bruno Galatti e Claudio Esteves que conduziam o caso e relatavam necessitar de apoio da população, pois estavam sendo muito pressionados politicamente, recebendo inclusive ameaças, na tentativa de intimidá-los.

Além dos grupos já citados, a ACIL também entra no movimento, cobrando transparência na gestão municipal. Em outubro de 1999 a OAB-PR, seccional Londrina, também adere ao movimento de apoio à moralidade na administração. Dom Albano Cavalin, então arcebispo de Londrina, visitou o Ministério Público, teve acesso à documentação das investigações e diante do que viu autorizou a comunidade católica a se manifestar em relação à corrupção no governo local. Da mesma forma, o Conselho de Pastores de Londrina e os dirigentes do SINDUSCON e da Sociedade Rural do Paraná passaram a apoiar o movimento pela moralização, que então já havia ganhado força pela cidade. Mesmo diante de toda a movimentação pela moralização, Cézar (2001) relata que o Governo do Estado e suas lideranças na ALEP seguiam afirmando em público que as acusações eram improcedentes e que os promotores estavam sendo sensacionalistas. Alguns deputados estaduais oposicionistas, liderados por José Maria Ferreira, do PMDB de Ibiporã, tentaram emplacar a emissão de uma carta de apoio às investigações do Ministério Público, mas foram derrotados pela maioria da ALEP, lideradas pelos deputados governistas, inclusive Antonio Carlos Salles Belinati.

As manobras dos governos municipal e estadual de nada adiantaram, pois o Movimento pela Moralidade Pública tomou as ruas de Londrina em outubro de 1999, tendo como bandeira o slogan “Pés Vermelhos! Mãos Limpas!”, obtendo como primeira vitória a aprovação da abertura da CEI na Câmara Municipal para averiguar as irregularidades na gestão municipal.

Em fevereiro de 2000, o Movimento pela Moralidade Pública entrega na Câmara de Vereadores uma denúncia contendo todos os documentos fornecidos pelo Ministério Público e um manifesto pedindo a cassação de Belinati, o qual o

então prefeito conseguiu judicialmente impedir que a Câmara acatasse. Em março do ano 2000 o movimento protocola novamente a denúncia e em 23/03/2000 a Câmara aprova por unanimidade a abertura do processo de julgamento público de Antonio Casemiro Belinati. Em 15 de maio daquele ano Belinati foi afastado pelo Tribunal de Justiça do cargo de Prefeito, mas obteve liminar em seu favor, sendo afastado novamente e em definitivo em 19 de maio de 2000, assumindo em seu lugar o então presidente da Câmara de Vereadores, Jorge Scaff. Apesar de todas as manobras políticas contrárias, utilizando inclusive as vias judiciais, Belinati não conseguiu evitar a sua cassação, ocorrida após julgamento público que durou dois dias a fio na Câmara Municipal de Londrina, por 14 votos a 6, com uma ausência e dois vereadores impedidos judicialmente de votar. Belinati teve ainda seus direitos políticos cassados pelo período de 8 anos.

Após a cassação, Belinati voltou ao rádio e no ano de 2001 teve sua prisão preventiva decretada, indo ao cárcere por duas vezes, uma em maio de 2001 e outra em julho do mesmo ano, totalizando 10 dias preso, sendo libertado nas duas vezes por meio de *habeas corpus* que lhe concedeu o direito de responder aos processos em liberdade. Se analisarmos, a exemplo, o final da obra de Délio Nunes César, certamente a mais completa acerca do caso “*Beligate*”, como foi chamado em Londrina, é interessante como muitos deram esse processo de afastamento, cassação e prisão como o fim da família Belinati, a derrocada final de mandonismo na cidade. Porém, aqueles que assim pensaram estavam equivocados.

Como a fênix, ave mitológica que se refaz a partir das suas próprias cinzas e certo de que havia perdido o trono mas não o poder, Belinati passou a habitar o imaginário popular com a máxima “ELE ROUBA, MAS FAZ”, similar ao “malufismo” do Estado de São Paulo. Nas eleições do ano 2000, Belinati lança como candidato a Vereador seu sobrinho, Marcelo Belinati Martins, pelo PSB, o qual obteve 1.631 votos, quantidade insuficiente para a obtenção da vaga ou da suplência. Possivelmente, a votação pequena (diante das grandes votações dos Belinatis Vereadores até então) tenha sido reflexo do processo ainda muito recente da cassação de Belinati. Nas eleições de 2002, Antonio Carlos Salles Belinati tenta a reeleição ao cargo de Deputado Estadual, agora pelo PSL, obtendo 11.730 votos, ficando na suplência, não tendo assumido vaga naquela legislatura.

Em 2004, mesmo com a candidatura sob análise do TSE, Belinati disputa o cargo de prefeito de Londrina pelo PSL, obtendo 32,09% dos votos válidos no

primeiro turno, indo à disputa no segundo turno contra Nedson Micheletti, do PT, que pleiteava então a sua reeleição. Nedson venceu Belinati por 53,25% contra 46,75% dos votos válidos. Essa foi uma eleição bastante solitária para Belinati, uma vez que a máquina pública municipal e estadual estavam a favor de seu oponente. Apesar da derrota, a ida ao segundo turno demonstra a força que Belinati ainda possuía em Londrina. A força do nome fica estampada nessa eleição na votação massiva obtida por Marcelo Belinati Martins, sobrinho de Belinati, o qual obteve o primeiro lugar na eleição para vereador, também pelo PSL, com 6.578 votos.

Marcelo Belinati nasceu em Londrina, em 1971. É médico dos sistemas de atendimento móvel de urgência e emergência públicos (SIATE e SAMU); atua também no setor privado de saúde, além de ser formado em Direito pela UEL. Marcelo já disputou quatro eleições municipais, tendo sido derrotado em duas delas, uma para vereador, a qual já citamos acima e outra para prefeito, da qual falaremos mais adiante.

As eleições de 2006 mostram mais uma vez a continuidade da família Belinati. Essa eleição foi marcada por uma curiosidade, que ocorreu novamente mais adiante, que foi pai e filho disputando o mesmo cargo pelo mesmo partido – o PP, estratégia perfeita para o filho eleger-se às custas da votação expressiva do pai, o que quase aconteceu. Antonio Casemiro e Antonio Carlos pleitearam o cargo de Deputado Estadual, sendo que o patriarca Belinati elegeu-se com 81.571 votos, sendo o quinto mais votado de todo o Estado do Paraná. Antonio Carlos, apesar dos míseros 576 votos obtidos, ficou com a suplência, não assumindo a vaga durante a legislatura. Já no mesmo pleito, Emília Belinati, agora já separada de Antonio Casemiro, disputa o cargo de Deputada Federal pelo antigo PFL, ficando apenas na suplência, com 29.352 votos, não assumindo também a vaga durante aquele mandato na Câmara Federal.

As eleições municipais de 2008, apesar de conturbadas, demonstram mais uma vez que Belinati retornou à política para ficar, ou melhor, fortaleceu-se nela porque dela nunca havia saído. Apesar de já ter reavido os direitos políticos, a sua candidatura estava sendo contestada no TSE em razão de contas não aprovadas pelo Tribunal de Contas referentes ao seu terceiro mandato como prefeito. Mesmo diante do impasse da validade da candidatura, Belinati foi adiante, ainda que com poucos apoios políticos e partidários. Naquela eleição, o Governo Federal, com Lula na presidência, apoiava André Vargas, candidato a prefeito pelo PT e o Governo do

Estado, tendo como chefe Roberto Requião, apoiou Luiz Eduardo Cheida, candidato do PMDB. A eleição ficou bastante dividida no primeiro turno entre Belinati, Luiz Carlos Hauly, do PSDB e Homero Barbosa Neto, do PDT, também radialista e apresentador de TV local.

Tendo como vice o jovem Fernando Nicolau, também do PP, estudante de direito e vereador no município, proveniente de família tradicional de médicos e proprietários de hospital na cidade, Belinati disputou o segundo turno contra Hauly, numa batalha acirrada, elegendo-se com 138926 votos, totalizando 51,73% dos votos válidos. Menos de 48 horas após a sua eleição, em novembro de 2008, o TSE publicou a impugnação da candidatura de Belinati, tornando assim inválido o pleito que acabara de ocorrer. Em 29/03/2009 foram realizadas eleições complementares entre o segundo e terceiro colocado do pleito de 2008, Luiz Carlos Hauly e Homero Barbosa Neto, respectivamente, tendo saído vencedor este último, com o apoio declarado de Belinati.

Em 2010, com mais uma estratégia eleitoral, Belinati e seu filho Antonio Carlos, pelo PP, e a ex-esposa e matriarca da família, Emília Salles Belinati, pelo PSB, pleiteiam vaga na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. A estratégia aqui ficou por conta do nome: sabendo que possivelmente sua candidatura seria indeferida ou impugnada no TSE, Belinati registra-se com o nome de Antonio Belinati, deixando o nome somente "Belinati" para o filho, possivelmente confundindo os eleitores sobre em quem estariam votando. É fácil recordar que grande parte do material de campanha daquela eleição tinha a foto de pai e filho, com o nome Belinati e o número de candidato de Antonio Carlos. A candidatura de Belinati de fato foi indeferida em razão da "Lei da Ficha Limpa", sendo o trabalho pesado do patriarca dedicado à campanha pela eleição do filho, o qual obteve 32.357 votos, ficando na suplência. Em julho de 2013, Antonio Carlos assumiu vaga na ALEP, no lugar do deputado Fábio Camargo, o qual deixou a casa para ocupar o cargo de conselheiro no Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Antonio Carlos Salles Belinati nasceu em Londrina, em 1975; formou-se em Engenharia Civil na Universidade Estadual de Londrina. Além de ter ocupado no biênio 1997/1998 o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da COMURB, como já citamos anteriormente, o cargo de Deputado Estadual entre os anos de 1999-2002, Antonio Carlos ocupou também, de 2011 até 2013, por indicação de Beto Richa, atual governador do Estado do Paraná, o cargo de Diretor Comercial da SANEPAR.

Antonio Carlos deixou o cargo na SANEPAR para disputar as eleições para Deputado Estadual, dando lugar à sua mãe, Emília, nomeada para a mesma cadeira. No pleito de 2014, Tonico Belinati, como é conhecido, obteve 28.542 votos, ficando na suplência do PP na ALEP. Após essa derrota, em janeiro deste ano de 2015, Tonico retorna ao cargo de Diretor Comercial da SANEPAR, no lugar deixado pela sua mãe, Emília Salles.

Nas eleições municipais de 2012, Belinati, o patriarca, não lançou sua candidatura, mas dedicou seu tempo e cedeu sua imagem para promover o seu sobrinho, o médico e vereador Marcelo Belinati Martins, que concorreu ao cargo de Prefeito de Londrina, pelo PP. Tendo como principais adversários o ruralista e representante do *agrobusiness*, Alexandre Kireeff (PSD), a ex-Ministra do Desenvolvimento Social Márcia Lopes (PT), o ex-prefeito de Londrina que teve o mandato cassado em 2012, Barbosa Neto (PDT) e o também ex-prefeito Luiz Eduardo Cheida (PMDB). É evidente que o sobrenome e a tradição política da família são essenciais para Marcelo Belinati, mas tem-se que reconhecer, conforme noticiado no *blog* “No Momento”⁵⁰, que Marcelo tem grande envolvimento com a área da saúde, gozando de bastante prestígio com os trabalhadores dessa área e com a população usuária dos serviços de saúde pública do município.

Num processo eleitoral diferenciado, no qual não houve polarização entre dois partidos/candidatos, mas sim uma liderança absoluta de Marcelo Belinati nas pesquisas, sempre com 40 a 50% das intenções de votos contra sempre parcos 10 a 15% dos demais candidatos e, contando com apoio total do Governo do Estado do Paraná, na pessoa do Governador Beto Richa, Marcelo quase venceu o pleito no primeiro turno, obtendo 45,9% dos votos válidos contra 25,27% de Alexandre Kireeff, que vinha oscilando entre a segunda e a terceira colocação com Márcia Lopes, conforme os resultados de divulgados pelos institutos de pesquisas⁵¹.

No segundo turno, mesmo com o apoio da máquina do Governo do Estado e do seu tio, Antonio Casemiro Belinati, Marcelo perde para Kireeff, de forma muito disputada, sendo 48,14% contra 47,12% dos votos válidos.

⁵⁰ Marcelo Belinati no PSDB?. Disponível em <<http://www.nomomento.jor.br/novo/nomomento/marcelo-belinati-no-psdb>>. Acesso em 23 ago. 2013.

⁵¹ Pesquisas Eleitorais Londrina. Disponível em <<http://noticias.uol.com.br/fernandorodrigues/pesquisas/2012/1turno/prefeito/londrina.jhtm>>. Acesso em 13 ago. 2013.

Em reportagem da Folha de Londrina *on line*⁵², na qual se faz uma análise sobre os resultados das eleições majoritárias de 2012 em Londrina, por zona eleitoral, é possível ver que Marcelo Belinati venceu as eleições nas zonas localizadas nas periferias, mas principalmente, na Zona Norte da cidade, onde estão localizados os “Cinco Conjuntos”, mostrando que até os dias atuais os conjuntos habitacionais construídos por Belinati e marcas da sua gestão ainda lhe rendem soberania em relação ao voto popular. Kireeff, por sua vez ganhou a eleição somente nas zonas eleitorais do Centro da cidade e parte da Leste e Sul. Este resultado gerou um debate nas redes sociais acerca da afirmação “A Gleba é que manda em Londrina agora”, fazendo alusão ao bairro emergente (Gleba Palhano) situado entre o centro e a zona sul da cidade, em grande fase de expansão, com prédios e imóveis de luxo.

Porém, ainda que os defensores de que “A Gleba manda em Londrina” não quisessem, Antonio Casemiro Belinati, nessa mesma eleição de 2012 fez novamente mais um familiar campeão de votos ao cargo de vereador, com 7.081 votos, sendo obviamente o primeiro colocado. Marcos Roberto Guazzi Belinati é filho do irmão de Antonio Casemiro, José Belinati Filho, o qual também foi vereador em Londrina por dois mandatos, conforme informado anteriormente.

Marcos Belinati (PP) nasceu em Cornélio Procópio (PR) em 1965 e mudou-se para Londrina ainda criança. Atuou na área técnica da Rádio Clube de Londrina, mas nunca chegou a ter programa radialístico. É formado em direito no Estado de São Paulo e atua como Delegado de Polícia da Polícia Civil do Paraná, concursado desde 1994. Antes de se eleger vereador, Marcos Belinati estava atuando como Delegado Chefe da 11ª Subdivisão Policial, em Cornélio Procópio, cargo comissionado de confiança nomeado pelo Governador do Estado, Beto Richa.

Nas eleições de 2014, a última abrangida por este estudo, Marcelo Belinati pleiteou o cargo de Deputado Federal, angariando assim mais um grande êxito para a família Belinati, consolidando-se ele, Marcelo, como grande candidato a sucessor do tio na continuidade do “Belinatismo” em Londrina e no Paraná. Marcelo foi o décimo segundo mais votado para a Câmara Federal, com 137.817 votos, pelo PP.

Além de todos os parentes que citamos até aqui, os quais ocuparam cargos eletivos ou comissionados importantes, foi possível localizarmos outros membros

⁵² Marcelo vence no norte; Kireeff vai bem no centro. Disponível em <http://www.folhawe.com.br/?id_folha=2-1--1180-20121009>. Acesso em 14 ago. 2013.

das famílias Belinati e Salles (de Emília Belinati) em cargos concursados ou de assessoramento/comissionados, tanto no âmbito municipal quanto estadual, conforme segue:

Simone Salles Belinati, a terceira filha de Antonio Casemiro e Emília, é servidora concursada da Assembleia Legislativa do Paraná desde 1984, atuando hoje na área técnica da Diretoria Administrativa da casa. O único irmão de Belinati que não pleiteou cargo eletivo, Wanderley Belinati, também era funcionário administrativo concursado da ALEP, estando atualmente aposentado da função. Apesar de aposentado, Wanderley foi protagonista de algumas publicações controversas nos diários da ALEP⁵³, uma vez que foi aposentado no ano de 2006, mas nos anos de 2008 e 2009 suas férias foram publicadas em diário oficial.

Ainda na Assembleia Legislativa, além de Cintya Belinati, já citada anteriormente (demitida recentemente), temos também o sobrinho de Emília Belinati, Edmilson Pinheiro Salles, o qual atuou como assessor no gabinete de Antonio Carlos Salles Belinati. Antes de trabalhar para o primo, Edmilson atuava no gabinete de Marcelo Belinati, na Câmara Municipal de Londrina. Na Câmara Municipal de Londrina atuava também, em 2013, Suzelei de Fátima Guilherme Salles, esposa de Edmilson, como assessora no gabinete de Marcos Belinati. Outro parente da família, este irmão de Emília Belinati, Sebastião Salles Junior⁵⁴ trabalhou como assessor de Antonio Carlos Salles Belinati na ALEP, na primeira vez em que ele foi deputado (1999-2002) e, posteriormente, atuou como assessor no gabinete do então vereador Marcelo Belinati⁵⁵.

O poderio da família Belinati estendeu-se também para outro município do Norte do Paraná, Marialva, no qual a irmã de Antonio Belinati, Antonieta Belinati Perez é atualmente Vice-Prefeita. Professora aposentada da rede pública, Antonieta foi vereadora por seis mandatos naquela cidade, pelo PTB.

Outra relação típica das famílias da política brasileira são os parentes espalhados pelas empreiteiras de obras públicas. Uma das irmãs de Belinati, Aparecida Belinati Guazzi (Cida Belinati), é casada com Dante Guazzi. Dante por

⁵³ Personagem do descontrole na AL. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=986837>>. Acesso em 24 ago. 2013.

⁵⁴ Acerca de Sebastião Salles, conhecido como “Seba”, há uma grande controvérsia, já que muitos divulgam que ele seria filho de Belinati. Sebastião é irmão de Emília, mas foi “criado” pelo casal Belinati, daí a confusão relativa ao grau de parentesco.

⁵⁵ Antonio Carlos nomeia primo na AL. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5137>>. Acesso em 24 out. 2013.

sua vez, é irmão de Amélia Guzzi Belinati, casada com José Belianti Filho, mãe do atual vereador Marcos Belinati. Ou seja, os dois irmãos da família Guazzi casaram-se com dois irmãos da família Belinati. Importa-nos que Dante Belinati Guazzi, filho de Cida Belinati, é proprietário de um grupo de empresas empreiteiras de obras, dentre elas: Protenge Engenharia, Progente Urbanismo, USIPAV, USIMIX e BP Pré-Moldados. Dante Belinati Guazzi é irmão de Geiza Belinati Guazzi, esposa de Gino Azzolini Neto, um dos mais fortes homens do grupo de Antonio Belinati. A Protenge Engenharia é uma das construtoras vencedoras do processo licitatório para execução do Conjunto Habitacional Vista Bela, em Londrina, o maior do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade.

Diante do até agora exposto, pudemos localizar cerca de dezesseis parentes diretos de Belinati ou de Emília Salles espalhados pelos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas municipal e estadual; a família já chegou até mesmo à administração indireta do Poder Executivo da capital do Estado do Paraná e ao Poder Judiciário. Uma característica interessante da família é que, para além do nepotismo, o patriarca Antonio Belinati tem imenso poder de conseguir eleger os seus, sendo mais de vinte mandatos da família entre Vereadores, Prefeito, Deputados Estaduais e Federais, todos eles sempre tendo à frente de suas campanhas a imagem de Antonio Casemiro Belinati.

Antonio Casemiro, como já falamos antes neste trabalho, surgiu na política londrinense como um *outsider* e como todo recém-chegado, emprestando aqui as teses de Elias e Scotson (2000), pareceu apresentar uma ameaça à ordem política local, dominada até então pelos profissionais liberais de sucesso, associados ao agronegócio ou ao comércio/indústria. Porém, contrariando as teses, em alguns poucos anos, saiu da posição de *outsider*, consagrando-se hoje na condição de *estabelecido*, com influência muito significativa na história política da cidade, agindo de forma coesa com a classe dominante local e até mesmo estadual, através de suas alianças. Os defensores da Teoria das Elites diriam que ele foi recrutado e incorporado rapidamente pela elite dirigente local, ainda que tenha rompido com parte dela após os problemas ocorridos no ano 2000, que geraram a sua cassação do cargo de prefeito.

Nas alianças, também se observa hoje uma vinculação forte da família Belinati com os grupos políticos dominantes de direita, demonstrado pelas suas vinculações aos grupos de Jaime Lerner (DEM) e Beto Richa (PSDB). No caso da

aliança com o atual Governador do Estado Paraná, Beto Richa, há que se lembrar que esta não se repetiu no passado, na figura de José Richa. Embora integrantes do mesmo partido, o MDB, Belinati e José Richa guardaram rugas no passado, conforme relataremos quando tratarmos da família Richa.

Quanto aos partidos, podemos perceber que tal e qual muitos outros políticos conhecidos, Belinati e sua família nunca se mantiveram fiéis a uma única sigla por tempos duradouros, à exceção de sua esposa (ex-esposa) que por mais de uma década esteve vinculada ao PFL, atual DEM, estando hoje no PSB. Tampouco, nas migrações de Belinati e seus familiares podemos constatar qualquer vinculação de orientação ideológica, ficando à mercê das oportunidades abertas por cada sigla ao longo dos anos. A exemplo, no início de sua carreira estava vinculado ao MDB, fazendo oposição ao regime militar e, por consequência, aos militantes da ARENA. Após o bipartidarismo, por falta de espaço no PMDB, dominado então por José Richa e Dalton Paranguá em Londrina, migrou para o PDS, partido que abrigou grande parte dos políticos vinculados à ARENA no bipartidarismo. Desde o início de sua carreira, Belinati esteve vinculado ao: MDB, PDS, PDT, PSB, PFL, PSL e desde 2005 está no PP, juntamente com seu filho, Antonio Carlos e sobrinhos, Marcelo e Marcos. Aliás, esta uma característica dessa família: pai (patriarca), irmãos, filhos e sobrinhos migram juntos de partido, sempre em aliança com nomes fortes da política estadual.

Além de sua inserção na elite local e estadual, que é inegável, Belinati também ainda goza de prestígio e popularidade perante as camadas mais populares, sendo prova disso a grande votação obtida por seus sobrinhos na última eleição municipal de Londrina, em 2012. O “Belinatismo” em Londrina é algo muito similar ao “Malufismo” em São Paulo, tendo como máxima a célebre frase do senso comum: “ele rouba, mas faz”, como aqui já afirmamos. Antonio Casemiro Belinati criou para si uma imagem do amigo, do companheiro da cidade. Na campanha eleitoral de 2008 incorporou à sua imagem o apelido de “Tio Bila”, amplamente utilizado por ele na mídia, para chegar mais próximo “ao coração” dos londrinenses. A sua forma populista e paternalista de governar é perfeitamente refletida na fala daqueles eleitores fiéis, sendo possível ouvir até os dias atuais de moradores de conjuntos habitacionais por ele construídos: “minha casa foi o Belinati quem me deu”, ficando clara essa proximidade e essa personalidade dele com a coisa pública. Caminhar pelas ruas, distribuir abraços, adentrar as casas para tomar um café, são

até hoje hábitos do patriarca da família Belinati. Inclusive, atualmente ele apresenta programa televisivo na Rede Massa, repetidora local do SBT, de propriedade da família Massa (Ratinho), todos os sábados pela manhã. O nome do programa de variedades, mais uma vez, reflete a imagem que Belinati fez estabelecer em Londrina: “O Amigo”.

Belinati faz-nos pensar na atualidade do termo “o homem cordial” que Sérgio Buarque de Holanda (1995) lançou mão na década de 1930, referindo-se àqueles homens que se faziam íntimos, amigos e próximo de todos, que tratavam desconhecidos como se fossem seus irmãos, que têm o seu comportamento social marcado pela afetividade enquanto estratégia. Reis (2005), afirma que Sérgio Buarque de Holanda provavelmente argumentaria que o paternalismo seria a expressão atual da cordialidade entre diferentes. O “homem cordial” aplica-se claramente a Antonio Casemiro Belinati.

Apesar da boa imagem que ainda possui perante muitos londrinenses e paranaenses e em que pese tenha em seu portfólio grandes feitos, há fatos que tornam incontestável que os períodos em que Antonio Belinati esteve à frente do município com sua família trouxeram também marcas negativas para a cidade.

No *blog* de análise política local chamado “Janela Londrinense”⁵⁶, há alguns dados acerca de balanços finais de cada gestão de Antonio Casemiro Belinati: ao final do primeiro mandato como prefeito, quando seu vice, José Antonio Del Ciel, assumiu a prefeitura, este teve que recorrer ao Governo do Estado do Paraná para tentar sanar “o caos administrativo implantado pelo Sr. Belinati”⁵⁷. Até então, Londrina orgulhava-se do *slogan* que habitava o imaginário local de “cidade que não precisa do governo”. O autor do *blog* já citado afirma que no início da década 1980 Londrina já era mal vista pelos governos estadual e federal devido ao grande endividamento. Para minimizar a situação, Belinati transforma a empresa pública de telecomunicação em sociedade anônima e tenta vender parte de suas ações. Toma emprestado do Banco Safra 146,8 milhões de cruzeiros para cobrir a folha de pagamento e não paga a dívida. Há denúncias também de que, ainda em seu primeiro mandato, a COHAB/LD tenha comprado terrenos destinados a conjuntos habitacionais pagando valores muito superiores aos de mercado. O déficit municipal

⁵⁶ <http://blogs.odiarior.com/janelalondrinense>

⁵⁷ Fonte: MACIEL, Marcel Nagao. A história de um político. Disponível em <<http://blogs.odiarior.com/janelalondrinense/2010/08/11/historico-de-um-politico/>>. Acesso em 13 de jul. 2013.

ao final do primeiro mandato de Belinati como prefeito chegou a 110 milhões de dólares, segundo o seu sucessor, Wilson Moreira, em entrevista dada à imprensa. Wilson Moreira consegue reduzir a dívida para 28 milhões de dólares, quando entrega a prefeitura à Belinati para o seu segundo mandato como prefeito.

Ainda de acordo com o *blogueiro* Marcel Maciel, no seu segundo mandato de prefeito Belinati também é alvo de denúncias de compra de votos através de isenção de IPTU. Duas ações durante o período foram movidas pelo Ministério Público denunciando o superendividamento da COHAB/LD. Devido a essas dívidas, a instituição foi vetada pela Caixa Econômica de conseguir novos financiamentos para a construção de moradias populares. Com os servidores públicos passando de “CLT” para o regime estatutário, a mesma fonte afirma que Belinati deixou de pagar o INSS já devido. No sistema de previdência própria dos servidores, a Prefeitura acumulou uma dívida de mais 2,5 bilhões de cruzeiros. No total, segundo o artigo do *blogueiro* já citado, a dívida ao final do segundo mandato de Belinati, em 1992, era de 22,9 milhões de dólares. Já no terceiro mandato, o qual acabou de forma controversa, com o afastamento de Belinati e a sua posterior cassação, não há um estudo sobre a dívida deixada, pois as contas do município ficaram sob investigação devido à acusação de diversas irregularidades.

O historiador londrinense Wilson Shwartz avalia no pequeno documentário “Todos os Homens de Belinati”⁵⁸ que, a cada mandato de Belinati, Londrina perdeu dois anos no seu desenvolvimento, visto que os dados demonstram que a cada gestão dele a Prefeitura Municipal ficou mais endividada, sendo que o gestor posterior gastou em média dois anos para sanear as contas municipais. Ou seja, ao final de três mandatos, teríamos na opinião desse estudioso cerca de seis anos de atraso no município.

O objetivo desse trabalho não é prever o futuro, mas diante dos fatos noticiados na imprensa de todo o Estado do Paraná no dia 25/10/2013, podemos conjecturar que existe uma grande chance de Antonio Casemiro Belinati pleitear novamente algum cargo eletivo. Apesar de ter reavido seus direitos políticos, Belinati vinha sendo impedido de disputar eleições pela “Lei da Ficha Limpa”, devido ao grande número de processos cíveis e criminais a que responde por improbidade administrativa, peculato, falsidade ideológica e formação de quadrilha. Porém, ao

⁵⁸ Disponível em <<http://antoniobelinati.blogspot.com.br/>>. Acesso em 21 out. 2013.

completar 70 anos de idade em 25/10/2013, Belinati fica livre de praticamente todos os seus processos criminais, conforme reportagem abaixo:

O ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati completa 70 anos nesta sexta-feira (25) e fica livre da possibilidade de ser condenado em mais de 20 ações penais por causa da prescrição dos crimes, conforme previsto no Código Penal Brasileiro. [...]”Diz o artigo 115 que são reduzidos pela metade o prazo prescricional quando o criminoso era ao tempo do crime menor que 21 ou na data da sentença maior de 70”, explicou Sônia Regina de Melo Rosa, promotora da 4ª Vara Criminal de Londrina, [...]. De acordo com a promotora, o atraso na tramitação das ações aconteceu por diversos fatores, entre eles, o número elevado de réus, em média acima de 12, alto número de testemunhas, sendo que muitas não residem na comarca, além da complexidade dos processos de grandes volumes. Além disso, entre 2007 e 2010, Belinati tinha o benefício do foro privilegiado por ocupar cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. (BONDE NEWS, 2013)

Desta forma, Belinati fica livre de todos os processos criminais ajuizados até o ano de 2001 pela redução do período de prescrição dos crimes supostamente cometidos, podendo eventualmente ser condenado por ações ajuizadas a partir de 2002, as quais em breve também prescreverão se não forem julgadas a tempo. Assim, certamente Belinati e sua família seguirão na política londrinense e paranaense por muitos anos, sempre apoiados pela sua rede de alianças e instituições, acumulando capitais sociais, econômicos e políticos que contribuem para a continuidade do fenômeno do “Belinatismo” no município de Londrina.

3.3 OUTRAS FAMÍLIAS NA POLÍTICA LONDRINENSE

3.3.1 Família Richa

A família Richa tem uma passagem marcante pela cidade de Londrina, já que a carreira do seu precursor iniciou em Curitiba, no movimento estudantil, migrando para Londrina e retornando para a capital do Estado posteriormente, ocupando cargos nos Poderes Executivo e Legislativo.

José Richa, o patriarca, foi durante muito tempo tachado como herdeiro político do ex-governador Ney Braga e de seu grupo, embora durante a sua carreira tenha rompido com seu “padrinho”, conforme relataremos adiante. Nascido em São Fidélis, Estado do Rio de Janeiro, em 1934, José Richa era filho de imigrantes: sua mãe, Hanne Miguel Richa (conhecida como Joanna Richa) viera da Síria e seu pai,

Assad Khalil Richa, do Líbano. A família residiu pouco tempo em São Fidélis, de onde saíram devido às dificuldades financeiras. De acordo com Arruda e Teixeira (2010), em São Fidélis a família trabalhava com aluguel de bicicletas para turistas e vieram para o Estado do Paraná por uma perspectiva de vida melhor junto aos parentes de Hanne que residiam no Norte Velho do Estado.

A família, então composta pelos pais, Hanne e Assad, José Richa e o seu irmão mais novo, Jamil, além da mãe de Hanne, Malaque, instalou-se na pequena Corujá, distrito de São Roque do Pinhal, ao lado do município de Joaquim Távora. Antes de Corujá, passaram curtos períodos em Wenceslau Braz e Siqueira Campos, onde Hanne também tinha parentes. Nesse local, a família abriu comércio: um pequeno “boteco” na principal rua da cidade, conhecido como Casa Richa. José residira pouco tempo em Corujá, pois seus pais, em especial a mãe, faziam questão de que os filhos estudassem. Para concluir ao que hoje chamamos de primeira etapa do ensino fundamental, José foi residir com os tios em Joaquim Távora. Mais adiante, para poder cursar o “ginásio” (atual segunda etapa do ensino fundamental), seus pais lhe enviaram para um internado católico no município de Jacarezinho.

Para cursar o “científico” (correspondente ao atual ensino médio), José Richa foi enviado a Curitiba, cursando o “terceirão” no Colégio Estadual do Paraná. Foi aprovado no vestibular da Universidade Federal do Paraná para o curso de Odontologia, tornando-se hóspede da Casa do Estudante Universitário – CEU, celeiro formador de muitos políticos paranaenses que ali iniciaram carreira no movimento estudantil. A essa altura a Casa Richa já havia falido em Joaquim Távora e seus pais tinham mudado para Bandeirantes, onde reabriram o comércio com o mesmo nome. De acordo com Arruda e Teixeira (2010), foi em Bandeirantes que Hanne adoeceu gravemente e faleceu em 1948 de um grave câncer no estômago. Os autores relatam ainda que após ficar viúvo, o pai de José Richa, Assad, foi ao Rio de Janeiro e retornou trazendo a prima da falecida Hanne, Karime, com quem se casou, dando uma irmã para José e Jamil, Domitila. Como o tratamento de Hanne consumira quase todo o dinheiro que a família Richa possuía, Assad decidiu mudar-se com a nova família para Sernateja. Assad, que no relato dos autores acima, levava uma vida desregrada: fumava, tinha pressão alta e gostava de comer muito, faleceu em 1977, vitimado por um acidente vascular cerebral.

Apesar das desventuras vividas pela família no interior do Paraná, José Richa seguia estabelecendo-se na capital do Estado. Seu primeiro trabalho

enquanto estudante universitário foi no jornal Diário do Paraná, no qual atuou ao lado de jornalistas renomados de Curitiba, como Luiz Geraldo Mazza. Richa ingressou no movimento estudantil num período (década de 1950) em que os jovens da esquerda vinham dominando a União Paranaense dos Estudantes e, juntamente com outros jovens que manifestadamente se opunham à esquerda, iniciou um movimento de renovação na UPE. Arruda e Teixeira (2010) afirmam que seu principal parceiro nesse movimento foi Danilo Cortes, na época colunista do Diário do Paraná e acadêmico de Direito da UFPR.

Em 1957, a “direita” estudantil, liderada por Richa e Danilo, conquistou quatro dos onze cargos da UPE, um deles ocupado pelo próprio José, o de secretário. Nesse cargo, Richa descobriu que, supostamente, a UPE vinha ganhando benesses da União Internacional dos Estudantes para fazer apologia ao comunismo soviético. A notícia foi divulgada através do Diário do Paraná. Utilizando essa plataforma, em 1958, José Richa elegeu-se presidente da UPE, levando consigo os outros dez cargos, tirando a esquerda de vez do poder no movimento estudantil estadual. Junto com a presidência, veio o emprego formal no Diário do Paraná, o que lhe garantia seu sustento na capital. A partir daí, o perfil de Richa muda drasticamente:

A esquerda foi defenestrada e de sossegado, bonachão, Richa transformou-se, passando a ter uma atividade incessante. Perdeu a timidez e liderou de vez a entidade. - Até então ele era um lutador. A partir daí tornou-se um líder [...]. (ARRUDA e TEIXEIRA, 2010, p. 33)

A carreira de José Richa começava então a tomar corpo. Por intermédio de seu amigo jornalista do Diário do Paraná, Danilo Cortes, conseguiu uma aproximação com Ney Braga, prefeito de Curitiba à época (final de década de 1950). Nesse momento, José Richa teve sua primeira filiação partidária, no Partido Democrata Cristão – PDC, atuando diretamente na Juventude Democrata Cristã – JDC. Arruda e Teixeira (2010, p. 33) afirmam que Ney se interessou em aproximar-se de José Richa após uma reunião entre a prefeitura e a diretoria da UPE, na qual se tratou da negociação da dívida de impostos municipais da sede da UPE. Naquele momento, Richa chamou a atenção de Ney, o qual segundo os autores fez o seguinte pedido à Danilo Cortes: “(...) me aproxime desse rapaz porque gostei do jeitão de caboclo dele. Ele vai ser útil, porque é do interior e sabe lidar com o povo.”

Com a atividade política ficando mais intensa, José Richa viu-se obrigado a deixar seu emprego no Diário do Paraná. Porém seu “padrinho” não o deixara desamparado, dando a ele o primeiro cargo público do registro de sua carreira: foi nomeado para atuar no Departamento Odontológico de Curitiba, numa função como a de um secretário, atendendo telefonemas e agendando consultas. O emprego lhe permitiu estudar e ainda trabalhar durante a noite na sede da UPE.

A parceria entre Richa e Ney Braga não findou aí, pois José Richa foi uma das peças fundamentais para a eleição de Ney para deputado federal, em 1958. Em 1959 formou-se dentista pela UFPR, mas segundo Arruda e Teixeira (2010), há apenas um registro de atendimento odontológico de José Richa, enquanto ainda era estudante. Um ano depois, em 1960, trabalhou arduamente pelo interior do Estado para eleger Ney ao cargo de chefe do Poder Executivo Estadual. A recompensa veio rápido: em 1961 José Richa foi nomeado para um cargo no gabinete de Ney Braga, tendo como função “filtrar” todo e qualquer político que desejasse falar com o então governador. Na sequência, mudou de cargo dentro do Governo do Estado do Paraná, assumindo a chefia de gabinete de Affonso Alves de Camargo Neto, então Secretário do Interior e Justiça.

Sobre esse início de carreira de Richa, Carneiro (1994, p.27) analisa:

Após intensa militância na política acadêmica, elegeu-se secretário e posteriormente presidente da UPE (União Paranaense dos Estudantes). Integrou-se depois na política partidária a nível de Estado, tendo ativa participação na campanha que conduziu Ney Braga ao Governo em 1960. Em razão disto, ocupou importantes cargos na administração palaciana.

No cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, Richa acabou tendo participação ativa na instalação de uma série de municípios do interior⁵⁹, tornando-se conhecido por todo o Estado, traçando assim o caminho e a base eleitoral para o seu primeiro cargo eletivo, o de Deputado Federal, para o qual foi eleito em 1962, pelo PDC. De acordo com Busseto (2002), em 1962 José Richa destacava-se como maior líder da juventude cristã no Brasil, ocupando inclusive a vice-presidência da Juventude Internacional Democrata Cristã. As eleições de 1965 marcaram o fim da relação de José Richa com Ney Braga. Após conturbada convenção do PDC, na qual o grupo de José Richa apoiava a candidatura de Parigot

⁵⁹ Segundo Arruda e Teixeira (2010), na década de 1960 foram criados 126 novos municípios no Estado do Paraná.

de Souza ao Governo do Estado, tendo como principal apoiador Affonso Camargo Neto – então vice-governador do Estado do Paraná – e de outro lado, Paulo Pimentel, recém-chegado do interior do Estado Paraná, apoiado pelas influentes e poderosas “bênçãos” de Aníbal Khury, registrado no pequeno Partido Trabalhista Nacional – PTN. Com o PDC dividido na convenção, Ney Braga mostrou seu domínio e colocou o partido à disposição do PTN, elegendo mais tarde Paulo Pimentel ao Governo do Estado⁶⁰.

Após esse episódio, Richa decide seguir voo solo, longe do apadrinhamento de Ney Braga:

Passado o episódio da convenção, Richa considerou que havia zerado sua dívida política com Ney Braga. O cacique o ajudara a ser deputado federal e ele retribuiu com todo seu entusiasmo de juventude para andar o Paraná afora e ajudar o padrinho a ser governador. Richa decidira que era hora de buscar alternativas e voo solo (...). Mudou-se para Londrina, que tinha características político-eleitorais muito diferentes, e se dedicou a formar novo círculo de correligionários e amigos. (Arruda e Teixeira, 2010, p. 37)

Ao chegar em Londrina, segundo os autores citados acima, a primeira pessoa de quem Richa se aproximou foi Nelson Maculan, cafeicultor influente na política local, tendo sido inclusive senador e deputado federal pelo PTB (falaremos de Nelson Maculan em item posterior). Maculan havia disputado o cargo de Governador do Estado contra Ney Braga em 1960. Essa parceria ajudou José Richa, ainda filiado ao PDC, a conseguir eleger-se Deputado Federal pela segunda vez, em 1966, com bases eleitorais na região Norte do Paraná. Durante seus dois mandatos na Câmara Federal, Richa fez laços de amizade com Mário Covas, do PTB à época.

Arruda e Teixeira (2010) relatam que foi Mário Covas quem convenceu José Richa de que seu futuro político estaria na oposição à ARENA e ao regime militar, aconselhando-o a cindir de vez com o grupo de Ney Braga, pois dentro daquele nicho dificilmente teria alguma chance diante dos grandes “figurões” presentes naquele grupo. Seguindo as orientações de seu mentor político da época, Richa migrou em 1966 para o MDB, recém-fundado em âmbito nacional, tendo o próprio Covas como uma das principais lideranças, juntamente com Trancredo Neves.

Na segunda metade da década de 1960, apesar da dificuldade em encontrar políticos dispostos a engrossar as fileiras do MDB e oficialmente ser considerado

⁶⁰ Sobre este processo de ruptura com o “neysmo” é possível encontrar mais detalhes no livro de Rose Arruda e Hélio Teixeira intitulado “Richa: o político”.

oposição ao regime militar, Richa trabalhou arduamente na formação e consolidação do MDB no Paraná, em especial na porção Norte do Estado. Apesar de sua reeleição quase certa para a Câmara Federal em 1970, Richa decidiu, para ajudar ao partido, candidatar-se ao cargo de Senador. Acreditou que muitos amigos do PDC, agora na ARENA, poderiam dar-lhe seus votos, o que não aconteceu. Venceram a eleição Accioli Filho e Matos de Leão, da ARENA.

O início dos anos 1970 é registrado como de dificuldade para Richa, pois ficou sem mandato e sem emprego, tentando a vida como corretor e representante da Revista Manchete em Londrina, caindo no ostracismo político. Nesse período José Richa vinculou-se fortemente à Igreja Católica local, tornando-se cursilista.

Nas eleições de 1972, Richa foi lançado ao cargo de Prefeito de Londrina, disputando contra Álvaro Dias e Belinati, da mesma legenda que ele, e contra Mário Stamm, representante da ARENA. Apesar de não ser o mais votado, Richa saiu vencedor, com 17.126 votos, contra 25.195 de Mário Stamm. Porém, ao somarem-se os votos da legenda, Richa ficou com a vaga⁶¹.

No exercício de prefeito José Richa destacou-se, segundo a galeria dos Prefeitos de Londrina, pelas obras modernas que executou: pavimentação e saneamento de onze fundos de vale; construção do Estádio do Café, com capacidade para 45 mil pessoas, com um sistema de iluminação tido como o mais moderno do Brasil à época; abertura da chamada Via Expressa, que até os dias atuais liga a Zona Sul à Zona Norte da cidade, com pistas e viadutos de acesso que ligam a BR-369 e a PR-445 ao sistema viário urbano; adoção do Plano Integrado do Distrito Industrial, por meio do qual 85 indústrias instalaram-se em Londrina, criando mais de 10 mil empregos. Como resquício de seu aprendizado com o grupo de Ney Braga, caracterizado pelo perfil de planejamento, uma das primeiras atitudes de Richa foi criar a Secretaria Municipal de Planejamento, tendo como objetivo colocar em prática o primeiro Plano Diretor da cidade, que havia sido elaborado e engavetado no governo de Dalton de Paranaguá. Quase tudo o que fez de maior destaque foi com dinheiro federal, conseguido graças aos seus bons relacionamentos com colegas do seu tempo de neysmo, como Karlos Rischbieter e Maurício Schulman, Presidente do BNH e Ministro da Fazenda, respectivamente. Em

⁶¹ Conforme informa o TRE-PR, Belinati obteve 14.815 votos e Álvaro Dias 8.264, totalizando assim 40.241 votos para o MDB.

1976, José Richa ganhou o prêmio de melhor prefeito do país, escolhido pela Associação Brasileira dos Municípios.

Durante essa sua administração não encontramos nenhum caso de nepotismo no governo municipal, tampouco Richa nomeou nos cargos do primeiro escalão seus correligionários políticos de longa data, ao contrário de seu filho Beto Richa, sobre o qual trataremos mais adiante, que costuma nomear parentes para cargos públicos. Arruda e Teixeira (2010), afirmam que quase todos os nomeados para os cargos de secretários e presidentes de autarquias eram pessoas conhecidas de Richa do período em que frequentou o cursilho católico, fato que causou certo ressentimento dentro de seu grupo político. Segundo os autores, quando perguntado por que preferia nomear estranhos para trabalhar com ele, Richa respondia: “Porque dos amigos a gente conhece todos os defeitos”. Em nossa análise, talvez o cursilho tenha sido um critério adicional, pois ao checarmos o secretariado de José Richa⁶² verifica-se a manutenção do perfil da elite política local: empresários/comerciantes, profissionais liberais de sucesso, professores universitários, etc.

Nas eleições municipais de 1976, contrariando seus correligionários do MDB, José Richa insiste pela candidatura de seu Secretário de Obras, o engenheiro Wilson Moreira, para ser o seu sucessor. O MDB esperava a candidatura de Olivir Gabardo, o qual em 1972 abriu mão de sua candidatura em detrimento à de José Richa. Na realidade, houve um cálculo equivocado de Richa, que dava como certa a vitória de Moreira. Antonio Belinati, também do MDB, acaba vencendo as eleições, por quase 10 mil votos de diferença.

Mais uma vez em sua história, José Richa, ao sair da prefeitura de Londrina, ficou sem nenhum mandato e também sem emprego e renda. Para lhe ajudar, seus amigos e companheiros de partido, visando a aproveitar a experiência e a fama de excelente administrador público, criaram uma empresa para Richa, a qual tinha como principal objetivo prestar assessoria aos municípios, ofertando projetos de planejamento urbano. Porém, naquele momento, no Estado do Paraná, a maioria dos municípios eram governados pela ARENA, motivo pelo qual os projetos de Richa não tiveram sucesso na contratação. Essa empresa, chamada Gecap, segundo Arruda e Teixeira (2010), acabou findando pelo fracasso ocasionado pela

⁶² Dentre o secretariado municipal podemos identificar: Wilson Moreira, engenheiro e empresário, Secretário de Obras; Mauro Viotto, advogado, Procurador Judicial; Alceu Vezozzo, empresário do ramo hoteleiro, Presidente da CODEL; Heinz Herving, engenheiro, Secretário de Planejamento.

não adesão aos projetos de Richa. Anos depois, com os investimentos de dois sócios e amigos de Richa, voltou à ativa, com o nome de Urbanizadora Nacional, especializada na abertura e venda de novos loteamentos em Londrina e no município vizinho de Cambé.

Em 1978, José Richa entrou em acordo com o MDB, despontando-se como uma liderança, lançando-se candidato ao Senado. Eleito com 895.013 votos⁶³, mais uma vez sem ter a maioria dos votos, ganhou na soma dos votos da sua legenda, derrotando Túlio Vargas, da ARENA, que obteve 48% dos votos contra os pouco mais de 40% de José Richa. Nessa eleição, Richa e o MDB apostaram no Senado com vistas às eleições de 1982 para o Governo do Estado, face ao projeto de redemocratização que já começava a se delinear, projetando a realização das eleições.

De acordo com Arruda e Teixeira (2010), após briga interna no MDB estadual, na qual Álvaro Dias, José Richa, Alencar Furtado, Maurício Fruet e Sebastião Ferreira se desentenderam na disputa interna pela candidatura ao Senado e ao Governo do Estado, em 1982 José Richa se candidatou ao Executivo Estadual. Apesar de todas as desavenças internas do PMDB⁶⁴ para eleições, o partido saiu como o grande vencedor do pleito, elegendo Richa como Governador, com 1.715.842 votos⁶⁵, contra Saul Raiz, além de outros candidatos de votações inexpressivas, de siglas emergentes como PT e PDT. Álvaro Dias, tendo Leite Chaves como suplente, derrotou o poderoso Ney Braga para o Senado; ademais, naquele ano, o PMDB elegeu a grande maioria dos representantes para o Legislativo Estadual e para a Câmara Federal.

O governo de Richa, segundo o próprio, foi bastante conturbado, já que apesar de ter sido eleito de forma direta, ainda tinha que indicar o prefeito de Curitiba e sofrer as pressões do Governo Federal (ainda sob o poder dos militares), diante de seu compromisso de maior abertura política no Paraná. Em entrevista à Faria e Sebastiani (1997, p. 162-163), José Richa relata:

Não foi fácil não. O meu primeiro e mais importante compromisso de campanha foi democratizar o poder. Democratizar no plano Estadual quando ainda não se tem democracia no plano nacional, não é tarefa

⁶³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁶⁴ No período em que transcorreram as eleições de 1982, o PMDB já havia sido criado, para o qual seguiu grande dos políticos do MDB, dentre eles José Richa e Álvaro Dias.

⁶⁵ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

fácil.[...]. Já começou com o Governo Federal querendo tutelar a minha equipe. Primeira audiência que tive com o Presidente da República, ele me cobrou, disse que eu tinha comunista no meu Governo.

Em resposta ao então Presidente da República, João Figueiredo, José Richa disse: “[...] eu não sei se tem comunista do meu Governo, eu não pedi atestado ideológico de ninguém para nomear [...]” (Faria e Sebastiani, 1997, p. 165). Enquanto Governador, nomeou seu companheiro de partido Maurício Fruet para Prefeito de Curitiba e mais tarde apoiou Roberto Requião (vencedor da convenção do PMDB) na candidatura ao mesmo cargo, nas eleições diretas de 1984. Importante salientar que apesar da herança política, o atual governador Beto Richa não mantém as mesmas alianças políticas que o pai, sendo o próprio Roberto Requião e agora Gustavo Fruet, filho de Maurício, dois de seus principais opositores políticos na atualidade.

Antes de deixar discretamente a cena política, por “desencanto” segundo Arruda e Teixeira (2010), Richa foi eleito uma vez mais para o cargo de Senador, em 1986, ainda pelo PMDB, obtendo 1.940.047 votos⁶⁶. Em 1988 deixou o PMDB para, junto com Mário Covas, ser um dos protagonistas da fundação do PSDB. Em 1990 ainda fez, pelo PSDB, uma nova tentativa de governar o Estado do Paraná, ficando apenas em terceiro lugar, com pouco mais de 670.000 votos; nessa ocasião, saiu vencedor do pleito, após conturbadas eleições, Roberto Requião, que disputou o segundo turno com José Carlos Martinez⁶⁷. Após essa derrota, José Richa decide afastar-se dos pleitos e gradativamente se afastar de forma direta da política, frustrado e desencantado, conforme relatam Arruda e Teixeira (2010, p. 271). Richa ainda terminou o seu mandato de Senador até o ano de 1995, tendo falecido no ano de 2003, aos 69 anos, de fibrose pulmonar.

[...] Richa fez sua travessia como parlamentar, prefeito, governador e quase presidente da República em busca de dois ideais estratégicos que nunca se realizaram [...]. Richa acreditava na necessidade da reforma política (tabu até hoje emperrado no Congresso) e na força do Parlamentarismo [...]. Foi uma somatória de fatos que pesaram enfim na sua decisão, irrevogável para si, de afastar-se da vida pública, inclusive os ataques e calúnias que sofreria na campanha a governador de 1990, um tipo de baixaria que sempre condenou. Movido por certo desencanto, e sem nenhum apego, como era de seu feitio, ele deixou a cena política discretamente.

⁶⁶ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁶⁷ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

José Richa, o patriarca da família que iniciou o histórico e o devir de outros membros da família na política paranaense, foi casado com Artele Vilela Richa, que quando se conheceram era professora e atuava na inspetoria de ensino de um “Grupo Escolar” em Londrina. Arruda e Teixeira (2010) relatam que ambos se conheceram em um típico “bailinho” da época, ocorrido na famosa Casa de Chá Salão Fuganti, em 1959. Casaram-se em 1963 em Londrina, a contragosto da família de Richa, que desejava que ele se casasse com uma moça da colônia árabe. Quando se casou com Arlete, José Richa já cumpria o seu primeiro mandato de Deputado Federal. Não por coincidência, Arlete não era uma moça qualquer, era também de uma família com histórico na política no interior do Paraná: filha de um ex-Vereador de Jandaia do Sul, Vidal Vilela e bisneta de Manoel Gracia, que havia sido Prefeito de Irati entre os anos de 1910 - 1912⁶⁸.

Arlete nunca ocupou cargos eletivos, detendo-se a cargos inerentes à cultura do primeiro-damismo, já citado neste trabalho. Durante o período em que Richa foi Prefeito de Londrina, Arlete ocupou o cargo de Presidente da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina (APMI), entre 1973 e 1976. Ocupou, ainda, funções como dirigente do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) no período em que José Richa foi Governador do Estado do Paraná; também presidiu a seccional paranaense da Legião da Boa Vontade (LBV). O primeiro-damismo é prática comum da família Richa, já que a nora de José Richa, Fernanda, como veremos mais adiante, foi presidente da Fundação de Ação Social de Curitiba e atualmente é Secretária de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social.

Com José Richa, Arlete teve três filhos: Carlos Alberto, José Richa Filho e Adriano, dos quais falaremos adiante. Arlete ainda está viva e, segundo notícias recorrentes na imprensa, mantém união estável com o médico Farid Sabbag⁶⁹.

Sobre os demais membros da família Richa não iremos nos delongar, já que esse foi objeto de ampla pesquisa já publicada, de autoria do Professor Ricardo Costa de Oliveira, na obra “Na Teia do Nepotismo” (2012).

Dos filhos de José Richa e Arlete Richa, Carlos Alberto Richa, conhecido como Beto, foi o que escolheu a política de forma direta como opção de vida (ou

⁶⁸ Fonte: Galeria dos Prefeitos de Irati (www.irati.pr.gov.br)

⁶⁹ Mãe de Richa mantém pensões ao não formalizar união com companheiro. <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1526526-mae-de-richa-mantem-pensoes-ao-nao-formalizar-uniao-com-companheiro.shtml>> Acesso em 12 fev. 2015.

como profissão). O mais velho, José Richa Filho, conhecido como Pepe, engenheiro civil, apesar de algumas incursões em empregos na iniciativa privada, foi em cargos comissionados no poder público que de fato fez a sua carreira. No governo de Jaime Lerner, Pepe foi nomeado, em 1998, no cargo Assistente Técnico do Diretor-Geral da Secretaria de Estado dos Transportes, de Heinz Herwing⁷⁰, cargo que ocupou de maio a agosto daquele ano. No ano 2000, ainda sob o governo de Lerner, Pepe assumiu o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro do Departamento de Estradas de Rodagem (DER)⁷¹. Quando seu irmão, Beto, assumiu o Poder Executivo Municipal de Curitiba, Pepe assumiu a estratégica Secretaria Municipal de Administração, cargo ocupado entre os anos de 2005 a 2010 e desde 2011 ocupa o cargo de Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, tendo sob seu domínio órgãos e serviços estratégicos como a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o Departamento de Estradas de Rodagem, a Paraná Edificações e a Estradas de Ferro Paraná Oeste S.A. De acordo com Oliveira (2012), Pepe Richa é casado com Morgana Richa, a qual é juíza do Trabalho no Estado do Paraná e já foi membro do Conselho Nacional de Justiça.

O filho mais novo de José e Arlete Richa, Adriano, consoante Arruda e Teixeira (2010), foi sempre poupado pelos pais já que sofre de diabetes desde criança, sendo a sua saúde alvo de cuidado constante. Formou-se em Direito e atualmente, como relata Oliveira (2012), possui a titularidade do Cartório de Registro de Imóveis de Campina Grande do Sul.

Já o filho do meio, Beto Richa, foi aquele que a contragosto do pai, entrou “de cabeça” na política. De comportamento mais controvertido, não teve a benção paterna para adentrar na política. Com formação em engenharia civil, Beto surpreendeu ao pai quando anunciou na família que seguiria carreira política e que disputaria um cargo para Vereador no município de Curitiba, pelo PSDB, quando obteve 1882 votos⁷², ficando apenas na suplência. Nessa ocasião, o pai tentou demovê-lo da ideia de seguir carreira, sem sucesso:

Não houve como demover Beto, nem Richa, dois teimosos. O jovem candidato a vereador não contou com o mínimo interesse do pai. Quando disputou o Governo, a muito custo participou de uma ou outra reunião de apoio a Beto. (ARRUDA e TEIXEIRA, 2010, p.. 252)

⁷⁰ Nomeado através do Decreto Estadual nº 4367/1998, disponível em www.casacivil.pr.gov.br

⁷¹ Nomeado através do Decreto Estadual nº 2386/2000, disponível em www.casacivil.pr.gov.br

⁷² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Ainda sobre essa primeira incursão de Beto na política, os mesmos autores afirmam que o pai ficou numa situação difícil com a decisão do filho, já que havia se comprometido com outra candidata à vereança (Nely Almeida). Em 1994, por convite das lideranças do PSDB, Beto candidatou-se ao cargo de Deputado Estadual, tendo sido eleito com 21.271 votos⁷³. Durante essa legislatura, migrou para o PTB, partido no qual permaneceu de 1994-2001, conforme Oliveira (2002). Em 1998, reelegeu-se Deputado Estadual, pelo PTB, com o dobro de votos (44.839⁷⁴). Arruda e Teixeira (2010), relatam que nesses dois pleitos para o Legislativo Estadual Beto obteve a benção do pai, convencido em 1994 por amigos de que a política e o PSDB precisavam de novas lideranças. No ano 2000, numa coligação com o PFL (atual DEM) e outras siglas menores, Beto é eleito vice-prefeito de Curitiba, na chapa com Cássio Taniguchi. Venceram no segundo turno derrotando Angelo Vanhoni, do PT, tendo deixado para trás no primeiro turno Luiz Forte Netto, do PSDB, e Eduardo Requião, do PMDB. Durante esse mandato, acumulou o cargo de Secretário de Obras Públicas de Curitiba .

De volta ao PSDB, em 2002 Beto disputou as eleições para Governador do Estado do Paraná, ficando apenas em terceiro lugar com 888.837 votos⁷⁵, derrotado por Roberto Requião e Álvaro Dias, os quais disputaram o segundo turno. Em 2003 tornou-se presidente do PSDB-PR e em 2004 se elegeu Prefeito de Curitiba, com 494.440 votos, ganhando no segundo turno de Ângelo Vanhoni. Aí então se começa mais ativamente o ciclo de nepotismo da família Richa, já que diferentemente do pai que não concordava com a prática, Beto possui uma outra forma de lidar com a máquina pública, mantendo sempre em seus governos uma “estrutura central de nepotismo” (OLIVEIRA, 2012, p. 152), com a nomeação de irmão, esposa, filho, primos e outros “agregados”.

Em 2008, reelegeu-se prefeito de Curitiba, pelo PSDB, já no primeiro turno, com pouco mais de 77% dos votos, numa das votações mais expressivas já tidas em eleições majoritárias municipais. As votações expressivas repetiram-se nos anos de 2010 e 2014 quando Beto Richa elegeu-se e reelegeu-se Governador do Estado do Paraná, em ambas as votações saindo vitorioso no primeiro turno.

⁷³ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

⁷⁴ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

⁷⁵ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Beto Richa é casado com Fernanda Bernardi Vieira Richa, herdeira daquela que já foi uma das maiores fortunas do Paraná. Oliveira (2012, p. 153) conta:

Beto Richa era filho do governador do Estado do Paraná José Richa, em 1986, quando a família Richa passava temporada na mansão e casa de veraneio dos donos do Bamerindus, a família Andrade Vieira, em Guaratuba, no Paraná. Os jovens Beto Richa e Fernanda Bernardi Vieira se casariam ainda em 1986. O novo poder político e o poder financeiro se associavam e se casavam nos anos 80.

As trajetórias de Fernanda e de sua família são bem expressadas nas páginas da obra citada acima, que brevemente resumiremos aqui: neta de Avelino Antonio Vieira, um dos fundadores do Banco Bamerindus, prefeito do Município paranaense de Tomazina e deputado estadual pelo PSD. O bisavô materno de Fernanda Richa, Manoel Eustáquio, ocupou cargos políticos eletivos, tendo sido Deputado Federal e Senador pelo Estado de Minas Gerais. A bisavó, Clara Xavier Araújo, era neta do Barão de lavras, “uma tradicional e antiga rede de poder brasileira se abriu com o casamento de Avelino de Vieira” (p. 153).

O avô de Fernanda teve quatro filhos: José Eduardo Andrade Vieira, conhecido como “Homem do Chapéu”, que além de sua atuação como banqueiro e diretor do maior jornal de Londrina, a Folha de Londrina, foi Senador pelo PTB entre 1991 – 1999, e ocupou ministérios nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sendo o principal deles o da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária⁷⁶. Maria Christina Andrade Vieira, a outra filha de Avelino, foi presidente da Fundação Cultural de Curitiba, em 2012, no governo de Luciano Ducci, aliado e substituto de Beto Richa no cargo de Prefeito da capital. Maria Christina ficou conhecida como sendo a idealizadora da cantata de natal do Palácio Avenida, apresentação conhecida nacionalmente que ocorre todos os finais de ano nas janelas do prédio histórico localizado no centro de Curitiba, o qual já abrigou um dia a sede do banco da família Vieira. O outro filho de Avelino, Tomas Edison Andrade Vieira, pai de Fernanda Richa, também atuou na diretoria do Bamerindus, além de ter ocupado importantes cargos em instituições de organização dos

⁷⁶ José Eduardo de Andrade Vieira, o “Zé do Chapéu”, morre aos 76 anos. Disponível em <<http://www.folhapr.com.br/news/?p=8204>>. Acesso em 13 fev. 2015.

banqueiros. Morreu precocemente em um acidente aéreo, com pouco mais de 50 anos, na companhia de seu outro irmão, Cláudio Enoch Andrade Vieira⁷⁷.

Beto e Fernanda têm três filhos: Marcello, André e Rodrigo. O primogênito, Marcello Bernardi Vieira Richa, segundo Oliveira (2012), tem extensa militância na juventude do PSDB, tendo sido inclusive coordenador e presidente da executiva da JPSSDB em Curitiba. Marcello também ocupou, nos anos de 2011 e 2012, o cargo de Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Juventude de Curitiba, durante o governo de Luciano Ducci. Casou-se no ano de 2013 com a arquiteta Fernanda Riseti dos Santos, a qual, logo após a união com o filho do governador, foi nomeada para ocupar um cargo comissionado na 5ª Inspeção do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a mesma de Ivan Bonilha, responsável pela fiscalização das contas de Beto Richa. Conforme consta no sítio eletrônico da transparência do TCE-PR, Fernanda atualmente ocupa o cargo de Assessora Técnica Conselheira, na Diretoria de Finanças daquele órgão⁷⁸.

Além dos descendentes diretos de José Richa, unidos na história aos de Avelino Vieira, a família também se proliferou na política com sobrinhos de José, primos de Beto Richa. O principal deles é o jovem advogado Gustavo Corulli Richa, filho de Jamil Richa e Maria Elenice Rocha Corulli, o qual se elegeu Vereador em Londrina nas eleições de 2012, pelo PHS, com 3.737 votos⁷⁹. Com uma campanha em que foram declarados gastos de apenas R\$ 4.860,00, advindos de recursos próprios e doação de uma pessoa física, o jovem conseguiu ser o sexto vereador mais votado (em números absolutos), votação bastante expressiva para o rapaz de sobrenome famoso, mas completamente desconhecido na política local. Com muita “sede ao pote”, como se diz no interior, Gustavo Richa candidatou-se já em 2014, sem sequer ter cumprido sua primeira legislatura em Londrina, para o cargo de Deputado Estadual, ainda pelo PHS mas em coligação com o PSDB, quando obteve os poucos 10.182 votos, ficando na suplência. Curioso observar como além do capital político, em apenas tão pouco tempo, Gustavo também “adquiriu” prestígio (ou herdou-o) junto aos detentores do capital econômico. Prova disso é que diferentemente da modesta campanha de 2012 para vereador, em 2014 Gustavo

⁷⁷ 1981: Avião desaparece com presidente e vice-presidente do Bamerindus. Disponível em: <<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=3850>>. Acesso em 13 fev. 2015.

⁷⁸ Relações de servidores comissionados. Disponível em <<http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/relacao-de-servidores-comissionados/87>>. Acesso em 15 fev. 2015.

⁷⁹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

contou com quase R\$ 2.000.000,00 em gastos. Dentre os seus principais doadores estão seu primo, Carlos Alberto Richa, a COTRANS Locação de Veículos Ltda. e Loteadora Tupy, conforme divulgado no portal DivulgaCand2014 do Tribunal Superior Eleitoral. Como é de conhecimento público, a COTRANS é uma empresa do ramo de locação de veículos a qual mantém contrato com a Prefeitura Municipal de Curitiba desde os tempos em que Beto Richa era prefeito da capital paranaense.

Outros dois primos de Beto Richa que fazem parte de sua “teia de nepotismo” são Marcos Elias Traad da Silva e Luiz Abi Antoun. Traad, conforme informação disponível no sítio eletrônico do DETRAN-PR, foi presidente da CODAPAR, diretor do Polo Regional de Pesquisa do IAPAR e integrante do grupo de Planejamento do SIMEPAR, todos cargos em órgãos da administração estadual, a maioria no governo de Jaime Lerner. Apesar de ser doutor em zootecnia, desde o ano de 2011, o filho da irmã de José Richa ocupa o cargo de Diretor-Geral do DETRAN-PR, nomeado pelo primo Beto.

O outro primo, Luiz Abi Antoun, conforme relata Oliveira (2012), foi Assessor Parlamentar de Beto Richa na ALEP, estando sempre como fiel escudeiro de Beto. Atualmente não ocupa nenhum cargo comissionado no Governo do Estado, mas é tido com um dos homens mais importantes para se chegar até Beto Richa, consoante escreve o *blogueiro* Esmael Moraes:

É enorme a fila para quem precisa falar com o influente primo. O nome dele é Luiz Abi Antoun, conhecido como *El Turco*, primo do governador Beto Richa (PSDB). *El Turco* está instalado no Hotel Bourbon, no centro de Curitiba, de onde despacha como primeiro-ministro do governador tucano. Tem dias que a fila para falar com Luiz Abi dobra a esquina da Biblioteca Pública do Paraná (o Bourbon fica em frente). No escritório do primeiro-ministro há legião de gente buscando soluções para todos os problemas. Quer uma obra no governo, procura-se *El Turco*; precisa de um carguinho comissionado, pede-se a *El Turco*. Enfim, a panacéia. Detalhe: Luiz Abi Antoun não é do governo, não tem cargo comissionado no governo, não foi eleito para nenhuma função pública, mas fala em nome do governo do PSDB⁸⁰.

Recentemente, em reportagem divulgada por outro blogueiro, Valdir Cruz, Antonio Vieira Neto, irmão de Fernanda Richa e cunhado do atual governador também falou sobre Luiz Abi Antoun:

⁸⁰Luiz Abi: o primeiro ministro de Beto. Disponível em <<http://folhadiferenciada.blogspot.com.br/2011/01/luiz-abi-o-primeiro-ministro-de-beto.html>>. Acesso em 15 fev. 2015.

O cunhado do governador escreveu, com todas as letras que Richa não manda no Paraná. Leia o que ele escreveu: *Nosso Governador Luis Abi, não é de direito, mas é de FATO! Manda muito mais...* Para quem não sabe, Luis Abi é o primo rico do Beto Richa e é de Londrina, da mesma cidade do doleiro e amigo, Alberto Youssef⁸¹.

As notícias veiculadas pelos *blogueiros* tinham todo o fundamento, pois conforme amplamente divulgado pela imprensa paranaense no início do mês de março de 2015, Luiz Abi Antoun foi preso após investigações do GAECO, que davam conta de que Luiz teria fraudado licitações para favorecer empresas de sua propriedade e de familiares, com envolvimento de outros servidores públicos. Além das fraudes em licitações, recaem sobre Abi denúncias de supostas irregularidades envolvendo a Delegacia da Receita Estadual de Londrina, envolvendo dívidas fiscais de empresas parceiras do Governo do Estado do Paraná.

Abi Antoun é casado com a jornalista Eloiza Fernandes Pinheiro Abi Antoun, a qual foi Presidente da SERCOMTEL S.A., empresa pública de telecomunicações de Londrina, durante os anos de 2012 e 2013, e ocupa atualmente o cargo de Vice-Presidente acumulado ao cargo de Diretora de Participações, da mesma empresa, conforme consta no sítio eletrônico institucional. Os cargos ocupados por Eloiza provêm de indicação direta do atual Governador Beto Richa, pois o Governo do Estado “tem direito” a uma indicação na empresa porque a COPEL é detentora de 45% das ações do SERCOMTEL S.A.⁸².

Apesar de não ter iniciado seu histórico em Londrina, foi lá que a família Richa despontou politicamente, alçando José Richa, o patriarca, à liderança política de oposição aos governos militares. A herança dos “filhos de Londrina” rende até hoje votações muito expressivas da família na cidade, a exemplo das eleições para o Poder Executivo estadual de 2010 e 2014, nas quais Beto Richa alcançou em Londrina 71,87% e 79,05% dos votos válidos, respectivamente, o que foi muito importante para sua vitória, visto que Londrina é o segundo maior colégio eleitoral do Estado do Paraná. É claro que, além da herança política, a aliança com a família Belinati também garante o sucesso e a continuidade dos Richa na política em

⁸¹ “Pacotaço”: Richa briga com a família, amigos e até com o líder do governo. Disponível em <<http://valdircruz.noticiasparana.com/2015/02/15/pacotaco-richa-briga-com-familia-amigos-e-ate-com-o-lider-governo/>>. Acesso em 16 de fev. 2015.

⁸² Jornalista é indicada para vice-presidente da Sercomtel. Disponível em <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-39--244-0110222LINKCHMtit=por+beto+richa++jornalista+e+indicada+para+vice+presidente+da+sercomtel.>. Acesso em 15 fev. 2015.

Londrina. Vide o fato de Beto ter apoiado o sobrinho de Antonio Belinati, Marcelo, candidato ao cargo de Prefeito de Londrina nas eleições de 2012⁸³, recebendo em troca o apoio dos Belinati na sua campanha em 2014, o que certamente rendeu frutos, como a nomeação de Tônico Belinati, já citado neste trabalho, a um cargo estratégico na SANEPAR. Outro exemplo foi a votação expressiva de Gustavo Richa para vereador já em sua primeira incumbência como candidato.

A família Richa é um exemplo claro das manobras que se pode fazer para manter-se no poder, para permanecer no seleto grupo dos estabelecidos. Primeiro, o apadrinhamento político de Ney Braga, depois a estratégica oposição a ele, ganhando capital político com a incorporação da figura de líder opositor. O casamento do filho com a herdeira da família Vieira, ganhando também capital econômico. As alianças advindas do capital político e econômico garantem em grande parte o sucesso nas urnas e este, por sua vez, garante a acomodação dos seus em cargos de comissão estratégicos para garantir a reprodução desse ciclo. As relações sociais com o setor privado, com empresas concessionárias de serviços públicos e empreiteiras também garantem capital que favorecem a sustentação da família do poder.

3.3.2 Família Dias

Outros dois expoentes da política do Norte do Paraná, especificamente de Londrina e Maringá, são os irmãos Álvaro Fernandes Dias e Osmar Fernandes Dias, filhos de Silvino Fernandes Dias e Helena Fregadolli Dias. A família veio de Quatá, Estado de São Paulo, vindo primeiramente o pai, em 1938, um pequeno agricultor, o qual é tido como um dos pioneiros do município de Maringá, já que lá chegou antes mesmo da fundação oficial da cidade, adquirindo uma fazenda que deu origem ao histórico da família no agronegócio paranaense, especialmente no cultivo do café, no período áureo deste. Depois de organizada a fazenda, no início da década de 1950, Silvino trouxe também a esposa e os filhos, ainda crianças; a biografia de Silvino publicada no sítio eletrônico da Escola Estadual que leva seu nome, assim o

⁸³ Marcelo Belinati lidera maior aliança política de Londrina. Disponível em <<http://www.fabiocampana.com.br/2012/07/marcelo-belinati-lidera-maior-alianca-politica-de-londrina/>> Acesso em 16 fev. 2015.

descreve: “homem de personalidade rígida e princípios sólidos, Silvino Dias fez questão de proporcionar ensino superior a todos os seus filhos, mas a nenhum poupou do trabalho na fazenda que abriu”⁸⁴. Após se mudar para Maringá, Silvino e Helena tiveram outros filhos, totalizando 12, mas apenas 9 sobreviveram.

O primeiro dos filhos a ingressar na política foi Álvaro Dias, graduado em História pela Universidade Estadual de Londrina (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina, na época). Carneiro (1994) afirma que Álvaro Dias iniciou cedo a sua carreira política no movimento estudantil, tendo sua atuação marcada pela combatividade e oposição ao sistema então vigente. Seu ingresso na política partidária se deu a partir de sua relação bastante próxima com Olivir Gabardo, que era Diretor da Faculdade quando Álvaro por lá passou. O irmão de Álvaro, José Dias, havia sido coordenador da campanha de Gabardo em 1963 quando este se elegeu vereador⁸⁵.

Como líder do movimento estudantil, em 1966 Álvaro foi convidado para conceder uma entrevista na Rádio Paiquerê de Londrina, na qual sua desenvoltura chamou a atenção da rádio, sendo convidado a lá trabalhar, conforme entrevista concedida por Álvaro Dias ao jornalista Osmani Ferreira Costa (2005, p. 182-183):

Surgiu um problema lá na faculdade, e eu fui chamado para dar entrevista na Rádio Paiquerê. Terminada a entrevista, um diretor da emissora achou que eu tinha boa voz, boa dicção, e me convidou para trabalhar no rádio. Aceitei no ato, e comecei redigindo notícias e também narrando o noticiário em alguns horários. Depois, fui para a Rádio Atalaia, onde me dediquei a redigir e interpretar textos de radionovelas e fiquei mais tempo.

Na carona do movimento estudantil e da sua fama de galã das radionovelas, Álvaro elegeu-se vereador em Londrina, em 1968, pelo MDB, com 991 votos⁸⁶. Sobre essa eleição, o próprio Álvaro Dias analisa como ocorreu a sua entrada no processo, em entrevista concedida a Faria e Sebastiani (1997, p. 198):

Eu acho que jamais imaginei que um dia viesse a ser político. Mas surgiu a Universidade. Foi na Universidade, na militância da política universitária. Fui presidente do diretório acadêmico. O Profº Gabardo (Olivir) que era diretor da Faculdade veio a ser candidato a prefeito da cidade e me convocou para que disputasse a eleição municipal, fosse candidato a vereador. [...]

⁸⁴ Escola Estadual Pioneiro Silvio Fernandes Dias. Disponível em <<http://www2.maringa.pr.gov.br/educacao/?cod=escola/88>> Acesso em 16 fev. 2015.

⁸⁵ Olivir Gabardo estará nominado mais a frente deste trabalho, quando tratarmos da família Gabardo.

⁸⁶ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Dois anos depois, em 1970, elegeu-se Deputado Estadual pelo MDB, numa eleição na qual a ARENA elegeu 39 e o MDB apenas 8 deputados. Nesse mandato Álvaro foi o líder do partido na ALEP. Em 1972, disputou o cargo de Prefeito de Londrina pelo MDB, perdendo para José Richa e Antonio Belinati, com 8.264 votos. Apesar de ter perdido as eleições, os seus poucos votos foram demasiado importantes para a vitória do MDB para o Poder Executivo Municipal de Londrina na ocasião.

Ainda no MDB, em 1974 Álvaro Dias elegeu-se Deputado Federal com a maior votação proporcional da história do Paraná⁸⁷, repetindo o feito em 1978, quando obteve a maior votação do país em números absolutos (1974: 175.434 votos; 1978: 127.903⁸⁸). Na mesma entrevista aqui já citada, concedida à Faria e Sebastiani (1997), Álvaro afirma que sua pretensão era reeleger-se Deputado Estadual em 1974, mas acabou atendendo a um pedido do MDB que precisava completar a sua lista de candidatos para a Câmara Federal.

Em 1982 elegeu-se pela primeira vez Senador, já pelo PMDB, obtendo 1.668.495 votos⁸⁹, derrotando Ney Braga, do PDS, com mais de 500.000 votos de diferença. Essas eleições, nas quais José Richa elegeu-se governador e Álvaro Dias Senador, sela a derrocada de uma elite política dominante até então, liderada por Ney Braga, abrindo espaço para jovens políticos, muitos deles dissidentes do grupo neysta, como Richa. Carneiro (1994), afirma que a obtenção da cadeira no Senado deu-se graças ao prestígio que o partido de Álvaro havia atingido (PMDB) e por seu desempenho pessoal de combate ao Governo Federal militar. Nesse mandato de Senador, Álvaro foi vice-líder do PMDB no Senado Federal e presidente do PMDB do Paraná.

Em 1986 renunciou ao cargo de Senador para disputar o cargo de Governador do Estado do Paraná, cargo para o qual se elegeu com 2.347.795 votos, ainda pelo PMDB. Quatro anos depois, sem o advento da reeleição, Álvaro passou o cargo para Roberto Requião, seu então aliado político e hoje adversário contumaz. Em 1991 deixou o PMDB por divergências internas com as lideranças do partido e

⁸⁷ Biografia. Disponível em <<http://www.alvarodias.com.br/biografia/>> Acesso em 22 fev. 2015.

⁸⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁸⁹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

fundou uma nova sigla, o PST⁹⁰. Em 1994, disputou o cargo de Governador do Estado novamente, agora pelo PP, perdendo já no primeiro turno para Jaime Lerner, do PDT, então Prefeito de Curitiba, por 1.455.648 contra 2.070.970 votos⁹¹. Sem cargo eletivo, em 1996, Álvaro assumiu a presidência da já extinta TELEPAR, companhia de telecomunicações pertencente ao Governo do Estado do Paraná.

Pelo PSDB, em 1998 pleiteou novamente o cargo de senador, elegendo-se com quase 65% dos votos válidos (2.532.010 votos⁹²). Durante esse mandato, em 2001, Álvaro deixou o PSDB por pressões internas do partido, pois se recusou a votar contra a CPI da corrupção, a qual visava a investigar o governo de Fernando Henrique Cardoso, também do PSDB. Migrou para o PDT, tornando-se o primeiro vice-líder do partido no Senado. Nas eleições de 2002, pelo PDT, Álvaro Dias pleiteou mais uma vez o Governo do Estado do Paraná, disputando contra Roberto Requião, perdendo o pleito no segundo turno por 2.180.922 contra 2.681.811 de seu oponente⁹³. Em 2006 elegeu-se novamente senador, agora no PSDB de novo, com 2.572.481, cerca de 55% dos votos válidos⁹⁴, tornando-se líder do PSDB no Senado Federal em 2010, conforme informação contida no sítio eletrônico do Senado Federal. Em 2014 pleiteou o cargo de Senador, pelo PSDB, elegendo-se com total sucesso nas urnas, obtendo 77% dos votos válidos, o equivalente a 4.101.848 eleitores do Estado do Paraná⁹⁵. O seu atual mandato tem sido marcado pela forte oposição ao Governo Federal, comandado por Dilma Roussef, do PT, sendo atualmente o líder da oposição no Senado Federal.

Álvaro é casado com a advogada Débora Amaral de Almeida Fernandes Dias, com quem tem um casal de filhos: Carolina de Almeida Dias e Álvaro Dias Filho. Débora é filha de Jandyra Fernandes Almeida e João Amaral de Almeida, este Procurador do Município de Curitiba, presidente do Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP na década de 1970 e Assessor Parlamentar, conforme biografia noticiada no jornal O Estado do Paraná, em 1990. Em mais um caso em que capitais unem-se pela instituição do casamento, conforme Oliveira (2012), Carolina Dias, filha de Álvaro e Débora, casou-se com o neto do ex-

⁹⁰Conheça a Biografia do senador tucano Alvaro Dias. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2010/06/757108-conheca-a-biografia-do-senador-tucano-alvaro-dias.shtml>>. Acesso em 21 fev. 2015.

⁹¹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁹² Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁹³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁹⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁹⁵ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

governador Ney Braga, Pedro Braga Maia, com quem tem um filho, herdeiro, neto e bisneto de duas das principais figuras da história política do Paraná.

Além de Álvaro, outro filho de Silvino e Helena adentrou ao mundo da política. Osmar Fernandes Dias, engenheiro agrônomo, formado pela Faculdade Luiz Meneghel de Bandeirantes, tradicional celeiro de formação de homens do *agrobusiness* paranaense. Segundo filho do casal, Osmar, também nascido em Quatá e crescido em Maringá, iniciou sua carreira política pelos braços do nepotismo, tendo ocupado seu primeiro cargo como Presidente da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Estado do Paraná, empresa pública do Governo do Estado do Paraná, quando José Richa era governador e Álvaro Dias, seu irmão, Senador, entre os anos de 1983 e 1986. Quando Álvaro Dias assumiu o Governo do Estado do Paraná, Osmar foi elevado ao cargo de Secretário de Estado de Agricultura e Abastecimento, que ocupou entre 1987 e 1990, sendo reconduzido em 1991 ao cargo a convite do então governador Roberto Requião, do PMDB.

Em 1994, Osmar Dias deixou o cargo de Secretário de Estado e disputou o seu primeiro cargo eletivo, pelo PP, tendo sido eleito para o cargo de Senador, com 1.449.698 votos⁹⁶. Após eleito, Osmar migrou para o PSDB, partido do qual foi expulso em 2001, juntamente com o irmão Álvaro, pela razão anteriormente exposta. Os irmãos Dias foram acolhidos pelo PDT, partido pelo qual Osmar disputou novamente a eleição para o cargo de Senador, reeleito em 2002, com 2.776.000 votos, quase um milhão a mais que o segundo colocado, também eleito, Flávio Arns, do PT à época. Em 2006, Osmar Dias disputou acirradas eleições para o Governo do Estado do Paraná contra Roberto Requião, do PMDB, o qual galgava a sua reeleição ao cargo. Em disputa no segundo turno, Osmar foi derrotado por Requião pela pequena diferença de cerca de 10.000 votos, obtendo 2.658.132, contra os 2.668.611 de seu oponente⁹⁷. Em 2010, Osmar voltou a ser candidato ao Governo do Estado do Paraná, agora com o apoio de Roberto Requião e tendo a máquina do Estado a seu favor, tendo como principal adversário o então Prefeito de Curitiba, Beto Richa. Osmar foi derrotado já no primeiro turno, obtendo 2.645.341, cerca de 45% dos votos válidos⁹⁸. Em 2014, depois de um impasse para sua candidatura ao Senado, já que em partidos diferentes, disputaria a única vaga, contra seu irmão

⁹⁶ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

⁹⁷ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

⁹⁸ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

Álvaro Dias; Osmar acabou abrindo mão, declarando que não se candidataria a nenhum cargo naquele pleito.

Apesar de não ocupar cargo eletivo, Osmar continua ativamente na política, ocupando um importante cargo no Banco do Brasil, em âmbito federal. Desde 2010 ocupa de vice-presidência de Agronegócios e Micro e Pequenas empresas, sendo considerado um dos “homens” de Dilma Rousseff, atual Presidente da República, no Estado do Paraná.

Osmar é casado com Maria Teresa Dias, a qual embora não tenha ocupado nenhum cargo público, sempre atuou intensamente nas campanhas do marido. O casal possui duas filhas, sendo que a caçula, Rebeca Fernandes Dias, professora universitária, conforme noticiou o *blogueiro* Esmael Morais em 2012, cogitou candidatar-se ao cargo de Vereadora em Curitiba pelo PDT, mas acabou desistindo do pleito⁹⁹.

A família Dias, apesar de ter iniciado sua carreira política em Londrina, com Álvaro, da cidade leva apenas votações esmagadoras em todas as eleições que disputaram, mas nenhum dos irmãos galgou qualquer cargo no município após a década de 1970. Álvaro, apesar de *outsider* na política, vindo dos rádios e do movimento estudantil, vinha de uma família de cafeicultores e latifundiários da região Norte do Paraná. O carisma, somado ao poderio econômico, rapidamente o tornaram um estabelecido, aliando-se à mais alta elite política do Estado do Paraná, tornando-se parte dominante dela. Conforme afirma Costa (2005), apesar do sucesso e domínio da família Belinati em Londrina, ainda se pode considerar que Álvaro Dias seja o político “londrinense” de maior sucesso, já que saiu vencedor de quase todos os pleitos que disputou, trilhando um caminho meteórico entre o cargo de Vereador de uma cidade média com apenas 22 anos e de Governador aos 45 anos de idade, sem contar seu triplo mandato de Senador. Álvaro e Osmar aliam o poder econômico e político, já que Osmar, com os cargos ocupados, sempre se fez presente no mundo do agronegócio, sendo eles mesmos empresários do ramo, conforme divulgado constantemente na imprensa através de notícias de transações de compra e venda de terras, inclusive de fazendas no Estado do Tocantins, embora em suas declarações de bens nas últimas eleições quase nada conste, a exemplo

⁹⁹ Rebeca Dias, filha de Osmar, estuda disputar a Câmara de Curitiba. Disponível em <<http://www.esmaelmorais.com.br/2012/02/rebeca-dias-filha-de-osmar-pode-disputar-a-camara-de-curitiba-veja-o-video/>>. Acesso em 30 jan. 2014.

de Álvaro que em 2014 declarou um patrimônio de pouco mais de R\$ 2.100.000,00, composto em grande parte de aplicações e ações. Já Osmar, no último pleito que disputou, em 2010, informou não ter nenhum bem a declarar.

3.3.3 Família Hosken de Novaes/Castaldi

Mineiro de Carangola, José Hosken de Novaes, nascido em 1917, estudou direito no Rio de Janeiro e já bacharel mudou-se para Londrina, em 1942, onde se destacou como profissional liberal na advocacia, o que lhe valeu a nomeação ao seu primeiro cargo público, o de Procurador Jurídico do Município de Londrina, no governo municipal de Milton Ribeiro Menezes (1951-1955), da UDN.

O *blogueiro* londrinense, José Pedrialli¹⁰⁰, conta que Hosken de Novaes tinha um famoso escritório de advocacia, no qual todos os sábados atendia à população londrinense que não tinha condições financeiras de pagar pelos serviços de um bom advogado, prática esta que perdurou mesmo depois de Novaes ter caído no ostracismo político. Além da atuação como advogado, segundo Cesáreo (1986), Hosken de Novaes fez parte de um grupo de profissionais liberais que adquiriram o único veículo de comunicação de Londrina na década de 1950, o jornal Paraná-Norte, o qual foi utilizado pela UDN para enaltecer e divulgar o movimento pela redemocratização nacional, após o Estado Novo. Novaes era o responsável por redigir e editar os artigos sobre questões jurídicas.

Dada a sua atuação, Hosken de Novaes passou a destacar-se como uma liderança na elite local, sendo rapidamente recrutado para engrossar as fileiras da UDN, tendo como padrinhos Milton Menezes e Hugo Cabral, expoentes da política local da época. Pela UDN obteve seu primeiro cargo eletivo, em 1955, de Vereador, sendo eleito com 194 votos, renunciando antes mesmo assumir o cargo. Podemos aludir que o motivo de tal renúncia tenha sido o fato de Hosken de Novaes ter sido convidado para assumir a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná¹⁰¹ no governo de

¹⁰⁰ Sercomtel: a herança visível de Hosken de Novaes. <http://blogs.odiario.com/josepedrialli/2011/07/06/sercomtel-a-heranca-visivel-de-hosken-de-novaes/>. Acesso em 25/05/2014.

¹⁰¹ Interessante observar que apesar de toda a literatura, até mesmo a obra de Carneiro (1994) e do próprio Hosken de Novaes, relatar que foi Procurador-Geral do Estado do Paraná, a galeria oficial de procuradores disponível no sítio eletrônico da PGE negligencia o nome do ilustre londrinense, omitindo-o de sua galeria.

Bento Munhoz da Rocha Neto, também da UDN, conforme relatou o próprio Hosken em entrevista a Faria e Sebastiani (1997, p. 144-145):

O Bento começou a procurar quadros no interior e trazer para Curitiba. E trouxe para o Governo, o Cabral, como depois trouxe o Rocha e trouxe a mim. Fui convidado pelo Bento para ser Procurador Geral do Estado. [...]. Mas tive primeiro uma nomeação do Bento para membro da Comissão de Consulta e Revisão de Terras. Uma função gratuita. Não remunerada, mas muito trabalhosa. O Bento estava muito preocupado com o processo de ocupação do solo das terras paranaenses e queria rever muitos processos onde houve excesso de concessão. Aí eu funcionei.

Após o cargo de procurador, Hosken ocupou o cargo de Secretário de Estado da Fazenda entre os anos de 1955 e 1956, a convite de seu amigo pessoal, então Governador do Estado do Paraná, Adolpho de Oliveira Franco. Após essa incursão pelo Poder Executivo estadual, Hosken de Novaes foi convidado a candidatar-se ao cargo de Prefeito de Londrina, pela UDN, como sucessor de seu companheiro de política, Milton Ribeiro de Menezes. Eleito com 10.801 votos, a eleição de Hosken de Novaes carimbou a preferência dos londrinenses pelo oposicionismo político ao PSD, já que elegia o seu terceiro prefeito consecutivo da UDN (Hugo Cabral, Milton Menezes e Hosken de Novaes).

O governo municipal de Novaes foi marcado pela criação da Companhia de Habitação de Londrina – COHAB/LD e da principal empresa pública do município até os dias atuais, a SERCOMTEL. No período em que foi prefeito houve a Revolução de 1964, a qual foi apoiada por Hosken, motivado por Ney Braga, então Governador do Estado do Paraná, conforme ele mesmo relatou na entrevista a Faria e Sebastiani (1997, p. 148): “Apoiei na hora e passei os momentos de deflagração da revolução no gabinete do Ney. Porque o Ney mandou... me telefonou.” Considerando o seu apoio aos militares e ao governador Ney Braga, na mesma entrevista Novaes afirma ter sido fácil passar pelo período conturbado da história política brasileira iniciado com a ditadura militar.

Essa subserviência ao “Ney” rendeu-lhe a nomeação, aprovada pela Assembleia Legislativa do Paraná, ao cargo de Vice-Governador do Estado, assumido o cargo de Governador de 14/05/1982 a 15/03/1983. Quando Ney Braga desincompatibilizou-se para concorrer ao Senado Federal, coube à Hosken de Novaes, nos dez meses de atuação, dar continuidade ao estilo de gestão do seu antecessor, sem grandes feitos, sendo o maior registro encontrado na literatura o

fato de ter entregue a máquina estadual ao seu sucessor José Richa sem dívidas e com as contas completamente saneadas.

No período em que foi Prefeito de Londrina (dezembro/1963 a janeiro/1969), Hosken de Novaes também praticou o nepotismo. No Decreto Municipal nº 278 de 31/12/1963, no qual nomeia seu primeiro escalão, é possível encontrar o nome de sua esposa, Adelina Castaldi, nomeada para o cargo de chefe do Departamento de Educação e Assistência Social de Londrina. Antes disso, seu cunhado (irmão de Adelina), Rubens Castaldi, havia ocupado o cargo de Chefe do Departamento de Viação e Obras¹⁰² no governo municipal de Hugo Cabral, correligionário de partido e amigo de Hosken de Novaes. A influência de Novaes na elite local ficou ainda mais reforçada após o seu ingresso para a Sociedade Rural do Paraná, instituição da qual já tratamos neste trabalho, a qual foi e ainda é um dos espaços de organização da classe dominante do Estado do Paraná, principalmente de Londrina. Ele ocupou o cargo de conselheiro da SRP na gestão 1966-1968, sendo reeleito na gestão 1968-1969 e 1970-1972. Em 1978 retornou à mesa executiva da entidade, no Conselho Deliberativo, atuando nas gestões 1978-1980, 1980-1982 e 1982-1984.

Os anos de 1983-1984 marcaram a saída de Novaes da política, segundo ele mesmo (Faria e Sebastiani, 1997), por opção própria pela reclusão. Afirmava ele (p. 146): “Eu não tinha muito gosto pela política, gosto de política mas não de cargo público. Porque eu sofro muito, sou muito sensível.” Novaes voltou a advogar em Londrina e faleceu em 2006, aos 88 anos.

Novaes é um clássico exemplo de que uma boa formação acadêmica também se pode configurar num importante capital, já que formado Universidade do Rio de Janeiro, chegou em Londrina já fazendo parte de uma seleta elite de bacharéis que dominavam o município. Esse capital também o levou para dentro da faculdade local, onde atuou como professor na área do direito, gerando assim ainda mais capitais, participando da elite intelectual. Suas relações com Ney Braga também constituíram importante capital social, tanto que o elevaram ao cargo máximo do poder político estadual, o de Governador.

¹⁰² Nomeado através do Decreto Municipal nº 24 de 22/02/1969.

3.3.4 Família Rocha Loures

A família Rocha Loures tem como principal precursor na área da política no Estado do Paraná o advogado João Alves da Rocha Loures, mas em Londrina, Josino Alves da Rocha Loures, irmão de João, foi uma das figuras fundamentais no processo de formação política da cidade. A biografia de João Alves da Rocha Loures está registrada no livro “Os Rocha Loures: uma família paranaense em 300 anos de história”, de autoria da socióloga paranaense Maria Cristina Pieruccini.

Jesuíno Alves da Rocha Loures era o pai de João e Josino. Fazendeiro na Região Sul do Paraná, Município de Palmas, viu-se obrigado a vender suas terras devido às inúmeras dívidas. Diante do seu empobrecimento, Jesuíno preocupou-se em garantir estudos aos filhos, pois estes nada teriam para herdar do pai. Inspirado na carreira bem sucedida de seu sobrinho, Affonso Alves de Camargo, Presidente do Paraná na década de 1920, Jesuíno fez questão de formar todos os filhos “doutores”, tendo conseguido o feito com quatro deles, como cita Pieruccini (1996).

João formou-se em direito, Josino em medicina, ambos no Estado do Rio de Janeiro, onde se mantiveram com a ajuda de amigos e familiares; Annibal também se formou médico e Sylvano engenheiro; Euclides era comerciante, Maria Alves e Aurora se casaram com jovens herdeiros de grandes proprietários rurais.

Com forte atuação na advocacia em causas envolvendo posse de terras, João chegou a ser Juiz em Palmas, Desembargador na Capital, professor universitário e foi homem de confiança, porta-voz e secretário de seu primo Affonso Camargo, quando este esteve no seu segundo mandato como Presidente do Paraná.

Militante político do Partido Republicano Paranaense – PRP, João engajou-se na política já no movimento estudantil, característica comum da maioria dos políticos e famílias estudadas neste trabalho. Segundo Pieruccini (1996, p. 94), dois fatores foram decisivos no ingresso de João na política: “os laços de parentesco com os políticos Affonso e Marins Alves de Camargo e a opção pela advocacia”, isso porque a autora explica que naquela época a faculdade de direito formava muito mais que advogados, pois preparava e engajava socialmente seus acadêmicos para a participação social ativa na política.

A militância pelos ideais republicanos, o trânsito pelas classes dominantes e o parentesco com Affonso Camargo renderam não só a João, mas também a outros

membros da família, a obtenção de cargos eletivos. Sylvano Alves da Rocha Loures, irmão de João e de Josino, engenheiro agrônomo, ocupou pelo PRP, em 1930, o cargo de Deputado Estadual. Conforme biografia disponível no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, além de Deputado Estadual, Sylvano também teria atuado como engenheiro da Secretaria de Obras Públicas do Paraná, Delegado Seccional do Recenseamento, professor da Escola Agrônômica do Paraná, inspetor de Vigilância Sanitária no Porto de Paranaguá, representante do Ministério da Agricultura, presidente da Comissão de Eficiência do Ministério Agrícola, além de vasta atuação em órgãos da área florestal e de organização de classe dos engenheiros agrônomos.

Ainda na década de 1920, outro irmão – Annibal Alves da Rocha Loures, foi Prefeito de Colônia Mineira, atual município de Siqueira Campos, permanecendo pouco tempo no cargo por falta de interesse pela política, pois segundo Pieruccini (1996, p. 98), Annibal só assumiu o cargo por insistência do primo Affonso Camargo e do irmão João¹⁰³, “numa época em que o nepotismo era forma político-administrativa usual, os membros da família estavam bem colocados profissionalmente, sendo que alguns ocupavam cargos de relevo.” Confirmando essa afirmação de Pieruccini, pode-se constatar que também Antonio da Rocha Loures, sobrinho de João, filho de seu irmão Euclides, foi Prefeito de Cerro Azul (1938-1941) e de Antonina (1941), além dos demais filhos e sobrinhos que obtiveram concessões de cartórios, conforme abordaremos ao final deste item.

Em 1929 João Alves da Rocha Loures casou-se com Rachel Faria Affonso da Costa, filha de militar e neta do Presidente Faria – Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Presidente da Província do Paraná entre 1886 e 1887. Pieruccini (1996) relata também que a mãe de Rachel, Olívia Pereira, era neta de um deputado da Assembleia Provincial de São Paulo e tataraneta do capitão-mor de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade. Como já demonstrado neste trabalho e em tantos outros que se dedicaram a estudar genealogia política e relações de poder e parentesco, vê-se que nem mesmo os casamentos acontecem por acaso, já que a maioria dos estabelecidos casam-se, casam seus filhos, seus netos, com pessoas de famílias das classes dominantes, detentoras de poder econômico e/ou político.

¹⁰³ Vale ressaltar que mais tarde, em 1960, Annibal se candidatou ao cargo de prefeito de Astorga, pelo PSD, pleito em que saiu vitorioso, tendo ocupado a função entre os anos de 1961 e 1964.

A Revolução de 1930 atrapalhou os planos da família; João decidiu afastar-se da política momentaneamente, dedicando-se à sua carreira profissional. Dois anos antes, em 1928, desejando investir o dinheiro ganho como advogado, adquiriu um grande lote de terras no Norte do Paraná, numa área próxima à Londrina, então em fase de expansão com a colonização. Esse lote foi chamado de Fazenda Maravilha e estava localizado onde atualmente é o distrito rural de Maravilha, ao lado de Londrina.

O irmão mais novo de João, Josino, exercia a medicina em Joinville, Estado de Santa Catarina, onde foi também Vereador e, quando almejava uma vaga para Deputado Federal, teve seus planos interrompidos pela instituição do Estado Novo. Em 1944, Josino mudou-se com a família para Londrina. Em 1945, a família Rocha Loures atuou ativamente no processo de redemocratização do país no Paraná, sendo que João ainda alimentava o sonho de ver resgatados os ideais republicanos. Mal visto pelo PSD, partido que crescia dentre as elites dominantes da área agrária no estado (as mesmas bases do PRP), João perdeu sustentação na sua região e decidiu também se mudar com a família para o Norte do Paraná, onde já possuía terras, como citamos acima, chegando na localidade no auge da cafeicultura. Na região tomava força o movimento oposicionista à Getúlio Vargas, agregando seus correligionários na UDN, partido ao qual os Rocha Loures se engajaram, tendo João se candidatado em 1945 ao cargo de Senador pelo Estado do Paraná, saindo perdedor do pleito no qual se elegeram os dois candidatos do PSD (Flávio Guimarães e Roberto Glasser).

A partir dessa eleição, João e seus antigos correligionários republicados separaram-se da UDN e dedicam-se a restabelecer seus ideários, organizando no Paraná os diretórios do Partido Republicano-PR. Como parte desse projeto, em 1944, João e Josino compram do fazendeiro Dario Ferreira o jornal Paraná Norte, o maior e mais importante veículo de comunicação de Londrina e do Norte do Paraná na época, já referenciado neste trabalho, e fundam concomitantemente o Diretório do PR em Londrina. De acordo com Boni (2004), o jornal foi declaradamente utilizado pelos irmãos para fins político-partidários. Cesário (1986) afirma também que desde que compraram o jornal, João e Josino, o segundo mais exposto e declarado como diretor do jornal, usaram o periódico para fazer ataques ao Estado Novo, ao governo Vargas e a Manoel Ribas, então Presidente do Paraná nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas. Os “mentores” políticos das notícias veiculadas no

Paraná Norte eram um grupo de jovens profissionais de sucesso e empresários, paulistas e mineiros, tais como Hosken de Novaes (já citado neste trabalho), Milton Menezes (ex-prefeito de Londrina), Ruy Cunha (Promotor de Justiça), dentre outros. Josino e seus parceiros inauguraram no jornal “um novo estilo de prática política em Londrina, enveredando para um jornalismo político agressivo, irreverente e de denúncias” (p. 271). O grupo logo se separou, como reflexo da divisão entre UDN e PR, ficando com o jornal apenas Josino, defensor do Partido Republicano, fundador e primeiro presidente do seu diretório em Londrina. Tendo o único veículo de imprensa em suas mãos e alta influência política local, o poder econômico rapidamente chegou para Josino, o qual em 1946 fundou em sociedade com seu irmão Annibal o primeiro hospital particular do Norte do Paraná.

Em 1946, o PR decide lançar candidato próprio ao Governo do Estado do Paraná com a candidatura de Bento Munhoz da Rocha Neto, que naquela ocasião saiu perdedor, mas venceu o pleito em 1950, disputando pela UDN, com o apoio do grupo do PR. Bento Munhoz da Rocha Neto era casado com Flora Camargo, prima dos irmãos Rocha Loures, filha de Affonso Camargo. Na justificativa do projeto de lei municipal que visava a homenagear João Alves da Rocha Loures dando seu nome ao trecho urbano da PR-218 (a que dá acesso ao Distrito Rural de Maravilha), há a afirmação de que o Jornal Paraná Norte foi peça fundamental na campanha do PR pela eleição de Bento Munhoz em 1950. Nas mesmas eleições de 1950, João candidatou-se ao cargo de Deputado Federal e não foi eleito. O insucesso nesse pleito foi depositado no excesso de dedicação de João à campanha de Bento, deixando de cuidar da sua própria.

No pleito de 1954, João desejava concorrer ao cargo de Senador, ao que foi impedido pelo amigo e marido da prima, o então governador Bento Munhoz. Diante do dilema, João decide afrontar Bento e leva sua candidatura para a convenção do PR, mas sem o apoio dos diretórios municipais acaba enfraquecido. Muda de partido, filiando-se ao Partido Liberal – PL e concorre ao Senado, saindo novamente perdedor do pleito, fato que o motivou a decidir nunca mais concorrer a nenhum cargo eletivo e a se afastar em definitivo na política.

Enquanto João enfraquecia, seu irmão Josino ia no movimento contrário, sendo eleito vereador em Londrina em 1947, na 1ª Legislatura da Câmara de Vereadores. Nessa ocasião ficou com a suplência e foi efetivado durante o período. Na 2ª Legislatura de Londrina, iniciada em 1951, Josino cumpriu mandato

novamente, pelo PR, elegendo-se com 204¹⁰⁴ dos pouco mais de 7300 votos válidos daquele pleito. Nesse período, Josino afastou-se da vereança para dedicar-se ao cargo de confiança ofertado pelo marido de sua prima, o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, estando à frente do Departamento de Assistência Técnica aos Municípios. Em 1954 Josino elege-se Deputado Federal pelo PR, não obtendo o mesmo sucesso em 1958. Após essa derrota, Josino assume o cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social a convite do então governador Moysés Lupion. A derrota de 1958 marca o enfraquecimento do PR no Paraná e o início do ostracismo político de Josino.

No mesmo período, mais um Rocha Loures aventurava-se na política londrinense: Renato Loures Bueno, nascido em Palmas, médico, iniciou sua formação em medicina na Universidade Federal do Paraná e concluiu no Rio de Janeiro, sobrinho de João e Josino, casado com a filha do primeiro, ou seja, com a própria prima. Renato elegeu-se vereador para a 3ª Legislatura em Londrina (1955-1959), pelo PR, com 426 votos, sendo o mais votado da coligação PSD-PR. A mesma sorte não teve o primo de Renato, Ruy Loures Salinet, que obteve no mesmo pleito para vereador apenas 14 votos.

Aproveitando-se do sucesso político da família, Renato foi eleito Deputado Estadual em 1958; em 1959 disputou a Prefeitura de Londrina, pelo PR, sendo derrotado pelo udenista Milton Ribeiro Menezes, por uma pequena diferença de votos: 13.001 contra 10.708 votos. Após essa derrota, retomou seu mandato de Deputado Estadual, o qual ocupou por mais duas legislaturas: 1963-1966 (pelo PDC) e 1967-1970 (pela ARENA). Pieruccini (1996) informa que na legislatura iniciada em 1963, Renato foi o único representante londrinense na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Ao final de seu terceiro mandato como Deputado Estadual, Renato mudou-se para o Oeste do Paraná, na cidade de Cascavel, onde voltou a exercer a profissão de médico, num temporário afastamento da política, já que logo se engajou politicamente na região, o que lhe rendeu os cargos de Diretor Clínico do Centro de Pesquisas Médicas e Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social, ambos na Prefeitura Municipal de Cascavel. Em 1976 foi Ministro Substituto do Tribunal de Contas do Paraná e em 1978 elegeu-se novamente Deputado Estadual pelo PDS.

¹⁰⁴ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

Em 1983 disputou o cargo de Deputado Federal, agora pelo PMDB, obtendo sucesso uma vez mais. Em 1986, no mesmo partido, disputou novamente o cargo, ficando apenas na suplência, mas se consolidando como o membro da família Rocha Loures que obteve maior sucesso em eleições, embora tenha ficado longe de obter o mesmo prestígio que seu tio e sogro, João Alves da Rocha Loures.

A família Rocha Loures permanece até os dias atuais com alta circulação dentre as elites dominantes, aliando poder econômico ao poder político. De todos os filhos de João Alves da Rocha Loures, um deles obteve maior destaque e influência política: Rodrigo Costa da Rocha Loures, empresário do ramo de alimentos, fundador da Nutrimental, empresa que, conforme noticiado em histórico no sítio eletrônico institucional¹⁰⁵, surgiu das pesquisas de Rodrigo, então professor da área de Administração da UFPR, juntamente com professores do Departamento de Engenharia Química, os quais tentavam desenvolver produtos alimentícios desidratados para preparo instantâneo. As inovações da Nutrimental e, provavelmente, a circulação da família Rocha Loures e o poder econômico trazido pelo empreendimento, fizeram com que já na década de 1970 a empresa passasse a fornecer merenda escolar e refeições para instituições públicas, tais como hospitais.

Além da atuação no meio acadêmico e empresarial, Rodrigo destaca-se pela atuação em organizações que congregam o setor de alimentos e a área industrial, sendo a de maior destaque a presidência da Federação da Indústria do Estado do Paraná – FIEP, função a qual ocupou por dois mandatos consecutivos, eleito com o apoio e as “bençãos” do então Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, do PMDB. O sítio eletrônico mantido pelo próprio empresário¹⁰⁶ traz em sua biografia outras importantes representações institucionais: Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA), Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição (ABIN), foi um dos fundadores da Fundação Brasileira do Desenvolvimento Sustentável (FBDS), participação na World Business Academy (WBA), membro do Global Compact da ONU, da Society for Organizational Learning (SOL) e do Instituto ETHOS de Responsabilidade Social. Na gestão federal do Presidente da República Lula da Silva, integrou o Conselho de Desenvolvimento

¹⁰⁵ Histórico. Disponível em <www.nutrimental.com.br/?p=historico>. Acesso em 23 jan. 2015.

¹⁰⁶ Rodrigo Rocha Loures. Disponível em <<http://www.rodrigodarochaloures.com.br/>>. Acesso em 23 jan. 15.

Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), o Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), o Conselho Deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, em todos eles representando o setor industrial.

O poder do nome “Rocha Loures”, a influência do pai no meio empresarial e a vivência política da família levaram Rodrigo Santos da Rocha Loures, filho mais velho de Rodrigo Costa da Rocha Loures com a escultora Vera Lília Santos, a ingressar cedo na política paranaense. Conhecido como Rodriguinho, assim como o pai, formou-se em administração de empresas, tendo ocupado desde o final da década de 1990 um cargo de direção na empresa da família, a Nutrimental. Rodriguinho era engajado politicamente com o PMDB, especificamente com o grupo liderado por Roberto Requião, ex-governador do Paraná e Senador da República, por meio do qual obteve o cargo de Secretário de Estado da Chefia de Gabinete, ocupado entre os anos de 2003 e 2004, no segundo mandato de Requião como Governador do Estado do Paraná. Nas eleições de 2006, Rodriguinho conquistou seu primeiro cargo eletivo, o de Deputado Federal, pelo PMDB, obtendo 89.204 votos¹⁰⁷. Nesse mandato retribuiu o cargo ao seu correligionário Roberto Requião, contratando Maurício, seu filho, para ser seu chefe de gabinete em Brasília, Distrito Federal. Nas eleições gerais de 2010, Rodriguinho compôs chapa como vice de Osmar Dias (PDT), apoiados por Roberto Requião, concorrendo à chefia do Poder Executivo estadual do Paraná, perdendo já no primeiro turno para Beto Richa, já devidamente citado neste trabalho. Em 2014, Rodrigo disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados, ficando apenas na suplência, com 58.493 votos¹⁰⁸. Rodriguinho sempre se manteve fiel à militância no PMDB, mantendo a proximidade com a família Requião, ocupando atualmente (2015) a presidência do Diretório Estadual do PMDB-PR em chapa composta, dentre outros, pelo sobrinho de Roberto Requião, João Arruda Jr.

O trânsito da família Rocha Loures pelas elites e suas relações políticas e de poderio econômico, desde o Sul do Paraná no início do século XX, passando pelo Norte nas décadas de 1930 até 1960, expandindo-se para Oeste e para a Capital atualmente, faz com que a família garanta a colocação de parentes e correligionários em cargos estratégicos, como é o caso de Gilda Poli Rocha Loures, a qual ocupou o

¹⁰⁷ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

¹⁰⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

cargo de Secretária de Estado de Educação nos governos de José Richa, Álvaro Dias e de Roberto Requião, passando também pelo cargo de Secretária de Estado da Cultura, Diretora de Departamento da Imprensa Oficial do Paraná e Diretora da hoje Universidade Estadual do Paraná, com sede em Jacarezinho. Ricardo Costa de Oliveira, ao analisar as redes de nepotismo no Paraná em artigo publicado no de 2007 (p. 166), pondera que “[...] uma das principais receitas da Nutritional provinha da merenda pública, justamente na época em que Gilda Poli da Rocha Loures era Secretária da Educação do Estado, fato que motivou um processo no Tribunal de Contas da União”.

Em mais um casamento promissor para a rede política da família Rocha Loures, uma das netas de João Alves da Rocha Loures, filha de Ruy Costa da Rocha Loures e Ruth Dalcól, por consequência sobrinha de Rodrigo e prima de Rodriguinho Rocha Loures, a nutricionista Simone Rocha Loures Braga Cortes é esposa de Felipe Braga Cortes, vereador em Curitiba por quatro mandatos, filho do ex-Deputado Federal Fabiano Braga Cortes e sobrinho do ex-governador Ney Braga.

O poderio da família Rocha Loures rendeu também aos seus membros uma rede de cartórios espalhados pelo Norte e Oeste do Estado do Paraná, com tabelionato em Maringá, 2º Tabelionato de Notas, tendo como atual tabelião Diderot Augusto Araujo da Rocha Loures e em Santa Mariana, Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos, sob a responsabilidade de Anibal Alves da Rocha Loures Sobrinho, ambos sobrinhos-netos de João Alves da Rocha Loures (filhos de seu irmão Euclides Rocha Loures com Maria Rosa da Silva). Os dois filhos de Annibal Rocha Loures, também irmão de João, foram serventuários da justiça, assim como Francisco Alves da Rocha Loures, irmão de João, e dois de seus filhos (Paulo e Ruy) também o são.

Outro sobrinho de João Alves, filho de sua irmã Maria Alves da Rocha Loures com Cypriano Miranda Salinet, também era tabelião em Londrina, função e propriedade “herdada” por seu filho Francisco Loures Salinet Junior, do 4º Tabelionato de Notas de Londrina; outro filho do mesmo casal, Jesuíno Loures Salinet era tabelião em Jataizinho, próximo à Londrina, no Cartório de Registro Civil e Tabelionato de Notas “herdado” também por seu filho, atual tabelião, Marcelo Loures Salinet.

A relação dos Loures Salinet com os cartórios se estende até o Oeste do Estado, pois Fernando Loures Salinet, também filho de Maria Alves e Cypriano era tabelião em Foz do Iguaçu, função atualmente exercida pelo filho Fernando Loures Salinet Filho, no 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos de Foz do Iguaçu. Na versão oficial dos fatos, publicada no livro de biografias dos homenageados com nomes de ruas e praças em Londrina, versa que o primeiro cartorário da família Loures Salinet, Francisco¹⁰⁹, foi aprovado em 1942 em concurso público, o que lhe garantiu a posse na função de Tabelião Oficial do Registro Civil e Anexos do Cartório Distrital de Ibiporã, conseguindo em 1955 a sua transferência para Londrina, como titular do 4º Tabelionato de Notas, que está com a família até os dias de hoje, conforme aqui já citado.

Assim, numa das redes mais fortes de poder político e parentesco que encontramos, a qual apenas passou por Londrina, vindo do Sul e espalhou-se para outras regiões, os Rocha Loures mantêm-se até os dias atuais no poder. Sucesso esse garantido pela junção perfeita de poder econômico e boas relações sociais com figuras da mais alta elite política tradicional do Paraná, rendem, como cita o título da obra de Pieruccini, “300 anos de história” no Paraná.

3.3.5 Família Carvalho/Canizares

A família Carvalho tem como principal expoente Gilberto Carvalho, político que, embora nunca tenha tido sucesso em cargos eletivos, exerceu por mais de doze anos, entre os governos do presidente Lula e de Dilma Roussef, ambos do PT, o posto de um dos homens mais importantes de articulação política e institucional do Governo Federal.

Natural de Londrina, Gilberto e sua irmã, Márcia Lopes, fazem parte já de um rol de político londrinenses de nascimento. Filho de Antonio Carvalho e Araci Balarotte Carvalho, Gilberto Carvalho iniciou seus estudos em Londrina, mas cursou o ensino superior em Filosofia na Universidade Federal do Paraná. Sua trajetória profissional o levou até o ABC paulista, onde trabalhou na indústria metalúrgica no período em que eclodiam os movimentos sindicais no país. Gilberto também era

¹⁰⁹ A praça que leva o nome de Francisco Loures Salinet em Londrina é a que fica no “centro” do Distrito Rural de Maravilha, localidade onde outrora foi a Fazenda Maravilha, de propriedade de João Alves da Rocha Loures.

engajado com os movimentos sociais vinculados à igreja católica, como as Comunidades Eclesiais de Base e a Pastoral Operária. Foi nesse contexto que Gilberto se engajou aos movimentos sindicais e conheceu Luiz Inácio Lula da Silva, participando ativamente no início da década de 1980 da fundação do PT no Brasil. Em 1986, Gilberto tentou eleger-se Deputado Federal pelo PT, mas não obteve êxito. Dedicou-se então à articulação e organização do partido, tendo ocupado vários cargos em âmbito estadual e nacional, tais como: Presidente do Diretório estadual do PT do Paraná entre os anos de 1986 e 1989, Secretário-Geral da Executiva Nacional no início dos anos 1990.

Em 1997 iniciou sua parceria com Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em 2002, município onde Gilberto ocupou primeiramente a Secretaria Municipal de Comunicação e, quatro anos depois, a Secretaria Municipal de Governo. Durante esse período em Santo André Gilberto foi acusado pela Justiça de São Paulo de ser articulador do recebimento de propinas pagas por empresas vinculadas à Prefeitura de Santo André, dinheiro esse que teria sido direcionado à campanha presidencial de Lula, em 2002, conforme amplamente divulgado pela imprensa¹¹⁰.

O posto de “melhor amigo de Lula” rendeu-lhe, além de cargos comissionados, poder e influência no Governo Federal, já que é tido como conselheiro de Lula e homem de livre acesso pelo gabinete da Presidência da República, tanto com Lula, quanto com Dilma:

[...] o ex-seminarista é amigo do presidente Lula há mais de 30 anos. [...] A proximidade e a confiança que conquistou de Lula o levaram para um lugar especial dentro do Palácio do Planalto. De organizador de agendas, da segurança e das atividades do presidente, Carvalho avançou. Traçou seus passos pela confiança que conquistou ao longo de anos de amizade com Lula. Chegou ao título, ainda que informal, de “conselheiro” do presidente. [...] Carvalho é uma das raras pessoas com autorização para entrar no gabinete de Lula sem bater à porta. Com ele, o presidente conversa todos os dias¹¹¹.

Gilberto Carvalho ocupou o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da República entre 2003 e 2010, na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2011,

¹¹⁰ Ex-ministro Gilberto Carvalho foi acusado de arrecadar propina. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570019-ex-ministro-gilberto-carvalho-foi-acusado-de-arrecadar-propina.shtml>>. Acesso em 03 jan.2015.

¹¹¹ Amigo de Lula há 30 anos, Carvalho é confirmado na Secretaria Geral. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/amigo-de-lula-ha-30-anos-carvalho-e-confirmado-na-secretaria-geral.html>>. Acesso em 16 jan.2015.

quando assumiu a Presidência da República a também petista Dilma Roussef, Gilberto Carvalho foi elevado ao posto de Ministro-Chefe, assumindo a Secretaria Geral da Presidência da República, sendo um dos poucos “homens de confiança” de Lula a sobreviver no novo governo petista, mas apenas por um mandato. No início de 2015, Gilberto Carvalho deixou o cargo de Ministro, mas não ficou “a ver navios” como diz o dito popular, já que foi prontamente alocado na presidência do Conselho Nacional do Sesi – Serviço Social da Indústria.

A influência de Gilberto Carvalho levou sua irmã, Márcia Helena Carvalho Lopes, ao cargo de Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assistente Social por formação, Márcia tem vasta carreira acadêmica, título de mestre pela PUC-SP e é professora aposentada do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Seu histórico de militância política no PT local e sua trajetória na política de assistência social levaram Márcia a ser nomeada Secretária Municipal de Assistência Social de Londrina na gestão de Luiz Eduardo Cheida, Prefeito pelo PT entre os anos de 1993 e 1996. No ano 2000, Márcia candidatou-se ao cargo de Vereadora em Londrina, obtendo 4.308 votos¹¹², sendo a segunda mais votada do município. Antes de terminar seu mandato, em fevereiro de 2004, Márcia licenciou-se da vereança para atender ao ‘convite’ do ministro Patrus Ananias para assumir a Secretaria Nacional de Assistência Social no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Na sua gestão, Márcia deu vazão à implantação do Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional, transformando a política de assistência social em política básica, organizada de forma similar à política de saúde. Em 2008, Márcia foi alçada ao cargo de Secretária Executiva do mesmo Ministério, assessorando diretamente o ministro Patrus Ananias. Em 2010, assumiu ao cargo de Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quando Patrus desligou-se do cargo para compor chapa que concorreria ao Governo do Estado de Minas Gerais. Márcia Lopes deixou o cargo no início de 2011, quando Dilma Roussef assumiu a Presidência da República, sendo substituída por Tereza Campello.

Em 2012, Márcia foi lançada pelo PT candidata à Prefeitura de Londrina, chegando a despontar em alguns momentos da campanha como segunda colocada, atrás de Marcelo Belinati, já citado neste trabalho. O resultado das urnas não foi o

¹¹² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

esperado e Márcia ficou em terceiro lugar, com 38.484 votos¹¹³, não disputando o segundo turno. Conforme informação constante no currículo da plataforma lattes de Márcia Lopes, ela estaria desde 2011 até os dias atuais trabalhando no Instituto Lula, organização da sociedade civil, fundada e dirigida pelo ex-presidente Lula.

A família ainda possui mais um membro na política londrinense, Rubens Canizares, primo de Márcia e Gilberto por parte de mãe (família Ballarotte). Engenheiro civil e empresário do ramo da construção civil, Rubens teve sua trajetória marcada mais pela vinculação com construtoras empreiteiras de obras públicas do que com a vinculação com os primos petistas.

Rubens Canizares ocupou entre os anos de 1999 e 2000 a Presidência da AMA, na gestão de Antonio Belinati, deixando o cargo antes da cassação do Prefeito em 2000. No mesmo ano, juntamente com a prima Márcia Lopes, Rubens elegeu-se pela primeira vez Vereador em Londrina, pelo PHS, com 2.477 votos¹¹⁴, pouco mais da metade dos obtidos por Márcia. Seis meses após a posse, Rubens assumiu a Diretoria Técnica da agora extinta FUNDEPAR, autarquia responsável pela administração do sistema estadual de educação, no governo de Jaime Lerner. A biografia de Canizares disponibilizada pela Câmara de Vereadores de Londrina versa que:

Na direção da FUNDEPAR, Rubens Canizares trabalhou intensamente no desenvolvimento de projetos que garantiram infra-estrutura (sic) para as escolas estaduais de todo o Paraná com especial atenção para Londrina, onde foram construídas quatro novas escolas estaduais além da reforma de inúmeras unidades escolares no período de junho/2001 a dezembro/2002.¹¹⁵

Pode-se dizer que a diretoria técnica da FUNDEPAR, em um momento de expansão da rede escolar, com construção e reforma de unidades em todo o Estado do Paraná é uma função bastante oportuna para um empresário do ramo de construção civil. Uma fonte que solicitou sigilo, por motivo óbvio, já que o assunto é empreiteira de obra pública, informou-nos que no final da década de 1990 Rubens era tido no meio empresarial como sócio e amigo de Marcelo Paulino de Oliveira, vinculado à já extinta Construtora Porte e sobrinho do ex-Vereador de Londrina,

¹¹³ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

¹¹⁴ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

¹¹⁵ Rubens Canizares. Disponível em <<http://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/vereadoresoutraleg.xhtml>>. Acesso em 20 dez.2014.

Moysés Leônidas de Oliveira, que ocupou o cargo de Deputado Estadual entre 1999 e 2002, na base aliada ao partido do então Governador Jaime Lerner (PDT).

Após sua incursão na gestão estadual, Rubens Canizares retornou para Londrina, disputando em 2004 as eleições para Vereador pelo PHS novamente, ficando na segunda suplência, tendo assumido o cargo em 2008 após o afastamento de quatro vereadores investigados pelo Poder Judiciário. Após o final desse mandato, Canizares não disputou outros cargos eletivos e não ocupou cargos comissionados.

Embora membros da mesma família, não podemos afirmar nesse caso que há a prática de nepotismo já que os cargos ocupados por Rubens e os irmãos Carvalho não apresentam relação um com o outro, pois sempre estiveram em grupos políticos opostos em Londrina. Apesar disso, pode-se constatar que, seja na militância esquerdista ou no trânsito pelo ramo de obras públicas, a família, em especial Gilberto e Rubens, sempre esteve aliando poder político com poder econômico, ou mais precisamente, utilizando um para obter o outro, numa via de mão dupla. Já no caso de Márcia e Gilberto o nepotismo e o familismo ficam evidenciados, pois apesar de ser notória a capacidade e o histórico de Márcia Lopes, sabe-se que é preciso muito mais que conhecimento técnico e experiência para chegar ao cargo máximo de um ministério.

3.3.6 Família Correia/Corrêa

A maioria das pessoas que veem e conhecem a hoje vereadora e militante dos direitos humanos de mulheres, Elza Correia, não sabe que ela não é a única da sua família a ter ocupado cargos públicos em Londrina.

Seu pai, Manoel Jacinto Corrêa¹¹⁶, foi o primeiro político de esquerda, comunista, a ocupar um cargo público em Londrina; eleito vereador em 1947, com 127 votos¹¹⁷, foi o penúltimo colocado dentre os eleitos. Elegeu-se pelo PTB porque seu partido de origem, o PCB, estava proibido e funcionava na clandestinidade na época.

¹¹⁶ Há uma diferenciação de grafia entre o sobrenome de Elza e do pai, sendo a primeira Correia e o segundo Corrêa.

¹¹⁷ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Imigrante nordestino, Manoel Jacinto veio para o Norte do Paraná vindo de Paraíba do Norte, no interior do Estado do Ceará. Ipólito (2014, não paginado), afirma que ele teria vindo para o Paraná “da mesma forma que inúmeros migrantes, muitos dos quais também nordestinos, [...] atraído pela propaganda de terras férteis da região”. Não conseguiu adquirir as terras que sonhava e acabou estabelecendo moradia na área urbana de Londrina, trabalhando como pedreiro, conforme afirma a mesma autora. Em contato com militantes locais comunistas, em especial o médico Newton Câmara, Manoel Jacinto foi uma das lideranças na criação e organização do PCB em Londrina. Naquele período, existiam apenas dois comitês do Partido Comunista no Paraná, um em Curitiba (vinculado ao PCB de Santa Catarina) e outro em Londrina (vinculado ao PCB de São Paulo). O de Londrina guardava uma característica específica, pois nasceu vinculado à atuação política junto aos trabalhadores rurais, face à característica da classe trabalhadora assalariada local (mais da metade da população londrinense vivia na área rural da cidade, trabalhando nas plantações de café principalmente)¹¹⁸. Enquanto o PCB ascendia com a classe trabalhadora urbana, o diretório londrinense do partido tinha como base os trabalhadores rurais, imigrantes (estrangeiros) e nordestinos.

Manoel envolveu-se com o movimento comunista porque era inquieto, insatisfeito com a organização da igreja da qual fez parte, com a exploração dos trabalhadores e com as injustiças que viu desde a sua saída do nordeste, na sua passagem por Minas Gerais onde trabalhou na lavoura e em Londrina, onde se colocou na construção civil, inserindo-se nos movimentos de trabalhadores. A própria filha, Elza Correa, em entrevista concedida à Tereza Urban, destacou que seu pai se envolvia com mobilizações, pronunciamentos, discursos e quaisquer atividades de cunho reivindicatório com muita facilidade: “meu pai era linha de cabeça, entrou na passeata e quando percebeu estava carregando uma bandeira (...), fez um pronunciamento (...) e saiu de lá filiado ao Partido Comunista do Brasil”. (Ipólito, 2014, sem página). Bem posicionado no partido, Manoel deixou as suas atividades laborais para dedicar-se apenas à política, sendo mantido financeiramente pelo partido, prática comum dentro do movimento comunista na época. Esse período, conforme relato de Elza na mesma entrevista, foi um dos piores passados pela família diante de uma série de privações que viveram.

¹¹⁸ Na década de 1950 Londrina contava com cerca de 70000 habitantes, dos quais 39000 moravam e trabalhavam na zona rural, conforme estudo de ADUM (2003).

Manoel Jacinto Correa foi uma das lideranças e peça-chave na chamada “Batalha de Porecatu”, conhecida também como “Guerrilha de Porecatu” ou “Revolta do Quebra Milho”. A Batalha de Porecatu, em resumo, deu-se quando o governo Varguista começou a incentivar a ocupação organizada de regiões que ainda careciam de desenvolvimento, inspirada na “Marcha para o Oeste” promovida nos EUA. O governo paranaense, sob a égide do Interventor Manoel Ribas e depois do Governador Moysés Lupion, iniciou um processo de concessão de terras devolutas para plantio e moradia habitual de famílias, “o interessado ocupava uma área, entrava com um requerimento à Comissão Mista de Terras, com o compromisso de derrubar a mata, produzir e recolher os impostos durante seis anos para então obter o título definitivo da propriedade”. (FERNANDES, 2012, p. 42).

Ipólito (2014, não paginado), explica o conflito iniciado a partir daí:

[...] iniciou-se um processo desordenado de ocupação, fato que proporcionou o surgimento de diversos conflitos, entre os quais os mais comuns eram os impasses entre posseiros e grileiros: os primeiros, que ocupavam os lotes apoiados pelas demandas legais previstas pela Comissão Mista de Terras e os últimos, os quais utilizando métodos diferenciados, como o uso da violência ou a falsificação de documentos, estavam a serviço de grandes fazendeiros interessados na expansão de suas propriedades na busca de novas terras para o cultivo do café, produto que se sobrevalorizou no mercado internacional após o encerramento da Segunda Guerra.

Nesse contexto, eclodiu na região onde hoje temos a cidade de Porecatu, região chamada de Paraná Setentrional, a Batalha de Porecatu, motivada pela disputa de terra entre aqueles que lá já estavam e os fazendeiros e representantes das classes dominantes do Paraná e São Paulo, interessados na posse daquelas terras. Essa batalha está bem retratada no romance que mescla a história real e ficção, chamado “Terra Roxa de Sangue: Guerra de Porecatu”, do autor Joaquim Carvalho da Silva.

Feita a devida contextualização, voltemos à história de Manoel Jacinto. O diretório local do PCB decide entrar na “guerrilha”, apoiando aqueles que lutavam para permanecer na terra, munindo-os com armas, comidas e remédios, além de orientação teórica, técnica e estratégica, incentivando a luta armada pela permanência na terra, parte do ideário comunista do partido. O ideário de Manoel e seus companheiros do PCB local era “manter os posseiros nas suas posses. Impedir que eles fossem despejados. Impedir que o poder e as autoridades do estado

constituído voltassem a Porecatu. Manter aquilo defendido pelos guerrilheiros”, dizia Jacob Gorender, um dos então comunistas remanescentes daquela época, em entrevista concedida em 1985. (IPÓLITO, 2014, não paginado).

Foi neste cenário que em 1947, conforme já citamos aqui, Manoel Jacinto Correa elegeu-se vereador na 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Londrina. No período em que esteve na vereança, Manoel visitava com frequência a região do conflito pelas terras em Porecatu, levando sempre o seu apoio ao povo que tentava permanecer na terra. Interessados pela conquista do poder local e imbuídos do ideário de organização de um movimento comunista rural no Norte do Paraná, o PCB paulista encaminhou reforços para a região, com o argumento de que não havia nenhum comunista especializado na questão agrária na localidade. Nesse processo, chegou à Londrina Celso Cabral de Mello, conhecido como Capitão Carlos, o qual segundo Leocádio (não datado), foi muito mal visto pelos comunistas locais, como Manoel Jacinto. Tal desconfiança quanto à figura do Capitão Carlos tinha total procedência, já que em 1951, ao ser preso pela polícia, delatou todos os seus companheiros de partido envolvidos no movimento e denunciou todo o esquema de funcionamento da guerrilha.

Em 1951, no ano em que terminaria o seu mandato como Vereador, Manoel Jacinto, juntamente com seus companheiros de partido que apoiavam a revolta em Porecatu foram presos. Sem o apoio dos comunistas, os posseiros fugiram e nunca mais se soube o paradeiro daquelas famílias, conforme afirmam Leocádio (não datado) e Silva (2006).

A partir de então, a prisão passou a fazer parte da rotina do Velho Mané, como foi conhecido no movimento; sua biografia registra dezessete prisões, torturas e ao menos cinco processos judiciais. A sua biografia oficial, disponível no arquivo que leva seu nome, pertencente à agora extinta Secretaria de Estado do Trabalho e Economia Solidária¹¹⁹, do Estado do Paraná, revela que em sua militância fundou a União dos Trabalhadores de Londrina e as primeiras associações profissionais, além da participação na fundação de sindicatos rurais.

Sobre a sua participação na fundação de sindicatos de trabalhadores rurais, podemos constatar na obra de Silva (2006), que em 1956 Jacinto participou

¹¹⁹ Arquivo Jacinto Manoel Correa. Disponível em <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=694&sid=100&tpl=printerview>>. Acesso em 12 jul. 2013.

ativamente da criação do Sindicato dos Colonos e dos Trabalhadores Agrícolas de Londrina, do qual foi Presidente do Conselho Fiscal. A luta pelo direito dos trabalhadores e pela não exploração daqueles que trabalhavam no campo foi o legado de vida de Manoel, que não mais pleiteou cargos eletivos, tendo morrido em 1983 de um problema no pulmão adquirido durante as suas passagens pela prisão. A vida honrada de luta pelos trabalhadores rurais e de visionário comunista é relatada por sua filha, Elza, em preleção proferida na inauguração do arquivo que leva o nome de Manoel: “Meu pai mostrou que é possível lutar por uma vida mais justa e melhor para todos. Foi um herói paranaense [...]”.¹²⁰ Manoel teve onze filhos e foi casado com a costureira Ana Pereira, conhecida como Anita, a qual embora não tenha se envolvido diretamente com o partido comunista, foi ativista em movimentos sociais de defesa do direito da mulher, tendo fundado a Associação Feminina de Londrina.

O destaque como liderança feminina e na defesa dos direitos humanos de mulheres da mãe foi herdado pela filha mais conhecida do casal, Elza Pereira Correia. Nascida em Londrina em 1947, Elza formou-se em história, área na qual seguiu carreira na docência de ensino superior na Universidade Estadual de Londrina. Iniciou sua carreira política no PMDB, migrando para PCB quando da sua legalização, passando pelo PCdoB, PPS e retornado ao PMDB, partido no qual está atualmente. Sua militância pelo direito das mulheres lhe rendeu o cargo de Coordenadora Especial da Mulher do Município de Londrina, na gestão do prefeito Luiz Eduardo Cheida, então vinculado ao PT, entre os anos de 1993 e 1996. Sua primeira incursão em processo eleitoral foi em 1988, pelo PCB, disputando a vereança, não eleita, mas com uma votação expressiva para um membro de PCB: 1226 votos. Em 1992, quando novamente pleiteou uma vaga ao cargo de vereadora, agora pelo PPS, obteve votação inferior à do pleito anterior: 1006 votos, não sendo eleita.

Após a sua notoriedade na atuação da coordenação da política municipal da mulher, equivalente a um cargo de Secretário Municipal, Elza disputou novamente as eleições de 1996, quando se elegeu Vereadora, pelo PCdoB, com 3.119 votos, a terceira mais votada daquele pleito. Naquele mandato tornou-se

¹²⁰ Palestra conta a vida de Manoel Jacinto Correa. Disponível em <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=56024>>. Acesso em 20 ago. 2013.

figura ainda mais notória em Londrina e no Paraná, pois foi uma das primeiras denunciadoras de corrupções ocorridas no conhecido caso “AMA/COMURB”, já citado neste trabalho, o qual culminou na cassação do então prefeito Antonio Belinati.

No ano 2000, Elza teve a votação mais expressiva da Câmara de Vereadores, depois daquelas obtidas pelos membros da família Belinati, em eleições anteriores e posteriores. Candidata à reeleição pelo PMDB, Elza obteve 8.882 votos¹²¹. Renunciou ao cargo em 2003 para assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sendo eleita em 2002 pelo PMDB, com 38.309 votos.¹²² Conforme aponta sua biografia disponível na ALEP, nessa casa Elza teria ocupado a vice-presidência da Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, integrou as Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura e Esportes, Segurança Pública e foi relatora da CPI do Banestado. Em 2006, Elza tentou a reeleição, mas não obteve êxito, ficando na suplência do PMDB, com 21.971 votos, sendo quase 17.000 deles obtidos em Londrina¹²³.

Desde o seu retorno ao PMDB, no final dos anos 1990, Elza foi uma grande (e uma das poucas) articuladora do partido em Londrina. Vale ressaltar que, atualmente, o partido não goza de força política na cidade, sendo os últimos prefeitos eleitos pela sigla aqueles vinculados ao antigo MDB, no período de oposição ao regime militar. Diferentemente de seu pai, o qual se manteve fiel aos seus ideários comunistas e contrários às classes dominantes, Elza, dentro do PMDB, aliou-se a uma das famílias mais fortes do partido e quiçá, do Estado do Paraná, os Requião. Articuladora política em Londrina, quando ficou sem cargo eletivo (ao não obter sucesso no pleito para Deputada Estadual em 2006), Elza foi nomeada pelo Governador Roberto Requião no cargo de Coordenadora da Região Metropolitana de Londrina, cargo com *status* de Secretário de Estado, responsável pela promoção do desenvolvimento de Londrina e sua Região Metropolitana, por meio da articulação política e institucional entre Governo do Estado e Municípios. Elza deixou o cargo em 2011, quando da mudança da gestão estadual de Roberto Requião para Beto Richa.

Em 2012, Elza conseguiu o seu terceiro mandato de Vereadora, ainda no PMDB, com 3.545 votos. Conforme amplamente noticiado pela imprensa, em 2013

¹²¹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

¹²² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

¹²³ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Elza foi escolhida líder do prefeito na Câmara de Vereadores. O atual prefeito, Alexandre Lopes Kireff, do PSD, justificou sua escolha:

Todo mundo conhece a maneira como ela sempre se portou e conduziu a carreira pública. A nossa proposta de governo é de muita transparência, muito trabalho em favor da população. E a Elza tem esse perfil¹²⁴.

No início do ano de 2014 Elza é escolhida vice-líder do prefeito, passando a liderança para o vereador Professor Fabinho, do PPS. Além dos cargos eletivos, Elza também teve intensa atuação nos conselhos de direitos da mulher, tendo sido conselheira municipal (em Londrina), conselheira estadual (Paraná) e conselheira nacional da mulher.

Ao analisarmos a trajetória do pai, Manoel, o qual nunca cedeu à pressão das elites dominantes locais, podemos entender uma das razões pela qual não obteve êxito na política, não evoluindo nos cargos eletivos ocupados, ficando restrito a apenas um mandato de vereador. Já a filha, Elza Correia, apesar da militância esquerdista do início da carreira, deslocou-se no campo, aliando-se às elites dominantes estaduais. Prova disso é o fato de sua primeira vitória ter sido pelo PCdoB e, atualmente, ter sido escolhida pelo atual prefeito de Londrina como líder do governo. Vale lembrar que além de ser do PSD, Kireff é um representante nato e clássico da classe dominante local, representante do *agrobusiness* paranaense, tendo iniciado sua carreira política na Sociedade Rural do Paraná, da qual foi presidente nos anos de 2006 a 2008. Esse trânsito entre a elite política estadual e municipal certamente foram fundamentais para garantir a sua permanência no cenário político local por quase vinte anos.

3.3.7 Família Janene/Jannani/Jenani

A família Janene, dentre os seus mais de vinte anos de história política em Londrina, sempre esteve em evidência na mídia, infelizmente ligada a fatos não tão lícitos, sendo citado o seu envolvimento em casos de corrupção envolvendo o antigo banco público do Paraná, o BANESTADO, o caso AMA/COMURB já relatado neste trabalho, o mensalão e agora, na mais recente operação da Polícia Federal,

¹²⁴ Elza Correia é anunciada líder do governo na Câmara de Londrina. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/elza-correia-e-anunciada-como-lider-do-governo-na-camara-de-londrina-di04n1m5901mi5uj47nag3m8f>>. Acesso em 25 fev. 2014.

conhecida como Lava-Jato¹²⁵. Importante logo nesse início frisar que a família possui três grafias do sobrenome: Janene, Jannani e Jenani, mas se trata exatamente da mesma família, tendo inclusive irmãos com sobrenomes grafados diferente em razão na naturalidade de cada um (parte nasceu no Líbano e outra no Brasil).

Os primeiros Janene chegaram em Londrina na década de 1960, movidos pelo agronegócio, que trouxe também tantas outras famílias que aqui citamos. Abdelkarim Janene e o filho Jamil Janene, pecuaristas criadores de gado nelore, vieram do interior de São Paulo para o Norte do Paraná. Abdelkarim Janene, que também era cafeicultor, foi um dos colonizadores do Município de Colorado, localizado há 150 quilômetros de Londrina, onde comprou terras para a cultura do café na década de 1950.

Esse primeiro Jamil (mais tarde teremos outro familiar de nome homônimo), destacou-se como referência no empreendedorismo no agronegócio, tendo sido presidente da Sociedade Rural do Paraná por dois mandatos consecutivos (1980-1982 e 1983-1984), período no qual reforçou a importância e a força da pecuária junto com a agricultura, pois assumiu a SRP num período difícil, após a “geada negra” de 1975 que destruiu a cultura do café na região. Esse importante papel de (re)fortalecimento da SRP feito por Jamil Janene está contado na obra de Barbosa (2000), na qual a historiadora faz um resgate da atuação de todos os gestores da SRP até o início dos anos 2000.

Apesar de integrar a classe economicamente dominante local, os Janene entram efetivamente para a política “pelos mãos” da família Belinati, como veremos a seguir, em mais uma clássica conjugação de poder político e poder econômico, transformando-se em um só.

O membro mais famoso da família, José Mohamed Janene, nasceu em Santo Inácio, cidade próxima à Londrina, também no Norte do Paraná, no ano de 1955. Era filho dos imigrantes libaneses Mohamed Assad Janene e Memune Janene, os quais tiveram mais quatro filhos (um falecido), todos eles envolvidos nas teias política e econômica de José Janene.

¹²⁵ Como Londrina virou o tubo de ensaio que inventou o petrolão. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/como-londrina-vice-o-tubo-de-ensaio-que-inventou-o-petrolao-dw4t01v0kn0gk7u3049vz52kb?ref=capa-gg>>. Acesso em 28 fev. 2014.

José trabalhava com o irmão, Faiçal Jannani, que era proprietário de uma empresa de iluminação, a Grupo de Iluminação F. Jannani, a qual desde o final da década de 1980 já vendia seus serviços para várias prefeituras e órgãos públicos da região de Londrina. Após deixar de ser o interlocutor do irmão nos negócios, José Janene cria a sua própria empresa de iluminação, a Eletrojan. Em recente série de reportagens publicadas pelo jornal Gazeta do Povo sobre a participação de londrinenses nos crimes investigados pela operação Lava Jato, foi tornada pública a relação longa e direta de Janene e Belinati¹²⁶. Porém, se analisarmos a história, a reportagem que tem como título “Aproximação com Belinati garantiu a primeira eleição de Janene”, publicada em 01 de março de 2015, deveria ter seu título invertido, já que antes do fato relatado nessa notícia, foi a aproximação de Belinati com Janene que garantiu a eleição de Belinati para o seu segundo mandato de Prefeito em Londrina. O resto foi apenas retribuição e trocas de favores entre as duas famílias.

Filiado ao PMDB desde 1981, José Janene migrou para o PDT em 1987, mesmo partido em que Belinati estava no período. Foi em 1988 que a aliança Janene – Belinati teve seu início, segundo o blog de comentários de política “Molina... Soltando o Verbo”¹²⁷. Afirma o *blogueiro* Carlos Molina, que a campanha de Belinati para Prefeito em 1988 estava descapitalizada e o também ex-Prefeito Wilson Moreira, do PSDB, estava na frente. Angariando financiadores de campanha, Belinati fecha aliança com Janene, a qual foi recompensada após a vitória de Belinati, com a indicação de cargos do primeiro e segundo escalão no município. Diz o *blogueiro* sobre a atuação de José Janene nessas eleições:

Ganha a prefeitura e com isso o direito de ratear a administração com seus indicados. [...] A partir daqui é o negociador das tarifas de transporte coletivo com a empresa dos Irmãos Lopes, pois seu indicado é o secretário de Serviços Públicos. [...] Monta dentro da prefeitura de Londrina um esquadrão de apadrinhados, dominando secretarias e órgãos municipais além de contratos de iluminação pública, negócios com concessionárias e até aluguel de arquibancadas de Carnaval e 7 de Setembro.¹²⁸

¹²⁶ Aproximação com Belinati garantiu primeira eleição de Janene. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/aproximacao-com-belinati-garantiu-primeira-eleicao-de-janene-752brca3dvhigxz0jsrdj1ikb>>. Acesso em 01 mar. 2013.

¹²⁷ O homem que mandava em Londrina. Disponível em <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2010/09/faleceu-jose-janene-o-homem-que-mandava.html>>. Acesso em 10 dez. 2012.

¹²⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

O Secretário de Serviços Públicos nomeado por Belinati, em 1989, através do Decreto nº 01/1989, é Eduardo Alonso, apadrinhado de Janene, um dos protagonistas, anos mais tarde, do caso AMA/COMURB, já relatado aqui.

Na mesma série de reportagens da Gazeta do Povo citada anteriormente, está relatado que o sonho de Janene era suceder Belinati como Prefeito de Londrina. Em 1990, testou sua popularidade candidatando-se à Deputado Federal pelo PDT, ocasião em que mesmo com o apoio de Belinati, não obteve êxito, pois ficou apenas na suplência e não foi efetivado nenhuma vez naquela legislatura.

Diante dessa realidade, em 1992 desfilou-se do PDT e migrou para o PP, chegando a presidir o partido no Paraná e a ocupar cargos no diretório nacional. A força do seu poderio econômico lhe rendeu, em 1992, a indicação do seu irmão, Assad Jannani (PDT), para Vice-Prefeito na chapa vitoriosa de Luiz Eduardo Cheida (PT), derrotando a chapa de Wilson Moreira, do PSDB. Na gestão de Cheida, além de Vice-Prefeito, Assad operou como Presidente da SERCOMTEL. Na gestão de Assad Jannani a empresa fechou um contrato milionário com o Banco Fator, empresa envolvida em escândalos no Município de São Paulo na gestão de Celso Pitta, também do PP.

Em 1994, José Janene consegue o tão almejado cargo de Deputado Federal, com 44.838 votos¹²⁹, com pouco apoio de Londrina, angariou a maior parte de seus votos em pequenos municípios do Norte do Paraná. Há quem diga que, nessa mesma eleição, a mão poderosa de Janene tenha pesado sobre a decisão de Jaime Lerner em convidar Emília Belinati para ser candidata a Vice-Governadora em sua chapa, pois além da simpatia do povo norte paranaense, a chapa teria também importante apoio financeiro articulado por José Janene.

Durante seu mandato como Deputado Federal, José Janene, conforme indica sua biografia no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados¹³⁰, integrou a comissão de Minas e Energia. No período em que esteve em Brasília, Janene teve como seu assessor de imprensa o jornalista e radialista Homero Barbosa Neto, o qual foi prefeito de Londrina no final da década de 2000, também cassado por envolvimento em corrupção e atos ilícitos envolvendo recurso público municipal.

¹²⁹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

¹³⁰ Biografia.

Disponível

em:

<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=97792&tipo=0>

Acesso em 03 mar. 2015.

Essas relações de Janene acabam dando vazão a afirmações como a do *blogueiro* Carlos Molina: “Nada acontece em Londrina sem que as mãos sujas de José Janene não se meta (sic) nas inúmeras enrascadas¹³¹”.

Em 1996, Janene foi alvo de denúncias e processo criminal respondido em Foz do Iguaçu, num caso de corrupção envolvendo a Companhia de Desenvolvimento de Foz do Iguaçu, autarquia municipal, e a Eletrojan¹³², empresa de iluminação de propriedade de José, a qual foi acusada de superfaturar a venda de postes. Dada a situação, o deputado pediu falência da Eletrojan, fechou a empresa e passou a operar no mesmo ramo com a empresa Mercoluz, também empreiteira de serviços públicos. Nesse mesmo ano Janene volta a operar sua política em Londrina, apoiando Antonio Belinati para o cargo de Prefeito, campanha na qual saíram vitoriosos. Sobre a atuação de José Janene nessa campanha há um relato interessante publicado no jornal *online* Impacto Paraná, reproduzida no blog “Molina... Solta o Verbo”¹³³:

[...] Faz desistir da campanha a prefeito o então vereador Alex Canziani, pelo PTB, indicando ele para ser o vice-prefeito de Antonio Belinati. José Janene utiliza recursos para custear as despesas já feitas pelo pré-candidato a prefeito e garante Alex na chapa PDT e PTB. Faz uma associação com o candidato do PT a prefeito de Londrina [...], deputado Paulo Bernardo, que começa a atacar o candidato que incomodava aos planos dele: Luiz Carlos Haully, pelo PSDB. Paulo Bernardo utiliza todo o tempo de televisão e rádio para atacar Haully e com isso deixar o caminho livre para Antonio Belinati. No segundo turno entre Belinati e Haully, José Janene consegue viabilizar recursos de Jaime Lerner como governador e mantém uma equipe coordenada pelo próprio chefe de gabinete Gerson Guellmann e o jornalista Fábio Campana. [...] Garante que o PT de Londrina, comandado por Paulo Bernardo, André Vargas e Nedson Micheletti, dê o apoio para a campanha vitoriosa de Antonio Belinati no segundo turno. Garante a eles a manutenção de cargos para petistas no governo de Belinati – como secretaria de Finanças, secretarias especiais, secretaria da mulher além de muitos cargos terceirizados na tal Frente de Trabalho.

O apoio à Belinati foi cobrado a preço caro por José Janene, já que nessa gestão do Poder Executivo municipal, Assad Jannani foi nomeado por Belinati,

¹³¹ O homem que mandava em Londrina. Disponível em <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2010/09/faleceu-jose-janene-o-homem-que-mandava.html>>. Acesso em 10 dez. 2014.

¹³² Ministério Público do Paraná pede ação contra Janene. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160811.htm>. Acesso em 20 dez. 2015.

¹³³ O homem que mandava em Londrina. Disponível em <<http://molinacuritiba.blogspot.com.br/2010/09/faleceu-jose-janene-o-homem-que-mandava.html>>. Acesso em 10 dez. de 2014.

através do Decreto nº 36/1997, para o cargo de Secretário Municipal de Serviços Públicos, secretaria responsável pelas articulações, contratações e concessões de transporte público, coleta de resíduos sólidos, dentre outros. Não por coincidência, no mesmo período, o irmão de José, Faiçal Jannani administrava as empresas Visatec (limpeza pública), Visacon (construtora de obras) e Visamáquinas (aluguel de máquinas e equipamentos), todas prestadoras de serviços da PML. No início de 1999, Assad mudou de pasta, assumindo a presidência da COHAB/LD, permanecendo no cargo por apenas cinco meses, saindo quando Belinati foi afastado devido às denúncias do caso AMA/COMURB. Apesar do pouco tempo no cargo, a atuação de Assad na COHAB/LD lhe rendeu uma condenação judicial em 2014 pelo envolvimento em um caso de irregularidades numa dispensa de licitação envolvendo uma empresa de Foz do Iguaçu¹³⁴.

Com a máquina da Prefeitura de Londrina sob seu controle e o apoio de uma série de Prefeitos de pequenos municípios do Norte do Paraná, em 1998 Janene reelege-se Deputado Federal, pelo PPB¹³⁵, com 105.230 votos, sendo o segundo mais votado do Estado do Paraná, ficando atrás apenas de Rafael Greca, ex-prefeito de Curitiba¹³⁶. Curioso observar como apesar de Janene ter atuado nos bastidores da política londrinense por tanto tempo, a cidade não era um reduto eleitoral seu, já que dos votos obtidos, apenas 20.000 eleitores eram de Londrina, perfazendo menos de 20% dos seus votos. Ao verificarmos as suas votações, vê-se que as cidades menores da região Norte do Paraná foram responsáveis pela sua eleição, como Cambé, Ibiporã, Jardim Alegre, Cambará, além de Cornélio Procópio, na qual Janene obteve os votos de cerca de 40% dos eleitores locais¹³⁷.

Conforme já relatamos aqui, entre 1999 e 2000, eclode o caso AMA/COMURB em Londrina, no qual Belinati e seus parceiros políticos estão envolvidos, dentre eles José Janene, o doleiro Alberto Youssef e vários outros que já nominamos. Diante da inviabilização (momentânea) de Belinati na política local, Janene passa a caminhar por outras sendas, apoiando nas eleições do ano 2000 o candidato Homero Barbosa Neto, do PDT, o qual como já falamos, foi assessor de

¹³⁴ TJ condena ex-diretores da COHAB de Londrina. Disponível em <<http://destaknews.com.br/?p=14261>>. Acesso em 7 jun. 2014.

¹³⁵ Neste período o PP – Partido Progressista havia se fundido ao PPR – Partido Progressistas Reformador, tornando-se PPB – Partido Progressista Brasileiro em 1995, sigla que foi usada até o ano de 2003, quando o partido voltou a ser PP.

¹³⁶ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

¹³⁷ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

José Janene nos anos de 1990. Na chapa, como parte do acordo, figurou novamente como Vice-Prefeito Assad Jannani. Em disputa contra Nedson Micheletti, companheiro de Janene nas eleições de 1996, a chapa de Barbosa Neto e Jannani foi derrotada. Diz-se na cidade que toda esta manobra de Janene com Barbosa Neto tinha como objetivo primeiro evitar que Luiz Carlos Haully, do PSDB, inimigo histórico de Janene, ficasse de fora do segundo turno daquelas eleições, objetivo que foi alcançado, para o que contaram com a ajuda de Cheida, agora candidato a prefeito pelo PMDB, que usava o seu horário eleitoral para distribuir ofensas contra Haully.

Nesse mesmo pleito municipal, mais um membro da família Janene obtém sucesso em um cargo eletivo: Jamil Janene, sobrinho de José, filho de Mohamed Cassin; elegeu-se pelo PDT já no primeiro pleito disputado, com 2.244 votos¹³⁸.

Em 2002, pelo PPB, José Janene busca o seu terceiro mandato, elegendo-se Deputado Federal com 119.501 votos, dos quais apenas 8.671 vieram de eleitores de Londrina, nem 10% do total de votos obtidos, sendo o seu “curral” eleitoral novamente as pequenas cidades do Norte do Paraná, em especial aquelas do chamado Vale do Ivaí (Ivaiporã, Manoel Ribas, Jardim Alegre, etc.). Tal sucesso nesses pequenos municípios advinha do fato de seus prefeitos trabalharem em prol de Janene nas campanhas, angariando votos. Na maioria delas, a família Janene vendia algo ou prestava algum serviço ao poder público. Nessa eleição chama-nos a atenção o fato de José Janene ter obtido quase 3.000 votos no município da Lapa, cidade da Região Metropolitana de Curitiba, tão distante de Londrina e do Norte do Paraná. As ligações de Janene com a Lapa já remontam a meados dos anos de 1990, quando teria indicado um “apaniguado da Lapa para a CONAB”, vinculada ao Poder Executivo federal, conforme noticia o *blogueiro* Carlos Molina. Nesse seu terceiro mandato de Deputado Federal, Janene foi líder do PP na Câmara, conforme noticia o sítio eletrônico daquela casa. Na mesma eleição de 2002, tendo Assad Jannani como coordenador de campanha, Janene elege mais um de seus “pupilos”, Barbosa Neto, na função de Deputado Estadual. Como parte do acordo, Assad Jannani foi assessor de gabinete de Barbosa Neto na ALEP.

Com tentáculos na Câmara Federal, na ALEP, na Câmara de Vereadores de Londrina e com seu companheiro do PT, Paulo Bernardo, na Secretaria Municipal de Finanças de Londrina, Janene reforça a sua influência política. Na gestão de Nedson

¹³⁸ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Micheleti, a exemplo, uma empresa chamada Fóssil venceu o processo licitatório para a coleta de resíduos sólidos (lixo). Anos mais tarde foi amplamente divulgado pela imprensa que essa empresa pertencia a um ex-assessor de Janene e tinha como sócio oculto o próprio¹³⁹.

As eleições de 2002 foram as últimas em que Janene obteve êxito, já que a partir de então envolveu-se numa série de denúncias, amplamente divulgadas na imprensa, apontado como um dos principais operadores do chamado “mensalão”. Em meio a toda a tormenta, nas eleições de 2004, Janene teria apoiado nos bastidores os três principais candidatos a prefeito de Londrina: Nedson, do PT, que pleiteava a reeleição; Belinati, pelo PSL, seu “eterno” sócio nos negócios políticos; e seu “pupilo” Homero Barbosa Neto, pelo PDT. O objetivo possivelmente fosse garantir a continuidade de seus contratos ocultos com a Prefeitura de Londrina e não permitir, mais uma vez, a vitória de Haully, do PSDB. Saiu vitorioso Nedson Micheleti, do PT. Outro vitorioso do pleito de 2004 foi novamente seu sobrinho Jamil Janene, que conseguiu continuar no mandato como vereador, pelo PDT, com 2.649 votos¹⁴⁰.

Em 2006, quando já estava sendo processado pelos inúmeros casos de corrupção envolvendo o PT e o PP, Janene pede aposentadoria do cargo de Deputado Federal alegando invalidez em razão de doença cardiovascular que tinha, com a qual sofria desde muito novo. A aposentadoria visava à proteção dos seus direitos políticos com uma possível cassação de mandato.

Mesmo “inválido”, ocupou cargos no diretório nacional do PP, chegando a ser tesoureiro nacional do partido. Como num efeito dominó, o desgaste de José Janene, envolvido ativamente nos casos de corrupção, afetou outros familiares, visto que seu sobrinho Jamil Janene tentou o cargo de Deputado Estadual no pleito de 2006, pelo PDT, obtendo os parcos 5.574 votos, 3.057 deles obtidos em Londrina.¹⁴¹ Vale ressaltar que nessa campanha, José Janene apoiou publicamente Antonio Belinati para Deputado Estadual, não figurando como apoiador público do sobrinho Jamil. O mesmo feito repetiu-se nas eleições municipais de 2008, quando Jamil Janene ficou apenas na suplência do PMDB para a vereança, com 2027 votos¹⁴². Nessas mesmas eleições de 2008 Janene apoia para a prefeitura Antonio Belinati,

¹³⁹ Testemunha explosiva. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/detalhePrint.htm?idReportagem=11213&txPrint=completo>. Acesso em 25 ago. 2013.

¹⁴⁰ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

¹⁴¹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

¹⁴² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

pelo PP, sem sucesso, já que o candidato ganha mas não pode assumir, em fatídica passagem da história política de Londrina, a qual já narramos anteriormente.

Desde que seu nome começou a ser ventilado nos esquemas de corrupção, em especial o “mensalão”, José Janene passou a ter piorada a sua situação de saúde, falecendo em 2010 vitimado por um acidente vascular cerebral, seguido de parada cardíaca. O jornal Gazeta do Povo, ao noticiar a morte de Janene afirma que:

Um dos pivôs do escândalo do mensalão, que estourou em 2005, Janene é réu no processo que apura o caso. Ele é suspeito de ter recebido R\$ 4,1 milhões do esquema. Na ação, que corre no Supremo Tribunal Federal, Janene é acusado de formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O ex-parlamentar sempre negou as acusações.¹⁴³

Mesmo depois de morto, o nome de Janene continuou a ser citado nos esquemas de corrupção, estando nos dias atuais envolvido diretamente nas acusações de corrupção na Petrobrás, o chamado “petrolão”, foco de investigação da operação “Lava-Jato”. Conforme delação do ex-diretor da Petrobrás, Paulo Roberto Costa, Janene o teria indicado para o cargo no ano de 2004, sendo ele (Janene) o responsável por arrecadar os valores de propina provenientes de contratos da estatal e distribuir entre os demais partícipes, dentre eles outro londrinense, o ex-Deputado Federal André Vargas, do PT. Após a sua morte, foi sucedido na função pelo doleiro Alberto Youssef, também delator do esquema do “petrolão”¹⁴⁴.

No ano de 2014 o Ministério Público Federal representou na 13ª Vara Federal Criminal contra Meheidin Hussein Jenani, primo de José Janene, Daniele Kemmer Janene, filha de José, e Assad Jannani, também irmão de José, denunciando-os por lavagem de dinheiro obtido por José Janene através do “mensalão”. Sua primeira esposa, Stael Fernanda Rodrigues de Lima, também foi investigada pela Delegacia da Receita Federal de Londrina por enriquecimento ilícito (JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO, 2014).

¹⁴³ Morre José Janene. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/morre-jose-janene-um-dos-pivos-do-escandalo-do-mensalao-28na966ogptaau9exh3bqo1fy>>. Acesso em 25 jul. 2014.

¹⁴⁴ Londrinenses se encontram na Lava Jato. Disponível em <<http://www.impactopr.com.br/londrinenses-se-reencontram-na-lava-jato/>>. Acesso em 02 mar. 2015.

Meheiden, Danielle e um dos filhos de Assad Jannani também foram investigados num suposto sumiço de máquinas pertencentes ao espólio de José Janene, as quais haviam sido compradas através de *leasing* do Banco do Brasil e deveriam ser retomadas pelo banco, que ao tentar fazê-lo, constatou o desaparecimento destas das dependências da empresa Dunel, administrada pela filha de José, Danielle Janene¹⁴⁵. Assad, conforme noticiado pela Revista Isto É, também foi investigado por outro crime no mensalão, envolvendo o aluguel de carros para os Correios, pela empresa JN Rent a Car, da qual era sócio oculto¹⁴⁶.

Além de todos os casos aqui citados – AMA/COMURB, “mensalão” e “petrolão”, a família Janene ainda teve seu nome envolvido em outro famoso escândalo da política paranaense: o caso BANESTADO, no qual juntamente com seu compadre Alberto Youssef, foi acusado de lavar dinheiro recebido ilicitamente através de contas no banco público¹⁴⁷.

Para além dos nomes e cargos aqui já citados, é possível encontrar alguns outros parentes de José Janene ocupando cargos mais coadjuvantes, tais como Dulcinéia Jannani, esposa de Assad Jannani, que ocupou cargo comissionado na ALEP durante o mandato de Barbosa Neto como Deputado Estadual (2003-2006), ocasião em que foi acusada de ser funcionária fantasma daquela casa legislativa¹⁴⁸, no mesmo período em que o esposo, como já citamos, foi Chefe de Gabinete de Barbosa. Mehedin Hussein Jenani, primo de José, já citado aqui, e sua esposa, Rosa Alice Valente, ocuparam cargos comissionados na Assessoria Parlamentar de José Janene em Brasília, no seu último mandato na Câmara Federal (2003-2006).

A outra irmã viva de Janene, Soleima Janene Barion, também esteve envolvida nos negócios de José, sendo que ela e o esposo, Jurandir Barion, foram sócios investidores de José Janene na empresa de iluminação Eletrojan. Em

¹⁴⁵ Herdeiros de Janene podem ser desmascarados. Disponível em <<http://ucho.info/herdeiros-de-jose-janene-podem-ser-desmascarados-no-caso-de-participacao-oculta-em-empresa-de-tecnologia>>. Acesso em 14 dez. 2014.

¹⁴⁶ Esquema de doleiro também operou nos Correios. Disponível em <http://www.istoe.com.br/reportagens/359698_ESQUEMA+DO+DOLEIRO+OPEROU+NOS+CORREIOS>. Acesso em 01 mar.2015.

¹⁴⁷ Fio solto no caso AMA/COMURB levou ao caso Benestado. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/fio-solto-do-escandalo-amacomurb-levou-ao-caso-banestado-dztgc7o8fhorfn8cbp5zlp2rf>>. Acesso em 28 fev.2015.

¹⁴⁸ Esposa de Assad faria assessoria para Barbosa “em casa”. Disponível em <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-3--786-20090630>. Acesso em 01 mar. 2015.

reportagem da Folha de São Paulo¹⁴⁹, Soleima conta que ela e o marido investiram cerca de R\$ 500 mil na Eletrojan e contraíram empréstimos de cerca de R\$ 400 mil para a campanha de Janene para Deputado Federal, em 1994, com a promessa de que em vencendo a eleição a Eletrojan ganharia licitações de mais serviços e teria um retorno garantido para todos os sócios. O filho do casal, Aristides Barion, foi o coordenador da campanha em Londrina. O pagamento prometido não veio, Soleima e o esposo perderam todo o patrimônio por falta de pagamento dos empréstimos e romperam relações com José Janene. Sobre o caso, publicou a Folha de São Paulo:

“Nós perdemos 23 anos de batalha. Eu perdi muito mais. Perdi sentimentos afetivos que cultivei a vida toda. O Zé é meu irmão caçula, foi aquele irmão que a gente cuida, protege”, disse à Agência Folha Solaima Barion, irmã de Janene. Segundo Solaima, sua família foi “humilhada”. “Era oficial de Justiça todo dia aqui em casa. Minha filha chorava todo dia. O Zé me virou as costas e não ficou para assistir tudo isso”.¹⁵⁰

Sobre a esposa de Janene, Stael, esta sempre esteve nos bastidores e teve seu nome envolvido em várias investigações e ações ligadas à movimentação ilegal de recursos e lavagem de dinheiro. Janene separou-se dela em 2008. Stael Fernanda também está citada na operação Lavo-Jato, pois conforme noticiou a imprensa, investigou-se que ela estava cobrando de Alberto Youssef valores voluptuosos em dinheiro que estariam em uma conta oculta de José Janene no exterior, da qual Youssef teria “se apossado” após a morte dele¹⁵¹. Stael chegou a ser ventilada como candidata a Deputada Federal, pelo PP, em 2010, mas declinou a pedido do ex-marido, ainda antes da morte dele¹⁵².

Atualmente, a família Janene ainda se mantém no poder, já que Jamil Janene, sobrinho de José, voltou a vencer uma eleição, em 2012, com 3.164 votos. Seguindo os passos do tio, Jamil filiou-se no PP e já desponta como uma liderança local do partido, sendo o líder do partido na câmara (na verdade, Jamil é o único do PP na atual legislatura) e o líder da oposição ao atual prefeito, Alexandre Kireff.

¹⁴⁹ Família cobra dívida de deputado na justiça. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160807.htm>>. Acesso em 23 fev. 2015.

¹⁵⁰ Família cobra dívida de deputado na justiça. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc160807.htm>>. Acesso em 23 fev.2015.

¹⁵¹ Viúva-bomba assombra PT na CPI da Petrobrás.<<http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=11682601816>>. Acesso em 25 fev.2015.

¹⁵² A campanha dos herdeiros do mensalão. Disponível em <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-campanha-dos-herdeiros-do-mensalao/>>. Acesso em 28 fev.2015.

O poderio da família Janene também se estendeu às duas principais organizações de Londrina: Sociedade Rural do Paraná - SRP e Associação Comercial e Industrial de Londrina - ACIL. Na ACIL foi Assad Jannani que representou a família, ocupando uma diretoria entre os anos de 1995-1996 (ACIL, 2007), na gestão de Francisco Negri Filho, empresário do ramo imobiliário. O mesmo Jamil Janene citado no início deste item, além de presidente da SRP, ocupou também os cargos de 1º Secretário (1966-1968), Diretor do Departamento de Cereais (1968-1969), 1º Vice-Presidente (1976-1978), 2º Vice-Presidente (1978-1980, 1988-1990), Diretor sem Pasta (1984-1986, 1986-1988), membro nato do Conselho Deliberativo (1990-1992), membro do Conselho de Administração (2004-2006); seu pai, Abdelkarim Janene, foi conselheiro (1966-1968, 1968-1969, 1970-1972), membro suplente da Comissão Fiscal (1974-1976), membro do Conselho Deliberativo (1976-1978, 1978-1980, 1980-1982); Inocêncio Janene, diretor do Departamento Social (1986-1988). O membro mais contemporâneo da ala da família Janene vinculada ao *agrobusiness*, é o agropecuarista Marcelo Janene El Kadre, Diretor de Atividades Agrícolas (2002-2003) e de Pecuária (2003-2004) e Diretor Vice-Presidente (2004-2006).

Com fama de mandão, centralizador e obcecado pelo poder e dinheiro, o personagem central da família, José Janene, levou consigo do ápice à derrocada um sem fim de parentes, já citados aqui, além de outros políticos. Em entrevista ao Jornal de Londrina, em 02 de março de 2015, o promotor londrinense Claudio Esteves, que investigou Janene em vários dos casos em que esteve envolvido relata: “Ele se impunha pelo poder, pelo jeito de agir e era arrojado quando desviava dinheiro. Quem queria enriquecer se aproximava dele e ficava sob o guarda-chuva dele”.¹⁵³ Na mesma reportagem, sua ex-esposa, Stael, descreve em poucas palavras José Janene: “O Zé era assim: me ame ou me odeie”.

Sua história sempre esteve entrelaçada a de Alberto Youssef, com quem tinha relações desde o final dos anos 1990, sempre parceiros nos “negócios” e na vida pessoal. Em 2004 Youssef batizou o filho caçula de Janene e Stael, oficializando aí a relação de compadrio entre ambos, que só se dissolveu com a morte de Janene, de quem Youssef esteve ao lado até a última hora, sendo o

¹⁵³ Janene sempre esteve perto do poder. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1534528&tit=Janene-sempre-esteve-perto-do-poder>>. Acesso em 02 mar. 2015.

responsável por assinar o atestado de óbito e fazer a liberação do corpo no hospital em que Janene morreu em São Paulo¹⁵⁴.

Janene fez parte de um círculo vicioso: investiu dinheiro em política, obteve retorno financeiro da política, investiu mais e obteve mais dinheiro ainda e, na medida em que ganhou mais dinheiro, obteve mais poder político, chegando a ser apontado como “o político que mandou no Brasil”, conforme divulgado na imprensa nacional nesse início do mês de março de 2015. Apesar de ter sido uma liderança do PP por quase toda a sua carreira política, Janene transitou tranquilamente por outros partidos, estando registradas as suas relações com PT, PMDB e PDT. Dizem pela cidade que os tentáculos de Janene tenha chegado até o Estado do Mato Grosso e de São Paulo, com empresas que chegaram a prestar serviços para grandes prefeituras, tais como Santo André e Ribeirão Preto, em administrações petistas. Dono de um grande latifúndio adquirido durante sua história, Janene teve sua fazenda próxima à Londrina (Fazenda Três Jotas) invadida pelo MST, em 2006, quando o movimento protestava porque Janene supostamente havia comprado as terras com dinheiro do “mensalão”. Um grupo de “pistoleiros” armados expulsou os sem-terra da fazenda em 2007, num processo violento de desocupação, o qual Janene negou veementemente que tenha sido a seu mando.

Embora tenha tido frustrado o seu sonho de ser prefeito, Janene “venceu” ao menos cinco eleições consecutivas em Londrina, na qual os seus “apadrinhados” elegeram-se prefeitos da cidade, iniciando com Belinati, em 1988, seguindo até Barbosa Neto, em 2008. Não gozou de popularidade em Londrina, cidade que nunca se fez seu curral eleitoral, mas quem precisa de prestígio e popularidade tendo recursos, compadres, amigos poderosos e influência no alto escalão da política paranaense e brasileira?

3.3.8 Família Del Ciel

Assim como todas as famílias aqui elencadas, os Del Ciel também vieram de outro Estado para o Norte do Paraná, na década de 1960. O pai dos irmãos José Antonio e José Luiz, José Del Ciel Filho, era funcionário da Companhia

¹⁵⁴ Janene sempre esteve perto do poder. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1534528&tit=Janene-empere-esteve-perto-do-poder>>. Acesso em 02 mar. 2015.

Ferrovária São Paulo – Paraná, em Ourinhos, Estado de São Paulo, tendo sido transferido para Londrina no ápice da expansão do Norte paranaense. Antes da mudança, José Del Ciel Filho fora vereador em Ourinhos, pelo PTB, exercendo mandato entre os anos de 1956 e 1959, chegando a presidente da Câmara de Vereadores. Em 1959, José Del Ciel Filho ocupou o cargo de prefeito da cidade (Ourinhos), quando José Maria Paschoalick, titular do cargo, desincompatibilizou-se para concorrer a outro cargo no Estado de São Paulo.

José Antonio Del Ciel, nascido em 1947 em Ourinhos, Estado de São Paulo, estudou direito na Faculdade de Filosofia e Letras de Londrina, ingressando no movimento estudantil, juntamente com Álvaro Dias, despontando no MDB como uma liderança jovem de oposição, o que o levou a, com apenas 21 anos, eleger-se vereador em 1968, com 837 votos¹⁵⁵, na mesma chapa encabeçada por Antonio Belinati e Álvaro Dias. Assim como Álvaro Dias, José Antonio Del Ciel entrou para a política influenciado pelo Prof. Olivir Gabardo, fundador do MDB de Londrina, sobre o qual falaremos mais adiante. Em entrevista concedida para Cesário (1986, p. 460-461), Del Ciel relata:

Desde que chegamos à Londrina começamos a fazer política, mas a política estudantil. Fomos eleitos presidentes do Grêmio Estudantil e, posteriormente, presidente da União Londrinense dos Estudantes. Em 1967, o professor Gabardo acreditou que pudéssemos, na política local, ter uma participação mais ativa. Daí a nossa primeira filiação político-partidária vinculada ao Movimento Democrático Brasileiro.

Seguindo os mesmos passos da família Dias, José Antonio iniciou-se no ramo da pecuária. Foi eleito vereador mais uma vez em 1972, também pelo MDB, sendo o segundo mais votado da legenda, com 2.496 votos¹⁵⁶, e o terceiro mais votado do pleito, perdendo na legenda apenas para o irmão de Antonio Belinati, Waldmir.

José Antonio não concluiu esse mandato, pois em 1974 foi eleito Deputado Estadual, ainda no MDB, com cerca de 32.256 votos, sendo o quarto mais votado do Estado do Paraná¹⁵⁷. O mandato de Deputado Estadual veio junto com a ascensão ao cargo de Presidente da Comissão de Ética do diretório regional do MDB. Novamente, antes de concluir o mandato, José Antonio, em 1976, venceu as

¹⁵⁵ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

¹⁵⁶ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

¹⁵⁷ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

eleições para o Poder Executivo municipal, como vice na chapa encabeçada por Antonio Belinati. Ainda pelo MDB, Belinati e Del Ciel obtiveram 36.198 votos. Na carona de José Antonio, seu irmão, José Luiz Del Ciel, também nascido em Ourinhos, empresário e comerciante, elegeu-se vereador pelo MDB, com 1.696 votos¹⁵⁸. José Luiz Del Ciel chegou a ser Presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, tendo assumido por alguns períodos a Prefeitura da cidade.

Na gestão de Vice-Prefeito, José Antonio Del Ciel valeu-se do nepotismo, indicando para o cargo de Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Londrina – CODEL o seu concunhado, Lauro Pepiliasco, engenheiro civil e empresário do ramo da construção, casado com Vanda de Souza Pepiliasco, irmã de Lucy de Souza Del Ciel (ex-esposa de José Antonio). Durante esse mandato, em 1978, José Antonio candidatou-se novamente ao cargo de Deputado Estadual, obtendo êxito no pleito, mas teve que retornar à Londrina em abril de 1982, quando Belinati desincompatibilizou-se para concorrer ao cargo de Deputado.

Curioso observar que apesar de ter iniciado sua carreira na militância oposicionista do MDB londrinense, com a reabertura para o multipartidarismo, no final da década de 1970, José Antonio filiou-se ao PDS, partido que agregou grande parte dos membros da ARENA, apoiadores até então do regime militar em todo o Brasil. Após essas passagens, os irmãos Del Ciel não mais pleitearam cargos eletivos, sendo que José Luiz seguiu no comércio, como proprietário de autoescola em Londrina e José Antonio segue na agropecuária com terras no Estado do Mato Grosso. Apesar disso, as amizades da política do passado ainda rendem parcerias até os dias atuais, já que ao verificarmos o portal DivulgaCand2014, do TSE, as doações recebidas por Álvaro Dias destinadas à sua campanha ao Senado, é possível encontrar a doação de pessoa física de José Antonio Del Ciel no valor de R\$ 80.000,00 em cheque e R\$ 2.000,00 em espécie, demonstrando assim que se pode deixar a política no sentido da ocupação de cargos, mas os capitais adquiridos e as relações sociais construídas, estas sim podem durar por mais tempo do que se imagina.

¹⁵⁸ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

3.3.9 Família Gabardo

Gabardo é mais uma família que migrou para Londrina na década de 1960, no período de expansão do município. Assim como os Rocha Loures, vieram do Sul do Paraná, do município de União da Vitória.

O principal personagem na política londrinense é João Olivir Gabardo, conhecido apenas como Olivir Gabardo; era filho de João Gabardo Neto e Helena Gabardo Rocha; nascido no ano de 1931, em União da Vitória. Olivir era formado em direito pela Universidade Federal do Paraná e licenciado em geografia e história pela Universidade Católica do Paraná; fazia parte de um grupo de jovens advogados e profissionais liberais engajados no movimento político em Londrina, aqui já citado. Além de advogado, Olivir também era professor e chegou a ser diretor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Londrina, fazendo parte do grupo que mais tarde militou pela transformação da faculdade em universidade, dando origem à UEL. Sobre a ida de Gabardo para Londrina, Cesário (1986, p. 456) explica:

Quando ainda era estudante, conheceu uma colega de Universidade que residia em Londrina e casaram-se [...]. Gabardo pretendia iniciar a carreira de advogado em Pato Branco, mas ao visitar Londrina, foi convidado para lecionar na Faculdade de Filosofia local [...]. Foi assim que, detentor de um projeto inicial ligado à advocacia, Gabardo acabou dedicando-se ao magistério, embora no início de sua permanência em Londrina tenha também exercido atividades jurídicas.

Olivir iniciou sua carreira política em Curitiba, no movimento estudantil, na Juventude do PDC. Ao chegar em Londrina foi um dos organizadores do PDC na região, partido pelo qual se candidatou ao cargo de Vereador em Londrina, nas eleições de 1963, ficando na suplência com 371 votos¹⁵⁹, sendo efetivado durante o mandato. Neste mandato, chegou a ser líder do PDC na Câmara de Vereadores de Londrina.

Apesar de muitos reivindicarem para si a fundação do diretório do MDB de Londrina, os registros do partido confirmam apenas o nome de Olivir Gabardo como sendo aquele designado pelo diretório regional do partido para fundar o diretório de Londrina, conforme relata Sebastiani (1992). Gabardo fazia parte de uma ala do PDC que apoiava Affonso Camargo Neto em detrimento ao Governador Ney Braga e seu grupo político, e já guardava uma relação com José Richa, o qual havia

¹⁵⁹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

conhecido no movimento estudantil e na Juventude do PDC em Curitiba. Quando instituído o bipartidarismo, em 1966, Olivir ainda era Vereador e foi o único dos que ocupavam o cargo no período a aderir ao MDB, pois todos os outros 19 vereadores filiaram-se à ARENA. Ressalta-se que Richa e Affonso Camargo assumiram oposição à ARENA, partido no qual se filiou Ney Braga e seu grupo político. Gabardo foi o primeiro presidente do diretório emedebista em Londrina.

Em 1966 pleiteou o cargo de Deputado Estadual, ficando na primeira suplência pelo partido. Assumiu a titularidade da cadeira na ALEP em 1969, quando ocupou o papel de liderança do MDB na casa.

Designado para abrir caminho para o MDB nas eleições municipais de 1968 e como principal articulador do diretório municipal, Gabardo era responsável por angariar novas lideranças para o partido. Conforme já citamos aqui, ele foi o responsável pela entrada de Álvaro Dias no mundo da política. Em entrevista a Faria e Sebastiani (1997), Dias conta que por ser muito novo, Olivir Gabardo teve que ir até Maringá conversar com seu pai, Silvino Dias, o qual deu a autorização para que Gabardo inscrevesse Álvaro como candidato a Vereador em 1968, pleito em que saiu vencedor.

Nas mesmas eleições, em 1968, Olivir candidatou-se ao cargo de prefeito de Londrina. Na ocasião, embora fosse o favorito, foi desbancado pelo companheiro de legenda, o médico Dalton Paranaguá, o qual teve maior apoio do diretório do MDB local. Olivir somou 14.525 votos, menos de quatro mil que o vencedor do pleito, Paranaguá. Juntos superaram o candidato da Arena, Mário Stamm.

Nas eleições de 1970, Olivir foi um dos onze corajosos homens paranaenses que se candidataram pelo MDB à Câmara Federal. Devido às perseguições dos militares, acirradas neste período, muitos tiveram medo de se assumirem como oposição e declinaram de qualquer candidatura. Dos onze, apenas quatro saíram vitoriosos; Olivir somou 56.969 votos¹⁶⁰, chegando a ser vice-líder do partido na Câmara dos Deputados. Sobre as eleições municipais seguintes, em 1972, Arruda e Teixeira (2010) afirmam que por um acerto interno do MDB, Olivir Gabardo seria o candidato forte do partido à Prefeitura de Londrina, mas foi convencido a ceder “a vez” para José Richa, por avaliar que ele (Richa) tinha mais chances de sair vitorioso

¹⁶⁰ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

da disputa. Nesse contexto, Olivir tentou a reeleição para Deputado Federal nas eleições de 1974, elegendo-se com 24.632 votos¹⁶¹.

Arruda e Teixeira (2010) contam, ainda, que nas eleições de 1976, considerando que já havia cedido a vaga para Richa em 1972, Gabardo seria candidato a prefeito. Traíndo o combinado e aproveitando-se do fato de que Olivir estava na longe, na Câmara Federal, José Richa “emplacou” Wilson Moreira como candidato forte do MDB à Prefeitura de Londrina, seu Secretário Municipal de Obras, homem de sua extrema confiança. Hélio Duque, outra liderança emedebista de Londrina, que já estava prometido como vice de Gabardo, ficou profundamente irritado com o descumprimento do combinado por Richa e incitou um racha interno no diretório local do MDB, sendo que ele mesmo apoiou outro emedebista, também estudado em nossa pesquisa, Antonio Belinati, o qual saiu vencedor daquele pleito, “esmagando” o candidato de Richa, Wilson Moreira.

Gabardo foi eleito mais uma vez Deputado Federal em 1978, com 21.637 votos, ainda no MDB. Obteve mais um mandato, em 1982, agora pelo PMDB, com 39.307 votos, o qual não chegou a concluir, pois renunciou para assumir ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, em 1984, nomeado pelo então governador José Richa. No Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Olivir ocupou o cargo de Corregedor Geral, durante o ano de 1985 e em 1986-1987 foi Conselheiro Presidente do mesmo órgão, tendo sido aposentado do cargo de conselheiro em 1990, pelo então governador Álvaro Dias. Importante observar que as suas relações da juventude em Londrina lhe renderam capital político, com a indicação de importantes cargos por seus correligionários de partido de Londrina. Aliás, foi dentro do MDB “velho de guerra” que Gabardo construiu o seu maior capital político, chegando a ser vice-presidente do diretório estadual do partido, em 1974-1975, em chapa composta por Euclides Scalco, Álvaro Dias, dentre outros.

Após sua aposentadoria no TCE-PR, Gabardo assumiu, em 1991, o cargo de Secretário Especial, com a função de Ouvidor Geral do Estado do Paraná, nomeado pelo também peemedebista, Governador Roberto Requião, através do Decreto nº 3471/1991, cargo ocupado até 1994, quando foi nomeado Secretário de Educação, pelo Governador Mário Pereira, vice de Requião, que havia assumido o

¹⁶¹ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

governo pela desincompatibilização do titular. Gabardo permaneceu no cargo até o final daquele ano.

Vale observar que durante o governo Álvaro Dias, no qual a esposa de Francisco Rocha Loures, Gilda Polli Rocha Loures, foi Secretária de Estado de Educação, a Diretora Geral da SEED era Ezenir Gabardo. Quando Roberto Requião assumiu ao Governo do Paraná, Gilda foi transferida para o cargo de Secretária de Cultura e Ezenir Gabardo continuou como Diretora Geral, mas da Secretaria do Trabalho e da Ação Social, tendo o também norte paranaense e peemedebista (na época) Durval Amaral como Secretário de Estado.

Junto com Álvaro Dias, Gabardo deixou nos anos de 1990 o PMDB, filiando-se ao PDT, partido pelo qual se elegeu em 1998 primeiro-suplente de Senador na chapa de Álvaro Dias. Em 2002, desfiliou-se do PDT por discordar da aliança feita em âmbito nacional com o PT, nas eleições daquele ano¹⁶². Filiou-se ao PSDB, partido pelo qual já havia tido uma passagem na década de 1990. Ainda no ano de 2002, assumiu a vaga de Senador por quatro meses, quando Álvaro Dias se licenciou para assuntos particulares após perder as eleições para o Governo do Paraná; Olivir ficou no cargo de novembro/2002 até março/2003, saindo pelo retorno do titular da vaga.

Gabardo é bastante reconhecido em Londrina e no Paraná, sendo considerado uma referência para muitos políticos contemporâneos. Em 2003 recebeu uma homenagem no Senado Federal, no qual em pronunciamento do Senador amazonense Arthur Virgílio, do PSDB, teve o seu perfil de homem cordial descrito:

Esta Casa [...] se ressentiu pela falta que fará o senador Olivir Gabardo. Nós aqui do PSDB sempre ouviremos suas sábias lições, pois ele permanecerá integrando nosso conselho de decisões [...]. O senador disse que pretendia registrar nos anais do Senado o apreço muito específico do PSDB pelo ex-senador em razão das -mais completas lições de amor à coisa pública, seriedade pessoal e respeito aos companheiros- dadas por ele. Olivir Gabardo, segundo o líder, consegue juntar a força da sua coerência com a força e a veemência da sua cordialidade. [...] o ex-senador cumpriu na Câmara dos Deputados o dever de lutar pela melhoria social e pela democracia. Primeiro, disse ele, pelo MDB, depois pelo PMDB, sempre sem permitir que o equilíbrio obscurecesse a sua bravura de homem público, ao mesmo tempo em que a sua bravura jamais obscureceu seu equilíbrio. [...] há pessoas que conseguem ter uma brilhante vida privada, enquanto outras

¹⁶² Olivir Gabardo assume vaga de Álvaro Dias. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2002/11/12/olivir-gabardo-assume-vaga-de-alvaro-dias>>. Acesso em 25 fev. 2015.

conseguem ter uma brilhante vida pública. Outras pessoas conseguem ser honradas nos dois campos¹⁶³.

Nos registros da história de Londrina, encontramos ainda dois outros membros da família Gabardo, são os primos Arthur e Omar Gabardo. Arthur Gabardo, curitibano, ocupou o cargo de Secretário Geral de Londrina entre 1941 e 1943, na equipe do também curitibano e prefeito nomeado de Londrina, Capitão Miguel Balbino Blasi. O outro, mais contemporâneo, Omar Gabardo, ocupou o importante cargo de Secretário Municipal da Fazenda na gestão de Wilson Moreira, entre os anos de 1983 e 1988. Omar também era curitibano, formado em contabilidade e também fez parte, junto com Olivir, do grupo que trabalhou pela transformação da faculdade em Universidade Estadual de Londrina.

3.3.10 Família Leite Chaves

Os irmãos Leite Chaves, Jonas e Francisco, vieram do Estado da Paraíba na década de 1970 para Londrina. Jonas Leite Chaves, engenheiro agrícola, nascido em Boa Ventura, Paraíba, havia sido quatro vezes Deputado Estadual no seu Estado natal: em 1958, pelo PR; em 1962, pela UDN; em 1966 e 1970, pela ARENA. Nos anos de 1971 e 1972, Jonas foi Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba.

Francisco Leite Chaves, nascido em Itaporanga, Estado da Paraíba, era advogado, graduado pela Universidade do Brasil e doutor em direito pela mesma instituição. Com carreira promissora na área do direito, Francisco acabou sendo atraído para Londrina, como tantos outros jovens advogados de sucesso que citamos e ainda citaremos nesse trabalho, pensando que as batalhas pela posse das ricas terras vermelhas, ainda em fase de ocupação e expansão, pudessem lhe render boas causas e, por consequência, dinheiro.

Inspirado por um empreendimento que havia conhecido em viagem ao exterior, Leite Chaves construiu em Londrina o Com-Tour, o primeiro shopping do interior do Paraná. Além do empreendimento na área comercial, Leite Chaves também era consultor jurídico do Banco do Brasil em Londrina. A entrada do

¹⁶³ Líder do PSDB homenageia Olivir Gabardo. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2003/03/10/lider-do-psdb-homenageia-olivir-gabardo>>. Acesso em 25 fev. 2015.

advogado e empresário para a política se deu de forma bastante inusitada. Sylvio Sebastiani (1992) conta que ele (Sylvio) e Fernando Gama, lideranças do diretório estadual do MDB, saíram por todo o Estado do Paraná, em 1973, buscando candidatos e apoio para as eleições de 1974. Era um período, já relatado aqui, em que a ARENA estava muito fortalecida, as perseguições aos opositores acirradas e muitos correligionários do MDB temiam uma exposição exacerbada. Lembrando o período, Euclides Scalco, ex-prefeito de Francisco Beltrão, relatou à Arruda e Teixeira (2010, p. 63):

Na verdade, não se encontrava candidato porque já em 1970 havia setores do MDB defendendo a autoextinção (sic), tamanha a pressão dos militares no processo eleitoral. O partido não tinha sequer número para constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso.

Nesse contexto, após muito caminhar pelo Paraná, Fernando Gama e Sylvio Sebastiani chegaram à Londrina ainda sem candidato para o Senado Federal. Os poucos que se colocaram à disposição para concorrer em 1974 preferiram a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, já que para muitos a vitória nessa casa era praticamente certa e ninguém queria correr o risco de ficar sem mandato. Assim surgiu, em uma conversa feita dentro de um avião que trazia Leite Chaves para Curitiba em missão pelo Banco do Brasil, no qual Sebastiani e Gama pegaram carona no trajeto de Londrina até Curitiba, a possibilidade da candidatura de Leite Chaves ao Senado:

[...] descemos primeiro em Londrina e fomos tomar um café. Naquele local, encontramos o advogado Francisco Leite Chaves, colega do Fernando do Banco do Brasil. Subimos juntos no avião e o advogado Francisco nos falou de seu desejo de ser candidato a deputado federal [...]. Num determinado momento, Fernando Gama cutucou-me dizendo: - Sylvio, ajude-me. Vamos lançá-lo como Senador; me livre desse pepino. Começamos então a convencer o advogado. [...] Francisco Leite Chaves já estava entusiasmado e propenso a deixar a campanha de deputado federal trocando-a para senador. (SEBASTIANI, 1992, p. 44)

Feito o convencimento com o futuro candidato e com os dirigentes do MDB, Francisco Leite Chaves foi oficializado candidato ao Senado, pelo partido de oposição à ARENA, ao qual seu irmão Jonas era vinculado ainda na Paraíba. A campanha de Leite Chaves foi feita com recursos próprios, no chamado “corpo a corpo” por quase todos os municípios do Estado do Paraná, viajando a bordo de

uma camionete “Veraneio” e uma “Rural” na qual funcionava o serviço de som. O autor citado acima relata que ao final da campanha, Leite Chaves chegou a ter que vender propriedades suas para saldar dívidas. Nesse período, em 1974, Jonas Leite Chaves deslocou-se do Estado da Paraíba para Londrina e foi um dos coordenadores de campanha do irmão. Sebastinani (1992) relata que ao chegarem nas cidades, colocavam o carro de som anunciando um comício em local público, o qual tinha um chamariz infalível: a presença de Álvaro Dias, então jovem galã das radionovelas. Essa estratégia garantia a presença de um grande público feminino ávido por conhecer o galã.

Essas e muitas outras estratégias foram traçadas para esta campanha de 1974, pois apesar de empreendedor e com bom trânsito na classe dominante londrinense, Leite Chaves não era conhecido no Estado do Paraná. Algumas estratégias beiravam o absurdo, como a ideia de forjar um sequestro do candidato a Senador para torná-lo conhecido, proposta recusada pelo próprio. Obteve o importante apoio de Nelson Maculan, representante do então extinto PTB, pensando que este poderia angariar os votos dos antigos petebistas que haviam ido para a ARENA. A campanha crescia com o estilo *tête-à-tête* de Leite Chaves, que tinha como oponente João Mansur, liderança arenista da região de Irati, Paraná. Apelos popularescos foram usados, como o slogan “X no Chaves”, o qual segundo Sebastiani (1992), era incessantemente gritado pelos simpatizantes de Leite Chaves por onde passavam.

Curioso observar que, apesar de ter se erradicado em Londrina, Leite Chaves não teve nessa campanha o apoio do então prefeito da cidade, José Richa, o qual alegou que não gostava de participar de campanhas. O não apoio de Richa nesse caso pareceu quase irrelevante, pois outras jovens lideranças locais, além de Álvaro Dias, estavam fazendo palanque para Chaves, como Antonio Belinati, José Antonio Del Ciel e Olivir Gabardo, nomes que já apresentamos aqui. Assim, nas eleições de 1974 ao Senado, foi “derramado Leite nas urnas”, como brinca Sebastiani (1992, p. 61). Leite Chaves obteve 1.090.831 votos, contra 703.354 de Mansur¹⁶⁴.

A aliança entre Belinati e os irmão Leite Chaves foi duradoura. Quando eleito Prefeito de Londrina pela primeira vez, Belinati nomeou Jonas Leite Chaves para o

¹⁶⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

cargo de Secretário Municipal de Fazenda de Londrina, ficando no cargo entre 1977 e 1982. Podemos afirmar que cuidar das finanças de um município como Londrina é tarefa de muita confiança e responsabilidade, ainda mais se pensarmos que se tratava do período de crise do capital cafeeiro, quando a cidade passou por inúmeras dificuldades que já citamos anteriormente.

Francisco Leite Chaves, a grata surpresa do MDB naqueles meados da década de 1970, logo demonstrou a que tinha vindo. Além de fazer ferrenha oposição à Arena no Senado, tomou a dianteira da articulação estadual do MDB, elegendo em 1975 uma chapa de correligionários seus para coordenação do diretório paranaense do partido, composta por Euclides Scalco, seu suplente de Senador, Álvaro Dias e Olivir Gabardo, desbancando nomes fortes da capital do Paraná que até então vinham tomando a frente da organização emedebista.

Após o fim do bipartidarismo, Leite Chaves não ingressou de pronto nas fileiras do PMDB como a maioria dos opositores. Desvinculando-se dos seus companheiros londrinenses, junto com lideranças da capital, dedicou-se a refundar o PTB no Paraná, cedendo inclusive a sua própria casa como local de encontro do grupo trabalhista, conforme relata Sebastiani (1992). Acabou voltando ao PMDB para concorrer ao Senado novamente, em 1982, como suplente do senador eleito Álvaro Dias. Após encerrado o seu primeiro mandato de Senador (1975 – 1983), assumiu o cargo de Procurador-Geral da Justiça Militar.

Com a renúncia de Álvaro Dias ao cargo de Senador para assumir o Governo do Estado do Paraná, em 1987, Leite Chaves assume novamente uma cadeira no Senado, concluindo o mandato até 1991, participando do processo constituinte do final da década de 1980, sem grande expressão de sua atuação nesse período, diferentemente do seu primeiro mandato, no qual fazia discursos insuflados no senado contra os militares, fatos que muitas vezes lhe colocaram em situações perigosas frente aos líderes do regime militar. Essas passagens ele mesmo conta em três publicações de sua autoria: “Consciência de Oposição”, “Senado da Praça dos Três Poderes” e “Por um Amanhã de Justiça”. Escrever livros foi uma atividade a que os irmãos Leite Chaves se dedicaram durante suas vidas públicas e após a aposentadoria, pois Jonas também publicou várias obras, a maioria delas sobre história política de seu Estado natal, a Paraíba.

Embora hoje aposentado, Leite Chaves, que ainda possui um escritório de advocacia no Distrito Federal e mantém negócios no Paraná, dos quais quem cuida

é seu irmão, Jonas, ainda garante com seu capital político e profissional um prestígio ao nome do filho, advogado londrinense renomado: Rogério Marinho Leite Chaves. Graduado e detentor do título de mestre pela UNB, Rogério já ocupou vários cargos públicos: Procurador do Banco Central, Defensor Público (concurado) e Procurador do Distrito Federal, também através de concurso, função a qual detém até os dias atuais. Em 2011 assumiu a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, mas deixou o cargo no final de 2012, segundo a imprensa, por discordar da forma de atuação do então governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz¹⁶⁵.

A história dos Leite Chaves, em especial a de Francisco, é muito interessante, já que vem de um grupo de estabelecidos de outro Estado e de outra região do país, instala-se em Londrina e, curiosamente, sem ocupar cargo nenhum naquele município, eleger-se senador pelo Estado do Paraná através de uma aliança com os estabelecidos da capital e os ainda *outsiders* de Londrina. Segundo Cesário (1986, p. 514), foi justamente o fato de ser um desconhecido naquele contexto da política paranaense que alçou Leite Chaves ao cargo de Senador:

Tratava-se, portanto, de um candidato que, pelas suas características individuais, transmitia a ideia de uma certa independência pessoal em relação aos esquemas políticos anteriores existentes no Paraná e, ao mesmo tempo, por ter se posicionado claramente contra o regime autoritário e como denunciante dos grandes problemas econômicos do país, exerceu um fascínio muito grande e um não menos importante poder de convencimento sobre o eleitor.

Tamanha foi a surpresa da eleição de um londrinense desconhecido para o Senado (paraibano, que adotou Londrina como sua terra), que aquela campanha acabou se tornando cheia de místicas e “causos”, relatados nas obras de Sebastiani (1992) e Cesário (1986). Muitos disseram que qualquer pessoa na condição de Leite Chaves se elegeria: possuía recursos financeiros, aliados políticos em todo o Estado do Paraná e representava a esperança de uma renovação política em relação ao grupo emedebista dominante da capital. Porém, o seu carisma, a sua cordialidade, a forma como abordou e aproximou-se dos seus eleitores, quase que num convencimento individual, além do seu discurso encorajado frente ao regime militar, fizeram-lhe adquirir um capital político que certamente muitos outros não o

¹⁶⁵ Patrono da Ética, Rogério Leite Chaves deixa equipe de Agnelo Queiroz. Disponível em <<http://informandoedetonando.blogspot.com.br/2012/04/patrono-da-etica-rogerio-leite-chaves.html>>. Acesso em 12 fev. 2015.

teriam sob as mesmas condições. Essa desenvoltura também não foi adquirida de modo qualquer, pois Leite Chaves já vinha de família de tradição política no Nordeste, sendo essas características muito comuns nos “homens bons” da política brasileira.

3.3.11 Família Maculan

O principal membro desta família com atuação em Londrina foi Nelson Maculan, nascido no Estado de São Paulo, no município de Santana do Parnaíba. Antes de chegar a Londrina no final da década de 1930, Maculan havia residido com a família nos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Diferentemente dos demais políticos de Londrina com destaque entre as décadas de 1940 até 1970, em especial àqueles vinculados ao grupo da UDN, Maculan não era profissional liberal e não possuía curso superior. Com atividades na área do comércio, Maculan ganhou a sua passagem para a elite dominante local quando começou a vender veículos e máquinas agrícolas para os cafeicultores e passou a se relacionar com o grupo udenista. Logo adquiriu capital para comprar suas primeiras terras e passou a se dedicar à cafeicultura na região de Londrina. Em 1954 ingressou na diretoria da Sociedade Rural do Paraná (na época, Associação Rural de Londrina), ocupando a função de Primeiro Tesoureiro.

Sua circulação pelo grupo dominante na política local lhe rendeu uma cadeira na Câmara de Vereadores de Londrina em 1955, pela UDN, com 180 votos¹⁶⁶. Logo que eleito para a vereança, Maculan também conquistou o cargo de Presidente da Sociedade Rural do Paraná. Na presidência da SRP Maculan teve um papel fundamental no movimento chamado “Marcha da Produção”, iniciado em 1957. A marcha foi organizada pela Associação Rural de Marília e ganhou a adesão dos cafeicultores de São Paulo e do Norte do Paraná, liderados aqui pela Associação Rural de Londrina (hoje SRP). Os cafeicultores pretendiam marchar até o Rio de Janeiro em carros e caminhões, mas foram impedidos por tropas do Exército enviadas por Juscelino Kubitschek. Barbosa (2000, p. 48-49) resume bem o que foi a Marcha da Produção e quais foram as atitudes tomadas pelos cafeicultores, liderados no Paraná por Maculan, diante da repressão ao movimento:

¹⁶⁶ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

O objetivo da marcha era protestar contra a política cambial do governo, que consistia no pagamento de um preço menor pelo dólar obtido com a exportação do café. A diferença era retida pelo governo federal como forma de diminuir o déficit do balanço de pagamento e financiar a indústria. [...] Quanto ao Paraná, malgrado sua extraordinária expansão baseada na cafeicultura, ressentia-se da falta de estradas, da precariedade das comunicações com a capital, do respaldo das lideranças estaduais. A falta de apoio do governo do Estado ao interior era tema que na década de 50 povoava as discussões dos cafeicultores, muito mais ligados a São Paulo do que a Curitiba. [...] Em represália ao acontecido, os produtores de todo o Norte do Paraná decidiram adotar uma série de medidas contra o governo: promoveram uma corrida aos bancos, retiveram tanto quanto possível a distribuição dos produtos da lavoura, evitaram a compra de máquinas, veículos e utensílios agrícolas, depositaram em cartório as quantias destinadas aos impostos a fim de forçar a cobrança judicial e, finalmente, iniciaram uma greve de produção.

No contexto desse levante contra os governos federal e estadual, reafirmamos que Maculan despontou como uma grande liderança do Norte do Paraná, representante da nova elite, da nova classe dominante local vinculada ao café. Sua atuação em defesa da agricultura e do que hoje chamamos de agronegócio acabou aproximando-o de Abilon de Souza Naves, político do sul (da capital) do Paraná, cotado para ser o próximo Senador pelo Paraná e Governador do Estado, em oposição ao grupo de Bento Munhoz da Rocha e Ney Braga. Abilon havia ocupado um cargo na área de negócios agrários do Banco do Brasil, o que lhe aproximou dos cafeicultores. O apoio das lideranças do Norte era fundamental para Souza Naves, pois precisava derrotar representantes da classe dominante tradicional do Estado do Paraná para chegar à chefia do Poder Executivo. Souza Naves guardava também um trunfo que mais adiante foi utilizado por Maculan: era amigo pessoal de Jânio Quadros.

Dessa aproximação entre Souza Naves e Maculan, entre capital político e capital econômico (cafeeiro), entre Curitiba e o interior, saiu a chapa para concorrer ao Senado Federal em 1958, pelo PTB, na qual Souza Naves foi o vencedor como titular, com Maculan na suplência. Uma fatalidade acabou levando Maculan a assumir a cadeira no Senado de 1960 a 1967: em dezembro de 1959, numa festa em Curitiba na qual Souza Naves anunciaria sua candidatura ao Governo do Estado do Paraná (a qual já era, pela conjuntura, quase certa como ganha por ele), teve um infarto fulminante sentado à mesa do jantar na Sociedade Morgenau.

Antes de assumir a vaga no Senado em decorrência da morte de Souza Naves, Maculan vinha ocupando um cargo no Instituto Brasileiro do Café – IBC, a

pedido de Renato Costa Lima, então presidente da instituição. Maculan foi emissário do Brasil para a fundação do primeiro entreposto de café do IBC fora do país. Essa atuação de Nelson foi fundamental para dar visibilidade e melhorar a economia do Paraná, conforme analisa Cesáreo (1986, p. 427):

A eleição de Maculan, de início, rendeu para o Norte do Paraná uma posição econômica muito importante junto ao mercado cafeeiro externo, pois o suplente de Senador foi nomeado chefe do Escritório do IBC em Trieste, que funcionava como entreposto comercial para o café brasileiro no exterior. [...]

Quando da morte do titular, o suplente Maculan teve que retornar do exterior para assumir a vaga no Senado. A atuação de Maculan fortaleceu o PTB no Paraná, tornando-se ele uma liderança estadual do partido e quiçá, nacional, o que lhe rendeu a liderança do PTB no Senado em 1962. Antes disso, em 1960, concorreu ao Governo do Estado, na vaga que seria de Souza Naves, mas acabou derrotado, apesar do apoio que teve da UDN e do PR, partidos do qual foi parceiro enquanto ainda atuava na política local no Norte do Paraná¹⁶⁷. Nesse mesmo bojo, seu irmão, Alfeo Maculan, fazendeiro cafeeicultor em Assaí (município vizinho de Londrina), tentou arriscar-se à Prefeitura de Londrina, pelo PSB, obtendo apenas 567 votos no pleito em que a UDN lançou candidato próprio, Hosken de Novaes, que com o apoio do PR saiu eleito.

Em 1963 ocupou, por convite do então Presidente da República João Goulart, também do PTB, mais um cargo no IBC: o de Presidente. Em 1966 tentou reeleger-se ao Senado Federal, mas acabou derrotado por seu opositor, Ney Braga, por 660.529 contra 273.378 votos¹⁶⁸, demonstrando aí que apenas a aliança e o apoio dos grandes produtores agrícolas não eram capital suficiente para derrotar a elite tradicional da capital.

Curiosamente, quando instituído o bipartidarismo, Maculan, que estava no PTB mas representava uma fração da classe dominante do Norte do Paraná, ingressou no MDB e não na ARENA, como a maioria do pessoal ligado ao capital cafeeiro. Os dois senadores paranaenses eram do PTB, sendo que o outro, Rubens Mello Braga, foi para a ARENA. Podemos conjecturar que, considerando que

¹⁶⁷ Maculan foi derrotado por Ney Braga por uma diferença pequena de votos, cerca de 26 mil. Apesar de vencer em Londrina, no Norte Velho e na região Sudeste do Estado, Maculan não ganhou os votos do sul, da capital e das cidades mais novas do Norte do Paraná, que ficaram com Braga.

¹⁶⁸ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Maculan herdou a briga entre Souza Naves e Ney Braga e que Ney ingressara na ARENA e apoiava os militares, Maculan escolheu o MDB para seguir na oposição ao grupo representante da classe dominante tradicional do Estado do Paraná.

Após a queda do café, Maculan retornou para o Rio de Janeiro, Estado onde havia crescido e tinha seu filho mais velho, Nelson Maculan Filho, realizando seus estudos. Relata Sylvio Sebastiani (1992) que quando trabalhavam no MDB pela candidatura ao Senado de Leite Chaves, em 1974, lembraram do nome de Maculan, o qual poderia angariar para Chaves os votos dos antigos petebistas. Ao entrar em contato com Nelson, este informou que retornara ao Rio de Janeiro e desistira de candidaturas por não ter dinheiro para financiar a campanha, embora ainda nutrisse o desejo de ser Deputado Federal. O desfecho foi relatado por Sebastiani (1992, p. 47): “Leite Chaves enviou, através do Bradesco, a importância de dez mil cruzeiros para o candidato Nelson Maculan. Ele viajou para Londrina, depois para Curitiba [...] para voltar novamente a se comunicar com o eleitorado petebista”.

Como Leite Chaves pagava sua campanha com recursos próprios, a campanha de Maculan ia de mal a pior, até que em reunião no MDB lembraram da antiga amizade com Jânio Quadros, herança ainda de Souza Naves, como citamos antes. Sobre essa passagem, o autor acima conta (p. 55-56):

Maculan, após muita insistência de minha parte, acabou telefonando para Jânio, respondendo de sua necessidade financeira. Mais tarde, Jânio liga dizendo que havia falado com o ex-senador Adolfo de Oliveira Franco e que iria atender ao Maculan. Aguardamos por um dia, e nada de concreto sobre a conversa. [...] Alguns dias depois, sem notícia do Dr. Adolfo, resolvemos lhe telefonar. Liguei dizendo ser amigo de Jânio Quadros e que o Presidente gostaria de saber se ele tinha atendido ao ex-Senador Nelson Maculan. Dr. Adolfo disse-me que não, mas que tomaria providências imediatas, e o fez, depositando uma certa quantia na conta bancária do Maculan. A partir daí, Nelson Maculan teve condições de desenvolver sua campanha [...].

Como se pode perceber, embora desprovido de recursos, o capital social adquirido nas relações e amizades do passado rederam gratos frutos, como o financiamento de sua campanha, da qual saiu vitorioso, elegendo-se com 49.279 votos. Embora em franco declínio do café, selado pela queda de 1975, durante seu mandato na Câmara Federal Maculan continuou ainda militando pela agricultura: foi membro efetivo em 1975 e presidente em 1976 da Comissão de Agricultura e Política Rural; atuou também na Comissão de Economia, Indústria e Comércio.

Em 1978, Maculan estava decidido a compor chapa para o Senado com os candidatos do MDB José Richa e Enéas Faria, mas desistiu da candidatura antes mesmo da convenção. Ao final do bipartidarismo, Maculan não se engajou ao grupo paranaense que se dedicou a reunir os antigos trabalhistas. Dedicou-se à iniciativa privada, como consultor e executivo de empresas que atuam com café, conforme noticiou o Jornal O Estado do Paraná no ano de 2003, em reportagem sobre a morte de Maculan¹⁶⁹. Os interesses dos agronegociadores sempre estiveram permeando a trajetória de Nelson, a exemplo de sua intensa participação na diretoria da Sociedade Rural do Paraná: Primeiro Tesoureiro (1954-1956), Presidente (1956-1959), membro do Conselho Fiscal (1960-1962), membro do Conselho Deliberativo (1966-1972, 1974-1978, 1982-1992).

A trajetória do pai garantiu aos filhos determinado capital social e cultural. O mais velho, Nelson Maculan Filho, londrinense por naturalidade, graduou-se em Engenharia de Minas e Metalurgia em Ouro Preto, Estado de Minas Gerais, doutorou-se no exterior e atuou como professor da UFRJ, Universidade na qual entre os anos de 1990 e 1994 ocupou o cargo de Reitor. Entre 2004 e 2006 ocupou em Brasília cargo de alto escalão, atuando como Secretário Nacional de Ensino Superior, durante o governo Lula. Em 2007, quando Sérgio Cabral, do PMDB, assumiu ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, Maculan Filho foi nomeado Secretário de Estado de Educação, cargo no qual permaneceu até 2008. Atualmente, é Professor Emérito da UFRJ.

3.3.12 Família Cesário Pereira

Modificando-se um pouco da naturalidade das famílias até aqui estudadas, a Família Cesário veio de Santa Catarina para o Norte do Paraná, especificamente na pessoa de Otávio Cesário Pereira Junior, conhecido no meio político como “Jaburu”, natural de Itajaí. O que não é diferente dos demais é que Cesário também era advogado, formado pela UFPR, onde atuou no movimento estudantil, chegando a presidir o até hoje famoso Centro Acadêmico Hugo Simas, vinculado ao curso de direito daquela universidade. Depois de formar-se, mudou para Cambé, município

¹⁶⁹ Ex-senador Maculan morre aos 89 anos. Disponível em <<http://www.parana-online.com.br/editoria/politica/news/64377/?noticia=EX+SENADOR+MACULAN+MORRE+AOS+89+A+NOS>> Acesso em 12 abr. 2014.

vizinho de Londrina, onde ocupou o cargo de Procurador Jurídico da Prefeitura. Durante a vida estudantil em Curitiba, Cesário foi também presidente da União Paranaense dos Estudantes. Sobre como chegou até o Norte do Paraná, Cesário conta em entrevistas para Faria e Sebastiani (1997, p. 126-127):

Na época tive um convite, pouca gente sabe disso, do homem que tenho ele, pela memória dele, um grande respeito, o nosso querido Governador, ex-Governador Bento Munhoz. E o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, de saudosa memória, me ofereceu um cargo no DETRAN. Certamente, porque eu como líder universitário havia tido alguns contatos. Também me ofereceu a nomeação interina de uma Promotoria. Mas, também tive um convite do ex-Prefeito de Cambé, já falecido, José dos Santos Rocha, porque Cambé não tinha nenhum advogado. (grifo nosso)

Interessante observar como o próprio Cesário reconhece que a sua trajetória de liderança no movimento estudantil lhe rendeu bom capital, fato ocorrido com outras pessoas já citadas aqui como Richa, Gabardo, Del Ciel e Álvaro Dias. Se olharmos de forma rasa, poderíamos dizer que a trajetória de Cesário foi muito similar à do grupo dominante da época em Londrina: advogado, profissional liberal e envolvimento com o agronegócio, o que lhe levou para o grupo da UDN local. Porém, chama-nos a atenção o fato de que, como já citamos aqui, os udenistas de Londrina das décadas de 1950-1960 eram opositores do grupo dominante tradicional, liderado Bento Munhoz e depois Ney Braga, enquanto que Cesário, pelo próprio conteúdo da entrevista acima, é entusiasta do grupo. Essa questão se esclarece quando se dá continuidade à leitura das palavras de Otávio Cesário na mesma entrevista citada acima:

Minha família toda era ligada aos Bornhausen. Meu pai era muito amigo do Sr. Irineu Bornhausen que é pai de Jorge, pai de Paulo. E me filiei à UDN [...] diria pelo espírito pré-moldado para a UDN, porque todos os meus familiares era da UDN. Então por esta razão me filiei à UDN.

Assim, apesar de udenista, chegando a presidir o diretório da UDN em Cambé, Cesário não fazia parte do mesmo grupo de Hosken de Novaes, Milton Menezes, Ruy Cunha e os Rocha Loures (que apesar de serem do PR, aliaram-se ao grupo udenista). Por estar ligado a um grupo de estabelecidos, tradicionais de Santa Catarina, Cesário acabou aproximando-se com a classe dominante tradicional e não com a elite emergente do Norte do Paraná. O próprio Cesário relata que a divisão da UDN em Londrina ficou ainda mais acirrada quando da disputa entre Ney

Braga e Nelson Maculan ao Governo do Estado em 1960, pois ele e alguns outros correligionários decidiram apoiar Ney Braga, enquanto os demais udenistas apoiaram Maculan. Sobre sua vinculação com a elite política da capital, vale ressaltar que Cesário Pereira era primo de Mário Pereira, o qual foi Vice-Governador do Paraná no início dos anos de 1990, na gestão de Roberto Requião e Governador do Paraná entre abril e dezembro de 1994, quando da desincompatibilização do titular do cargo. Em entrevista à Faria e Sebastiani (1997), Cesário Pereira é enfático em dizer que apesar de primos, ele e Mário não mantinham qualquer tipo de relação de afinidade ou de interesse, sendo inclusive opositores no campo da política.

Intitulando-se como um “político vocacionado”, Cesário vinculou-se ao grupo dos produtores agrícolas locais, assumindo a presidência da Associação Agrícola de Cambé e mais tarde ingressou na diretoria da Sociedade Rural do Paraná. Essa aliança com os cafeicultores da ala mais conservadora de Londrina e com os chamados “homens do sul”, rendeu ao udenista a primeira suplência na Câmara dos Deputados nas eleições de 1962, tendo assumido a cadeira como titular em 1964, afastando-se em abril de 1965 após convite do então Governador Ney Braga para assumir ao cargo de Secretário de Estado do Trabalho e Assistência Social, assumindo cumulativamente a função de Secretário de Estado Interino de Saúde Pública. Quando Ney Braga foi convidado pelo então Presidente, Castelo Branco, para assumir ao Ministério da Agricultura, acabou levando junto como seu Chefe de Gabinete Otávio Cesário.

Como era de se esperar, ao contrário da grande parte dos udenistas de Londrina, Cesário filiou-se à ARENA, visando a manter-se junto com o seu grupo político comandado por Ney Braga. Pela ARENA, disputou com Ney o Senado Federal, como suplente, nas eleições de 1966, quando venceram Affonso Camargo e Nelson Maculan, ambos do MDB. Em 1970 disputou uma nova vaga para Deputado Federal, ficando na suplência da ARENA. Contanto novamente com a sorte ou o destino, o titular da cadeira afastou-se e, em 1973, Cesário assume como titular na Câmara Federal em abril. Afasta-se desse cargo em agosto daquele ano para atender ao convite do Governador do Paraná à época, Emílio Hoffmann, assumindo o importante cargo de Secretário do Interior e Justiça, permanecendo nele até o início de 1974, mesmo ano em que Ney Braga deixou o Senado para assumir ao Ministério da Educação, fazendo com que Cesário tivesse que renunciar

ao cargo de Deputado Federal para assumir a cadeira no Senado, onde ficou até o início do ano de 1975.

Como é sabido, Ney Braga formou uma série de líderes políticos no Paraná, dentre eles Cesário e Jayme Canet Junior. A proximidade de Cesário e Canet já se consolidava nos interesses comuns pela agricultura, pelo café especificamente, desde a Sociedade Rural do Paraná, quando foram conselheiros da instituição no final da década de 1960 e início de 1970. Cesário foi também Diretor do Departamento Jurídico da SRP entre os anos de 1968-1969; Canet foi presidente da Empresa de Café do Paraná, fazendo a interface entre o Paraná e o IBC. Todos os itens em comum pesaram para compor a chapa vitoriosa da ARENA ao Governo do Estado do Paraná em 1974, que ganhou por meio de eleição indireta ocorrida na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sendo Canet o titular e Otávio o vice-governador, chegando a assumir o cargo de governador por duas vezes durante o mandato (em 1975 e 1977). Encerrado o mandato de vice-governador, concomitante à abertura ao multipartidarismo, Cesário juntou-se ao grupo dos arenistas que aderiram ao PDS. Quando Braga assumiu novamente ao Governo do Estado, em 1979, Otávio mostrou nova prova da sua vinculação com o grupo neysta, sendo nomeado novamente para o cargo de Secretário de Estado da Justiça, cargo que ocupou de 1979 a 1982.

Seu último cargo eletivo foi conquistado nas eleições de 1982, quando foi eleito novamente Deputado Federal, desta vez como titular direto da cadeira. Pelo PDS, obteve 43.095 votos. Sua vinculação ao agronegócio mais uma vez é demonstrada na Câmara Federal, pois ocupou funções nas comissões de Reforma Agrária e de Política Rural. Após esse mandato, Otávio Cesário retornou à Londrina, onde atuou como conselheiro e ocupando cargos na diretoria da Sociedade Rural do Paraná. Embora sem cargos públicos, Octávio Cesário dirigiu o PFL no Paraná no início da década de 1990. Atuou no agronegócio, na OAB – seccional de Londrina e continuou prestando assessoria como advogado até o seu falecimento, em 2003.

Como não poderia deixar de ser, tamanho capital social, político e econômico, Cesário deixou heranças para os filhos, em especial Octávio Cesário Pereira Neto, conhecido em Londrina como “Vico”, graduado em direito pela Universidade Estadual de Londrina. Cesário Neto ganhou do pai na década de 1980 a concessão de uma rádio em Londrina, a qual a família possui até hoje, funcionando como a rádio AM e FM Jovem Pan de Londrina. Sobre a rádio, a

esposa de “Vico” relatou em um discurso no qual ganhou o prêmio de “Profissional do Ano” de Londrina: “Uma conquista do meu sogro, que por ser político, na década de 80, comprou a rádio. No final, meu marido acabou gostando tanto que hoje é um empresário do ramo da comunicação [...]”¹⁷⁰. Além da Jovem Pan, Cesário Neto também possui a concessão da Rádio Difusora de Cambé.

Além da rádio, Cesário Neto é agropecuarista e, seguindo os caminhos do pai, desde 1992 está vinculado à Sociedade Rural do Paraná, tendo ocupado a Diretoria do Departamento de Agronegócio (1992-1994) e a Diretoria Administrativo-Financeira entre 2008 e 2009, na gestão em que foi presidente da SRP o atual prefeito de Londrina, Alexandre Kireff. Mas estas talvez não tenham sido a melhor “herança” de Cesário Neto, já que desde 1985 é detentor do tabelionato da 8ª Serventia Notarial de Londrina, sendo hoje oficial vitalício. Romana Piazzalunga, esposa de Otávio Cesário Pereira Neto, filha de pioneiros da cidade de Londrina, é também escrevente da mesma serventia. Ressalta-se que Romana também atua na Sociedade Rural da Paraná, na área de relações sociais e eventos. A família defende que o cartório não tem relação com o capital do patriarca, Octávio Cesário, pois conforme afirma o sítio eletrônico do tabelionato:

[...] o jovem advogado, estimulado pelos pais, convenceu-se que deveria prestar concurso para tornar-se Serventuário da Justiça. E assim o fez. Aos 02 de Outubro de 1.987, após aprovação no concurso realizado na Comarca de Uraí – Paraná, a sua nomeação tornou-se publica por intermédio do DECRETO nº.4701, de 04/01/1.985, publicado no Diário Oficial nº.2619 de 30/09/1987. Em 02 de janeiro de 1.989, o então Tabelião, a seu pedido, foi removido para a Comarca de Londrina onde atuaria como titular do Cartório Distrital de Warta, onde permaneceu até Abril de 2004. Hoje, Cesário Neto é Oficial Vitalício da 8ª Serventia Notarial de Londrina, criada através do artigo 261 da Lei nº.14.277/2003, com redação dada pela Lei 14.351/2004 [...] ¹⁷¹

Bastante louvável a capacidade para concursos do herdeiro da família Cesário, já que é detentor também, concursado, do 11º Tabelionato de Notas de Londrina, conquista mais recente em relação ao 8º Tabelionato. O único cargo na administração pública direta ocupado por Césario Neto foi a Presidência da CODEL, durante o governo petista de Nedson Micheletti, companhia que tem a função de

¹⁷⁰ Romana Piazzalunga Cesário Pereira. Disponível em <http://www.profissionaisdoano.com.br/mostrar_profissionais.aspx?id=117> Acesso em 23 mai. 2014.

¹⁷¹ Sobre Dr. Otávio Cesário Pereira Neto. Disponível em <http://cartoriooctaviocesario.com.br/?page_id=2> Acesso 25 mar. 2014.

atuar em prol do desenvolvimento econômico da cidade. Como herdeiro político do pai, que terminou a carreira no PFL, Cesário Neto é filiado ao DEM, partido pelo qual disputou cargo eletivo pela primeira e única vez, ficando apenas na suplência do seu partido na Assembleia Legislativa do Paraná, com 8.147 votos¹⁷², sendo 5.015 deles em Londrina e outros 1.635 em Cambé, demonstrando que é preciso ter mais do que recursos financeiros e representação local para conseguir um cargo, já que diferentemente do pai, “Vico” tem sua atuação empresarial e institucional restrita à Londrina e região.

3.3.13 Família Stamm

Mário Cesar Stamm era natural de Itajaí, Santa Catarina, e se deslocou para Curitiba para cursar Engenharia Civil na Universidade Federal do Paraná. Era servidor público do Departamento de Estradas de Rodagem – DER. Durante o governo municipal de Hosken de Novaes, da UDN, Mário Stamm foi membro do Conselho de Planejamento Industrial de Londrina – COPIL, órgão responsável por planejar, em conjunto com a ACIL (ACL na época), o desenvolvimento econômico por meio da expansão da indústria e do comércio de Londrina.

A serviço do DER, assumiu a chefia do 7º Distrito Rodoviário de Londrina, ficando no cargo entre 1965 e 1967. Uma vez indicado e mantido no cargo pelos governadores nomeados pelos militares, Stamm acabou se filiando ao diretório da ARENA de Londrina, partido pelo qual disputou as eleições para o cargo de Prefeito na cidade, em 1968, obtendo 9.688 votos, perdendo para os dois candidatos do MDB, Dalton Paranaguá (18.192 votos) e Olivir Gabardo (14.525 votos)¹⁷³. Preocupados com a força que o MDB vinha ganhando em Londrina, nessas eleições o então governador, Paulo Pimentel, dedicou-se pessoalmente à campanha de Stamm, fazendo uma série de visitas à Londrina para declarar seu apoio ao candidato Mário. Aníbal Khury, então Secretário Estadual da ARENA também esteve em Londrina para fortalecer a campanha, não surtindo o efeito esperado, já que Paranaguá teve quase o dobro do número de votos que Stamm.

Após sair derrotado desse pleito, Stamm assumiu a Diretoria Geral do DER, a convite de Paulo Pimentel. O DER, à época, detinha função fundamental de fazer

¹⁷² Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

¹⁷³ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

a expansão do sistema rodoviário do Paraná. Da diretoria do DER, saiu direto para assumir cadeira no Senado, eleito para o cargo de Deputado Federal em 1970, pela ARENA, com 27.500 votos¹⁷⁴. Sua atuação na Câmara no período ficou bastante voltada à sua área (transportes), tendo sido membro das Comissões de Comunicações, Minas e Energia, Transportes e Obras Públicas. Segundo o sítio eletrônico da Câmara, em 1973, Stamm foi vice-líder da ARENA naquela casa federal.

Carente de lideranças locais e com Stamm gozando da simpatia popular em Londrina, conhecido agora em âmbito estadual, em 1972, a ARENA o lança novamente candidato a Prefeito de Londrina, fazendo uma “dobradinha” em chapa com o ex-prefeito udenista Hosken de Novaes, que saiu como seu vice. Fato interessante é o de que nesse pleito Stamm fez 25.195 votos, contra 17.126 de seu opositor vencedor daquelas eleições, José Richa. Foram os votos obtidos pelos emedebistas Belinati e Álvaro Dias que conferiram a vitória à Richa. Sobre esse fato, Cesário (1986) analisa:

O lançamento da candidatura de Mário Stamm [...] e a não utilização de sublegendas sugerem que a ARENA local não vinha conseguindo recrutar novas lideranças com a mesma intensidade que o MDB. Sendo assim, o partido situacionista preferia investir no prestígio do ex-udenista e um dos principais líderes do partido, Hosken de Novaes, lançando-o vice de Mario Stamm. A votação obtida pela ARENA demonstra que a penetração eleitoral do partido foi grande, provavelmente garantida não tanto pelo partido em si mas pela avaliação que o eleitorado fez do candidato à Prefeitura e especialmente seu vice.

Mário Stamm retornou ao cargo de Deputado Federal e concluiu o seu mandato. Porém, o desejo dele e da ARENA pela Prefeitura de Londrina não havia cessado: em 1978 foi mais uma vez lançado candidato a prefeito pelo partido situacionista, obtendo uma pequena votação, se comparada à anterior, 9.634 votos, numa eleição polarizada entre Antonio Belinati e Wilson Moreira, ambos do MDB. Importante ressaltar que Stamm ficou em quarto lugar, perdendo para seu companheiro de legenda, o empresário e fazendeiro Manoel Campinha Garcia Cid. Após o fim do bipartidarismo, Stamm filiou-se ao PDS, depois ao PP quando da fusão dos partidos e, no movimento contrário dos demais, encerrou sua vinculação política no PMDB.

¹⁷⁴ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Embora não tenha tido tanto sucesso na carreira política, o engenheiro Stamm acabou compartilhando com os filhos seu capital, sendo dois deles advogados e um engenheiro, como o pai, da área de transportes. Mário Cesar Stamm Junior, doutor na área de engenharia de transportes, é uma referência na área e ocupa a função (concursado) de professor adjunto do Departamento de Construção Civil na Universidade Estadual de Londrina. Sua única incursão em cargos eletivos foi uma tentativa frustrada nas eleições de 1992, quando pelo PFL (atual DEM), disputou à Prefeitura de Londrina, quando obteve 20.849 votos, ficando apenas em 4º lugar.

Em 1997, assumiu ao cargo de presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL, na gestão de Antonio Belinati, ficando no cargo até julho de 1999. No governo do Estado do Paraná, Stamm Junior ocupou cargos em gestões do PMDB. Com Álvaro Dias, foi chefe adjunto da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC, deixando o cargo quando Roberto Requião assumiu a titularidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU. De abril a dezembro de 2010, sob o governo de Orlando Pessuti, do PMDB, Stamm Junior assumiu o cargo de Secretário de Estado dos Transportes, deixando-o no início de 2011, quando foi substituído por Pepe Richa. Importante ressaltar que Junior foi um dos poucos Secretários de Estado que Orlando Pessuti substituiu ao assumir o cargo quando Requião desincompatibilizou-se para concorrer ao Senado em 2010, gerando alguns incômodos dentro do partido e acirrando a rusga histórica entre Requião e Pessuti.

O outro filho de Mário Stamm, Marcos Vitória Stamm, é formado em direito e atua como Advogado, concursado, no Governo do Estado do Paraná. Assim como seu irmão, ocupou cargos de confiança na gestão de Álvaro Dias, quando foi assessor na Casa Civil. No governo de Jaime Lerner, Marcos Stamm foi nomeado Diretor Geral da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na gestão do também londrinense Alex Canziani (em 1999). Desde 2012, é presidente da Associação Brasileira dos Advogados Públicos – ABRAP, entidade que tem como objetivo a defesa dos interesses e o desenvolvimento da advocacia pública no Brasil. No ano de 2012, Marcos esteve envolvido em um escândalo, quando o jornal O Globo divulgou uma lista de servidores comissionados “fantasmas” no Senado

Federal¹⁷⁵. A denúncia relatava que Marcos seria funcionário do gabinete do Senador Sérgio Souza, do PMDB, mas o advogado não atuava em Brasília, pois tinha escritório em Curitiba, além de exercer a presidência da ABRAP, como já citamos. A verdade é que a denúncia sequer cita que Marcos é servidor público de carreira do Estado do Paraná. Em sua defesa, o Senador Sérgio Souza, o qual ocupou a cadeira enquanto Gleisi Hoffmann estava na Chefia da Casa Civil do Governo Federal, disse que Marcos trabalhava para ele num escritório em Curitiba, a serviço do Senado. Importante ressaltar que Sérgio de Souza é da ala peemedebista de Orlando Pessuti; o suplente de Senador é advogado e atuava em escritório em Curitiba juntamente com um dos filhos do ex-governador. Embora o pai, Mário Stamm, tenha se aproximado do grupo de Ney Braga e de um dos seus “herdeiros” políticos, podemos constatar que os filhos alinharam-se mais ao grupo político do Norte do Paraná, transitando entre os partidos e lideranças.

Prova do trânsito da família entre os vários partidos e de que possuem capital social pelas relações que estabeleceram, mas não pertencem a um grupo político específico, é de que o terceiro filho de Mário Stamm, Marcio Fernando Stamm, é atualmente Chefe de Gabinete do prefeito de Londrina, Alexandre Lopes Kireff, do PSD, representante da elite tradicional londrinense vinculada ao agronegócio. Marcio Stamm é advogado formado pela Universidade Estadual de Londrina e mestre em direito pela PUC-PR. Está no cargo desde janeiro de 2014. Interessante observar que enquanto Junior ocupou a presidência do IPPUL com Belinati, o irmão Marcio ocupa um cargo estratégico na gestão do prefeito que “desbancou” a família Belinati, sendo Kireff considerado hoje o principal opositor da tradicional família.

3.3.14 Família Scaff

A família Scaff, vinda do Estado do Mato Grosso do Sul para Londrina na década de 1950, possui uma história bastante peculiar na cidade. A história política da família em Londrina perpassa, principalmente, pelos irmãos Jacy, João e Jorge Scaff, filhos de Jamil e Racchid Scaff.

¹⁷⁵ Lista de senadores que empregam fantasmas, parentes ou investigados. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/brasil/lista-de-senadores-que-empregam-fantasmas-parentes-ou-investigados-4279623>>. Acesso em 23 jan. 2015.

O primeiro, Jacy, tem sua história vinculada à prática de algumas contravenções, mais especificamente ao chamado “jogo do bicho”. O *blog* “Doc Londrina” publicou recentemente um compilado de uma série de jornais das décadas de 1950 e 1970, chamando-o de “A História do Jogo do Bicho em Londrina-PR¹⁷⁶”. Em reportagem publicada no jornal Folha de São Paulo, em 12 de março de 1978, a história da suposta entrada de Jacy para o mundo da contravenção é contada: Jacy casou-se com a filha de um homem conhecido como “Oscarzinho”, o maior “banqueiro” (no sentido da banca e não do banco) do Norte do Paraná. Além de operacionalizar o jogo do bicho em Londrina e região, “Oscarzinho” explorava também jogos de carteadado em um bar chamado “Líder”, tradicional ponto de encontro dos homens importantes, moradores de Londrina nos anos de 1950. Jacy, segundo a reportagem, teria herdado todo o esquema de jogos de azar e carteadado do sogro, continuou operando e expandiu o negócio. Em seu trabalho sobre as faces ilícitas de Londrina entre as décadas de 1940 e 1960, Leme (2001, p. 65) relata que o jogo fazia parte do *habitus* de classe da elite local à época:

Dentre as diversas formas de jogo existentes como: jogo do bicho, vidinha, enroladinho, “21”, bacarat, dentre outros, as modalidades de carteadado tornaram-se as preferidas em Londrina. Dentre os praticantes, encontravam-se representantes de todas as classes sociais. As elites locais utilizavam, além de algumas casas do chamado alto meretrício, clubes sociais como o Country, o Jôquei, isto sem falar que o Aero Clube alugava parte de seu prédio a jogadores reconhecidamente profissionais.

Apesar de se relacionar com a classe dominante local através do jogo, Jacy não teve sucesso na sua primeira incursão na política. Nas eleições de 1955 disputou a vereança em Londrina, pelo PSP, mas obteve apenas 48 votos. Seguiu então operando no jogo, chegando a ser preso quando tentava implantar o jogo do bicho em Paranavaí, cidade na qual a polícia vinha resistindo à entrada desse tipo de contravenção. Sabe-se que relações boas com a polícia nessa área são interessantes, vide a análise do mesmo autor citado acima sobre a atuação da chamada “Polícia de Costumes”, existente na época em Londrina (p. 65):

Por tratar-se de uma contravenção, cujos praticantes, pertenciam às diversas camadas sociais, foram utilizadas práticas repressivas

¹⁷⁶ A história do jogo do bicho em Londrina. Disponível em <<http://doclondrina.blogspot.com.br/2012/11/a-historia-do-jogo-do-bicho-em-londrina.html>>. Acesso em 26 mar. 2014.

diferenciadas. Se de um lado a polícia agia de forma mais tolerante para com clubes e locais onde predominava um número maior de jogadores, pertencentes às elites locais, o mesmo não ocorria quando o objetivo era o de reprimir os jogos, cujos praticantes provinham das classes populares. A polícia de costumes ao adotar práticas repressivas de forma seletiva estava, na verdade, reproduzindo na prática o que já ocorria no plano dos discursos. O velho, porém, sempre atual, ditado popular: 'dois pesos, duas medidas' permeou, como já apresentado, as relações estabelecidas entre as autoridades e as práticas ilícitas do jogo e da prostituição.

Exemplo do que relata Leme acima, é o conteúdo de uma reportagem publicada no Jornal do Brasil em 29 de março de 1978, na qual o jornal denuncia que políticos londrinenses como o ex-prefeito e ex-governador Hosken de Novaes, o superintendente da polícia local, o Deputado Estadual arenista Dácio Leonel e o então Presidente do Londrina Esporte Clube, Carlos Franchello, teriam sido “comprados” por Jacy Scaff. Interessante observar que anos mais tarde Franchello ingressaria no grupo político de Belinati, chegando a vice-prefeito na chapa deste.

Numa função bastante interessante para os negócios da família, o irmão de Jacy, Jorge Scaff, era servidor de carreira da Receita Federal em Londrina, na função de fiscal. Jorge foi também o presidente do diretório municipal da ARENA de Londrina na década de 1970, partido pelo qual obteve o seu primeiro cargo eletivo, nas eleições de 1972, eleito vereador com 1358 votos. Antes disto, em 1970, havia tentado uma vaga para Deputado Estadual, sem sucesso.

Além da política, Jorge tinha uma atividade: o futebol. Além de ter sido ele mesmo jogador, foi também técnico do Londrina Esporte Clube por quatro vezes, membro da comissão técnica do Clube Atlético Paranaense, além de ter presidido um dos maiores clubes sociais da cidade, o Grêmio Recreativo Londrinense, por mais de duas décadas. A relação entre o futebol e as contravenções é mais que conhecida nas práticas brasileiras. Na vereança, Jorge é lembrado por ter sido o autor da lei que viabilizou a construção e criou o estádio municipal de Londrina, conhecido como Estádio do Café, mas que tem como nome oficial “Estádio Jacy Scaff”. Curioso observar que o estádio tem a forma de uma ferradura, símbolo dos jogos de azar. Diz-se nas alcovas de Londrina que a forma de ferradura foi uma alusão à banca de bicho mais famosa da cidade, pertencente à Jacy, de nome homônimo: Banca Ferradura.

O Estádio do Café foi construído na gestão de José Richa como Prefeito, concomitante ao período em que Jacy Scaff era Presidente do Londrina Esporte

Clube. As relações entre Jacy e Richa são relatadas por Arruda e Teixeira (2010, p. 52):

Uma das figuras que mais lutaram pelo Estádio do Café e para o LEC no campeonato nacional foi Jacy Scaff. Homem bom e generoso, Jacy, porém, exercia uma atividade que seus adversários usavam para intriga-lo com Richa: era o grande “banqueiro” do jogo do bicho da cidade. Richa sublimava a “profissão” de Jacy e o tratava como empresário.

Aí está mais uma vez a representação de que até mesmo uma atividade ilícita pode se constituir em aquisição de capital, seja ele social ou econômico, comumente os dois juntos.

Em 1976, o terceiro irmão Scaff, João, disputa um cargo para Vereador pela ARENA, ficando na suplência, sendo efetivado durante o mandato. O mesmo ocorre nas eleições de 1982, quando pelo PDS, obteve 1.018 votos. Em 1982, João tenta o cargo de Prefeito, pelo PDS também, obtendo 13.346 em pleito no qual saiu vencedor Antonio Belinati, enquanto Jorge disputa um cargo para a Câmara de Vereadores, pelo PMDB, ficando na suplência com 1261 votos. Interessante observar que apesar de João ter chegado a chefiar o diretório municipal da ARENA, ao final do bipartidarismo, João Scaff filiou-se ao PMDB, diferindo do seu irmão João e dos demais membros da ARENA, que em sua grande parte foram para o PDS. Em 1992, Jorge perde novamente a eleição para a vereança, obtendo poucos 898 votos, pelo PST.

Apesar do capital de Jacy Scaff junto à classe dominante, os irmãos até então não tinham tido sucesso esperado na política. Os resultados esperados vieram com a aproximação dos Scaff com Antonio Belinati. A amizade começou quando, segundo disse Belinati em entrevista ao *blogueiro* Luiz Lucas¹⁷⁷, ele e Jorge se conheceram na rádio na qual o primeiro atuava como locutor e o segundo como comentarista esportivo. Dessa amizade surgiu o apoio mútuo nas eleições de 1996, sendo Jorge eleito Vereador pelo PDT, mesmo partido do prefeito eleito, Antonio Belinati. Essa eleição foi atípica, já que Jorge concorreu contra o próprio sobrinho, Roberto (Beto) Ávila Scaff, do PSDB, filho e herdeiro de Jacy Scaff. Como um “coração de mãe”, Londrina acolhe toda a família, elegendo Beto com 2.804 votos e

¹⁷⁷ Ex-prefeito de Londrina Jorge Scaff morre aos 84 anos. Disponível em <<http://luizlucas.com.br/post/137/ex-prefeito-de-londrina-jorge-scaff-morre-aos-84-anos>> Acesso em 10 jun. 2014.

Jorge com 2.426 votos. Assim, na 12ª Legislatura da Câmara Municipal de Londrina temos tio e sobrinho atuando juntos.

Beto Scaff, como é conhecido, é um dos sócio-proprietários de um tradicional restaurante de Londrina e agente na área do futebol, ligado diretamente ao Londrina Esporte Clube. Em 2000, ainda pelo PSDB, conseguiu eleger-se novamente vereador, sendo o 6º colocado com 3.429 votos, sendo essa a última eleição disputada por Beto. Foi no ano 2000 que a família realizou o desejo de chegar ao cargo máximo do poder executivo municipal, mas não exatamente da forma esperada. Quando da cassação de Antonio Belinati, seu vice, Alex Canziani, havia renunciado ao cargo para assumir a vaga de deputado federal. O primeiro na sucessão seria então o presidente da Câmara de Vereadores, Renato Araújo, o qual renunciou do cargo antes que tivesse que assumir a prefeitura. Jorge Scaff era então o vice-presidente da Câmara e acabou assumindo. Por determinação do Tribunal Regional Eleitoral, um novo prefeito deveria ser eleito dentre os Vereadores de Londrina para permanecer no cargo até que as eleições fossem convocadas. Praticamente todos os vereadores declinaram, pois assumir a prefeitura seria renunciar a uma candidatura à reeleição no pleito que ocorreria em outubro. Jorge foi o único que se dispôs a assumir a função, sendo seu nome referendado pelos demais. Jorge Scaff, filiado ao PSB na ocasião, foi Prefeito de Londrina entre maio e dezembro de 2000. Em razão de sua fragilidade de saúde (possuía insuficiência renal e problemas cardíacos), afastou-se da política após entregar o cargo ao novo prefeito, em janeiro de 2001.

Após esse fato, a família Scaff sentiu os efeitos da proximidade com Belinati diante de tantos fatos conturbados: João foi candidato ao cargo de Vereador em 2004 (PTB), ficando na suplência, assumindo a função após o afastamento de quatro vereadores investigados em casos de corrupção. Em 2008, João obteve apenas 628 votos. A última incursão da família em processos eleitorais foi em 2012, quando o odontólogo Fernando Scaff, filho do ex-prefeito Jorge Scaff, disputou as eleições para vereador em Londrina, pelo DEM; seus 521 votos não foram suficientes sequer para garantir a suplência na legenda do seu partido.

Jacy Scaff, lembrado pelos londrinenses pela sua atuação como dirigente, apoiador e entusiasta do Londrina Esporte Clube, não viveu para ver o irmão ser Prefeito de Londrina e o filho duas vezes Vereador, pois morreu em 1986. O ex-Prefeito Jorge Scaff também já é falecido, pois morreu em 2014. A história dos Scaff

ainda é um capítulo da história de Londrina que merece ser investigado mais a fundo, pois perpassa a política, o futebol e as peculiaridades dos “empreendimentos” de jogos de azar. Ainda que a informação não seja confiável, já que referido *blog* não é assinado, vale reproduzir aqui a análise feita pelo autor anônimo ao final da coletânea de reportagens jornalísticas sobre o jogo do bicho em Londrina:

Ainda vai chegar o tempo em que se conhecerá as histórias dos homens que realmente mandaram na cidade com a força do dinheiro e da corrupção. Ainda há um certo constrangimento ou pudor em relatar essas histórias. Mas não há como não reconhecer o poder exercido por esses homens. Jacy, por exemplo, era irmão do vereador e presidente da Arena em Londrina. Fez o Estádio na administração do José Richa (MDB), numa obra supervisionada pelo então Secretário de Obras, Wilson Moreira. Alguém perguntou da onde vinha o dinheiro? É difícil encontrar homens dessa estirpe que pairam para além das diferenças de fachadas. Talvez na história recente da cidade, o homem que mais se aproximou disso tenha sido o deputado federal e tesoureiro do PP, José Janene, que ao longo de sua carreira pôs no bolso um leque variado de políticos, de Antônio Belinati a Paulo Bernardo, do Partido dos Trabalhadores, atual ministro das Comunicações do governo Dilma Rousseff¹⁷⁸.

3.3.15 Família Canziani

A família Canziani se junta a mais uma daquelas em que poder político e cartórios estão atrelados. Severo Rudin Canziani, curitibano, foi o primeiro a chegar à Londrina, logo após a fundação da cidade, em 1938. Severo era funcionário público estadual e foi nomeado pelo então Interventor do Estado, Manoel Ribas, como Coletor Estadual, designado para Londrina. Poderíamos, por analogia, dizer que o cargo de Coletor Estadual seria o equivalente ao de um delegado da Receita Estadual, já que a função do coletor era a de chefiar o órgão arrecadador de impostos estaduais. Conforme o anuário de nomes de ruas e logradouros (Câmara Municipal de Londrina, 2002), Severo Canziani, desde Curitiba, era bastante ligado às atividades Rotarianas, tendo exercido o cargo de Governador do Rotary Club Internacional – Distrito 463, equivalendo à presidência estadual da organização. Sabe-se que durante muitos anos e, quiçá, até os dias atuais, as atividades ligadas aos Rotarys e Lions Clubs faziam parte do *habitus* de classe da classe dominante.

¹⁷⁸ A história do jogo do bicho em Londrina. <http://doclondrina.blogspot.com.br/2012/11/a-historia-do-jogo-do-bicho-em-londrina.html>. Acesso em 26 de março de 2014.

Em 1948, durante o governo de Moyses Lupion, Severo recebeu o maior trunfo da família: a nomeação como Oficial do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos do 2º Registro da Comarca de Londrina. Registrar imóveis numa região em franca expansão e com terras férteis certamente deve ter sido um bom negócio para a família Canziani.

O herdeiro político de Severo Canziani é seu neto, Alex Canziani da Silveira, filho de Ody Silveira e Vera Maria Canziani Silveira. Além de ter “herdado” a oficialidade do cartório desde o final da década de 1980, Alex Canziani tem sólida carreira política, com atuação em âmbito municipal, estadual e federal. Embora se registrem algumas migrações partidárias, foi pelo PTB que Alex ocupou praticamente todos os cargos eletivos. Graduado em direito pela Universidade Estadual de Londrina, ocupou no final em 1987/1988 a presidência do Centro Acadêmico do curso de Direito da UEL, o que contribuiu para lhe dar mais visibilidade para sua primeira eleição a vereador, em 1988, quando com apenas 24 anos assumiu a cadeira na Câmara Municipal de Londrina, com 1208 votos¹⁷⁹. Foi reeleito em 1992 com 1481 votos. Na vereança aproximou-se do grupo da família Belinati, ao qual desde então esteve sempre atrelado.

Em 1994, Canziani tenta a disputa para Deputado Federal, ficando na suplência, com apenas 26.802 votos, não tendo assumido a titularidade do cargo nenhuma vez. Em 1996, Canziani chegou a anunciar sua candidatura ao cargo de Prefeito de Londrina, mas foi demovido pelo grupo de Belinati e José Janene, conforme relatamos anteriormente aqui. Canziani concordou em reforçar a chapa de Belinati como vice-prefeito, saindo vitoriosos. Como “prêmio”, já no primeiro ano de mandato acumulou a vice-prefeitura com a presidência da CODEL, importante companhia já nominada neste trabalho. A retribuição de fato veio nas eleições de 1998, quando teve toda a máquina do município e o apoio público de Belinati para a primeira de muitas eleições para Deputado Federal. Com 74.876 votos, Alex conquistou a almejada cadeira na Câmara Federal. Para assumir o posto, Canziani deixou a CODEL e renunciou ao cargo de Vice-Prefeito. Em mais uma demonstração das relações com a família Belinati, Alex Canziani foi nomeado, em janeiro de 1999, ao cargo de Secretário de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, permanecendo até o final daquele ano. Esse distanciamento da prefeitura

¹⁷⁹ Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

de Londrina o fez passar quase incólume pelas denúncias e acusações que pesaram na cassação de Belinati no ano 2000. Dizemos “quase” incólume porque anos mais tarde os processos judiciais versaram sobre recursos na casa de R\$123 milhões, os quais teriam sido derramados nas campanhas de reeleição de Jaime Lerner e Emília Belinati, para o deputado estadual Antonio Carlos Belinati e de Alex Canziani¹⁸⁰. Contra o Deputado Federal nada até hoje foi comprovado, continuando ele gozando da “ficha limpa”.

Tanto não afetou a sua imagem, que em 2002 repetiu a boa votação, só que pelo PSDB (partido pelo qual passou um curto período), reelegendo-se Deputado Federal com 76.195 votos. O mesmo feito repetiu-se nos anos de 2006 (111.472 votos), 2010 (149.693 votos) e 2014 (187.475 votos), sendo o segundo colocado neste pleito, atrás apenas de Cristiane Yared, superando em número de votos até mesmo o muito popular Marcelo Belinati, sobrinho de Antonio Belinati e sucessor político direto do tio.

No ínterim dessas votações de sucesso, no ano de 2004, disputou contra o próprio “padrinho” a prefeitura, obtendo apenas 5.081 votos numa eleição polarizada entre a tradição de Belinati e a suposta renovação com a administração petista, na qual a segunda saiu vitoriosa.

Na Câmara Federal, Canziani destacou-se pelas seguintes atividades: Presidente da Comissão de Turismo (2001-2002, 2007-2010), Presidente das Frentes Parlamentares de Turismo e de Defesa do Ensino Profissional, ambas no Congresso Nacional (2006), membro da Frente Parlamentar de Educação Profissional, Tecnológica, Educação à Distância e Novas Tecnologias Educacionais, Presidente da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados(2010), membro da mesma comissão anterior (2011/2012), membro titular da Comissão de Educação (2011). Foi também líder da bancada de Deputados do Estado do Paraná entre 2009 e 2010, além das várias lideranças e vice-lideranças do PTB na Câmara Federal ao longo de uma década e meia naquela casa.

A principal plataforma de Alex Canziani enquanto Deputado Federal tem sido a Educação, sendo atualmente o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Educação. Alex tomou para si os louros de ter levado um campus da Universidade

¹⁸⁰ Belinati do PP. Disponível em <<http://www.jornali9.com/noticias/denuncia/lava-jato-primos-de-acao-padrinho-politico-de-youssef-e-paulo-roberto>>. Acesso em 25 mar. 2014.

Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR para Londrina, pleito antigo do município. A partir daí, passou a usar como slogan político: “Alex Canziani, o deputado da educação”. Por sua atuação nas tratativas para trazer a UTFPR para Londrina, Canziani chegou a ganhar alguns prêmios, como: Homenagem do CNPq pela contribuição especial ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em 2005; título de “Destaque Tecnológico”, concedido pela Associação do Desenvolvimento Tecnológico de Londrina (Adetec), em 2007; medalha “Juscelino Kubitscheck” pelo Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Concefet), em 2007.

Apesar de Alex Canziani ser mais um dos “afilhados” políticos de Belinati, é interessante observar que, diferentemente de José Janene, a exemplo, ele nunca acompanhou Belinati em termos de filiação partidária. Permaneceu quase toda a sua carreira no PTB, sendo a única liderança reconhecida desse partido em Londrina. Dentro do partido ele já ocupou as seguintes funções: presidente do diretório municipal de Londrina (1987-1992), delegado do Diretório Nacional do PTB (1997-1999) e atualmente é presidente do PTB do Estado do Paraná.

3.3.16 Família Caldarelli

A Família Caldarelli obteve sucesso político em cargos eletivos apenas com o pai, Oswaldo Caldarelli, do qual muito pouco pudemos encontrar em termos de dados biográficos. No Centro de Documentação da Câmara de Vereadores e nos registros de recursos humanos pudemos apenas depreender que Oswaldo nasceu na capital do Estado de São Paulo e era funcionário público estadual. Oswaldo foi vereador em Londrina por cinco mandatos consecutivos, da 5ª a 9ª Legislatura, sendo a primeira vez eleito pelo PTB, outras três pela ARENA e a última, em 1982, pelo PMDB. Nossos interlocutores da Câmara de Vereadores de Londrina lembravam apenas que Caldarelli era “boleiro”, como disseram, referindo-se à sua ligação com o futebol. Assim como a família Scaff, os Caldarelli também estão diretamente ligados ao Londrina Esporte Clube, sendo Oswaldo um dos entusiastas da fundação oficial do time próprio de Londrina. Ele próprio e um dos filhos, Marcelo, já foram dirigentes do time de futebol.

Todos os filhos de Oswaldo tiveram incursão na política, mas nenhum obteve sucesso nos pleitos que disputaram. O mais conhecido dos quatro filhos é

Rubens Luiz Caldarelli, o qual tem sua história e imagem muito vinculada ao apresentador de televisão e radialista Luiz Carlos Alborgueti, o lendário “Cadeia”, como era popularmente conhecido. Rubens começou sua carreira juntamente com o ex-prefeito Barbosa Neto, no programa televisivo de Alborgueti, na função de “caboman”. De auxiliar de estúdio, Rubens acabou tornando-se repórter de rua de programa policial. Quando Alborgueti alçou poder político levou Rubens consigo, nomeando-o assessor de gabinete na Assembleia Legislativa durante seu mandato em 1999. Rubens tentou eleger-se Vereador em 1996, pelo PTB, mas não foi eleito; obteve 1630 votos, ficou na suplência e não foi efetivado. Apesar do insucesso no cargo eletivo, basta ler os jornais e ingressar em qualquer “roda de conversa” sobre política para saber da influência local de Caldarelli. Não é possível avaliar quem é o grupo específico que representa, pois já esteve ao lado de Belinati e em outro momento chegou a ser denunciado por este por supostamente estar caluniando o ex-prefeito e seu filho, o ex-deputado Tônico Belinati. Já foi aliado de Barbosa Neto e agora seu inimigo. Contam que em 2010, quando Barbosa Neto ainda era prefeito de Londrina, ele e Caldarelli chegaram às vias de fato dentro do gabinete da prefeitura¹⁸¹. Conforme divulgado pela imprensa londrinense, Barbosa Neto teria sido acusado de ter atropelado o irmão de Rubens, José Eduardo Leme Caldarelli, em 1994, ocasionando a morte deste¹⁸², num acidente ocorrido em Uraí.

Há quem nos tenha dito pelos corredores da Câmara de Vereadores de Londrina e, obviamente, não quis ser identificado, que Rubens seria o maior “chupim” da política londrinense (termo usado pelo informante), pois onde há poder, “ele está metido”. Não ocupa cargos formalmente, mas está sempre na articulação. Prova dessa função de articulador local é que nas poucas visitas feitas pelo atual governador do Paraná, Beto Richa, Rubens Caldarelli foi fotografado e filmado aparecendo ao lado de Beto nas imagens publicadas. Em dezembro de 2014, quando Beto Richa transferiu a sede do Governo do Estado por um dia para Londrina e montou seu gabinete na sede do IAPAR, Caldarelli agrediu uma estudante da UEL que protestava contra o governo Beto Richa, agredindo-a com um guarda-chuva. Na ocasião, a imprensa do Paraná chegou a nominá-lo como

¹⁸¹ Barraco na prefeitura. Disponível em <<http://boiaquente.blogspot.com.br/2010/02/barraco-na-prefeitura.html>>. Acesso em 23 abr. de 2014.

¹⁸² Barbosa Neto bate BMW. Disponível em <<http://destaknews.com.br/?p=981>>. Acesso em 24 abr. 2014.

assessor de Beto Richa¹⁸³. O Palácio Iguaçu desmentiu rapidamente, divulgando que ele não seria assessor de Beto. De fato, se buscarmos os atuais cargos comissionados no sítio eletrônico de transparência do Governo do Estado do Paraná, o nome de Caldarelli não é localizado, mas o de seu filho Rubens Luiz Caldarelli Filho pode ser encontrado, ocupando um cargo comissionado na Secretaria de Estado de Segurança Pública.

Outro irmão conhecido, também filho de Oswaldo, é Ângelo Marcelo Caldarelli, ex-presidente do Londrina Esporte Clube. Marcelo, como é conhecido, tentou em 2010 uma vaga na Câmara Federal, sem sucesso (4.377 votos). Em 2012 tentou a vereança em Londrina, mas obteve 809 votos, não ficando nem na suplência do PV. Marcelo também esteve envolvido num escândalo que ficou conhecido como “Lista Caldarelli”, na qual quatro vereadores foram investigados e afastados de suas funções após serem denunciados por terem recebido propina para a aprovação da regularização (doação) de um terreno da Prefeitura utilizado por Marcelo Caldarelli na margem do Lago Igapó, principal área de lazer em região nobre de Londrina¹⁸⁴. Mauro Caldarelli e José Eduardo Caldarelli, também filhos de Oswaldo Caldarelli, disputaram apenas uma eleição, em 1992, para vereador, não tendo sucesso no pleito, sendo que o último, José, morreu com apenas 40 anos no acidente automobilístico já mencionado aqui.

¹⁸³ Rubens Caldarelli afirma que usou guarda-chuva para se defender de estudantes. Disponível em <<http://www.cbnlondrina.com.br/materias/rubens-caldarelli-afirma-que-usou-guarda-chuva-para-se-defender-de-estudantes>>. Acesso em 10 dez. 2014.

¹⁸⁴ Justiça condena ex-vereadores na ação da Lista de Caldarelli. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1151431&tit=Justica-condena-ex-vereadores-na-acao-da-Lista-de-Caldarelli>>. Acesso em 25 fev. 2015.

CONCLUSÃO

No estudo das elites do poder, das classes dirigentes, considerar a família é essencial, principalmente se tomarmos como pressuposto a afirmação de Pierre Bourdieu (2011), de que o espírito de família vai para além das questões de afeto, perpassando pelas afinidades de *habitus* e também pela solidariedade de interesses. Nessa solidariedade de interesses está um dos fundamentos da ocupação dos espaços de exercício de poder por membros de uma família, no sentido de garantirem a continuidade e a longevidade dos seus nesse poder e usufruir das benesses e vantagens que ele oferece.

Nesse sentido, após a realização desta pesquisa, nossa hipótese se confirma: mesmo em localidades de colonização e formação recente as relações de poder político e parentesco estão presentes, pois o tempo não é o fator determinante para a construção dessas redes familiares no poder. A existência das instituições e dos espaços de exercício de poder é que dão a base inicial para a formação das teias de nepotismo. Obviamente, quanto mais tempo, maiores e mais sólidas essas redes vão ficando, ganhando longevidade ao perpassar por filhos, netos e bisnetos. Muitas delas também vão ganhando ainda mais força com o entrelaçamento com outras famílias do poder, seja ele político e/ou econômico, o que se dá normalmente através do casamento.

No caso de Londrina, muitos duvidaram dos resultados aos quais poderíamos chegar com esta pesquisa, tanto pela questão temporal, quanto pelo fato dessas redes de poder político e parentesco serem ocultadas, sendo a família Belinati a única lembrada pelas pessoas. Nesse viés, podemos mencionar o título do livro de Ricardo Costa de Oliveira (2001), “O Silêncio dos Vencedores”, em alusão à forma discreta e silenciosa com que as famílias se proliferam no poder. Há que se considerar também o que o mesmo autor afirma em sua outra obra, “Na Teia do Nepotismo”, sobre o fato de que os ricos e poderosos estabelecem com a alta sociedade e com o Estado formas de proteção à sua privacidade, sendo as suas riquezas sociais e patrimônios ocultados aos nossos olhos.

Interessante observar que esse silêncio das genealogias muitas vezes vale para si mesmo e não para os outros. Explicamos: muitos políticos denunciam as redes alheias, enquanto eles mesmos mantêm a sua própria rede de poder e parentesco ocultada. Passagem interessante é reportada por Oliveira (2012), ao

transcrever o discurso do então Senador Leite Chaves, no plenário do Senado em 1982, quando ele critica severamente Ney Braga pelas práticas de nepotismo ao empregar uma série de familiares em cargos públicos. Porém, conforme apontamos neste trabalho, ele, o próprio Leite Chaves, também vinha de uma família de políticos tradicionais da Paraíba, sendo que seu irmão, Jonas Leite Chaves, foi um dos “caciques” do Poder Legislativo Estadual daquele Estado.

No caso das famílias no poder em Londrina, ou que por lá passaram, podemos encontrar um ponto de convergência em quase todas elas: a migração para a cidade em razão da expansão da cultura agrícola e, por consequência, da economia local. Alguns vieram em busca da riqueza pela terra, adquirindo pequenos lotes e posteriormente tornando-se grandes latifundiários, como o caso da família Dias. Outros, em especial os bacharéis em direito, como Hosken de Novaes e Leite Chaves, vieram buscar trabalho na advocacia, já que a disputa pelas terras vinha gerando grandes causas. Um outro grupo advém de famílias de servidores públicos que foram transferidos para a região em razão da necessidade de expansão da infraestrutura e dos serviços públicos, tais como Belinati e Del Ciel, cujos pais trabalhavam na construção de ferrovias, Mário Stamm, que veio chefiar o distrito rodoviário, responsável pela abertura e conservação das estradas que ligavam Londrina aos demais centros do Paraná ou, ainda, a família Canziani, na pessoa de Severo Canziani, nomeado para chefiar a Coletoria Estadual na recém-criada Londrina.

Outros, como os Richa, vieram para o Norte Velho do Paraná tentar melhorar a vida com o comércio. O imaginário da terra da promessa, do Eldorado, fez inclusive com que, no período da colonização, muitos “homens do sul” tentassem “ajeitar” a vida de seus parentes, como é o caso de José de Oliveira Rocha, que vinha do Estado da Bahia com a família e recebeu a concessão do cartório de registros de Londrina, possivelmente por influência de seu tio, o então Arcebispo da Região Metropolitana de Curitiba, Dom Ático Eusébio da Rocha.

No caso das famílias estudadas aqui, vale observar que muitos de seus precursores, de seus “patriarcas”, tentam fazer-nos acreditar na ideia do *self made man*, como homens que construíram tudo o que possuem com o “suor de suas próprias mãos”, que chegaram a Londrina sem nada e lá construíram por mérito próprio suas histórias de sucesso. Porém, se analisarmos com um pouco mais de profundidade, veremos que todas essas famílias já gozavam de capitais sociais,

sejam eles políticos, econômicos ou culturais que lhes afiançaram o ingresso na política local e acumularam muitos outros capitais que garantiram sua manutenção nela.

Observando o caso da família central deste trabalho, os Belinati, apesar de Antonio Casemiro estar classificado como um político *outsider*, no sentido de alguém sem tradição na política local que emerge rapidamente a um cargo importante, não podemos afirmar que ele e seus familiares não possuíam nenhum capital. Apesar de filho de um funcionário público da rede ferroviária, seu pai possuía relações de amizade que lhe permitiram conseguir um emprego para o filho no rádio. A partir desse emprego, Belinati tornou-se conhecido radialista. Ou seja, o próprio rádio foi o seu principal capital para adentrar na vida política, mas não foi por mérito próprio que ele entrou para a área radiofônica. Ainda, a audiência do rádio é suficiente para ingressar na carreira política, mas não para manter-se nela. Se não fosse assim, não haveria explicação para tantos outros radialistas londrinenses não terem sobrevivido a mais que um ou dois mandatos na vereança, como o caso de Otássio Pereira (padrinho político de Belinati), Antenor Ribeiro, Tadeu Felismino, Santa Rosa, José Makiolke (Zezão), Siqueira Martins e tantos outros radialistas e apresentadores de televisão que não prosperaram politicamente como o esperado.

Belinati permaneceu porque se aliou a uma fração da classe dominante local, aquela ligada às atividades econômicas urbanas, acumulando outros capitais, incorporando *habitus* de classe das classes dominantes e garantiu a sua continuidade alocando familiares nos três poderes e nas três esferas de governo. A rede construída por essa família é tão forte e importante, que ela mesma serviu de capital para o ingresso ou fortalecimento na política de outras famílias aqui estudadas, como Janene, Scaff e Canziani. Tamanho reconhecimento dos capitais dessa família faz com que sejam procurados pelos representantes da política tradicional do Paraná para firmar alianças que garantem votações no município, vide o caso de Jaime Lerner e, mais recentemente, da aliança com a família Richa (também com histórico em Londrina), a qual garante cargos estratégicos para a família Belinati na esfera estadual e votações astronômicas em Londrina para a família Richa.

Sobre a família Richa é interessante observar como tentam vender-nos a imagem de “filhos de Londrina”. Na cidade, a história de Richa na capital, sua vinculação com o grupo de Ney Braga e com a JDC é praticamente omitida à

população, fazendo parecer que Richa era o grande líder nato, opositorista, do “MDB Velho de Guerra”, que impulsionou e modernizou a política londrinense. Quando deixou o grupo de Ney Braga, parece-nos muito mais por conveniência do que por convicção (pois não teria espaço para crescer mais dentro do grupo), José Richa deslocou-se para Londrina, buscou a acumulação de outros capitais, inclusive dentro da igreja católica, atuando nos cursilhos, e circulou pelas classes economicamente dominantes, garantindo uma eleição direta para Prefeito sem que tenha ocupado qualquer outro cargo em âmbito municipal. Outra questão a se observar sobre a família Richa é a de que é possível encontrar vários relatos de que José Richa não era adepto à nomeação de parentes e amigos para cargos públicos; observe-se que Richa, em sua carreira, foi declinando gradativamente, perdeu uma eleição para o Governo do Estado e saiu de cena por completo. Já o seu filho, Beto Richa, adepto do nepotismo, em muito menos tempo de história política que o seu pai, conseguiu estabelecer uma rede maior e mais poderosa, garantida em grande parte pela presença de seus parentes em cargos estratégicos, provando a tese de que o nepotismo, o controle de órgãos estratégicos por familiares, é uma das principais formas de manutenção no poder.

Há um outro grupo grande de famílias em Londrina, a maioria delas já fora de cena ou com seus centros de poder deslocados para outras localidades, que se estabeleceram, primeiramente, pelo capital cultural. Hosken de Novaes, Gabardo e Leite Chaves, todos com formação em direito em renomadas universidades como a do Rio de Janeiro, fizeram parte da primeira elite intelectual local, ingressando como professores da faculdade de direito da cidade, tornando-se referência para muitos outros políticos que viriam mais tarde, utilizando o próprio movimento estudantil como espaço de recrutamento de novas lideranças, como é o caso de Olivir Gabardo, que é apontado como o responsável pelo ingresso de José Antonio Del Ciel e de Álvaro Dias na política paranaense. No caso de Leite Chaves, quando chegou à Londrina já era doutor em direito. O filho, Rogério Leite Chaves, que já foi Procurador-Geral do Distrito Federal, formou-se pela UNB, mesma instituição pela qual é mestre na área, confirmando assim a afirmação de Oliveira (2001 e 2012) de que as famílias no poder garantem aos seus descendentes formação nas melhores universidades, nas mais renomadas e tradicionais de cada área, multiplicando seus capitais culturais. Os únicos “patriarcas” dos aqui estudados sem nível superior foram Belinati e Maculan, o que não se repetiu com seus filhos, a exemplo do de

Maculan, que possui curso de pós-doutorado e é professor emérito da UFRJ ou de Tônico Belinati, engenheiro civil formado pela UEL. O contrário também ocorre, a exemplo de Hosken de Novaes, exímio advogado, o qual não deixou herdeiros políticos e nenhum dos filhos levou adiante a mesma carreira. Vale citar aqui que recentemente foi divulgado no *blog* de Carlos Molina que os herdeiros de Novaes haviam vendido sua biblioteca com milhares de obras, algumas delas raras na área do direito, por preço módico a um sebo da cidade de Londrina.

Importante observar também que a relação de família e poder reproduz-se até mesmo nos clubes de futebol, como é o caso do Londrina Esporte Clube, o qual tem a sua história imbricada à história de duas famílias londrinenses: Scaff e Caldarelli. A primeira, além do futebol, também transitou pela classe dominante por meio dos jogos de azar. As relações adquiridas pelos dirigentes do time de futebol também se constituíram em capitais que garantiram a entrada dessas famílias para a vida política, não só em cargos eletivos, como também em cargos de assessoramento e articulação da política local, como o caso dos Caldarelli.

Outra característica a ser ressaltada dessas famílias é que muitas delas já faziam parte de grupos estabelecidos e de tradição política em outras regiões do Paraná e até mesmo em outros Estados, como o já citado Leite Chaves, da Paraíba, José Antonio Del Ciel, de família de políticos de Ourinhos, Estado de São Paulo, Cesário Pereira, de família da classe dominante tradicional de Santa Catarina e, a principal delas, Rocha Loures, do Sul do Paraná, remontando a mais de trezentos anos de história de atividade econômica e política no Estado, com sua continuidade garantida com filhos e netos de João Alves da Rocha Loures no cenário político e empresarial estadual.

Embora com uma tradição de “cidade de oposição”, ficou claro que as famílias que se proliferaram no poder em Londrina não o fizeram num cenário de isolamento da política da classe dominante tradicional do Paraná, das elites políticas tradicionais, tendo todos eles em vários momentos, quando foi oportuno e conveniente, estabelecendo *compliances* com esses grupos.

Quando Oliveira (2013) afirma que estudar a história das instituições é estudar a história das famílias, isso fica provado se observamos as duas das principais organizações de Londrina: a ACIL e a Sociedade Rural do Paraná, espaços consolidados de formação e reprodução do poder econômico e político local, perpassado também por várias gerações de famílias, como Janene e Cesáreo

Pereira e com famílias emergentes na atualidade, como o hoje prefeito de Londrina, Alexandre Lopes Kireff, cuja família Lopes já esteve no centro do poder econômico de Londrina com o monopólio dos serviços de transporte público da cidade, supostamente quebrado apenas recentemente. Outras instituições que historicamente estão ligadas às famílias e às suas relações de poder são os cartórios. Conforme apontado neste trabalho, os principais e mais antigos cartórios da cidade pertencem às famílias estudadas, como o Cartório Rocha, os vários cartórios da família Rocha Loures e Loures Salinet, o registrador de imóveis Canziani, o tabelião de notas Cesário Pereira Neto e o filho de José Richa, Adriano, tabelião na Região Metropolitana de Curitiba.

Vale observar, ainda, que as relações de poder e parentesco não são prerrogativas apenas das alas mais conservadoras e de orientação político-ideológica alinhadas à direita. Dentre as famílias estudadas, existem duas com alinhamento mais à esquerda, vinculadas aos movimentos de trabalhadores. Uma delas, Carvalho, possui histórico que remonta à fundação do PT nacional e à organização local do partido. O discurso recorrente contra as classes tradicionais e suas práticas não impediu que Gilberto Carvalho diligenciasse para a nomeação da irmã, Márcia Lopes, a cargos de segundo e primeiro escalão na gestão federal petista de Lula. O histórico de luta de defesa das classes dominadas pode também se transformar em capital para a reprodução de uma família no poder, como é o caso da família Corrêa, inicialmente vinculada à organização dos primeiros partidos comunistas na região Norte do Paraná, a qual tem hoje como expoente Elza Correia, que acumulou outros capitais ao longo de sua carreira, vinculando-se aos paranaenses das classes tradicionais, como a família Requião.

Assim, podemos considerar que independente do tempo decorrido de existência de uma localidade, das questões partidárias ou de orientação ideológica, o nepotismo estará presente, porque ele faz parte da cultura política brasileira e é uma importante forma de manutenção e reprodução do poder. Oliveira (2012, p. 13) deixa claro que “as estruturas de parentesco formam parte da realidade social e política brasileira do século XXI”. Nesse sentido, como já afirmamos, o estudo das elites e das classes dominantes precisa passar pelo estudo das famílias, já que poder e riqueza são, na maioria das vezes, hereditários e atuam para ampliar as desigualdades sociais já existentes. Dessa maneira, concluímos esta dissertação parafraseando a tese de Oliveira (2012): Família ainda importa!

REFERÊNCIAS

- ADUM, Sônia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina. 1930-1960.** Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1991.
- _____. **A subversão do paraíso: o comunismo em Londrina (1945-1951).** São Paulo. Tese (Doutorado em História Social), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ARIAS NETO, José Miguel. **O eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975.** Londrina: EDUEL, 1998.
- ARRUDA, Rose; TEIXEIRA, Hélio. **Richa: o político.** Curitiba: Independente, 2010.
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE LONDRINA – ACIL. **Setenta Anos de Luta.** Londrina: ACIL, 2007.
- BARBOSA, Maria Lucia Victor. **A colheita da vida: resgate histórico da sociedade rural do Paraná.** Londrina: Sociedade Rural do Paraná, 2000.
- BERTAUX, Daniel. **El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades.** Propositiones, Santiago de Chile, n.29, p. 1-23, mar. 1999.
- BONI, Paulo César. **Fincando Estacas!: a história de Londrina (década de 30) em textos e imagens.** Londrina: Ed. do Autor, 2004.
- BOURIDEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** 11ed. Campinas: Papyrus, 2011.
- BURNHAM, James. **Los maquiavelistas: defensores de la libertad (Maquiavelo, Mosca, Sorel, Michels, Pareto).** Buenos Aires: Olcese Editores, 1986.
- BUSSETO, Áureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas.** São Paulo: UNESP, 2002.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA. **As Eleições de 1935.** Disponível em <http://www.cml.pr.gov.br/home/historia_1935.aspx>. Acesso em 03 ago. 2013.
- _____. **Ruas, praças, avenidas e próprios públicos do município de Londrina denominados em 1998, 1999, 2000 e 2001: biografia dos homenageados.** Londrina: Câmara Municipal, 2002.
- _____. **Ruas, praças, avenidas e próprios públicos do município de Londrina denominados em 2002: biografia dos homenageados.** Londrina: Câmara Municipal, 2003.

CERVI, Emerson Urizzi. **Rádio e Renovação Política em Eleições Majoritárias**: As vitórias eleitorais de prefeitos/radialistas em Londrina e Ponta Grossa. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Curitiba, 2002.

_____. **Comportamento volátil e manutenção dos resultados em eleições para o governo do Paraná**. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 9, p. 109-131, 2002b.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira**: um estudo de poder local: Londrina-PR, 1934 – 1979. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, 1986.

CÉZAR, Délio Nunes. **A primavera de Londrina**: o despertar de uma cidade contra a corrupção. Londrina: Midiograf, 2001.

COSTA, Osmani Ferreira. **Rádio e política**: a aventura eleitoral dos radialistas no século XX. Londrina/PR: Eduel, 2005.

COUTINHO, H. Puigari. **Londrina – Estado do Paraná**: 25 anos de sua história. São Paulo: sem editora, 1959.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro : Zahar, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3.ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FARIA, Enéias e SEBASTIANI, Silvio. **Governadores do Paraná**: A história por quem construiu a história. Curitiba: Sistani, 1997.

FERNANDES JÚNIOR, Reginaldo. **Revolução e democracia**: vivências e representações. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Cuiabá: J.C.V. Ferreira, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: ALLCA XX, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32ed. São Paulo: Nacional, 2005.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GROTA, Rodrigo Souza. **Os Homens de Belinati**. Disponível em <<http://grotatipos.com.br/posts/2002/04/11/finalmente-todos-os-homens-de-belinati>>. Acesso em 25 out. 2013.

GRYNSZPAN, Mário. **A Teoria das elites e sua genealogia consagrada**. BIB n.º 41, p. 35-84. 1996.

_____. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HEINZ, Flavio M. (org.). Introdução. In: **Para uma outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO. **Caderno Estatístico Município de Londrina**. 2015. <Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86000&btOk=ok>>. Acesso em 23 fev.2015.

IPOSITO, Verônica Carina. **As múltiplas faces da militância: a trajetória de Manoel Jacinto Correa**. 2014. Sem paginação. Disponível em <<http://congressodehistoriauem-ivaipora.com/anais-2014/018-veronica-2014.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. **A família colonial e a construção do Brasil: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte**. Revista ANTHROPOLOGICAS. Rio de Janeiro, v. 16(1), p. 171-196, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/53/50>>. Acesso em 25 fev. 2015.

JORNAL PARANÁ NORTE. **Directório Político**. Londrina, 16 de dezembro de 1934. p.1

JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO. 13ª Vara Criminal de Curitiba. **Autos nº 5047229-77.2014.404.7000**. Rubens de Andrade Filho, Meheiden Hussein Jenani, Ediel Viana da Silva, Dinorah Abrao Chater, Danielle Kemmer Janene, Carlos Alberto Pereira da Costa, Carlos Alberto Murari, Assad Jannani, Alberto Youssef, Carlos Abib Chater. Instaurado em 11 de julho de 2014.

LEOCÁDIO, Leandro Cesar. **Guerra de Porecatu e a delação do capitão Carlos**: história e historiografia de um personagem. Não paginado. Não datado. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/guerra_de_porecatu_e_a_d>

[elacao_do_capitao_carlos_historia_e_historiografia_de_um_personagem.pdf.>](#). Acesso em 23 jul. 2014.

LEME, Edson José Holtz. **Faces ilícitas de uma cidade**: Representações da prostituição em Londrina (1940-1966). Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

LOPES, Ana Yara Paulino. **Pioneiros do Capital**: a colonização do Norte-Novo do Paraná. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

LEPRE, Mário Sérgio. **Caos partidário paranaense**. Londrina: Eduel, 2000.

MACIEL, Marcelo Nagao. **Histórico de um político**. Disponível em <<http://blogs.odiario.com/janelalondrinense/2010/08/11/historico-de-um-politico/>>. Acesso em 25 ago. 2013.

MASCHIO, José. **Justiça determina prisão de ex-prefeito**. Folha de São Paulo on line. 05 de maio de 2001. Disponível em <[~\\$FERÊNCIAS.doc](#)>. Acesso em 30 ago. 2013.

MENA, Fernando Carrión. **Outsiders**. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Sede Ecuador. Out. 2012. Disponível em: <http://works.bepress.com/fernando_carrion/548/>. Data de acesso: 04 set. 2013.

MICHELS, Robert. **A lei de ferro da oligarquia**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: Textos Básicos de Ciências Sociais: Sociologia política. Rio de Janeiro: Ed. Zaar, 1966. p. 89-104.

MICHELS, Robert. **A base conservadora da organização**. Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. In: Textos Básicos de Ciências Sociais: Sociologia política. Rio de Janeiro: Ed. Zaar, 1966. p. 105-116.

MILLARCH, Aramis. **Vídeo, leituras e cursos de Débora, nossa Primeira Dama**. O Estado do Paraná, Curitiba, p.03, 20 mai. 1990.

MINAYO, Maria Cecília S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. **Trajetórias e biografias**: notas para uma análise bourdieusiana. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n.17, p. 240-264, jan/jun.2007.

MOSCA, Gaetano. **A classe dirigente**. Trad. Alice Rangel. In: Textos Básicos de Ciências Sociais: Sociologia política. Rio de Janeiro: Ed. Zaar, 1966. p. 51-69.

OLIVEIRA, Luzia Helena Herrmann. **Reformas institucionais e interesses políticos**: uma análise regional: Londrina – PR. Londrina: EDUEL, 1997.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. (org.). **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APPUFPR-SSind, 2002.

_____. **A construção do Paraná moderno**: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Sesquicentenário, 2004.

_____. **Famílias poder e riqueza**: redes políticas no Paraná em 2007. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n.18, jun/dez 2007, p. 150-160. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222007000200008>. Acesso em 28 fev. 2015.

_____. **Na teia do nepotismo**: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Insight, 2012.

_____. **Teoria do nepotismo**: estrutura social e de poder do Brasil no século XXI. In: Seminário IPEA. Brasília, 28 de mar. 2013. Não paginado.

PARANÁ NORTE, número 32, 19 de maio de 1935, página 1.

PARANÁ NORTE, número 07 de abril de 1940, página 5.

PARETO, Vilfredo. **As elites e o uso da força na sociedade**. Trad. Alice Rangel. In: Textos Básicos de Ciências Sociais: Sociologia política, Rio de Janeiro: Ed. Zaar, 1966. p. 70-88.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. Trad. Rita Lima. 9. ed. São Paulo: Graal, 2000.

_____. **Poder político e classes sociais**. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 7.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, Valéria C. G. **O estado brasileiro contemporâneo à luz das teorias gerais e transformações do estado**. Disponível em <<http://www.neofito.com.br/artigos/art02/jurid311.htm>>. Acesso em 03 jan. 2008.

SAES, Décio. **Uma contribuição à crítica da teoria das elites**. Revista de Sociologia Política. Curitiba, n.3, UFPR, 1994. p. 07-19.

SCHILLING, Voltaire. **História, os partidos da república redemocratizada: 1945 – 1965.** Disponível em <<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/002.htm>>. Acesso em 04 ago. 2013.

SEBASTIANI, Sylvio. **Por dentro do MDB Paraná.** Revista Nova Fase: Curitiba, 1992.

SILVA, Joaquim Carvalho. **Terra roxa de sangue: A guerra de Porecatu.** 2.ed. Londrina: EDUEL, 2013.

SILVA, Osvaldo Heller. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná.** Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

SOUSA, Rhay. **Memória da corrupção em Londrina nos últimos 13 anos.** Disponível em <<http://chadascincolondrina.blogspot.com.br/2012/05/memoria-da-corrupcao-em-londrina-nos.html>> .Acesso em 20/08/2013.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência x Assistencialismo x Assistência Social.** junho/1994. Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP. Disponível em < <http://www.fundap.sp.gov.br/publicacoes/TextosTecnicos/textec3.htm>>. Acesso em 04 set. 2013.

SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80.** Rev. Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79-94, jan./jun. 2000.

_____. **As Associações de Moradores e a construção do espaço público: um exercício de cidadania.** (Estudo sobre o movimento de Associações de Moradores em Londrina). Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, Fábio Alves. **Imprensa e política: o caso Belinati.** Grupo de Estudos: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais. Faculdade Metropolitana. Não datado. GT6: Estado, meios de comunicação e movimentos sociais.

_____. **Família Belinati tem linhagem numerosa na lista de assessores.** Jornal de Londrina. 28 mar. 2010. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/edicao-do-dia/conteudo.phtml?id=986922>>. Acesso em 21 de out. 2013.

_____. **Deputados da família Belinati empregam assessores na Assembleia.** Jornal de Londrina. 28 mar. 2010. Disponível em <<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?id=986837>>. Acesso em 21 out. 2013.

STONE, Lawrence. **Prosopografia**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf>>. Acesso em 13 jul. 2014.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7.ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1995

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, 1997.

_____. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná: estudos de história regional**. Maringá: EDUEM, 1999.

VIEIRA, Izabel. **O rádio: ele nunca esteve tão vivo**. Singular e Plural, São Paulo, n.5, p.58, abr. 1979.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo/SP: Ed. Martin Claret, 2006.